

Em Perspectiva

Revista Discente do PPGH/UFC

ISSN: 2448-0789

& C ≈
P

Dossiê

CULTURA
&
PODER

Revista Em Perspectiva
[On Line]. 2017, v. 3, n. 1.



Em perspectiva

Editor Chefe: Francisco Régis Lopes Ramos - Doutor e coordenador do PPGH/UFC
Editor responsável: Gilberto Gilvan Souza Oliveira - Doutorando do PPGH/UFC

Editores

Antonia Márcia Nogueira Pedroza Doutoranda do PPGH/UFC	José Maria Almeida Neto Doutorando do PPGH/UFC
Assis Daniel Gomes Doutorando do PPGH/UFC	Kamillo Karol Ribeiro e Silva Doutorando do PPGH/UFC
Daniel Alencar de Carvalho Doutoranda do PPGH/UFC	Marise Magalhães Olímpio Doutoranda do PPGH/UFC
Elane Cristina Rodrigues Gomes Doutoranda do PPGH/UFC	Paulo Henrique de Souza Martins Doutorando do PPGH/UFC
Elyinaldo Gonçalves Dantas Doutoranda do PPGH/UFC	Priscilla de Freitas Farias Doutoranda do PPGH/UFC
Gil Eduardo de Albuquerque Macedo Doutorando do PPGH/UFC	Ramona Jerônimo Pinheiro Mestranda PPGH/UFC
Gabriel Parente Nogueira Doutorando do PPGH/UFC	Sarah Campelo Cruz Góis Doutoranda do PPGH/UFC
Gabriela Fernandes de Siqueira Doutoranda do PPGH/UFC	Walter de Carvalho Braga Júnior Doutorando do PPGH/UFC

Conselho Consultivo Nacional

Adriano Comissoli - UPF	Giselle Martins Venâncio – UFF
Alessandra Regina e S. Mafra - UNICAMP	Jaison Castros Silva - IFPI
Allyson Bruno Viana - UECE	Janaina Guimarães da F. e Silva - UFPE
Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez - URCA	João Ernani Furtado Filho - UFC
Ana Karine Martins Garcia - UFC	Joel Carlos de Souza Andrade - UFRN
Ana Rita Fonteles Duarte - UFC	Jorge Henrique Maia Sampaio - UFC
Antonio Edmilson M. Rodrigues - PUC/UERJ	José Evangelista Fagundes - UFRN
Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho - UFC	Kênia Sousa Rios - UFC
Antonio Mauricio Dias da Costa - UFPA	Luis Junior Costa Saraiva - UFPA
Arnaldo Pinto Junior - Unicamp	Marcio Couto Henrique - UFPA
Beatriz Gallotti Mamigonian - UFSC	Maria Emília Monteiro Porto - UFRN
Carlos Augusto de Castro Bastos - UFPA	Mônica da Silva Ribeiro - UFRRJ
Carmen Margarida Oliveira Alveal - UFRN	Muirakytan Macedo -UFRN/CERES-Caicó
Clovis Jucá Neto - UFC	Raimundo Pereira Alencar Arrais - UFRN
Darlan de Oliveira Reis Junior - URCA	Rodrigo Ceballos - UFCG
Dilton Maynard - UFS	Simeia de Nazaré Lopes - UFPA
Edson Hely Silva - UFPE	Tacito Thadeu Leite Rolim – UECE
Eunícia Barros Fernandes - PUC-Rio	Taissa Tavernad de Luca – UEPA
Eurípedes Antônio Funes - UFC	Tatiana Silva Poggi de Figueiredo - UFF
Francisco Egberto de Melo - URCA	

Coordenação da edição: Francisco Regis Lopes Ramos

Capa e diagramação: Gilberto Gilvan Souza Oliveira



Em perspectiva

Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal do Ceará

Dossiê

Cultura e Poder

ISSN: 2448-0789
[On-line]
V. 3, N.1
Fortaleza, 2017

Sumário

Apresentação.....	04
Dossiê: Cultura e Poder	
Terno de Reis de “Ouro Verde”, Abaíra, Chapada Diamantina (BA): um estudo sobre cultura popular.....	07
Ildimar França (Universidade Federal da Bahia)	
(Re)invenções de presos políticos num presídio da ditadura militar.....	26
José Airton de Farias (Universidade Federal Fluminense/Universidade Regional do Cariri)	
Apresentação e metodologia de análise referente à pesquisa documental do fundo institucional Centro Israelita de Nilópolis custodiado pelo Arquivo Histórico Judaico.....	46
Fernanda Capri (Universidade de São Paulo)	
De acordo aos "usos e costumes": relações de trabalho nos garimpos de Brejinho das Ametistas.....	59
Carla Gabriela Chaves de Castro Cotrim (Universidade Estadual de Feira de Santana)	
Imprensa, anticomunismo e fé: a destruição do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto nas representações da imprensa brasileira (1936-1937).....	75
Sônia Menezes (Universidade Regional do Cariri)	
Fátima Pinho (Universidade Regional do Cariri)	
A crise política de 1720: conflitos jurisdicionais e cultura do Antigo Regime na administração da Capitania do Rio Grande no século XVIII.....	97
Abimael Esdras Carvalho de Moura Lira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)	
Mulheres Armadas: uma reflexão sobre as representações de gênero na participação das mulheres na Guerilha do Araguaia.....	126
Bruno Sanches Mariante da Silva (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari)	
Ingrid Satoni Carvalho (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari)	
Os homens pobres e a terra amazônica na produção literária de Euclides da Cunha.....	145
Bruno de Brito Damasceno (Universidade Federal do Ceará)	
A minha, a tua e a nossa pátria: livros escolares para o ensino de história na década de 1920.....	162
Raquel Alves da Silva (Secretaria Municipal de Educação – Prefeitura de Fortaleza)	
Lavando almas, lavando corpos: a prática do batismo na freguesia da cidade de Natal, século XVIII e XIX.....	181
Thiago do Nascimento Torres de Paula (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)	
Ser órfão na Capitania do Ceará: nas malhas da justiça e das práticas dos juizes de órfãos (1799-1822).....	202
Patrícia Marciano de Assis (Universidade Federal de Pernambuco)	
Homens da justiça e das ordenanças: mestiços na administração colonial nos sertões da capitania do Rio Grande (séculos XVIII E XIX).....	248

Maiara Silva Araújo (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
Helder Alexandre Medeiros de Macedo (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

A relação entre a imprensa soteropolitana com o golpe de 1889: uma análise dos discursos jornalísticos sobre a Proclamação da República.....260
Matheus Berlink Fonseca (Centro Universitário Jorge Amado)

Normas e transgressões: as tentativas de disciplinar: o viver na Teresina oitocentista
Andreia Rodrigues de Andrade (Universidade Federal do Piauí)

Resenha

O discurso oculto nas artes da resistência.....276
Tyrone Apollo Pontes Cândido (Universidade Estadual do Ceará)



Apresentação: Cultura e Poder

As práticas culturais do social se constituem nas relações de poder, no sentido que a cultura é construída em um jogo de tensão a partir do modo de viver e de sentir dos sujeitos situados em suas múltiplas temporalidade e espacialidades.

Neste número, a revista Em Perspectiva reuniu trabalhos que têm como foco as experiências dos sujeitos como campo de conflito, marcadas pelas inúmeras táticas e estratégias de poder, enfatizando o desenvolvimento de reflexões acerca da escrita, da oralidade e da imagem.

Nos interessou acolher trabalhos que problematizam a história das identidades (nacionais, regionais, locais, institucionais, profissionais, étnicas, de gênero); da construção simbólica e imaginária das memórias dos ou da formação de monumentos, festas e comemorações; das representações nos discursos literários, musical e cinematográfico.

Reunimos trabalhos sobre as ideias e ideologias políticas levando em consideração o lugar social que são produzidos, ressaltando a diversidade das estruturas de saberes não somente nas instituições oficiais, mas na multiplicidade de conhecimento amarrados pelos interesses, anseios e necessidades da vida cotidiana.

É o caso do artigo *Terno de Reis de “ouro Verde”, Abaíra, Chapada Diamantina (BA): um estudo sobre cultura popular*, de Ildimar França, que analisa as festas de reisado atentando para as suas características lúdicas e religiosas. Com outro escopo de análise, recorte temporal e temático, José Airton de Farias, em *(Re)invenções de presos políticos num presídio da ditadura militar*, investiga as ressignificações dos presídios, as quais foram realizadas pelos presos políticos no período da ditadura civil militar brasileira.

Fernanda Capri Raposo, em *Apresentação e metodologia de análise referente à pesquisa documental do fundo institucional Centro Israelita de Nilópolis custodiado pelo Arquivo Histórico Judaico*, reflete sobre as estruturas organizativas (teóricas e metodológicas) da documentação presente o Fundo Institucional Centro Israelita de Nilópolis, custodiado pelo Arquivo Histórico Judaico Brasileiro.

Em *De acordo aos “usos e costumes” : relações de trabalho nos garimpos de brejinho das ametistas*, Carla Gabriela Chaves de Castro Cotrim perscruta relações de trabalho a partir dos “usos e costumes” constituídos pelos garimpeiros e donos de garimpos através do processo



de ação ordinária movido no ano de 1945 pelo garimpeiro Antônio Borges Sobrinho contra o alemão Kurt Walter Dreher, em Brejinho das Ametistas, na Bahia.

Sônia Meneses e Fátima Pinho, em *Imprensa, anticomunismo e fé: a destruição do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto nas representações da imprensa brasileira (1936-1937)*, como os discurso sobre a comunidade Caldeirão da Santa Cruz do Deserto foram disseminados através da imprensa brasileira, principalmente nos jornais. Já Abimael Esdras Carvalho de Moura Lira, em *A crise política de 1720: conflitos jurisdicionais e cultura política do Antigo Regime na administração da Capitania do Rio Grande do Norte*, investiga os conflitos que ocorreram na Capitania do Rio Grande, ao longo da década de 1720, envolvendo o escrivão da câmara da cidade do Natal, Bento Ferreira Mousinho, e o capitão-mor daquela capitania, José Pereira da Fonseca.

Em *Mulheres armadas: uma reflexão sobre as representações de gênero na participação das mulheres na Guerrilha do Araguaia*, Bruno Sanches Mariante da Silva e Ingrid Satomi Carvalho analisam a partir do contexto social das mulheres em guerrilha os jogos de representações de gênero que incidiam sobre as mulheres que ingressavam nos movimentos guerrilheiros, uma vez que elas distanciavam-se dos modelos sociais concebidos e esperados para as mulheres dos anos 1960/1970.

Já Bruno de Brito Damasceno, em *Os homens pobres e a terra amazônica na produção literária de Euclides da Cunha*, investiga interpretações construídas por Euclides da Cunha (1867-1909) sobre a presença humana na Amazônia no início do século XX.

Raquel Alves da Silva, em *A minha, a tua e a nossa pátria: livros escolares para o ensino de história na década de 1920*, realiza uma primorosa investigação sobre escrita da história e da história nacional e local, destinada às crianças, presentes *Minha Pátria*, de João Pinto e Silva (1889-1950) e *Nossa Pátria*, de Rocha Pombo (1857-1933), os quais foram utilizados como materiais didáticos no ensino de História Pátria nas escolas primárias cearenses nas décadas de 1920 e 1930.

Em *Lavando almas, lavando corpos: a prática do batismo na freguesia da cidade do Natal, século XVIII e XIX*, Thiago do Nascimento Torres de Paula estuda a prática do batismo na formação social da Freguesia da Cidade do Natal, entre os anos setecentistas e oitocentistas, estabelecendo conexões com outras figurações sociais da América portuguesa e castelhana, demonstrando como o ato de batizar era sobretudo um fato social total.

Ainda na temporalidade dos oitocentos e novecentos, Patrícia Marciano de Assis, em



Juízes de órfãos na Capitania do Ceará: definições da ideia de órfão e práticas jurídicas (1799-1822), discutir as definições de órfão a partir da documentação das Ordenações Filipinas e das práticas dos juízes de órfãos, situando o aparecimento desses juízes na Capitania do Ceará, no período colonial, especificamente entre os anos de 1799 a 1822.

Maiara Silva Araújo e Helder Alexandre Medeiros de Macedo, no artigo *Homens da justiça e das ordenanças: mestiços na administração colonial nos sertões da Capitania do Rio Grande (Séculos XVIII e XIX)*, examinar o perfil de sujeitos mestiços que, no decurso do século XVIII e nos primeiros anos do XIX, ocuparam ofícios administrativos no âmbito judicial e militar dos sertões da Capitania do Rio Grande a partir do estudo de caso do Juiz de Órfãos Manuel de Souza Forte.

Em *A relação entre a imprensa soteropolitana com o golpe de 1889: uma análise dos discursos jornalísticos sobre a proclamação da república*, Matheus Berlink analisa discursos jornalísticos utilizados pelos jornais que circulavam da cidade de Salvador, durante a primeira quinzena após a Proclamação da República do Brasil. Andreia Rodrigues de Andrade, em *Normas e transgressões: as tentativas de disciplinar o viver na Teresina oitocentista*, analisa o viver em Teresina na segunda metade do século XIX como foi alvo do olhar disciplinador do poder público, o qual buscou estratégias disciplinadoras, como as posturas para reprimir as condutas desviantes no espaço cidadão.

Neste número você pode apreciar a resenha de Tyrone Apollo Pontes Cândido sobre o livro *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*, de James C. Scott, publicado em 2013 pela Livraria Letra Livre/Plebeu Gabinete de Leitura, com tradução de Pedro Serras Pereira.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Os editores.



Terno de Reis de “ouro Verde”, Abaíra, Chapada Diamantina (BA): um estudo sobre cultura popular

Ildimar França¹.

Artigo Recebido em: 15/10/2017

Artigo Aceito em: 20/11/2017

RESUMO

O artigo mostra o Terno de Reis de “Ouro Verde”, Abaíra, Chapada Diamantina (BA) como uma manifestação cultural popular constituída a partir de elementos pertencentes ao universo *da roça*, categoria por mim criada. Pergunto: Em que sentido o *ser da roça* é o que faz desse Terno, uma tradição continuada a partir das tensões e conflitos, nos processos de reconfigurações e hibridizações? Por se reconfigurar e hibridizar, o reisado não está posto no tempo com algo rígido e acabado. Neste sentido, reporto-me a um conjunto de práticas e representações, calcadas nas relações de poder, que se expressam na festa, a fim de identificar singularidades desta prática lúdica e religiosa.

Palavras-chave: Chapada Diamantina (BA). Cultura Popular. Terno de Reis.

King of "Green Gold" Kingdom, Abaíra, Chapada Diamantina (BA): a study on popular culture.

ABSTRACT

The article shows the suit of Kings of "Ouro Verde", Abaíra, Chapada Diamantina (BA) as a popular cultural manifestation constituted from elements belonging to the universe of the field, category I have created. I ask: In what sense is the being of the field what makes this Suit a continuous tradition based on tensions and conflicts, in the processes of reconfigurations and hybridizations? By reconfiguring and hybridizing, the kingship is not timed with something rigid and finished. In this sense, I refer to a set of practices and representations, based on the power relations that are expressed in the party, in order to identify the singularities of this playful and religious practice.

Keywords: Chapada Diamantina (BA). Popular culture. Suit of Kings.

O Lugar do Terno de Reis

¹ Professor da Escola Estadual José Venâncio de Sousa em Águas Vermelhas, Minas Gerais. Historiador formado pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em 2005. Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, em 2009. Contato: prof.ildimar@gmail.com
Link do Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4751127E6>

O Terno de Reis de “Ouro Verde” é uma manifestação de cultura popular que acontece numa região da Chapada Diamantina, Bahia, que leva o mesmo nome do distrito: Ouro Verde. Pertence ao município de Abaíra, localizando-se a pouco mais de 15 km da Sede e a 568 km de Salvador, seguido pela rodovia de acesso BR 242 e pela BA 148. Trata-se da Zona Meridional da Chapada Diamantina, que tem as seguintes coordenadas geográficas: 13° 12’ 20° de latitude sul e 41° 44’ 30° de longitude W. Gr. Rumo, a partir da capital do Estado. (FRANÇA, 2010). Observe localização nos mapas abaixo:

Figura 1: Mapa da Brasil em cinza. Localizando-se Abaíra, a partir do mapa da Bahia.



Figura 2: Mapa da Bahia. Localizando-se a Chapada Diamantina



Pertencer a Ouro Verde, ou seja, *ser da roça*, pois Ouro Verde é uma comunidade essencialmente rural, é uma condição fundamental para a permanência do Terno de Reis. Estou afirmando, em outras palavras, que, sem os elementos inerentes ao universo rural, roceiro ou *da roça*, não poderia falar em Terno de Reis, nessa porção da Bahia. Isso porque o morador *da roça*, ao longo do tempo, soube melhor lidar com a memória religiosa reiseira, nos conflitos ou contradições, ao hibridizar-se culturalmente.

Soube superar as tensões, advindas do contato com as Sedes, ao enfrentar, por exemplo, preconceitos históricos, calcados nos estereótipos, imprimidos por parte de um grupo de moradores, ao tripudiá-los pejorativamente, com a categoria: os *da roça*. Em alusão, talvez, à simplicidade dos trajés, os traços faciais, jeito de andar e expressar, que são costumeiros aos moradores rurais.

Os trajés, salvo raríssimas exceções, não são requintados ou acompanham o que a modernidade e a cultura urbana denominam enquanto moda. Os traços faciais têm marcas mais acentuadas oriundas da labuta na roça. Presença mais marcante da incisão solar, por isso mesmo, um chapéu confeccionado em palha ou couro, a adornar metade do rosto ou quase todo o rosto. O jeito de andar, com os braços cruzados para trás, ou a corcunda levemente inclinada para frente, podem demonstrar uma porção de sentimentos, que não são objeto de preocupação



deste artigo, mas que nos chama a atenção para uma questão de como o corpo se comunica. O vocabulário ou expressões fonéticas, nem sempre se aproximam da linguagem ou norma culta da língua portuguesa, que os moradores urbanos, julgam terem maior afinidade.

A geração do Terno de Reis, do tempo presente, do Mestre Seu Agripino Alves, optou por resignificar a nomenclatura *da roça*. As tensões, o preconceito, o modo como o sujeito da cidade olha o sujeito do campo, a relação de poder, tudo isso contribuiu para apostar numa inversão de valores. O grupo passou então a dar outro sentido ao ser *da roça* e entender que é sendo *da roça*, que se torna efetivamente um reiseiro. E, o que se entende por ser *da roça*, categoria tantas vezes aqui citada?

Diferentemente da rotina do trabalhador da Sede, o homem *da roça* lida com o tempo do cio dos animais: o cruzar, o parir e o amamentar do gado. Arado, enxada, enxadão, picareta, foice, facão, pá e machado são instrumentos auxiliares nas tarefas diárias. Ao contato com a terra, pode o camponês trabalhar pelo sistema de parceria com o proprietário sendo meeiro um de outro. Nos engenhos, fabrica puxa, rapadura e cachaça; nos terreiros, seca, pila e mói o café. Entende sua casa como “santa” e que Deus a deu como morada.

O homem do campo, *da roça* reconfigura suas tradições ao se reportar aos objetos materiais de devoção, aos santos e aos Reis Magos; através dos ditados, provérbios e “causos”, transmite a memória oral; nas relações de compadrio, estreita amizades; nas celebrações de inúmeros festejos religiosos, nos sabores culinários, nas cantigas ou antigas modas sertanejas ou nos chás e remédios caseiros, (re)elabora traços de suas identidades. E assim, nascem as inspirações para as criações, conforme podemos observar nessa quadra de um cântico reiseiro, que, mesmo não sendo do Terno de Ouro Verde, figura entre o repertório escolhido. Música de reisado. Em Abaíra, é entoada no Momento Louvor

Oh Deus salve a casa santa}2X
Onde Deus fez a morada}2X
Onde mora o cálice bento}2X
E a hóstia consagrada}2X

A relação entre poder, economia e cultura está no cultivo do café e da cana-de-açúcar, produtos tipicamente locais. O roceiro reiseiro vende sua força de trabalho em intermináveis filas de cafezais e canaviais. Nos cafezais e canaviais leva a marmita - enrolada em pano de prato. Leva a garrafa térmica e os biscoitos - brividade, sequilho, avoador -, estímulos ao segundo turno de trabalho. Músicas de reisado, ladainhas, cantorias e repentis ajudam a tornar a labuta na roça menos estafante.



Na roça, excedente de algodão pode ser trocado com as tecedeiras por panos tecidos; pode o dono de moinho tomar o milho em troca da moagem do fubá; derivados da cana-de-açúcar podem ser cambiados em porcentagens com proprietários de engenho. Artesanatos também há, quando da fabricação de balaios, chapéus, esteiras, peneiras, vassouras de palhas de coqueiro. Selas de animais, arreios ou bruacas podem ser instrumentos de troca por sacos de farinha de mandioca, sacos de feijão, arroz ou pelo que faltar em casa. O peão de boiadeiro da roça conhece cada metro dos acidentes geográficos.

Em andanças pela Chapada Diamantina, tem na estrada a boiada como companhia, mercadoria a ser deslocada de um pasto a outro. Na Semana Santa, o homem da roça costuma ir às procissões católicas, sobretudo a procissão de Domingo de Ramos, levando palhas de coqueiros para serem abençoadas. Essas palhas, após o ritual, ficam guardadas em casa, sendo usadas principalmente a partir do Ciclo Natalino, nas tempestades do verão. Então ele queima a palha, chamada de *palha benta* na intenção de acalmar os raios, os trovões e os ventos fortes - fenômenos naturais comuns e intensos neste período do ano. Também é da Igreja Matriz de Piatã, cidade vizinha, que o camponês leva para sua roça o *pão do divino*, ou seja, um pãozinho de cor branca que deve ser colocado à lata de farinha, para que, segundo a crença local, nunca falte o alimento.

Quando as festas mais populares terminam, sempre há na casa do vizinho o baile d'água. Comemoram-se temas diversos como: boa colheita do feijão, do milho ou da mandioca; festas de padroeiros, casamentos, aniversários ou formaturas; o espaço pode ser uma latada ou a sala maior da casa. O candombá, espécie de planta inflamável, é usado para acender o fogão à lenha, enquanto aves no poleiro são escolhidas para o cozido. Pode ocorrer de alguém arrear um animal, para tração das engenhocas da casa de farinha, de onde se produz beiju, pão e farinha. A força dos animais, movimentada sempre em círculos, puxa os cavaletes que, por sua vez, impulsionam ainda o ralador de milho para o fabrico de canjica, mingau e polenta.

Essas iguarias são preparadas no Ciclo Natalino; em bailes d'água alimentam forrozeiros, triangueiros, zabumbeiros e foliões. Esse é o universo o qual se inserem os foliões do Terno de Reis de Ouro Verde. O folião roceiro lida com sua terra ou em fazendas de pequenos e médios produtores, limpando, plantando ou colhendo café, feijão, arroz e cana-de-açúcar. Traz no rosto sinais de queimaduras de sol e nas mãos calos que indicam pouco ócio. Reside em torno de uma capela ou vendinha, tendo duas, três ou mais habitações de vizinhanças.



Esse universo rural, *da roça*, constantemente reinventado é o que propicia as bases emblemáticas do Terno de Reis de Ouro Verde. Continua assim:

Repertório: As músicas religiosas cantadas falam de animais, insetos, plantas e plantações; falam de marimbondo, cavaleiros, cordeiro, manjerição, lavoura de feijão, cravo, rosa e galo.

Exemplo:

Cântico de Entrada do Terno de Reis de Ouro Verde

Senhor dono da casa,
Deus lhe dê uma boa noite,
Boa noite Deus lhe dê,
Alegremente cantamos.
Nós somos de longe
E queremos ver } 2X – Refrão
Deus lhe dê uma boa noite
Com prazer e alegria...
Refrão
Cavaleiros são aqueles
Que lá vai beirando o mar,
Vai atrás de Jesus Cristo que veio a cantar

Culinária: Os alimentos preparados para eles, e às vezes por eles, são produzidos na roça. Com o milho se faz cuscuz, canjica, bolo, mingau; cana-deaçúcar transforma-se em cachaça, tijolo, rapadura, puxa e licores; leite transforma-se em queijos, doces e manteigas; mandioca em farinha, maniçoba e beiju; leguminosas em pirão e cortados; cítricos em suco; arroz em comida ou doce; boi, bode ou frango são usados para o tira-gosto ou farofas.

Indumentária: As calças, as camisas, sapatos e chapéu dos reiseiros ou são costurados ou remendados pelos moradores da roça. As esposas dos foliões usam máquina de costura ou as próprias mãos para coser rasgões de roupas, bordar standartes, confeccionar luvas, toucas e cachecóis para o tempo de frio. Os chapéus são enfeitados com fitinhas do Bom Jesus da Lapa (importante cidade de romarias do interior da Bahia) ou do Senhor do Bonfim (Salvador), tiras de plásticos, penas de pavão, flores e espelinhos que, normalmente, são usados pelos moradores da roça.

Presépio: O local destinado ao Menino Jesus é reconstituído a partir de enfeites encontrados na roça, como amendoeira, barba de velho, bromélias, cactos e sempre-viva. Com o material em mãos, o devoto passa a definir o local onde se armará o presépio. Um bloco aqui, um tijolo ali, um pouco de colar acolá; enfeites, enfeites e mais enfeites, aos poucos, o presépio vai tomando forma. No segundo momento, colocam-se luzes, cartões de Natal, brinquedos, queda d'água, pisca-pisca, fotos de familiares. Na ala sagrada da gruta, além da imagem do Deus-

Menino, são expostas as imagens de São José, Nossa Senhora, dos Reis Magos que, por sua vez, estão sob atenção dos animais que vão visitá-los.

Figura 3: Presépio da moradora Maria Helena (2007).



Instrumentos musicais: Há instrumentos usados pelos reiseiros que também são confeccionados na roça. Pandeiro de couro de boi. Pífanos feitos de mangueira, cano ou bambu; triângulo pode vir de pedaço de ferro de construção civil; bumbo, de couro de veado; duas latas velhas podem virar um agogô; dois copos de alumínio emendados, contendo areia ou pedras, podem se transformar em chocalho, conforme podemos observar nas imagens abaixo que se referem as apresentações do Terno de Reis de Ouro Verde em dois momentos distintos: 2008, município de Abaíra. 2016, município de Piatã.

Figura 4: Apresentação em 2016.



Figura 5: Apresentação em 2008



Terno de Reis: o que é?

Muitos autores descrevem o Terno de Reis como uma manifestação cultural que, acordo com o lugar do Brasil, pode ter variadas denominações: *Banda de Folia de Reis*, *Folia de Santo Reis*, *Reisado*, *Terno de Santo Reis*, *Música de Folia de Reis*, *Caixa de Folia de Reis*, *Bumba-meu-boi*, *Boi de Reis*, *Boi-Bumbá* ou simplesmente *Boi*.



Aqui na Chapada Diamantina, no entorno dos municípios de Abaíra e Piatã é mais comum a denominação *Reisado*, *Reis ou Terno de Reis*. Aqueles que cantam são chamados de *foliões*, *brincantes*, *reiseiros* ou *cantadores de reis*.

Diferentemente de outros Ternos, em Ouro Verde, não há rainha, rei ou contramestre. Há o mestre, que é chamado por todos pelo nome. Quem acompanha “Seu Fulano” são os seguidores, cantadores ou cantores de “Seu Fulano”, e que pertencem ao reisado tal. Por exemplo: Seu Agripino Alves, por ser o mestre é considerado, entre aspas, o dono do Terno de Ouro Verde. Passa-se a referir ao Terno da seguinte forma: Terno de Reis de Ouro Verde de Seu Agripino.

O Terno de Reis de Ouro Verde de Seu Agripino brinca fundamentalmente de recriar o mito dos três reis magos. Há um conjunto de histórias capaz de recriar não mais apenas o real vivido, mas um agregado de símbolos que, articulado às experiências do cotidiano roceiro, produz na folia, uma espécie de anti-texto com relação à racionalidade que produzem estereótipos e preconceitos, nas relações sociais, muitas vezes encontradas nas Sedes de Abaíra e Piatã.

A identidade desse Terno se fundamenta no conjunto de signos e significados cujas matrizes estão no universo rural, presente nos rituais, nas ladainhas, na culinária, nos instrumentos musicais, nos adereços, conforme me reporte anteriormente.

De forma mais geral, entendo o Terno de Reis como um tipo de representação que é animada por músicos do próprio ambiente das localidades, seguidos de um modesto número de outros brincantes, vestidos de roupas simples e enfeitadas de flores e fitas, portando chapéu de palha. Levam nas mãos imagens de santo e estandartes coloridos, tocando viola, violão, zabumba, às vezes, sanfona.

Os reiseiros, ritmados por um extenso repertório musical, saem de casa em casa de festeiros à procura do Menino Jesus. Encontrarão o Menino Jesus no presépio ou na lapinha (como alguns costumam chamar) e, com isso, expressarão sua adoração a Deus. As apresentações do reisado iniciam com a cantoria na porta da casa do devoto; depois, diante da lapinha, cantam-se chulas, sambas e modas de viola; por fim, na marcha de saída, os foliões se despedem e vão para outra casa repetir o mesmo ritual. Terminado o ritual, o dono da casa lhes oferece bebida e comida em fartura. No variado cardápio, pode-se encontrar beiju, pipoca, milho cozido, rapadura, farofa. Na parte de bebidas, licor e, principalmente, a cachaça – no dizer de Câmara Cascudo (1972), a mais popular das bebidas brasileiras.



Aqui na Chapada Diamantina, podemos observar ainda as seguintes etapas do reisado, que para melhor compreensão denominei da seguinte forma:

Momento 1: Chegada. O momento que antecede a abertura de porta, quando quem os aguarda de longe, atentos ao som dos instrumentos, aguarda ainda a cantoria nas portas, que estão fechadas e luzes externas apagadas.

Momento 2: Entrada. Após a música de chegada e a repetição de *Viva Santo Reis e os Donos da Casa*, o grupo entra silenciosamente dirigindo-se imediatamente ao presépio.

Momento 3: Louvor. Momento destinado exclusivamente aos cânticos de louvores diante do presépio.

Momento 4: Integração. Quando do primeiro louvor, reiseiros, donos da casa e curiosos se dispõem a dialogar, a comer e a beber, e os foliões receberem ofertas. Há uma mistura de sensações e sentimento e não sabemos ao certo, nesse contexto simbólico, o que é sagrado e o que é profano.

Momento 5: Despedida. Momento posterior à integração, quando o reisado se prepara para sair, cantando outro hino de louvor, e despede-se dos donos da casa.

Terno de Reis: de onde vem?

A jornada que os reiseiros fazem, de presépio em presépio, durante a festa Reis realizada entre as vésperas de Natal até o dia 6 de janeiro, dia de Santo Reis, reconstitui de forma carnavalesca, ao mesmo tempo religiosa, a trajetória dos três Reis Magos numa das passagens bíblicas do Novo Testamento:

Tendo nascido Jesus na cidade de Belém, na Judéia, no tempo do rei Herodes, alguns magos do Oriente chegaram a Jerusalém, e perguntaram: Onde está o recém-nascido rei dos judeus? Nós vimos a sua estrela no Oriente, e viemos para prestar homenagem (Evangelho de Mateus, 2, 1).

Foram esses os reis que, segundo a tradição cristã, presentearam o recém nascido Jesus com ouro, incenso e mirra, como símbolo, respectivamente, de realeza, divindade e humanidade. Ao longo da história, entretanto, as referências atribuídas aos Magos do Oriente – Gaspar, Melchior e Baltazar – mudaram significativamente. No século II, começaram a surgir as primeiras imagens esculpidas ou pintadas dos Santos Reis. A partir de então, o imaginário do devoto passou a guardar mais um incremento à sua fé. Desde a Idade Média, jogos, danças,



bailes, desfiles e espetáculos (autos) representam manifestações populares celebradas do período que vai do Natal ao dia de Reis.

Adicionam-se a esses festejos os folguedos ligados ao carnaval, onde se comemoravam o antigo e o novo Natal numa dinâmica que celebra passado, presente e futuro. Na Europa Medieval, cortejos de foliões que saíam cantando e dançando pelas ruas de Portugal eram conhecidos como “Janeiras”, “Autos Pastoris” e “Cheganças” (MORAES FILHO, 1979).

Em Portugal, há registros das Janeiras em meados do século XIV na região de Beiras, Minho, Estremadura e Douro, em que um grupo festivo saía em visitas às casas, cantando e tocando em louvor ao Menino-Deus. Como retribuição, esses foliões recebiam bebidas, comidas e outros agrados. Sobre essas festas populares, Moraes Filho observa:

No meio dessas cenas pitorescas, desses dramas infantis, a poesia imitativa tocava ao seu apogeu, por isso que a grande nova emprestava no lirismo a voz aos animais, que expandiam as suas alegrias, pelo nascimento do Deus- Menino. Em seus louvores, o coro era uníssono, os tocadores de cítara partiam nos arpejos das cordas vibrantes, e os poetas entregavam-se ao fervor piedoso de suas inocentes inspirações. Mais tarde os bretões adotaram esses usos, que se generalizaram pela Europa, variando na forma, mas conservando o fundo da tradição (1979, p.47).

Tais costumes, por um longo período, permaneceram no universo popular europeu, chegando ao Brasil por obra dos primeiros colonizadores. Na Bahia, as influências dos Autos Pastoris e das Janeiras se juntaram às contribuições indígenas e negras resultando no Terno de Reis ou “Ranchos de Reis”, como era chamada a folia. No século XIX, os Ranchos de Reis são levados para o Rio de Janeiro, constituindo-se como um dos elementos para a criação das escolas de samba cariocas.

A partir dessas informações, podemos observar que o reisado consiste em costumes legados pelo colonizador, que sofreram modificações e se reconfiguram em virtude do processo de miscigenação. De forma não estereotipada, da contribuição europeia podemos encontrar a devoção às personalidades sacras, aos mártires, as letras das músicas; da contribuição indígena, temos a participação no momento da ladainha, a utilização dos instrumentos de sopro; e da contribuição de origem africana, encontramos os tambores, zabumbas, caixas e algumas coreografias, que se assemelham em muito às do candomblé (CARVALHO, 2002).

Esse processo de miscigenação tem início nos primeiros séculos de formação do Brasil, quando o catolicismo assumiu um perfil de obrigatoriedade, tornando-se justificativa de integração social na Colônia. Através das paróquias, conventos e irmandades, a Igreja constituía instituições religiosas, das quais a sociedade se via então refém. Por sua vez, os representantes



do Santo Ofício no Brasil puderam patrocinar um clima de medo nas ações repressivas, nos confiscos e deportações. Diante desse quadro, o brasileiro agiu de forma inteligente ao criar uma espécie de catolicismo ostensivo, principalmente nos locais públicos, que buscava invocações ortodoxas em nome de Deus, de Nossa Senhora e demais santos. O brasileiro incorporava, assim, o espírito do “católico fervoroso”.

Tratava-se de uma postura sempre evidente que, por um lado, garantia status social, e por outro, o eximia de quaisquer suspeitas profanas ou heréticas. O “ser católico a todo custo” contribuiu para originar um formalismo típico do catolicismo brasileiro, qual seja, os sincretismos. Como pertencentes aos sincretismos, Eduardo Hoornaert (1974) destaca três realizações concretas do cristianismo dentro da cultura brasileira: o catolicismo guerreiro, patriarcal e popular. Aos nossos estudos da festa de Reis, interessa entender o catolicismo popular.

O catolicismo popular, segundo Hoornaert, é aquele oriundo das contribuições indígenas, africanas e de seus descendentes. Em outras palavras, trata-se de uma filosofia vivida pelos pobres em geral, completamente diferente das demais, e que conferiu ao povo um caráter autêntico e de originalidade cultural.

Se os principais difusores do catolicismo no interior foram os portugueses povoadores e desbravadores do sertão, índios mansos, africanos escravizados e quilombolas, nesse sentido, o catolicismo popular configurou uma espécie de estoicismo, pois aos índios e escravos as opções somente eram: fugir, suicidar ou se envolver com a religião.

Como os bispos, monges e sacerdotes concentravam-se no litoral, onde havia conventos, seminários, colégios e mosteiros, a doutrina católica no interior do Brasil foi feita pelos leigos: mucamas, caboclos, pretos-velhos, miscigenados e não miscigenados. A esse atenuante, adiciona-se ainda a carência de livros e de universidades, que contribuíram para um cristianismo sem fundamentação bíblica e distante da teologia.

Este é o cenário que perdura até a primeira metade do século XVIII, quando procuro me referir ao processo de formação do reisado. Temos então, no catolicismo popular, os sincretismos religiosos, e é essa linha de raciocínio que tomo como base de orientação para meus estudos sobre a Chapada Diamantina.



Terno de Reis: qual limite entre o sagrado e o profano?

De acordo com Eliade (1992), na relação sagrado/profano o indivíduo se atenta para o conhecimento do sagrado quando este se manifesta em oposição ao profano. Eliade compreende ainda que, no Ocidente, é difícil a aceitação do sagrado em objetos rústicos, tais como pedras ou árvores. Não se trata de venerar o objeto pelo objeto, ou seja, a pedra pela pedra, a árvore pela árvore. Durkheim (1977) observou que os objetos não são adorados como o objeto si, mas como revelação de algo que ele não é e sim do que representa.

Assim, quando um reiseiro se propõe a venerar certas simbologias do presépio, criadas à base de pedra ou árvore, na verdade, temos um tipo de *hierofania* que o transporta ao plano metafísico através da fé. Entender, pois, essa linha de raciocínio corresponde a um desafio a determinadas correntes do protestantismo que condenam com veemência a expressão da festa na Chapada. Em sua maioria, essas correntes urbanas, contribuem para reforçar o estereótipo ou preconceito, na relação de poder entre os universos citadinos e rurais.

O conflito simbólico entre o sagrado e profano se dá da seguinte forma: no espaço sagrado, há um “ponto fixo”, que possibilita orientar a homogeneidade caótica do viver real. Quando se propõe manter a homogeneidade, mantém ainda a relatividade do espaço. Resulta, assim, que não há uma *verdadeira* orientação a ser seguida, pois o “ponto fixo” se dinamiza de acordo com as necessidades diárias.

Nos intervalos de tempo sagrado e tempo das festas, em que o tempo profano configura uma duração temporal ordinária, aí se inscrevem certos atos censurados dos significados religiosos. Através dos ritos, o homem religioso pode “passar” sem perigo, da duração ordinária ao tempo sagrado (ELIADE, 1992).

Transitando por entre esses tipos tempos, temos, aqui na Chapada, o folião bêbado, que seria o personagem intermédio entre o sagrado e o profano (BAKHTIN, 1987). O folião bêbado é o indivíduo que, normalmente está presente em algum bar de alguma roça e se ver atraído pela sonoridade do reisado ou pelo próprio movimento da festa.

O folião bêbado representa as liminaridades entre sagrado e profano. Na folia, há zonas de troca, de relaxamento de especificidades, sendo o bêbado o principal interlocutor. Por meio dele, o reisado revigora e continua o extenso itinerário religioso de forma mais enérgica e menos cansativa. O hibridismo está neste personagem: representação do *entre-lugares*. Trata-se do animador da folia, às vezes a *ligação* entre foliões e donos da casa, quando, extrovertidamente,



solicita comidas, bebidas e ofertas. Assume ainda o papel animador ao abraçar ou apertar as mãos dos que se fazem presentes, imediatamente apresentando algumas de suas canções, repentes e paródias, ou mesmo contando piadas.

Não é comum a cena do bêbado desrespeitando o líder ou qualquer membro do reisado e vice-versa. Parece haver entre eles um clima de harmonia, estreitado apenas pelos olhares ou no máximo a um tom de voz. Quando o bêbado parece querer incomodar o momento religioso, basta apenas um movimento de censura do líder dos reis ou quaisquer dos demais presentes para que o mesmo se aquiete. Por mais bêbado que esteja, esse indivíduo não tem dificuldade em discernir claramente o sagrado do profano. Quando no momento profano, consegue ser mais profano dentre todos os da casa; quando no momento sagrado, acompanha com personalidade as ordens do líder, chegando inclusive a censurar os distraídos que continuam a conversar diante do louvor.

Terno de Reis: um universo simbólico de poder.

Em Durkheim, podemos observar as formas de classificação de poder, que deixam de ser transcendentais, ou seja, universais e assumem o papel de *formas sociais* – arbitrárias e socialmente determinadas. Assim, a objetividade do sentido do mundo é definida a partir da concordância das subjetividades estruturantes – em que senso não difere do consenso.

Bourdieu (1998) acrescenta que, num estado de campo onde é possível perceber o poder por todas as partes, é importante ressaltar a necessidade em saber descobri-lo, nos locais onde ele se deixa ver menos, onde está mais completamente ignorado. Para Bourdieu, poder simbólico é aquele poder invisível que só pode ser exercido a partir da cumplicidade dos que ignoram sua sujeição ou seu exercício.

Os sistemas simbólicos, “como instrumento de conhecimento e de comunicação, só pode exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnosiológica*” (BOURDIEU, 1998, p. 09). Bourdieu supõe aquilo que Durkheim chamou de *conformismo lógico*, ou seja, uma ideia não heterogênea de tempo, espaço e causa.

O conformismo lógico do Terno de Reis de Ouro Verde, ciclicamente estruturante, está estruturado nos símbolos de integração social. Esta é a lógica que contribui no sentido de



reproduzir fundamentalmente a natureza da ordem social: integração lógica igual à condição da integração moral.

No universo de poder do reisado, está mais do que evidente que os símbolos são instrumentos de integração social. De todas as representações que compõem o universo reiseiro, o *estandarte* é o mais emblemático. O estandarte seria um elo responsável por unir reiseiros e donos das casas, às vezes, mediando conflitos com próprios donos das casas; afinal, o indivíduo que recebe o Terno, permanecendo com o estandarte até o louvor final, passa a ser o “poderoso” do momento.

O estandarte é um instrumento complexo no mundo do reisado. Não pode ficar encostado em paredes, geladeiras ou armários e sim nas mãos do visitado, como uma espécie de guardião do presépio. Está posto à frente do cortejo, trilhando o caminho dos que seguem. Enfim, o estandarte é imediatamente “sociabilizante”, quando aproxima as pessoas que desejam tocá-lo ou de alguma forma estar perto dele. O estandarte é o poder que media as relações trilhadas pela passagem do Terno de Reis de Abaíra.

Considerações Finais

Neste artigo procurando demonstrar que o reisado da Chapada Diamantina é um tipo de manifestação cultural cuja formação está no período colonial, quando do processo de hibridização cultural lusitana, indígena e africana. Meu argumento principal está em observá-lo enquanto uma manifestação cultural *da roça*.

Em sendo da roça, o Terno de Ouro Verde possui características que melhor se apresentam na atmosfera rural e que, ao contato com as Sedes locais, experimentam conflitos e tensões. Afirmei ainda que o reisado continua em virtude do processo de refazer cultural, a partir das reconfigurações e hibridizações. Por se reconfigurar e hibridizar, o reisado não está posto no tempo com algo rígido e acabado; elementos novos de seu universo fazem com que novas gerações possam se identificar com a folia e assim ela é passada de geração a geração.

Bibliografia

AGUIAR, Pinto de (Org.). **Bailes pastoris na Bahia**. Salvador: Imprensa, 1957.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Alforrias em Rio de Contas – Bahia- Século XIX**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.



ALMEIDA, Maria da Conceição de. **Complexidade e cosmologia da tradição**. Belém: Eduepa, 2001.

AMARAL LAPA, José Roberto do. *Formação do Brasil Contemporâneo*. In: **Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico** / Lourenço Dantas Mata (Organizador) – 4ª Ed. – São Paulo: Editora SENAC, 2004.

AMORIM, Luciana Correia de. **As Festividades Religiosas e a Relação com o Poder em Rio de Contas**. Trabalho de conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste Bahia, 2006.

AMORIM, Sônia Maria Costa de. **Carnaval e máscaras: A magia da cena brincante da cidade de Rio de Contas**. Salvador. Ed. Autor, 2006.

ARANTES, Antônio Augusto. **O que é Cultura Popular** (Coleção Primeiros Passos). 7ª Edição. São Paulo, Brasiliense, 1984.

ARAÚJO, Nelson. **Pequenos Mundos: Um panorama da cultura popular da Bahia**. Salvador: UFBA, Fundação Casa de Jorge Amado, 1988.

_____. **Folclore e política**; seguindo de uma bibliografia da cultura popular baiana. Salvador, Universidade Federal da Bahia/Inamá, 1988.

AYALA, Marcos e Maria Ignez Novais. **Cultura Popular no Brasil** (Série Princípios). São Paulo, Ed. Ática, 1978.

BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. Coordenação de Cultura. **Guia Cultural da Bahia. Chapada Diamantina**. Salvador: a Secretaria, 1999.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais/Mikhail Bakhtin**; tradução de Yara Frateschi Vieira, - São Paulo: HUCITEC; [Brasília]: Editora da Universidade de Brasília, 1987.

BANDEIRA, Renato Luís Sapucaia. **Chapada Diamantina: história, riquezas e encantos**. 4 Ed. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, EGBA, 2006.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular: leituras operárias**. Petrópolis, Vozes, 1973.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Folclore**. São Paulo: Brasiliense, 12 ed, 1982.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Tradução de Alda Porto; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.



CARVALHO, Domingos Ailton Ribeiro de. **Tradição e Memória dos Ternos de Reis na cidade de Jequié (Recortes de Memórias)**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2002.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Seleta**. Organização, notas e estudos de Américo de Oliveira Costa. Nota de Paulo Ronai. Rio de Janeiro, editora José Olympio, INL, 1972.

CHARTIER, Roger. “Leituras populares”. In: **Formas e Sentido**. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Trad. Maria Lourdes M. Matencio. Campinas, São Paulo: Mercado da Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003.

CHILDE, G. **O que aconteceu na História**. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia – Introdução à ciência da sociedade**. 3ª. Ed. São Paulo: Moderna, 2005.

COUTO, Edilece Souza. *Devoções, festas e ritos: algumas considerações*. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**, ano 1, nº. 1, 2008, p. 1-10.

DELUMEAU, Jean. **Nascimento e Afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, 1989.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**; tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. 8ª. Ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.

_____. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo, Edições Paulinas, 1989.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: A essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros, Rio de Janeiro, IBGE, 1958.

FAZ CIDADÃO: **Estratégia Integrada de Desenvolvimento Local**. *Plano de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Município de Piatã*. Ilhéus – Ba, 2002.

FERREIRA, Manoel Jesuíno. **A Província da Bahia: Apontamentos**, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1875.

FERRETTI, Sergio. *Cultura e religião popular em Gramsci e religiões afro-brasileiras*. In: REILY, Suzel A. & DOULA, Sheila M. (Org) **Do folclore à cultura popular**. Anais do Encontro de Pesquisadores em Ciências Sociais. São Paulo: Codac/Dep. Antropologia/USP, 1990.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da família patriarcal**. Rio de Janeiro: INL-MEC, 1980.

GOMES, Josildete. *Povoamento da Chapada Diamantina*. In: **Anais do Segundo Congresso de História da Bahia**, Salvador, IGHB, 1952.



GRAMSCI, A. *Observações sobre o Folclore*. In: **Literatura e Vida Nacional**, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978.

HALL, S. *Estudos culturais e seu legado teórico*. In: **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. SOVIK, Liv (Org). Belo Horizonte / Brasília: Editora UFMG / UNESCO do Brasil, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. – 26 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro: 1550 – 1800**. Petrópolis: Vozes, 1974.

IPAC - **Inventário de Proteção do Acervo Cultural** Equipe PPH/SIC, 1978.

IRDEB: Documentário Bahia Singular e Plural. **Encontros de Reis da Chapada**, 2000.

_____. **Folia de Negros – Festas de Reis**, 1999.

_____. **Ternos y Folias: Fiestas de Reyes**, 1999.

LAPA, José Roberto do. *Formação do Brasil Contemporâneo*. In **Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico** / Lourenço Dantas Mata (Organizador) – 4ª Ed. – São Paulo: Editora SENAC, 2004.

LIMA SANCHES, Nanci Patrícia. **Os livres pobres sem patrões nas Minas do Rio de Contas/Ba – Século XIX (1830 – 1879)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

MEIRELLES, Domingos. **As noites das grandes fogueiras: Uma história da Coluna Prestes**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

MORAES, Walfredo. **Jagunços e heróis, a civilização do diamante nas lavras da Bahia**. 5ª ed. Bahia: Empresa Gráfica da Bahia / Assembleia Legislativa, 1997.

MORAIS FILHO, Melo. 1843-1919. **Festas e tradições populares do Brasil**, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

NEVES, Eivaldo Fagundes. **Sertanejos que se venderam contratos de trabalho sem remuneração ou escravidão dissimulada?** Afro-Ásia, 1997.

PINA, Maria Cristina Dantas. *Os negros do diamante: Escravidão no sertão das Lavras Diamantinas – século XIX*. In: **Politéia: História e Sociedade** / Revista do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.

PINHO E BRAGA, Clarissa Bittencourt de. **Sujeito oculto na Chapada Diamantina. Anais do V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Faculdade de Comunicação**,



UFBA, Salvador, 2009.

_____. *Seres Assombrados do Planalto da Bahia*. **Revista Língua e Literatura**, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Ed. Brasiliense. São Paulo: 1996.

QUEIROZ, Maria Isaura de. **O campesinato brasileiro**: Ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil, Vozes, 1973.

QUEIROZ, Suely R. Reis de. **A abolição da escravidão**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, Renata Trindade. **Sobrados e Coretos**: breve história de dez municípios do interior da Bahia e suas Bandas de Música contempladas pelo projeto Domingueiras. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2005.

SAMPAIO, Eliane Pinheiro Navarro. *Ouro Diamantes e ecoturismo no antigo território dos Jês: Estudo sobre o Patrimônio Cultural da Chapada Diamantina*. In: D. P. Trevizan (org). **Comunidades sustentáveis a partir do turismo com base local**. Salvador/Ilhéus: Editus, 2006.

SAMPAIO, Teodoro. **O Rio São Francisco e Chapada Diamantina**. (Org. José Carlos Barreto de Santana). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANDRONI, Carlos. **Feitiço decente: transformações do samba no Rio de Janeiro, 1917-1933**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. UFRJ, 2001.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: UNESP. Salvador, BA: EDUFBA, 2001.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIANNA, F.V. **Memória sobre o Estado da Bahia**. EGBA: Salvador, Bahia, 1893.

VIEIRA, Sulamita. **O Sertão em movimento: A dinâmica da produção cultural**. São Paulo: Annablume, 2000.

VOVELLE, Michel. *O popular em questão*. In: **Ideologias e Mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1991.



(Re)invenções de presos políticos num presídio da ditadura militar.

José Airton de Farias²

Artigo Recebido em: 23/08/2017
Artigo Aprovado em: 03/10/2017

RESUMO

No Ceará, após a derrota da esquerda armada, a ditadura militar manteve presos os militantes revolucionários no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS). Ali, os presos políticos desenvolveram novas práticas, abrindo brechas na estrutura carcerária da ditadura e desenvolvendo práticas, táticas e estratégias, realizaram reconstruções e ressignificações, todas de relevos para a redefinição de suas identidades e projetos políticos. Nesse processo, não raro, estavam presentes elementos da cultura política comunista. O artigo foca nas ressignificações feitas pelos presos em alguns ambientes do presídio e como tal processo impactou em suas trajetórias pessoais e políticas: a cozinha, as próprias celas, as oficinas. Atenta-se também à produção artesanal e artística dos internos e suas diversas significações.

PALAVRAS-CHAVES: Ditadura militar, presos políticos, Ceará.

(Re)inventions of political prisoners in a prison of military dictatorship

ABSTRACT

In Ceará, after the defeat of the armed left, the military dictatorship kept prisoners of revolutionary militants in the Paulo Sarasate Penal Institute (IPPS). There, political prisoners developed new practices, opening gaps in the dictatorship's prison structure and developing practices, tactics and strategies, carried out reconstructions and resignifications, all of relief for the redefinition of their identities and political projects. In this process, often, elements of the communist political culture were present. The article focuses on the resignifications made by prisoners in some prison environments and how this process impacted on their personal and political trajectories: the kitchen, the cells themselves, the workshops. It is also attentive to the artisan's artistic and artistic production and its different meanings.

KEY-WORDS: Military dictatorship, political prisoners, Ceará.

² Doutorando em História Social/Contemporânea II pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e bacharel em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: airtondefarias@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0536542035821361>



Um espaço para chamar de seu

Num presídio, as atividades dos internos tendem a serem as mesmas, realizadas em conjunto, nos mesmos horários, com todos os presos sendo tratados de forma idêntica, conforme as determinações dos funcionários e dirigentes. Os presos dormem, trabalham, se divertem, se alimentam em grupo, num mesmo ambiente e horário, sob a inspeção de uma autoridade³. Não obstante, por suas especificidades, de inimigos da ditadura militar brasileira, os militantes da esquerda armada mantidos encarcerados no presídio cearense Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), escaparam a tal constatação. Mais ainda: em suas vivências cotidianas, os presos políticos deram outros sentidos a alguma das estruturas físicas do presídio e às imposições e desejos do corpo dirigente prisional. Agiam, não raro, conforme os ideários de sua cultura política comunista, marcada pela solidariedade e coletivismo⁴. Os revolucionários mantidos presos no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), no Ceará, abriram brechas na estrutura carcerária da ditadura, desenvolveram práticas, táticas e estratégias, realizaram reconstruções e ressignificações, todas de relevos para a redefinição de suas identidades e projetos políticos. Não obstante, o viver não cabe em esquemas rígidos e as práticas levaram igualmente a questionamentos, dúvidas, atritos com a própria cultura comunista, ensejando mudanças nas visões de mundo e comportamento dos militantes. Assim, buscaremos abordar neste artigo como os presos políticos do IPPS deram outros sentidos e usos a alguns ambientes do presídio e como tal processo impactou em suas trajetórias pessoais e políticas.

Michel de Certeau distingue as categorias lugar e espaço.

Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. (...) um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade.

Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidades polivalentes de programas conflituais ou de proximidade conflituais⁵.

³ GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.

⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista. In: NAPOLITIANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo. *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 22 e seguintes.

⁵ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004, p. 202.



O lugar se definiria pela disposição dos elementos. O espaço seria a significação dessa disposição, a vinculação desses elementos através da prática humana e do discurso humano. Nas práticas do cotidiano, os indivíduos subvertem programações disciplinares e estruturas. Os indivíduos se apropriam e ressignificam os lugares e os transformam em espaço, conforme suas necessidades, criatividade e condições de vida. O espaço é o lugar praticado. O lugar é a ordem, as normas, a estabilidade; o espaço, a contraordem, a subversão, a instabilidade. O lugar apega-se aos limites, o espaço os viola, os transgrede, dependendo da tática para ser praticado. Certeau⁶ trata da “fala dos passos perdidos”, referindo-se a um caminhar urbano (mas aplicável a outros contextos), de como as pessoas atualizam os mapas urbanos ao andar, apropriando-se dos mesmos e praticando e produzindo espaços.

Podemos entender os diversos ambientes do Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS) como lugares, construídos e planejados com determinadas estruturas e fins: encarceramento e controle dos internos, sua “ressocialização”, punição... Os internos (e, porque não, os funcionários e os dirigentes do presídio), com suas práticas, ocupações, apropriações e vivências, transformaram aqueles ambientes em distintos espaços. Ao viverem, dormirem, circularem, se relacionarem, as pessoas dão vida a um lugar, apropriam-se, inventam e reinventam, criando o espaço, estabelecendo significados que nem sempre é o esperado por quem o instituiu. “(...) as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais.”⁷ Os indivíduos referidos, em suas caminhadas, percursos cotidianos, a partir de inferências corporais e cognitivas, deram outros significados ou ressignificaram o presídio. Esses processos permitiram aos militantes de esquerda reconfigurarem suas identidades pessoais e moldar novos projetos políticos, como bem demonstrou Pilar Calveiro ao tratar dos encarcerados pela ditadura argentina⁸.

Um dos primeiros ambientes do Instituto Penal Paulo Sarasate ressignificados pelos ativistas foram as próprias celas, que ganharam outros objetivos mediante as invenções e necessidades dos presos políticos. Numa prisão, um dos problemas é o da individualidade e da falta de privacidade⁹. Pela descrição dos entrevistados e pelo que pudemos constatar em nossa

⁶ Ibidem, p.176.

⁷ Ibidem, p.178.

⁸ CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013.

⁹ GOIFMAN, Kiko. *Valetes em slow motion: a morte do tempo na prisão*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1998.



ida ao presídio em março de 2017, o resguardo da intimidade era problemático, por mais que as celas do IPPS fossem para apenas uma pessoa.

As celas eram padronizadas, iguais para todos os internos, os quais não podiam fazer nenhuma alteração no ambiente, nos primeiros tempos da prisão. Para complicar, ainda nesses primórdios do presídio, conforme relatado pelos entrevistados, era vedado que os presos políticos tivessem objetos pessoais nas celas. Em geral, num presídio, busca-se despojar o interno de seus bens pessoais, com o estabelecimento providenciando alguns outros bens, não raro, padronizados e de qualidade inferior. Ora, um conjunto de bens individuais apresenta relevância para o indivíduo. Despojar, pois, o interno de bens usuais é uma forma de desfiguração pessoal, de atacar sua identidade e individualidade¹⁰.

Encontrar-se num presídio a exemplo do IPPS, conforme expressão do ex-militante do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) Mário Albuquerque, é estar num “casamento forçado”, referindo-se aos contatos diuturnos dos revolucionários atrás das grades, que podiam provocar indisposições, irritações, pequenos desentendimentos, muitas vezes. Como lembra Goffman, o contato excessivo em instituições como a prisão é contaminador, matriz de antipatias, atritos¹¹. De modo geral, no IPPS, o militante da esquerda armada quase nunca estava inteiramente sozinho. Realizava atividades em conjunto com seus companheiros, constatação que se enquadrava dentro do próprio coletivismo comum à cultura política comunista, e se encontrava numa situação na qual era visto, percebido ou ouvido por outras pessoas, mesmo que fossem apenas os colegas de internamento ou os funcionários do presídio, numa espécie de concretização do modelo do panóptico abordado por Foucault¹². Assim, o “casamento forçado”, a dificuldades de obter privacidade e a constante vigilância levavam presos a ficarem com “nervos a flor da pele”, por vezes, gerando algumas “discursões bobas”, conforme nos revelou outro ex-presos do IPPS, Fabiani Cunha, ainda que destacando a convivência respeitosa na maior parte do tempo.

Dessa forma, eram necessários para os presos alguns momentos para se “afastar” do resto do grupo, buscar um espaço para si, pensar, estudar, questionar – talvez lamentar, chorar... –, num exercício que ajudava na reconstrução psíquica dos militantes, dentro de um presídio em que viveriam forçadamente por meses ou anos. Gravar numa cela uma marca pessoal era firmar uma identidade, denotar a personalidade daqueles homens que haviam sonhado com

¹⁰ GOFFMAN, Erving. Op. Cit.

¹¹ Ibidem.

¹² FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.



outra sociedade, mais igualitária e socialmente justa, e que foram derrotados e, não raro, humilhados e torturados pela ditadura, mas que agora necessitavam recomeçar, repensar ou manter seus princípios e sonhos. Após os primeiros meses de intenso controle e restrições, os presos políticos do IPPS conseguiram brechas através das quais buscaram firmar a individualidade e a privacidade. Não era apenas tornar a cela mais atraente ou confortável, visando um ambiente, dentro do possível, melhor de viver e lúdico. Era buscar escapar a descaracterização desejada pela ditadura, dar uma “cara própria” às celas, firmar a condição de presos políticos e de indivíduos.

Com o tempo eu fui dando minha cara à cela. Tinha uma mesa para escrever, eu escrevia e lia muito lá. Tinha um rádio, um mosqueteiro, porque tinha inseto. Tinha um mergulhão [aquecedor], para esquentar a água, porque eu tinha problema de calafrios. Coloquei uns quadros na parede, mas eram paisagens, não eram políticos, não. (...) Havia companheiros que buscavam papelão na grade toda para obter privacidade. William Montenegro, ex-membro da ALN (Ação Libertadora Nacional).

Outros internos montariam pequenas estantes de livros, poriam quadros, fotos de parentes, retratos de mulheres nuas nas paredes e havia ainda os que priorizassem os instrumentos musicais, discos e rádios. Houve mesmo quem dividiu a cela com um gato selvagem e uma criação de pássaros, como foi o caso do citado Fabiani Cunha, ex-militante da ALN. Não obstante, havia limites para a individualização das celas. Pôsteres de líderes políticos, como de Che Guevara, não eram tolerados, muito menos os livros “vermelhos” comunistas. Vez por outra, agentes penitenciários, policiais federais e membros da Auditoria Militar inspecionavam as celas, confiscando bem dos presos e os intimidando, denotando a violência e o autoritarismo do regime e da instituição prisional. Era o mundo “real”, externo, lembrando aos militantes da esquerda armada a sua condição de preso político e inimigos do governo militar.

Todo poder à cozinha

Estando os presos políticos separados dos demais internos e sendo seu número menor, havia celas vazias nas “ruas” dedicadas a eles no pavilhão sete. Com isso, algumas dessas celas, lugares destinados, a priori, ao cumprimento de uma pena, foram transformadas, conformes as necessidades cotidianas e pretensões e projetos políticos dos internos, em cozinha, dispensa, oficina, biblioteca, discoteca e sala de aula, sem falar nas salas da burocracia que viraram



espaços para encontros íntimos com namoradas e esposas. Ou seja, as práticas cotidianas dos presos, suas necessidades e aspirações, deram outros sentidos às celas.

O presídio apresentava uma cozinha, chamada de “rancho”, onde trabalhavam alguns presos comuns, de melhor comportamento. Ali também eram servidas as refeições. Numa prisão, os internos são obrigados ou veem-se obrigados a ingerir os alimentos dados pela instituição, por menos agradável que sejam. A qualidade da comida no IPPS não era das melhores, motivo de reclamação dos presos. De início, igual os demais internos, os militantes da esquerda armada tinham de consumir essa mesma alimentação, servida em suas celas, onde estavam reclusos. Não por acaso, seriam os presos comuns que levavam as refeições os primeiros a se aproximarem dos “subversivos” do IPPS. Ante o processo de acomodações, pressões, embates e negociações que desenvolveram ao longo dos anos junto à direção do presídio, os presos políticos conseguiram, após algum tempo, permissão para prepararem seus alimentos à parte. Para a direção do presídio, não deixava de ser vantajosa a concessão, afinal, não precisaria se preocupar com a logística de ter funcionários ou presos comuns para levar as refeições dos “subversivos”, recolher pratos, etc. Para os militantes de esquerda encarcerados, afora a possibilidade ter refeições de melhor qualidade, era uma vitória, um tento na busca de autonomia dentro de uma estrutura autoritária. Numa prisão, a alimentação é fundamental e, agora, seriam os presos políticos que se responsabilizariam por ela. Não era apenas um trunfo momentâneo. Constituíam-se uma vitória que ensejava lutar por outras melhorias e reivindicações. Se fosse um sucesso essa experiência de produção de alimentos pelos presos políticos, também seria se trabalhassem em outras ocupações, estudassem...

A autorização para uma cozinha dos “subversivos” não era extensiva aos demais internos do IPPS, denotando mais uma vez o tratamento peculiar que a própria ditadura ofertava aos presos políticos, ainda que no discurso oficial não os reconhecesse como tais.... É possível ponderar se uma cozinha para os presos comuns seria viável, visto que o funcionamento daquele espaço entre os militantes de esquerda foi viabilizado pela proximidade pessoal entre estes e o ideário comunitário da cultura política da esquerda. Os ativistas passaram a receber do presídio porções dos produtos crus (feijão, arroz, macarrão, carne), os quais eram juntados com os mantimentos trazidos pelos parentes nos dias de visita e postos em uma cela, até então vazia. Tal cela, assim, virou dispensa e cozinha dos militantes de esquerda, sob o controle e administração do coletivo. Era chamada simplesmente de “a cozinha”, um dos ambientes de maior relevo dentro do pavilhão dos presos políticos do IPPS.



A cozinha trazia, não obstante, alguns “desconfortos” para os militantes de esquerda. “Desconforto” vinculado, por exemplo, à origem e condição social dos ativistas, gente vinda, com exceções, da classe média¹³, e não muita afeita a realizar ou valorizar quem lidava com os fazeres da cozinha e limpeza doméstica. “Desconforto” também político, afinal, aqueles homens estavam presos porque se proclamavam guerrilheiros, rebeldes que desejavam mudar o mundo, revolucionários que antes haviam empunhado armas e, agora, faziam “humilhantes trabalhos”, manuseando panelas e vassouras. “Desconforto” porque faziam nos cárceres “trabalho de mulher e gay”, nas palavras do ex-ativista Mário Albuquerque, reproduzindo o machismo da sociedade e do qual a esquerda não escapava.

Bem de acordo com a cultura política comunista, de tratamento igualitário e responsabilidade solidária¹⁴, todos os presos deveriam trabalhar na cozinha, mesmo que não tivessem nenhuma habilidade. Alguns dos militantes, se não tinham como se livrar daqueles afazeres, apelavam para soluções inusitadas para minorar a “falta de dotes culinários”. Era o inventar em cima do inventado.

Com a história da igualdade, era levada ao nível cômico e extremo. Todo mundo tinha que passar pela cozinha. Só que tinham gente que não tinha o menor jeito. Lá em Recife, ficou conhecido um companheiro como “bife mergulhão”. Por quê? O que ele fazia? Botava água no fogo, pegava a carne, tacava dentro da água, punha um tempero e pronto. Era um sabor horrível [risos]. Aqui, o Auto Filho, intelectual, o que que ele fazia no dia da cozinha dele? Ele mandava comprar feijoada enlatada [risos]. Ele servia. Todo mundo tinha que cumprir a norma de ir para a cozinha. Mário Albuquerque, ex-militante do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário).

Assim, com certo incômodo ou falta de habilidades para aquelas atividades manuais e uma qualidade “a desejar” das refeições, o dia na cozinha poderia ser “terrível” tanto para quem preparava os pratos e como para quem os consumia... Ao longo dos anos, não obstante, os internos foram dominando a labuta, os parentes, especialmente as esposas e irmãs, nos dias de visitas, davam dicas, levando os revolucionários a perceberem com outro olhar a importância do trabalho doméstico. As necessidades da existência dos presos políticos levaram-no a novas práticas e, porque não, a outras concepções de mundo.

¹³ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

¹⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit.



Mãos que fazem

Há um discurso, ainda comum hoje, de enxergar o trabalho dentro do sistema penitenciário como maneira de redimir os presos e ressocializá-los. Como diz Kiko Goifman¹⁵, o trabalho numa prisão, porém, tem sentido distinto daquele do mundo externo, onde a atividade laboral visa a um pagamento, lucro, acúmulo de riqueza ou prestígio. No presídio, o trabalho geralmente fica restrito aos internos de menor periculosidade, que têm atualmente na labuta uma forma de redução das penas, conforme a legislação processual penal criada em 1984¹⁶. A grande massa carcerária, assim, está afastada das atividades laborais. Para os presos, o trabalho é uma forma de passar o tempo com uma atividade “produtiva”, atenuando a maçante rotina carcerária – numa prisão o tempo a ser preenchido é enorme e as atividades a serem feitas, poucas¹⁷. Vira também uma forma de tutela pela direção, visto que, caso os internos cometam alguma conduta proibida, irão perder o direito ao trabalho. Em geral, os presos são postos em função mais simples, como limpar, lavar roupas, cozinhar, etc., vistas como degradantes ou menores pelos funcionários e dirigentes da instituição prisional¹⁸.

Os presos políticos, não obstante, estavam impedidos de trabalharem em tais atividades. A coibição liga-se possivelmente à postura da direção do presídio de evitar contatos dos “terroristas” com os demais detentos e à peculiaridade dos crimes “subversivos” praticados – temor que as “ideias e táticas comunistas” fossem passadas a marginalia ou que os internos contaminassem os revolucionários com o comportamento “de malandro e vagabundo”, criando mais um problema para o presídio, segundo um dos ex-funcionários do IPPS¹⁹. Não se pode também esquecer a condição social dos presos políticos, pessoas de classe média, tais quais, via de regra, os funcionários e diretores do IPPS, que concebiam como “menor” o trabalho manual. Mesmo sendo “terroristas”, não seria propício ou aceitável que “gente estudada” trabalhasse em serviços simples como para os marginais “pretos e pobres”.

Isso não quer dizer, porém, que os presos políticos deixassem de trabalhar – iriam ser responsáveis pela limpeza e cozinha apenas do pavilhão sete, onde estavam recolhidos, por exemplo. Apesar da referida origem social de classe média e das restrições iniciais (“somos

¹⁵ GOIFMAN, Kiko. Op. Cit.

¹⁶ Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. In www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm Consultado a 03/03/2017.

¹⁷ GOIFMAN, Kiko. Op. Cit.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ Epifânio de Carvalho, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 13 de junho de 2016.



revolucionários, não lixeiros”, diria um dos presos), tais serviços ganhariam relevo na reconstrução da vida daqueles homens, uma quase terapia, uma ocupação para preencher o tempo e a mente. Acreditavam que realizando as atividades estavam cada vez mais ganhando autonomia dentro do sistema autoritário prisional e ditatorial vigente e sendo responsáveis por melhores condições de sobrevivência dentro do IPPS. Tão importante para os guerrilheiros o trabalho que uma de suas maiores lutas e reivindicações, depois atendida, foi a instalação de uma oficina de artesanato. “Com o tempo, começou a haver um certo diálogo com a direção, mas com dificuldade de liberação das coisas. Mas a gente conseguiu o artesanato, termos os instrumentos para fazer nosso artesanato”, afirmou o ex-militante da ALN, William Montenegro.

Também ali, pela natureza das atividades desenvolvidas numa oficina, os militantes passaram a acessar e a manusear facas e outros objetos perfurocortantes (pregos, tachas, estiletes, serras, etc.). A postura da direção foi de concessão e tolerância tácita com os presos políticos.

Não obstante essa liberação, a oficina, bem como a cozinha (onde igualmente se manuseavam facas), ficava nas primeiras celas da ala dos presos políticos, nas proximidades do portão de entrada da galeria, área por onde transitavam funcionários e seguranças do presídio. Se estes eram “coniventes” com a oficina, provavelmente estavam de olho no que era produzido e nas armas manuseadas pelos ditos “subversivos”... O primeiro dinheiro para a obtenção da matéria-prima era possibilitado geralmente pelos familiares, como no caso de Wilson Montenegro, que comprou com seus recursos couro, cola e tintas para o trabalho do irmão, William Montenegro. Depois, com os lucros da oficina, os militantes passaram a se autofinanciar, ainda que não tenha cessado a ajuda e apoio de familiares.

Os presos do IPPS produziam peças de artesanato e de arte. Baseando-se no pensamento dos sociólogos Wright Mill²⁰ e Richard Sennett²¹, Geruza Silva entende que existe aí uma distinção.

O conceito de artesanato gira em torno da ideia de que toda a produção artesanal é resultante da transformação de matérias-primas, com predominância manual, por indivíduos que detenham o domínio integral de uma ou mais técnicas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural, podendo no processo de sua atividade ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios²².

²⁰ MILLS, C. Wright. *Sobre o Artesanato Intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

²¹ SENNETT, Richard. *O Artífice*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

²² SILVA, Geruza. *Artesanato: identidade e trabalho*. 2014, 180 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.



Assim, nem sempre os objetos frutos do trabalho do artesão são resultantes do processo de produção manual. Pode haver complementos de partes industrializadas, embora com o predomínio da produção manual. Usando a criatividade e suas mãos, o artesão, de forma individual, produz objetos de uso prático, utilitário, estético ou de caráter cultural e simbólico. A partir dessas reflexões, entendemos que, a rigor, os presos políticos do IPPS não seriam artesãos na acepção do termo, visto que trabalhavam eventualmente e não viviam da labuta do artesanato e da arte, com a produção tendo outros fins. Não obstante, os objetos confeccionados na oficina do presídio cearense, podiam ser vistos, na maior parte das vezes, como peças de artesanato, tendo ocorrido igualmente a produção do que se pode chamar de arte, conforme a definição referida.

Vários dos entrevistados citaram a confecção de produtos como sapatos, sandálias, bolsas, sacolas, colares, cinturões, capangas (pequena bolsa de mão usada por homens nos anos 70 e início dos 80), pendentos de corda (para pendurar vasos de samambaias, cujo cultivo era “moda” nos anos 70 e 80²³), porta-lápis, canetas (revestidas com linhas), canecas (latas de cerveja envolvidas com linha ou couro) e até pequenos móveis de bambu (bancos). Exemplos de obras de artes podem ser citados, como desenhos, quadros de madeira ou de couro, em técnica de xilogravura e pirogravura. Foram técnicas desenvolvidas e aperfeiçoadas pelos presos com o passar dos anos por vários motivos. Algumas vezes, por suas próprias experiências e reflexões sobre como aprimorar a produção. Havia a contribuição possibilitada com a chegada de novos presos políticos, que traziam consigo as experiências de outros presídios Brasil afora – Mário Albuquerque disse, por exemplo, que a técnica de pirogravura no Paulo Sarasate foi incrementada com a vinda de José Jesuíno de São Paulo, em 1975. Outras vezes, as técnicas de confecção eram aprimoradas por influências, imitação até, pois os presos do IPPS recebiam objetos artesanais e artísticos de outros presídios, do mesmo modo que enviavam as suas. Ocorreu também de receberem cursos de produção: um amigo de William Montenegro, Flávio Sampaio, que então presidia a seção local da Associação Brasileira de Artesãos, chegou a dar um curso sobre uso de couro aos internos do IPPS, conforme relatou o mesmo Mário Albuquerque e a imprensa²⁴.

²³ <http://www.plantasonya.com.br/tag/samambaias/page/8> Consultado a 23/05/2017.

²⁴ A associação que defende o artesão e o artesanato. O Povo, 1º/4/1981. Na matéria, o presidente da Associação de Artesão, Flávio Sampaio, informa que em 1975 ministrou um curso de artesanato no IPPS, reunindo 100 detentos.



Como ficou acertado em decisão do coletivo de presos políticos, os ganhos pecuniários do trabalho na oficina eram apenas daqueles que se dedicavam à labuta. Não havia uma obrigatoriedade de que todos os militantes trabalhassem na produção artesanal, como acontecia no caso da cozinha. Dedicar-se ao artesanato era de livre escolha do interno, pois nem todos tinham a habilidade ou interesse no ofício. Cabia também ao preso, através da família, adquirir a matéria-prima, produzir e vender as peças. Cada um tinha o seu dia e um horário flexível na oficina, trabalhando sozinho, via de regra. A entrega da matéria-prima pela família e o repasse da produção aconteciam nos dias de visitas, aos sábados.

Em posse da produção, os familiares buscavam vender as peças, negociando-as, não raro, com amigos e outros parentes, embora talvez pudessem repassá-las a alguns estabelecimentos comerciais, dos quais recebiam até encomendas. Havia uma verdadeira rede de apoio e venda para os produtos feitos pelos presos políticos do IPPS.

Nesse aspecto, as peças artesanais e artísticas desenvolvidas pelos militantes iam além das possibilidades de obter algum dinheiro e preencher o tempo dos encarcerados no IPPS. Eram ressignificadas, de objetos de artesanato constituíam-se igualmente em signos, como entende a semiótica, ou seja, um meio de fazer a representação mental de um objeto, de uma ideia, de um desejo, atribuindo um valor, significado ou sentido, de modo a torná-los transmissíveis em forma de mensagem²⁵.

Eram instrumentos de divulgação, forma comunicação dos presos com o mundo externo, denotando sua existência e condição de cativos, bem como denunciando e criticando a ditadura. Não era à toa que os encarcerados, mesmo com seu trabalho individual, insistiam em gravar nas peças de couro e madeira a expressão “Presos Políticos do Ceará”, o que não foi aceito pela direção do IPPS – como sabemos, a ditadura não reconhecia a existência de inimigos políticos encarcerados no Brasil. Após intensa mobilização e negociação, chegou-se a um acordo, sendo aceito que se gravasse na peça a sigla PPCE, iniciais daquela expressão. Era uma forma de o presídio tentar esconder, pois, a existência dos presos políticos. Ao circularem fora do presídio, as peças furavam o discurso oficial, deixando claro que o regime, ao contrário do que propagava, mantinha, sim, presos políticos no Ceará e que havia um regime de exceção no País. Ao serem comercializados numa “barraca dos presos políticos” – e os militantes pela Anistia e familiares faziam questão de deixar isso bem claro e explicar o porquê daquela sigla –, os objetos estavam cumprindo sua função de comunicação e denúncia.

²⁵ SANTAELLA, Lúcia. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 2012.



As peças igualmente serviam de meio para manifestar o pensamento político dos militantes, seus anseios, projetos. Ao longo da pesquisa, encontramos várias peças em que se percebia, por exemplo, a defesa da liberdade e da Anistia, sobremaneira aquelas datadas do fim dos anos 70. Rarearam as peças do começo da década, exatamente quando era maior a presença de militantes que acreditavam na persistência e viabilidade da luta armada. Essa dificuldade de encontrar peças da primeira metade da década de 1970 pode ser apenas coincidência, óbices naturais de se achar objetos mais antigos, mais raros, uma vez que muitos familiares dos presos não se preocuparam em preservar o artesanato. Estavam mais focados em obter algum ganho e conseguir a sobrevivência, ante um quadro de dificuldades financeiras.

Mas pode não ser coincidência. Lembrando as lições de Jacque Le Goff²⁶ sobre monumentos e documentos, o que sobreviveu não é o conjunto daquilo que existiu no passado, não foi conservado por mero acaso. É produto também de relações de forças, poderes e interesses. No caso das peças de artesanato dos presos políticos, valores sentimentais, mas igualmente políticos e de memórias reconstruídas ajudaram em suas manutenções. Talvez, para alguns dos ex-presos e parentes, não seja interessante conservar peças que denotam que os militantes, “radicais de esquerda”, defendiam a conquista do poder institucional pelas armas e violência, inclusive mesmo depois de serem presos. Nas reconstruções das memórias feitas pelas esquerdas, a partir da segunda metade dos anos 70²⁷, passou-se a enfatizar que a luta visava derrubar a ditadura e trazer de volta a democracia. Alguns dos entrevistados adotaram esse discurso, quando, pelo que percebemos, a “autocrítica” sobre a luta armada e o apoio à Anistia e à defesa pelo retorno da “democracia burguesa” foram alvos de acalorados debates dentro do coletivo de presos políticos do Paulo Sarasate. Dessa forma, para coadunar memórias e identidades políticas, seria mais interessante conservar peças de artesanato que ratificassem os ideais de luta pela Anistia, concórdia e redemocratização do País.

Mais ainda: as peças artesanais e artísticas viraram mesmo signos de vínculo e identidade entre os militantes de esquerda. Como os militantes e os parentes buscavam deixar claro que aqueles eram objetos produzidos por pessoas mantidas presas pela ditadura, em muitas ocasiões os consumidores eram pessoas identificadas com as esquerdas ou que se solidarizavam com os presos políticos. Assim, como revelou algumas das entrevistadas, ao chegar num local e ver outrem com uma bolsa, capanga, sandálias, etc., daqueles modelos, entendia-se que era

²⁶ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

²⁷ AARÃO, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.



grande a possibilidade de a pessoa ter um parente preso político ou ser simpatizante das esquerdas.

Por outro lado, a ditadura passou a ver as peças com mensagens políticas ou apenas assinadas pelos presos como prova de “subversão” e indisciplina. No Arquivo Público do Ceará tivemos acesso a um relatório confidencial do DOPS, de 1977, sobre irregularidades praticadas pelos “subversivos” no IPPS. O agente responsável pela investigação, Aluíso Figueiredo Gomes, infiltrou-se no Paulo Sarasate para produzir o relatório, no qual anexa um cartaz, “imprimido em tipos de madeira (...) para o papel”, acrescentando que “esse trabalho é feito pelos próprios presos políticos, os quais distribuem com seus visitantes. Acrescente-se ainda, [sic] que observei que esses tipos de cartazes têm saída livre”²⁸. Como prova material do crime praticado, o agente não apenas citou o cartaz, mas fez questão de anexar a imagem ao relatório. Deixou claro, pois, que a imagem apresentava um teor que atentava à ordem estabelecida, numa conduta que deveria, pois, ser combatida, uma vez que os presos políticos estavam reproduzindo esse material, com a conivência ou omissão dos funcionários e diretores do IPPS. O trabalho artístico, assim, ganhava outra significância aos olhos do regime.

Havia também no trabalho artesanal dos presos políticos do IPPS um sentido terapêutico, de desenvolver e expressar sensibilidades, sentimentos e aptidões artísticas dos militantes da esquerda revolucionária, homens vindos de um ambiente militarizado, de armas, força. Tanto o é que a produção de peças não ocorreu apenas na cela-oficina, cujo funcionamento foi autorizado pela direção do IPPS. As peças serviam para externar desabafos, sonhos, tristeza, afeto. Um exemplo pode ser encontrado nas peças de xadrez confeccionadas a partir de cabos de vassouras pelo ex-militante da ALN, Waldenilo Balaio. Pelos documentos da Associação Anistia 64-68 e depoimento de outros militantes e de sua filha, Sayonara Balaio, o preso político, ex-funcionário dos Correios e que já havia sido preso quando do golpe de 1964, ficou no IPPS entre 1971-72. Balaio passava horas em sua cela talhando as referidas peças com o manuseio de uma tampa de lata de sardinha, sinal que o uso tácito de facas pelos presos políticos só era aceito dentro da oficina. Ao concluir o conjunto de peças do jogo, em vez de usá-lo com seus companheiros de presídio (o xadrez era uma das ocupações favoritas de alguns internos), Waldenilo presenteou-o em sinal de apreço à família, que conservou durante décadas as peças.

²⁸ Relatório de 15.08.1977, pasta do DOPS, Acervo do Arquivo Público do Ceará.



O uso de obras para prestar homenagens e agradecimentos e expressar amizades e apoios seria mais uma significância das peças de artesanato ou de artes enquanto signos. No caso do artesanato, acontecia de bolsas, sapatos, etc. serem presenteados a familiares, amigos e apoiadores da causa da Anistia com dedicatórias especiais e assinaturas grafadas dos presos nas peças. As peças de arte, como quadros de couro ou madeira, com técnicas de xilogravura ou pirogravura, tinham a confecção acertada e realizada coletivamente, com cada preso, podendo, mesmo os que não dedicavam à oficina rotineiramente, contribuir, dar sugestões e trabalhar na produção de alguma peça. Ou seja, a produção de artes estimulava e possibilitava que outros presos também participassem do processo de produção.

Pensando a esquerda

Na fase da luta armada, os militantes, de modo geral, caracterizavam-se pela pouca teoria²⁹. Como acreditavam na iminência da vitória, não davam muita atenção a pressupostos teóricos. Não raro, é comum ver os ativistas confessarem que só foram conhecer e estudar o marxismo e outras teorias políticas, em profundidade, na prisão. No IPPS, uma das celas foi transformada em grupo de estudos. A princípio, eram grupos que visavam à melhor formação intelectual dos presos, para que se preparassem visando uma posterior conclusão dos estudos, prestassem vestibular ou retomassem as vidas acadêmicas ou ao ensino médio (“segundo grau” à época). Tais grupos de estudos estavam em consonância com a estratégia e discurso da direção do presídio em “recuperar” os presos políticos, gente de classe média que tinha e via na educação um importante componente de ascensão social³⁰. Aos presos políticos já era, inclusive, franqueado o acesso à biblioteca do presídio, biblioteca considerada “bem rica” em quantidade de livros, conforme os entrevistados. Constituíam-se hábito dos presos políticos frequentarem esse ambiente na hora dos banhos de sol. Tão grande essa frequência que um dos revolucionários teria namorado a bibliotecária... “A gente lia tudo na biblioteca, política, economia, tudo que era jornal”, relatou William Montenegro. Por vezes, usavam os livros dali nos grupos de estudo.

Não obstante, as práticas dos militantes deram aos grupos de estudos outros propósitos. Pelas “brechas” da autorização para estudar, os presos políticos fizeram dos grupos espaços

²⁹ AARÃO, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

³⁰ TELES, Janaína de Almeida. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos do Brasil*. 2011, 519 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2011.



para debater política e seus projetos socialistas. Ali poderiam ocorrer aulas sobre marxismo, economia, história, etc., ministradas pelos presos – alguns eram professores – ou debates feitos após a leitura de textos, uma didática muito comum em universidades ainda hoje, denotando a origem dos internos – vários dos ativistas haviam sido estudantes universitários.

Apresentando objetivos que foram se distinguindo daqueles pretendidos pela direção do IPPS, os grupos de estudos apresentavam problemas na obtenção dos livros e revistas para as leituras cotidianas. Muitas vezes os livros eram trazidos clandestinamente por parentes nos dias de visitas e até por carcereiros, conforme um dos entrevistados³¹. Não foi coincidência que um dos motivos de uma greve de fome, em 1974, teria sido o de franquear o acesso a mais livros e revistas, o que, por fim, acabou atendido. Não obstante, mesmo com essa liberação, ainda havia a censura interna feita pela direção do IPPS sobre o conteúdo do que seria lido. Para a direção, não fazia sentido prender os inimigos do regime para que continuassem a manter ou a aprofundar seus pensamentos anteriores, “subversivos”. A “recuperação dos presos políticos e sua ressocialização” passavam pela destruição de sua ideologia “perigosa”. Ante as restrições impostas pelo corpo diretivo, uma das reivindicações constantes dos presos passou a ser o fim dessa censura interna do presídio. Usavam a argumentação que aquelas obras, ao serem publicadas, já haviam passado pelo crivo da censura do governo federal, não existindo por que haver uma outra censura, interna, no IPPS. Seria mesmo um “desrespeito e uma desqualificação” do trabalho de estratos superiores do Estado, conforme disse-nos o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque. Após muita pressão dos presos, a direção aquiesceu e acabou com essa censura interna aos livros.

Além de ocupar o tempo, o estudo em grupo permitia uma maior reflexão sobre a própria experiência da ação armada, os limites e críticas das ações e trajetórias das esquerdas, ou seja, no jargão dos militantes, a “autocrítica”. Tais reflexões permitiram mesmo que alguns dos militantes passassem a valorizar a democracia com um valor político fundamental. Não custa lembrar que na fase da luta armada, a democracia tida “burguesa” não era tão valorizada, e quando o era, não passava de uma forma os revolucionários alcançarem uma “esta política posterior”, a do socialismo³². Diz Mário Albuquerque:

Pela primeira vez, a gente começou a pensar. Porque antes era ação direta. O Partido Comunista, os grupos trotskistas têm uma formação teórica. Mas os grupos de ação armada eram de ação direta. Então, na prisão, pela primeira vez, eu fui realmente

³¹ Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

³² RIDENTI, Marcelo. Op. Cit.



começar a ler, refletir sobre mim mesmo, sobre eu estava ali, sobre o socialismo, entender a luta contra a ditadura, sobre valorizar a liberdade. Foi um processo de reestruturação geral. Foi quando eu descobri o valor da democracia. Porque para nós a democracia era muito estigmatizada, era burguesa e tal. Era mais uma forma do capital [dominar] e tal. Comecei a ler e estudar Gramsci. Abriu meus olhos.

Com o fim da censura interna dos livros no presídio e o passar dos anos, os presos políticos foram organizando uma biblioteca própria, estabelecida numa cela, que igualmente servia de discoteca. Tornou-se um dos espaços mais apreciados pelos revolucionários. Ler não só como forma de obter conhecimentos ou fazer reflexões, mas como maneira de preencher o tempo, o eterno desafio dos que passam temporadas numa prisão. “Havia muitos livros, muitos livros, não sei para onde depois foram esses livros, mas não eram poucos. Discos também, nos davam muito de presente”, afirmou em seu depoimento William Montenegro.

Se os presos políticos do IPPS liam clássicos da literatura e obras políticas, o que ouviam na discoteca? Pelos depoimentos dos entrevistados, os discos com clássicos da MPB e as músicas politizadas e de protestos dos anos 1960-70 eram bem vindos. Um dos presos políticos, o já referido ex-militante da ALN, Waldenilo Balaio, do tipo bem humorado, era um dos grandes conhecedores e incentivadores do “bom gosto musical” do coletivo. Não obstante, músicas tidas como “alienantes”, a exemplo das de Roberto Carlos, não eram bem quistas. Presos políticos chegaram a ser repreendidos por seus colegas por ouvirem “Iê-iê-iê”.

“Venustério”

Não só as celas do IPPS foram resignificadas pelos militantes da guerrilha. Salas com fins outros seriam transformadas em locais para encontro íntimo dos presos políticos, mais uma reivindicação atendida pela direção do presídio. Após pedidos dos militantes, foi criado o chamado “venustério”. Eram duas salas do bloco da administração do IPPS, para onde se dirigiam os militantes e suas esposas e namoradas nos dias de visita. Mário Albuquerque descreve as salas: “era um quarto, uma suíte, tipo um motelzinho. Uma suíte, uma cama de casal, uma mesinha, um ventilador, um pequeno banheiro e uma entrada de ar por cima. Era legalzinho [risos]. Era razoável”.

Vale lembrar que os encontros íntimos dos presos comuns aconteciam nas celas – inclusive, como revelou o mesmo Mário Albuquerque, era comum que os militantes de esquerda repassassem jornais e revistas que recebiam para os presos comuns porem em suas grades na busca de maior privacidade durante os encontros. A criação do “vesnustério” para os



presos políticos possivelmente se liga novamente à condição social dos mesmos, pessoas de classe média, cuja “índole” poderia ser atingida caso ficassem se expondo e mantendo relações sexuais em celas comuns.

Essa questão do “respeito” à condição social das famílias dos presos fica evidente quando se percebe uma mudança do local das visitas para facilitar os encontros sexuais. É que de início, no deslocamento para os quartos na administração, havia certo constrangimento. A partir do pátio do banho de sol, onde aconteciam as visitas, os casais tinham que percorrer um extenso corredor para chegar ao “venustério”. Por mais que buscassem ser discretos, acabavam sendo vistos pelos presos comuns através dos cobogós. Os presos comuns sabiam da intenção dos casais e, ocasionalmente, um ou outro soltava algum gracejo ou faziam comentários jocosos. Piadas, gracejos e insinuações, envolvendo sexualidade, era algo inaceitável e/ou constrangedor para aqueles militantes de esquerda armada e suas mulheres. Para contornar o problema, os presos políticos conseguiram junto à direção do IPPS que o local em que recebiam as visitas fosse transferido para um salão vizinho às duas salas do “venustério”, de modo que assim evitassem percorrer o longo corredor e escapassem aos “olhos alheios” e aos gracejos dos presos comuns.

Aquela preocupação ou concessão não foi estendida aos presos comuns, visto que com os papelões nas grades das celas – e eventuais gemidos e barulhos durante os atos sexuais –, todos sabiam o que se passava. Ou seja, as mulheres de classe média, mesmo que fossem as namoradas e esposas de “terroristas”, inimigos do Estado ditatorial, não podiam ter a sexualidade exposta, mas não havia problema para as mulheres dos “pretos e pobres”. No caso destas, a forma de evitar eventuais comentários por parte de outros presos comuns era a violência e a intimidação. Há uma tradição dentro dos presídios brasileiros de presos evitarem “até olhar” para a mulher de outros internos nos dias de visita, sob pena de acerto de conta posterior, o que implicava em surras e até assassinatos³³.

Essa questão de evitar a exposição da sexualidade, além da possibilidade de constrangimentos, também se liga, acreditamos, à rígida moral dos comunistas, conforme sua cultura política³⁴. Ao contrário do que a ditadura militar pregava em sua contrapropaganda, os militantes da esquerda armada apresentavam – ou deveriam ter – posturas comportamentais conservadoras. Não podiam beber, por exemplo, e eram vedado o namoro entre eles. Mário

³³ GOIFMAN, Kiko. Op. Cit.

³⁴ FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.



Albuquerque e sua namorada, Vera Rocha, quando militavam no movimento estudantil em Fortaleza, em 1968, ao entrarem na clandestinidade e antes de fugirem para Recife, tiveram que casar, numa cerimônia quase secreta. Claro que, na prática, houve namoros e até casos de gravidez “indesejada”, mas havia um ideal de comportamento pessoal a ser seguido pelo revolucionário. Na prisão, a princípio, pelo menos, essa rigidez comportamental se fazia presente. Na visita que fizemos ao IPPS em 2017, em companhia de dois ex-presos políticos, Fabiani Cunha e Mário Albuquerque, entre risos, o primeiro fez o seguinte relato sobre a “inauguração” do “venustério”:

O venustério foi um conquista que veio depois, de luta. Aí quando foi [para inaugurar], o Mário tá todo empolgado, tinha uma amiga jornalista e tal. Eu disse: Mário, ele não pode ir. Por quê? Porque o Mário não é casado [riso]. Aí, peraí, então, o Waldemar [Meneses] disse: “então vai o [José] Ferreira, o líder operário, que era casado, tinha família”. A gente chamou a atenção pela questão da família. A gente tem família, tem que respeitar.

A questão da rígida moral comunista acerca da sexualidade manifestou-se em outro momento, quando um dos familiares dos presos, para “agradar” aos internos, levou prostitutas para o IPPS. A presença das garotas provocou uma reunião extra do coletivo no dia de visitas. Em nome de sua visão de sociedade, o coletivo não aceitou que nenhum dos militantes ficasse com as mulheres³⁵. Esse conservadorismo se revelaria igualmente quando do “incômodo” provocado pela transferência de um preso político homossexual, vindo de São Paulo. Embora não tenha acontecido nenhuma ação ou manifestação homofóbica diretamente contra o preso, a presença do gay virou alvo de conversas e algumas piadas com os familiares, como nos revelou uma das pessoas entrevistadas, que pediu sigilo de seu nome em relação ao assunto.

A postura dos presos políticos sobre a sexualidade mudaria ao longo dos anos. Como chegou a falar um de nossos depoentes, a prisão provoca “solidão e carência afetiva e sexual”. As carências e a solidão, então, superaram os valores comunistas. Eram homens, na maioria, na faixa dos 30, 40 anos, que haviam passado boa parte da juventude, a “dourada fase” dos 20 anos, atrás das grades. Mário Albuquerque confessou que uma das razões das festas que os presos passaram a promover nos dias de visitas na segunda metade dos anos 70 era “conseguir namorada”. Atraídas e fascinadas pelo “charme”, simbolismo e coragem daqueles militantes que haviam empunhado armas contra a ditadura, muitas garotas, algumas universitárias e engajadas politicamente no movimento pela Anistia, passaram a visitar os presos no final da

³⁵ Entrevista com o ex-militante do PCBR, Célio Albuquerque, a 8 de julho de 2016.



década, não raro acontecendo envolvimento amorosos e sexuais. “Eles passaram a se arrumar melhor, começaram a cuidar mais dos cabelos e barbas”, diria uma das pessoas que visitava os revolucionários à época no IPPS. Alguns dos presos apresentavam várias paqueras, o que, por vezes, provocava crises de ciúmes e algum desentendimento. Um deles, casado, se envolveu com uma das jovens. Quando a esposa descobriu, indignada com a traição, queimou no quintal de casa todos os objetos de artesanato e cartas que o marido havia lhe mandado. Quando o militante, enfim, saiu da prisão, após a Anistia de 1979, o casal se divorciou.

Considerações Finais

Derrotados em seu projeto de conquista do Estado, os militantes da esquerda armada foram condenados pela Justiça Militar, cumprindo penas em presídios como o cearense Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS). Tendo como referência os princípios coletivistas e igualitários de sua cultura política comunista, os presos políticos buscaram melhores condições de existência dentro da estrutura carcerária da ditadura. A presença nos cárceres trouxe possibilidades de reflexões sobre as experiências da luta armada e de reconstrução de identidades pessoais e projetos políticos. No IPPS, os ativistas de esquerda buscaram brechas nas estruturas do sistema, desenvolveram novos usos e ressignificaram ambientes. Espaços viraram lugares com fins não imaginados, como celas que se tornaram cozinha e oficina de artesanato. Salas viraram ambientes de amor. As ressignificações não escaparam a problemáticas, como o machismo das esquerdas e as diferenças culturais em relação à massa de presos comuns. Peças de artesanato serviram como terapia e instrumentos políticos de denúncia da ditadura. Relações se construíram dentro do presídio e outras chegaram ao fim. Os presos políticos mudaram o IPPS, mas também foram mudados.

Bibliografia

AARÃO, Daniel. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina**. São Paulo: Boitempo, 2013.



- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.
- FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do mito**. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.
- GOIFMAN, Kiko. **Valetes em slow motion: a morte do tempo na prisão**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- MILLS, C. Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A cultura política comunista*. In: NAPOLITIANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo. **Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- SENNETT, Richard. **O Artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- SILVA, Geruza. **Artesanato: identidade e trabalho**. 2014, 180 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.
- TELES, Janaína de Almeida. **Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos do Brasil**. 2011, 519 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2011.



Apresentação e metodologia de análise referente à pesquisa documental do fundo institucional Centro Israelita de Nilópolis custodiado pelo Arquivo Histórico Judaico.

Fernanda Capri Raposo³⁶

Artigo Recebido em: 15/10/2017
Artigo Aprovado em: 26/11/2017

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar alguns apontamentos teóricos e metodológicos sobre a pesquisa documental na documentação que compõe o Fundo Institucional Centro Israelita de Nilópolis (FI0018), custodiado pelo Arquivo Histórico Judaico Brasileiro – AHJB.

Palavras-chaves: Judeus. Nilópolis. Pesquisa Documental.

Presentation and research methodology of documentary data of the institucional center Israelite Center of Nilópolis guarded by the Jewish Historical Archive.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present some theoretical and methodological notes on documentary research in the documentation that compose the Institutional Fund Centro Israelita de Nilópolis (FI0018), guarded by the Historical Jewish Historical Archive - AHJB.

Keywords: Jews. Nilópolis. Documentary Research.

³⁶ Doutoranda em História Social pela USP (2016), bacharel em Arquivologia pela UNIRIO (2002), licenciada em História pela UNIRIO (2015) e mestrado em Letras e Ciências Humanas pela UNIGRANRIO (2012). Atualmente é paleografa associada da FIOCRUZ, pesquisador associado - Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI), pesquisadora doutoranda - Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (LEER) e técnico em arquivo da UFRJ. E-mail: fernandacapri@gmail.com



Introdução

Com o objetivo de encontrar fontes e nelas os documentos necessários para o desenvolvimento de um projeto³⁷ tentarei demonstrar aqui, mesmo que de modo incipiente, quais serão os métodos e linha epistemológica que proponho utilizar em um dos acervos arquivísticos históricos que ambiciono pesquisar.

Nesse sentido, o presente artigo visa apresentar e elucidar como intenciono realizar a pesquisa na documentação que compõe o Fundo Institucional Centro Israelita de Nilópolis (FI0018), custodiado pelo Arquivo Histórico Judaico Brasileiro – AHJB. Ressalto que esta é uma pesquisa interdisciplinar logo, possuirá este caráter e, sobretudo, seguirá por um viés crítico.

Nessa lógica pretende-se com esta pesquisa não uma negação das bases epistemológicas, mas de igual modo, não se almeja deixar intacto o monopólio epistemológico das disciplinas, o que se tenciona aqui é uma visão integradora de diversas disciplinas e um salto cognitivo que não esteja pressuposto em qualquer somatório de abordagens disciplinares. Ademais, por esta mesma linha, buscaremos criticar os processos sociológicos e educativos do fazer, para tanto, serão amalgamados a esta análise os modos de fazer e saberes da cultura judaica ao processo de conhecimento interdisciplinar, haja vista que o conhecimento humano avança melhor em um contexto plural. (REIS: 2011, 110-111, 118),

Para mais, sabemos que o homem diante de seus questionamentos, necessidades e interesses está sempre em busca de respostas por conta dessas indagações, às quais são dos mais diversos aspectos e dimensões produzindo a necessidade de um saber entrecruzado, o qual faz parte do horizonte do desafio contemporâneo que é “[...] Formar pesquisadores [...] que tenham condições de estabelecer pontes e construir sínteses sobre a fragmentação existente em diversas áreas do conhecimento.” (id: 2011, 120-121)

A partir desta perspectiva, podemos verificar que de acordo com os objetivos dos estudos a pesquisa deverá apresentar diferentes níveis de aprofundamento. Cabendo, por consequência, destacar os padrões de modo claro para que o estudo tenha validade e ao mesmo

³⁷ Este trabalho tem como objetivo analisar como a construção de um cemitério próprio sustenta as formas, modos e tipos de recursos utilizados pela comunidade judaica de Nilópolis para perpetuarem sua permanência na cidade, bem como, sua memória e preservação de costume e tradições. Além de discutir sua constituição como patrimônio histórico-cultural da comunidade judaica e, sobretudo, nilopolitana, pois ao se estudar este espaço de sepultamento possibilita-nos compreender a cultura (i)material destes.



tempo dialogue com todas as dimensões do saber humano, e para além, deve-se criar bases para que o estudo dê sustentação aos conceitos e implicações abordados pelo pesquisador. Uma vez que ao conhecer, caracterizar, analisar e elaborar sínteses sobre um objeto de pesquisa, o investigador dispõe atualmente de diversos instrumentos metodológicos. Sendo assim, o direcionamento do tipo de pesquisa que será empreendido dependerão de fatores como: a natureza do objeto, o problema de pesquisa e a corrente de pensamento que guia o pesquisador.

Neste caso, o que determinará como trabalhar será o problema que se quer trabalhar (GOLDENBERG: 2002, 14). Portanto, como buscamos documentações que forneçam informações sobre o cemitério comunal israelita de Nilópolis, entre os anos de 1928 a 1982, pertencente à Sociedade ou Centro Israelita de Nilópolis, salientamos que esta será uma pesquisa de cunho documental e que recorrerá a materiais que, normalmente não receberam tratamento científico, ou seja, são em sua maioria fontes primárias. Vale de igual modo, frisar que o conceito de documento não se refere apenas a textos escritos e/ou impressos quando fontes de pesquisa, pois o documento pode ser escrito ou não escrito, englobando filmes, fotos ou objetivos tridimensionais que podem ser utilizados como fontes de informação, indicação e esclarecimentos, elucidando determinadas questões e servindo de provas para outras de acordo com o interesse de quem o consulta.

Evidenciamos que a importância deste acervo como outros que compõe o AHJB e dada, pois

As informações contidas nesses acervos interessam como fonte de pesquisa e são dotadas de singularidade, uma vez que são produzidas por homens e mulheres, ao longo da vida, sem a finalidade de serem históricas e culturais, embora possam adquirir valores que lhes são inatos por testemunharem a memória de quem os acumulou ou produziu. Sendo assim, tanto os acervos pessoais quanto os arquivos institucionais devem receber tratamento arquivístico, para, assim, após a sua organização, garantir e possibilitar o acesso à documentação. (SILVA; SILVA: 2013, 32)

Nesse sentido, o uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado, pois a riqueza de informações que deles podemos extrair e recuperar justifica o seu uso em várias áreas das ciências humanas e sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural, além disso, este permanece muitas vezes como o único testemunho de atividades ocorridas em um passado.

Assim, “[...] ao procurarmos analisar a situação presente das ciências no seu conjunto, olhamos para o passado [...]” (SANTOS: 2008, 13), ou seja, conhecer e compreender o passado é a base fundamental para o presente, visto que o pretérito deixa-nos muitas vezes um legado.



Desse modo, o uso de documentos em pesquisa permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social, cuja análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. (CELLARD: 2008, 295), ou melhor, dizendo o uso de documentos corrobora para comprovar que “todo conhecimento social é construído e sua objetividade não implica na sua neutralidade” (SANTOS: 2008, 9)

Todavia de acordo com Santos (2008) esse pode ser um dos obstáculos, de acordo com paradigma dominante, os quais as ciências que estudam os fatos sociais possuem, pois essas ciências

não dispõem de teorias explicativas que lhes permitam abstrair do real para depois buscar nele, de modo metodologicamente controlado, a prova adequada; as ciências sociais não podem estabelecer leis universais porque os fenômenos sociais são historicamente condicionados e culturalmente determinados; as ciências sociais não podem produzir previsões fiáveis porque os seres humanos modificam o seu comportamento em função do conhecimento que sobre ele se adquire; os fenômenos sociais são de natureza subjetiva e como tal não se deixam captar pela objetividade do comportamento; as ciências sociais não são objetivas porque o cientista social não pode libertar-se, no ato de observação, dos valores que informam a sua prática em geral e, portanto, também sua prática cientista. (SANTOS: 2008, 36)

Em relação a estes obstáculos a pesquisa documental os revalidam, pois o documento de arquivo é produzido de forma involuntária e, sobretudo, criado no decurso de uma atividade, sendo o resíduo material da ação que lhe dá origem, ou seja, desta característica essencial decorre sua natureza comprobatória e intencional que um documento possui.

Visando superar esses obstáculos, ação nem sempre fácil, é necessário que o pesquisador que deseja empreender uma pesquisa documental esgote, com objetivo de construir um corpus satisfatório, todas as possibilidades e pistas disponíveis capazes de fornecer informações interessantes acerca do assunto pesquisado, sendo essa uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas.

E por falar em técnica, outros pontos que devem ser observadas e que envolvem uma pesquisa nesta área do saber humano referem-se ao contexto no qual o documento foi criado, quem foi o autor, o grau de confiabilidade e autenticidade do documento, natureza e lógica interna do texto e qual análise documental empregada.



Tais vertentes observáveis em uma pesquisa documental ratificam aquilo que Santos (2008: 38, 44) afirma sobre o estatuto metodológico das ciências da sociedade, a qual segundo o autor, será sempre subjetiva, pois compreende os fenômenos sociais a partir das atitudes mentais e das ações dos agentes, visto que não conhecemos o real senão a nossa intervenção nele.

Nesse sentido, o documento exprime as percepções de uma fração particular e é fundamental ter cautela e, sobretudo um olhar crítico na sua avaliação, cabendo ao pesquisador compreender adequadamente o sentido da mensagem e utilizá-la da forma melhor que lhe apraz.

A partir do que foi exposto, a seguir serão apresentadas a estrutura do AHJB e quais os procedimentos adotados para efetuar esta análise documental.

Arquivo Histórico Judaico Brasileiro – AHJB

A instituição que custodia este e outros acervos sobre a história dos judeus em terras brasileiras foi fundada no ano de 1976, como resultado da iniciativa de um grupo de alunos e professores da Universidade de São Paulo – USP.

Localiza-se no bairro de Pinheiros, na zona Oeste de São Paulo, é uma instituição sem fins lucrativos que visa difundir a memória, cultura e, sobretudo, a imigração judaica no Brasil.

O AHJB está em processo de expansão e reúne um amplo e diversificado acervo que tem sua origem por doações o qual é constituído de todo o tipo de documentação histórica relativa às comunidades, personalidades e instituições nacionais e estrangeiras que se referem direta ou indiretamente sobre a imigração judaica para o país.

Com uma quantidade expressiva de fontes o AHJB tem seu acervo classificado em seis séries e em alguns casos em subséries, se desdobrando em dossiês, que a instituição chama de “núcleos” e, por conseguinte, fundos ou coleções, conforme quadro abaixo (Quadro 1).

Quadro 1 - Estrutura do quadro de arranjo do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro – AHJB.

ESTRUTURA DO QUADRO DE ARRANJO DO ARQUIVO HISTÓRICO JUDAICO BRASILEIRO – AHJB	
1. Documentação e Hememoteca	
	1.1. Fundos



	1.1.1. Fundos Pessoais – FP
	1.1.2. Fundos Institucionais – FI
	1.2. Coleções
	1.2.1. Coleções Arquivísticas Pessoais – CP
	1.2.2. Coleções Arquivísticas Institucionais – CI
	1.2.3. Coleções Documentos Avulsos Pessoais e Coleções Fotos Avulsas – CDAP e CDAP(f)
	1.2.4. Coleção Documentos Avulsos Institucionais – CDAI
2. Biblioteca	
3. Fototeca	
4. História Oral	
5. Genealogia	
6. Acervos Especiais	
	6.1. Folclore e Música Judaica
	6.2. Discoteca
	6.3. Videoteca e Fílmoteca
	6.4. Biblioteca Iídiche

Após a observação do quadro de arranjo documental podemos ter uma noção do tipo de documentação que compõe o acervo da instituição.



Fundo Institucional Centro Israelita de Nilópolis

A documentação que compõe o fundo é resultado das atividades desenvolvidas pela Sociedade ou Centro Israelita de Nilópolis³⁸ e foi transferida ao AHJB após serem descobertos pela produção do documentário *Novos Lares – Judeus de Nilópolis* (2009) em um armário no interior da sinagoga abandonada.

A documentação após o devido tratamento arquivístico pela equipe do AHJB foi reunida num fundo, o qual é denominado desta forma porque é um conjunto de documentação produzida e acumulada pelo Centro Israelita de Nilópolis no decorrer de suas atividades as quais foram preservadas a princípio como documentos de “prova” e que com o passar dos anos ganharam status de históricos, pois servem como base para a investigação de um dado contexto social-histórico.

Fundo documental é o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por qualquer razão, lhe seja afim (BELLOTTO: 2006, 128).

O tipo documental³⁹ presente no fundo em questão trata-se de documentos que envolviam as atividades-meio⁴⁰ da instituição, tais como, fichas de associação, livros caixas, recibos de pagamento, doações e recebimento, pagamentos de anuidades, correspondências enviadas e recebidas, seguros contra incêndio, contratos de trabalho, provas, diários de classe, dentre outros.

É um fundo pequeno com poucos mais de um metro e vinte e oito centímetros lineares de papéis, dispostos em duas caixas de arquivo e duas pastas com alguns hiatos, pois quando localizado estava armazenado em péssimas condições, alguns em estado de deterioração avançado sem terem como ser restaurados, bem como, eram documentos que foram preservados por uma casualidade, ou seja, sem o intuito de guarda.

³⁸ A Sociedade ou Centro Israelita de Nilópolis era composto pela Sinagoga, teatro, escola israelita, biblioteca, clube e cemitério israelita.

³⁹ O tipo documental é a configuração que assume uma espécie documental de acordo com a atividade que a gerou. O tipo documental é formado pela espécie documental, mais a atividade que está configurada em tal documento, ou seja, é o nome definido para determinado documento, segundo o seu formato e a ação implícita no conteúdo do documento. (ALMEIDA; RODRIGUES: s/d, s/p)

⁴⁰ Atividades-meio são aquelas que se colocam como viabilizadoras ou precondições para a realização direta de um determinado processo. (PARO: 2002b, 72).



Ainda segundo o diretor do documentário Radamés Vieira, como já dito anteriormente, um dos responsáveis pela transferência do acervo aos cuidados do AHJB, os documentos mais pareciam terem sido “esquecidos”, desse modo, podemos deduzir que tal acervo só existe devido este esquecimento.

Esse é um fundo denominado como fundo fechado⁴¹, pois não haverá mais produção de documentos devido ao encerramento das atividades do Centro Israelita de Nilópolis no início dos anos 80. Todavia isto não impede o fundo de receber algum documento, tendo em vista que ainda possa existir material e que este ser doado à instituição.

Procedimentos e Métodos de Análise da Documentação

Em relação aos objetivos, esta será uma pesquisa exploratória e qualitativa quanto à abordagem, na qual serão utilizados como procedimentos metodológicos a pesquisa documental e a diplomática.

A pesquisa documental foi uma das escolhas para ser aplicada a metodologia de pesquisa devido a sua incontestável fertilidade informativa (BOSCHI: 1986,61), ou seja, como já dito em parágrafos anteriores, o documento não se limita aos registros escritos visto que o escrito vai além daquilo que está grafado. Podendo ser reconhecido por um pesquisador como escrito todo e qualquer tipo de testemunho registrado nas mais diversas formas, sejam grafadas, imagéticas, filmográficas, entre outras, constituindo-se assim a documentação uma ampla lista de possibilidades para um sólido teste de hipóteses de trabalho, aprofundamento do conhecimento sobre o objeto, novas perspectivas e múltiplas formas de investigação e, acima de tudo, consolida conclusões em relação ao que se está pesquisando. (MAY:2004, 211-214; CELLARD: 2008, 295-298)

Optaremos pela diplomática contemporânea⁴², pois a mesma amplia cada vez mais, o papel da ciência crítica documental que se apoia na identificação dos tipos documentais e do

⁴¹ [...] conjunto de arquivos ao qual não se irão juntar mais documentos, [...] Compreende-se que o encerramento de um fundo remeta para atividades que já não geram documentos e não para os próprios documentos. Assim, pode acontecer que alguns documentos se juntem excepcionalmente ao fundo fechado da nossa personagem, se se descobrir, por exemplo, uma parte da sua correspondência. Isto nada tem a ver com um retomar das atividades da personagem, mas antes com a descoberta de documentos gerados quando o fundo ainda era aberto (ROUSSEAU; COUTURE: 1998, 92).

⁴² Produto de uma revisão do desenvolvimento e da atualização dos princípios formulados pela diplomática clássica. Tem como parâmetro conceitual a identificação do tipo, cuja fixação depende primeiramente do reconhecimento da espécie. O método de análise proposto pela tipologia documental, invertendo a perspectiva



órgão produtor. Assim, a partir desta perspectiva, que fornece os parâmetros metodológicos para investigação podemos entrecruzar a relação entre o documento e o contexto em que foram produzidos.

Segundo Duranti (1994: 4-5) para que os documentos sejam usados como prova de fato e ação estes devem estar subordinados a três regras: o documento original como a fonte mais confiável que se possui; o documento, o qual requer que parte na qual apresenta o mesmo como prova induza a outra prova exterior ao documento para demonstrar que ele é o que se propõe a ser; e por fim, a garantia circunstancial de fidedignidade, ou seja, aquele que considera a adequação das circunstâncias de criação de um registro como um substituto para a tradicional garantia do interrogatório de testemunhas.

Esta é uma pesquisa a qual necessita que se busquem em fontes específicas produzidas pelo órgão produtor, os documentos orgânicos e funcionais que contenham informações registradas sobre o assunto pesquisado, cuja análise qualitativa do conteúdo começa pelo contexto social, por uma leitura do texto em termos dos seus símbolos.

Ressalto que os procedimentos e métodos de análise da documentação serão facilitados, pois a documentação já se encontra organizada arquivisticamente. Sendo assim, em um primeiro momento irá se construir termos-chaves para busca, como podemos observar no quadro abaixo (Quadro 2), acrescidos que observações sobre possíveis relações com as questões da pesquisa.

Quadro 2 - Estrutura do quadro de termos-chaves.

ESTRUTURA DO QUADRO DE TERMOS-CHAVES	
Termos-Chaves	Observações
Cemitério	Escritos que contenham ou abordem como se dava a dinâmica dos enterramentos em terras nilopolitanas, bem como, possam fornecer alguma informação a respeito do funcionamento do cemitério israelita em Nilópolis.
Assistência funeral	
Enterramentos/Sepultamentos	
Manutenção do Cemitério	
Funerárias	

metodológica, se fundamenta no princípio de que é no procedimento administrativo que reside a contextualização e a chave para compreender o tipo documental e logo, a série documental (RODRIGUES, 2008, 166)



O objetivo destes procedimentos será mapear como se davam os serviços no campo funerário judaico em Nilópolis⁴³, ou seja, esta primeira busca será realizada com o intuito de levantar registros que possam funcionar como um indicador de como eram processados morrer judaicos em terras nilopolitanas, pois tanto o viver, como o morrer judaico estão imbricados a questão religiosa, logo, presume-se que estes indivíduos ao se estabelecerem na cidade começaram a participar das atividades no Centro Israelita de Nilópolis, que era a entidade mantenedora do cemitério comunal israelita na cidade e que fornecia as bases para se praticar o judaísmo de acordo com seus preceitos religiosos estabelecidos.

A seleção dos termos-chave será definida em razão dos seguintes fatores: 1. Cidade de Nilópolis; 2. Judeus; 3. Cemitério: a- como funciona? b- por que é necessário construir-se um cemitério próprio? c- quais leis e ritos para os enterramentos judaicos? 3. Assistência/serviço funeral.

A ordem leitura seguirá a organização da documentação, tendo em vista, o tema previamente esboçado no Quadro 2.

Ressalto que após esta triagem os documentos sofrerão uma releitura, cujo objetivo será realizar análise e interpretação do conteúdo para refinar a busca referente às questões suscitadas, a qual uma vez realizada, partira-se para indicadores, ou seja, os tipos de informações associados a determinados conjuntos de unidades de análises os quais serão definidos da seguinte forma:

1. Fichas de pagamento dos sócios do Centro Israelita Nilopolitano.
2. Livros Caixas.
3. Recibos de pagamentos de funcionários do cemitério.
4. Correspondências recebidas e enviadas.
5. Recibo de pagamentos de empresas prestadoras de serviços.
6. Atas de reunião.
7. Fotografias.

Com isto, pretende-se realizar uma exaustiva análise e levantamentos e dados a fim de garantir a homogeneidade e coerência do conjunto.

⁴³ Nilópolis é considerado o menor município do estado do Rio de Janeiro. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Nilópolis possui uma área de 19.393 km², sendo uma das cidades que compõem a região da Baixada Fluminense. (RAPOSO: 2012, 16)



O próximo passo será realizar novas leituras e, portanto, novas análises para verificar a possibilidade de aprofundamento sobre a existência e dinâmica de funcionamento do cemitério comunal israelita em Nilópolis, tendo como base, questões de como foram (re)construídas as tradições judaicas na cidade. Desse modo, acredita-se que poderão surgir novos agrupamentos, relações, alterações e, sobretudo, aspectos não incluídos.

Considerações Finais

Ao final deste artigo espero ter conseguido elucidar aos leitores como foi constituído o Fundo Institucional Centro Israelita de Nilópolis, bem como, apresentá-los ao Arquivo Histórico Judaico Brasileiro – AHJB que é um importante centro de documentação a respeito da imigração judaica no país.

Classifico o AHJB como um centro e não um arquivo, pois este perpassa a configuração a qual se pode classificar um local para guarda de documentação deste modo.⁴⁴

Da mesma maneira espero ter esclarecido e demonstrado qual será o método de análise para a documentação presentes no fundo.

Cabe ainda, elucidar que a pesquisa em documentos possibilita ao pesquisador superar os limites característicos do próprio material com o qual trabalha e para além, ao investigar, o pesquisador articula o presente com o passado cujo principal objetivo é perpassar a sua própria contemporaneidade, mas sem anacronismos ao qual deve-se buscar no presente um elo com o passado.

Ademais a interdisciplinaridade crítica presente na construção teórica da arquivística é uma prática que possibilita designar as informações geradas pelos processos administrativos e por eles estruturadas de modo a permitir uma recuperação e reutilização em outro momento ou outro lugar.

Todavia concerne ao pesquisador o estabelecimento das fronteiras e uso de cada registro, ou seja, a pesquisa terá seu desenvolvimento de acordo com o interesse daquele que

⁴⁴ As definições para arquivo e centro de informação que esta autora se baseou são as seguintes: Arquivo – é a acumulação ordenada dos documentos, em sua maioria textuais, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade, e preservado para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro (PAES:2004, 16). Centro de Documentação - representa uma mescla de entidades que tem como base do seu trabalho a informação, sem, no entanto, se identificar com nenhuma delas. Reúne, por compra, doação ou permuta, documentos únicos ou múltiplos de origens diversas (sob a forma de originais ou cópias) e/ou referências sobre uma área específica da atividade humana, cujos documentos de referências podem ser tipificados como de arquivo, biblioteca e/ou museu (TESSIDORE: 2003, 14).



busca alguma informação ou a comprovação de algo, e não da natureza do documento. Pois, uma coisa é o documento como fonte, outra é a pesquisa documental, a qual ao demonstrar um entendimento entre sujeito e o objeto pode fomentar novos conhecimentos e perspectivas conforme os interesses e habilidades do pesquisador.

De todo modo, a pesquisa documental possui um potencial elucidativo relevante não apenas impresso em registros escritos, mas de igual modo, em fotos, vídeos, mapas e tantos outros tipos de documentos de origem pública ou privada que estão cada vez mais disponíveis aos pesquisadores.

Ao mesmo tempo, para que a comunidade acadêmica reconheça a delimitação da pesquisa e, sobretudo, sua importância para a sociedade, é condição essencial que o percurso metodológico apresente não somente conformidade com o campo e objeto temático, mas de igual modo, é fundamental que este esteja alicerçado teoricamente de forma coerente com os objetivos da investigação proposta, especialmente se este corresponder a uma pesquisa de ordem qualitativa.

Nesse sentido, é necessário evidenciar, discutir e justificar não somente o objeto, mas todas as demais questões que permitam a investigação, visto que as pesquisas de cunho qualitativo estão mais sujeitas a um maior grau de subjetividade devido a privação de padrões de mensuração mais comumente aceitos. Por esse motivo uma pesquisa qualitativa deve ter como característica a clareza afim de dirimir possíveis riscos de interpretações oblíquas.

Imbuída com este tipo de preocupação, escreveu-se este artigo para deixar claro quais as premissas adotadas para evitar possíveis miopias que a análise documental pode provocar.

Fontes

Arquivo Histórico Judaico Brasileiro – AHJB.

RADAMÉS VIEIRA, entrevista concedida em 16/06/2013.

Bibliografia

ALMEIDA, Rafaela Augusta de; RODRIGUES, Ana Célia. **Identificação de tipologias documentais como parâmetro para avaliação de documentos contábeis**. Disponível em <<http://www.ufes.br/dem/Arquivo/Artigo%20-%20Identifica%C3%A7%C3%A3o%20de%20tipologias%20documentais%20como%20par%C3%A2metro%20para%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20de%20documentos%20Cont%C3%A1beis.PDF>> Acesso em 21-dez-2013.



BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BOSCHI, Caio C. *Os históricos compromissos mineiros: riqueza e potencialidade de uma espécie documental*. **Acervo**. Rio de Janeiro, v.1, n.1, jan. / jun. 1986, pp. 61-82.

CELLARD, André. “*A análise documental*”. In: POUPART, Jean. **A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295-316.

DURANTI, Luciana. *Registros documentais contemporâneos como provas de ação*. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994.

GOLDENBERG, M. **A arte de Pesquisar: como fazer pesquisas qualitativas em Ciências Sociais**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Records, 2004.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processo**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2002b (b).

PAES, M. L. **Arquivo: Teoria e prática**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

REIS, Héctor Ricardo. *Especificidades e Desafios da interdisciplinaridade nas Ciências Humanas*. In: JUNIOR, Arlindo Phillipi; NETO, Antonio J. Silva (orgs.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. Barueri: Manole, 2011.

RAPOSO, Fernanda Capri. **Nilópolis e as memórias judaicas**. Dissertação (mestrado em Letras e Ciências Humanas) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades, 2012.

RODRIGUES, A. C. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina Arquivística**. Lisboa: dom Quixote, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “*O paradigma dominante*” & “*A crise do paradigma dominante*”. In: **Um discurso sobre as ciências**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 13-40.

SILVA, Carla Saldanha da; SILVA, Rosani Beatriz Pivetta da. *Arquivo pessoal: fundo documental Neusa Carson*. In: **Fragmentum**, nº 37. Laboratório Carpus: UFSM, abr/jun.2013, p.31-41.

TESSITORE, Viviane. **Como implantar Centros de Documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003.



De acordo aos “usos e costumes”: relações de trabalho nos garimpos de brejinho das ametistas.

Carla Gabriela Chaves de Castro Cotrim⁴⁵

Artigo Recebido em: 19/09/2017

Artigo Aprovado em: 28/10/2017

RESUMO

Este artigo objetiva discutir relações de trabalho baseadas em “usos e costumes” construídas entre garimpeiros e donos de garimpos, por meio do processo de ação ordinária movido no ano de 1945 pelo garimpeiro Antônio Borges Sobrinho contra o alemão Kurt Walter Dreher, nos garimpos de Brejinho das Ametistas/BA. As relações costumeiras desenvolvidas entre estes sujeitos dialogam com a perspectiva de análise do historiador Edward Palmer Thompson, desenvolvida na obra *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Os estudos desse autor evidenciam estratégias e meandros da luta dos mais pobres no cenário econômico e cultural da Inglaterra do século XVIII, período em que a nova economia política iam ganhando espaço e que as práticas costumeiras ainda regulamentavam as relações sociais daqueles sujeitos. O uso da lei pelo garimpeiro não invalida a análise, pelo contrário, possibilita outra leitura sobre o texto do autor inglês. Aplicado ao contexto aqui abordado, demonstra que se utilizou daquilo que dispunha no momento para garantir seu direito, conforme possibilitava os “usos e costumes” do lugar.

Palavras-Chave: Relações de trabalho. Costumes. Alemães. Brejinho das Ametistas.

In accordance with "uses and customs": work relations in the Brejinho das Ametistas.

RESUMEN

Este artículo objetiva discutir relaciones de trabajo basadas en "usos y costumbres" construidas entre garimpeiros y dueños de garimpos, por medio del proceso de acción ordinaria movido en el año 1945 por el garimpeiro Antônio Borges Sobrinho contra el alemán Kurt Walter Dreher, en las garimpos de Brejinho de las Ametistas. Las relaciones habituales desarrolladas entre estos sujetos dialogan con la perspectiva de análisis del historiador Edward Paul Thompson, desarrollada en la obra *Costumbres en común: estudios sobre la cultura popular tradicional*. Los estudios de ese autor evidencian estrategias y meandros de la lucha de los más pobres en el escenario económico y cultural de la Inglaterra del siglo XVIII, período en que la nueva economía política iban ganando espacio y que las prácticas acostumbradas aún regulaban las relaciones sociales de aquellos sujetos. El uso de la ley por el garimpeiro no invalida el análisis, por el contrario, possibilita otra lectura sobre el texto del autor inglés. Aplicado al contexto aquí

⁴⁵ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Possui graduação pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail para contato: carla_graciela1@live.com. Link do currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4343410T9>.



abordado, demuestra que se utilizó de aquello que disponía en el momento para garantizar su derecho, conforme possibilitaba los "usos y costumbres" del lugar.

Palabras clave: Relaciones laborales. Costumbres. Brejinho das Ametistas.

Brejinho das Ametistas: alemães e garimpeiros

Antônio Borges Sobrinho, brasileiro, casado, residente no distrito do Brejinho das Ametistas deste Termo, por seu assistente judiciário, abaixo-assinado, conforme documento junto, comparece em juízo, para propôr contra Walter Dreher, alemão, casado, Também residente no dito lugar, a presente ação ordinária, com intuito de cobrar do mesmo a importancia de Crs.\$40.000,00, em quanto estima a cata de 55 palmos de frente por 70 de fundo que, com autorização do proprietário, abriu no garimpo de ametistas denominado "Rapão", do distrito de Brejinho das Ametistas (...).

O texto acima é o que inicia um processo cível movido por um garimpeiro no ano de 1945, que sentindo-se lesado pelo contratante de seus serviços, o alemão Kurt Walter Dreher, recorreu à justiça, para ser indenizado pelos prejuízos que tivera. O cenário do episódio é o distrito de Brejinho, território pertencente ao município de Caetité no alto sertão baiano. Sem contornos precisos,

"[...] o alto sertão baiano compreende uma vasta área do sudoeste que, partindo do Médio São Francisco, limita-se ao sul com o estado de Minas Gerais; ao norte, abrange as Lavras Diamantinas, limitando-se ao leste com a região de Vitória da Conquista" (ESTRELA, 2003, p.39).

Desde o século XIX, Brejinho das Ametistas atraiu a atenção de sujeitos interessados nas pedras roxas que levam o seu nome. Para lá migraram pessoas de Caetité, cidades do entorno, de outros locais do Brasil e até do exterior, principalmente alemães⁴⁶. No final dos Oitocentos os garimpos parecem ter sido descobertos pelas redondezas, fazendo com que muitas pessoas migrassem para o local em busca do minério. Para o geógrafo Pedro Celestino da Silva, o comércio de ametistas de Brejinho passou a atrair a atenção das pessoas por volta da década de 1870:

Em 1873, tomou grande impulso a exploração dessas lavras pela concorrência de aventureiros que as procuravam de todos os pontos, de sorte que a povoação cresceu, povôu-se, como por encanto, de um pessoal adventicio, criando assim um animado commercio (SILVA, 1932, p. 207).

⁴⁶ Desde a graduação me dedico a estudar os garimpos de Brejinho das Ametistas, principalmente relações de poder e comércio desenvolvidas naquele espaço. Os conflitos pela posse e manutenção das áreas de pedras tem se destacado nestas análises.



Além desse autor, viajantes e memorialistas também concordam que no final do século XIX as ametistas de Brejinho se tornaram mais conhecidas⁴⁷. A partir desse período chegaram e/ou passaram por Brejinho muitos sujeitos interessados naquele negócio. Alguns alemães migraram do seu país para lá estabelecerem, outros já viviam no Brasil, e encontraram nesse ramo uma valiosa fonte de renda.⁴⁸

Desde a época colonial imigrantes alemães chegavam ao Brasil, em especial viajantes, cientistas, intelectuais e artistas. No século XIX o governo brasileiro incentivou a criação de várias colônias de povoamento, mas a intensificação de alemães no país ocorreu por volta de 1850, com o objetivo ocupar as terras e fornecer de mão-de-obra para as lavouras cafeeiras. Para Gregory (2013), a intensificação das correntes migratórias alemãs se concentrou entre os anos de 1872 a 1939. Esse mesmo autor também pontua sobre a pluralidade de sujeitos que compuseram aquelas embarcações com destino ao Novo Mundo:

Migraram camponeses sem acesso à terra, artesãos, trabalhadores livres, profissionais qualificados, empreendedores, perseguidos políticos, pessoas contratadas para trabalhos nas colônias, nos governos e em combates” (GREGORY, p.17).

Tal diversidade também deve ser pensada para a vida que construíram no Brasil. Esses imigrantes não dedicaram suas vidas apenas para povoar regiões ou servir de mão-de-obra nos cafezais e ofícios urbanos, mesmo que a princípio fosse esse o objetivo, suas trajetórias não foram todas seguidas de acordo as prescrições de projetos políticos. Muitos foram os burgueses e sujeitos mais abastados que viram nestas terras potencial para investimento, como o alemão Walter Dreher, um dos sujeitos desta pesquisa.

A presença alemã na Bahia foi pouco evidenciada politicamente, embora não tenha a expressividade que as regiões Sul e Sudeste do Brasil, ela se destacou sobretudo em relação aos negócios do tabaco na região do Recôncavo, notadamente pela firma Dannemann, sediada em São Félix. Os estudos de Barreto & Aras (2003) também evidenciaram a atuação desses sujeitos no segmento médico na cidade de Salvador durante o século XIX, destacando-se na atuação clínica e nos saberes científicos postulados através do estudo de doenças corriqueiras do período.

Ainda sobre esse período Lucelinda Corrêa (2005) se debruçou a analisar a colônia de Leopoldina, localizada no Sul da Bahia constituída por imigrantes alemães. Martins (2013)

⁴⁷ Neves, 1908; Sampaio, 1905; Gumes, 1922.

⁴⁸ Mapear o envolvimento desses alemães, envolvidos com o comércio e exploração de ametistas de Brejinho, é um dos objetivos da pesquisa que vem sendo desenvolvida durante as pesquisas do mestrado em curso.



alertou para vinda de alguns desses estrangeiros para a Chapada Diamantina na segunda metade XIX para servir de mão-de-obra nos trabalhos de mineração, contratados por uma firma mineradora. Já para o século XX, a pesquisadora Marina Chaves (2007) demonstrou como os eventos da Segunda Guerra contribuíram para gerar um clima de hostilidade e perseguição em Salvador aos que eram naturais ou descendentes de alemães. Esta pesquisadora salientou que eles tiveram uma considerável atuação comercial no estado baiano, pois estiveram envolvidos em companhias de seguro, empresas exportadoras, no comércio marítimo, no setor ferroviário e de comunicação.

Em Brejinho das Ametistas, na década de 1940, as fontes indicam que a presença alemã rareou⁴⁹ em termos quantitativos. Foi possível identificar que nesse período, Walter Dreher era o alemão mais atuante no comércio de Brejinho, e enfrentava vários outros conflitos especialmente com Nelson Spínola Teixeira, que era um dos filhos de Deocleciano Pires Teixeira⁵⁰. Nelson, assim como outros filhos de Deocleciano, se formou engenheiro na cidade do Rio de Janeiro e por influência de sua profissão se tornou portador de decretos de pesquisa e lavras dos garimpos de Brejinho, causando muitas disputas judiciais entre ele e os donos de garimpos.

Os estudos que realizei até o presente apontam para um território de constantes querelas, em especial na década de 1940, período de intensas disputas em torno dos garimpos de Brejinho. Em meio a política de nacionalização implementada pelo governo de Getúlio Vargas, o engenheiro Nelson Spínola Teixeira foi autorizado a pesquisar e lavar a grande maioria dos garimpos daquele local, isso se explica por que boa parte dos proprietários não possuíam nenhuma autorização para explorar as ditas minas. A intervenção de Nelson gerou um cenário de disputas, revoltas e uma corrida pela legalização dos garimpos, junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), e ao próprio presidente Getúlio Vargas, pois donos de

⁴⁹ Não sabemos os motivos que culminaram para esse fato, mas os documentos consultados fornecem informações que nos dão pistas disso. A começar pela queda no preço das ametistas em relação aos patamares do final do XIX e início do XX, além disso a firma Albert Henrich Becker, representada, naquele momento por Walter Dreher havia adquirido muitos garimpos no local, monopolizando o comércio e extração da pedra. Estes fatos ainda deverão ser revistos, podendo ser questionados com o desenrolar da pesquisa.

⁵⁰ Deocleciano Pires Teixeira era natural de Lençóis/BA. Em 1885 migrou com a toda família para Caetité, no alto sertão da Bahia, local onde se tornou uma pessoa de enorme influência social, se destacou como líder político local, esteve envolvido com criação de gado, fazendas e firmas comerciais. Tais características fizeram com que os donos de garimpos de Brejinho das Ametistas mantivessem frequentes contatos com esse sujeito, seja para intermediar o envio das ametistas até Salvador ou fazer pagamentos e negociações vinculados a bancos e firmas nacionais e internacionais, além disso, esses negociantes eram, em sua grande maioria seus fiéis apoiadores políticos. Sobre a trajetória política dessa família, ver Aguiar (2011).



garimpos de Brejinho chegaram a enviar cartas para a autoridade política solicitando sua intervenção no caso⁵¹.

Para Jesus (2005, p.75) os locais onde há garimpos acabam se constituindo em espaços de conflitos: “Nesses locais não só a fartura e as facilidades de enriquecimento rápido se fizeram presentes, muitos foram os perigos, as tensões e os conflitos gerados a partir de uma grande e diversa concentração de pessoas”. Em Brejinho as disputas associadas às relações de trabalho nos garimpos também se fizeram presentes, embora pouco registradas judicialmente se mostraram bastante frequentes no local, servindo para elucidar o cotidiano do lugar.

Os conflitos parecem inerentes a estes espaços, pois as relações hierárquicas ganham outros significados em virtude do garimpo evidenciar de forma latente a discrepância social entre trabalhadores e donos de minas. Muitas são as dificuldades encontradas pelos garimpeiros num local onde o dinheiro parece vir mais fácil e que as relações de trabalho já estão demarcadas, assim poucos conseguem adquirir uma área para garimpar livremente, e mesmo se assim o fizer, os compradores de pedras possuem uma considerável margem de negociação sobre os preços do minério. Tal situação foi retratada por Herberto Sales (1982), no romance fica evidente como os compradores pedras lesavam os garimpeiros, desde ao peso do diamante ao seu valor de mercado. Além disso, os primeiros possuíam o controle sobre o local de moradia e alimentação, ao final, mesmo que encontrassem o minério, as relações de trabalho eram tão discrepantes que quando iam prestar contas e negociar diamante corria-se o risco de ficar devendo ao dono do garimpo.

Antônio B. Sobrinho e Walter Dreher foram os sujeitos escolhidos para explicitar aspectos desses conflitos. Embora a documentação analisada evidenciou disputas envolvendo principalmente sujeitos abastados, como aquelas que envolveram Nelson Teixeira, o caso analisado indica que os garimpeiros também se sentiram lesados pelos proprietários e contestaram frente aos tribunais seus direitos. Outros casos certamente foram resolvidos através de acordos tácitos sem necessitar da justiça, mas seguramente muitos foram silenciados em vista da desigualdade das relações de poder.

O garimpeiro Antônio B. Sobrinho tinha 47 anos, não sabia ler ou escrever e era casado. De acordo com Sobrinho, no ano de 1932 foi contratado por outro alemão Ernest Becker

⁵¹ Sobre estes fatos ver: COTRIM, Carla G. C. de Castro. “... Parecendo senhor do mundo e que tratava com agregados seus”: Nelson Spínola Teixeira e os conflitos nos garimpos de Brejinho das Ametistas (Alto sertão da Bahia, 1944-1952). Anais do VII Encontro Estadual de História. Cachoeira, BA: UFRB, 2015.



(representante da firma que Walter Dreher em 1945 era diretor) para abrir uma cata⁵² no garimpo denominado Rapão, nas proximidades do distrito. Pelo acordo, como era usual entre os alemães, o garimpeiro fazia as escavações no terreno, extraía o minério e vendia as pedras para os ditos estrangeiros.

Um fato agravante no processo civil é que o autor morava no “Sítio Barrocas”, de propriedade da empresa alemã, ambos teriam acordado que Sobrinho trabalhasse na fazenda sob o regime de “meiação”, ou seja, os lucros seriam divididos em partes iguais. Embora firmados em datas diferentes (o acordo sobre a moradia no sítio foi feito em 1924) nenhum dos contratos estavam sendo cumpridos, levando o caso para justiça. O réu do processo, o alemão, Walter Dreher teria chegado àquela região na década de 1930.

Sobrinho de Albert Henrich Becker, dono da firma alemã que comercializava e detinha a posse de grande parte do minério de Brejinho, Dreher emigrou com o objetivo de gerir os garimpos de “Salto” (Serra do Salto), local vizinho a Brejinho das Ametistas. Pouco tempo depois se mudou para Brejinho, permanecendo nesta vila por muitos anos (COTRIM, 2014, p.70).⁵³

O autor do processo alegou que iniciou os trabalhos no dito garimpo em 1930, que em 1932 Dreher chegou a Brejinho para assumir a direção da firma e contratou uma outra pessoa, denominada Antônio Batista dos Santos para assumir o serviço para qual fora contratado. Sobrinho afirmou ter procurado o alemão várias vezes para que ele pudesse lhe pagar pelos serviços já feitos na mina. Alegou que o último encontro que tiveram ocorreu em 1944, quando Dreher havia lhe oferecido a quantia de Crs\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) como saldo de um débito que o garimpeiro tinha junto a firma alemã. Para o alemão, este saldo positivo era “para indenização não só dos benefícios que ele tem em “Barrocas”, como por qualquer prejuízo que o mesmo dizia ter sofrido na cata em apreço mas com isto não quis dizer que ele concordasse para tal prejuízo”⁵⁴.

A disparidade econômica entre os sujeitos estudados, já evidenciada nos termos do processo ao explicitar a posição de cada um, também é reforçada ao final do processo, quando Antônio B. Sobrinho declarou não ter condições para arcar com os custos do processo movido

⁵²Ao que indicam as fontes este termo indica a abertura de uma nova artéria de pedras, nesse caso dentro do garimpo chamado Rapão, Sobrinho, iria abrir uma nova “frente de serviço” no intuito de encontrar ametistas.

⁵³ Desde o final do século XIX, a firma Albert Henrich Becker atuava na extração e comércio de ametistas de Brejinho, através de representantes no local comprava terrenos e pedras, exportando principalmente para a Alemanha. A solidez desta companhia pode ser evidenciada pelas alianças seladas entre tais representantes e sujeitos abastados da região de Caetité, além da emissão de nota (moeda) para circulação em Brejinho, mas que poderia ser utilizada em casas de comerciais da região. (COTRIM, 2014)

⁵⁴APEB – Sessão Judiciário - Processo de ação ordinária – Classificação – 185-181-10, p. s/n.



contra Walter Dreher, e solicitou os “benefícios da justiça gratuita (...) de modo que os gastos com um processo venham a prejudicar o seu sustento e o de sua numerosa família”. A comprovação foi feita pelo subdelegado do distrito:

Atesto afirmativamente que o Sr. Antonio Borges Sobrinho é pobre e possui numerosa família.
Brejinho 12 de Maio de 1945.
Antonio Borges da Silva
2º Suplente Sub-Delegado em exercício⁵⁵.

Infelizmente não temos como entrecruzar esta declaração com outro documento, mas evidências da vida do garimpeiro atestam que suas condições não eram confortáveis, pois residia em uma casa que não lhe pertencia (Sítio Barrocas) e trabalhava cavando pedras que poderia ou não lhe render algum dinheiro para sustentar a família. A precariedade da vida desses sujeitos é desvelada em literaturas que se dedicam à temática, mesmo se tratando de uma atividade altamente lucrativa. Para Jesus (2005, p. 136) “o falso fausto que envolve as atividades auríferas, camuflava na maioria das vezes, a miséria e a pobreza que circundam essas áreas.” A pobreza estava atrelada ao mundo dos garimpos e a precariedade estava era vista desde do local de moradia ao de trabalho, como afirmou Jesus (2009).

Até aqui laçamos mão de informações que nos ajudam a entender o desenrolar dessa história, apresentamos os sujeitos e o contexto em que se deu a querela estão vivendo. A partir disso podemos analisar como o uso de tais práticas, os acordos informais, feitos de modo costumeiro entre garimpeiros e donos de garimpos desencadeou o conflito.

“...Usos e costumes, constituem provas de direito”: relações de trabalho nos garimpos de Brejinho

Ao valer-se do discurso de prática costumeira, o garimpeiro parece trilhar os mesmos caminhos que os camponeses ingleses estudados por Thompson (1998). Para esse autor, o costume é algo *sui generis*, ambiência e *mentalité*. Entendia que para os camponeses ingleses era estratégico legitimar o costume quando lhes favoreciam ou para sobreviverem em meio às mudanças advindas com o capitalismo e a industrialização. Ao contrário do que uma primeira leitura do termo poderia indicar, o *costume* é compreendido como movimento de rebeldia.

⁵⁵APEB – Sessão Judiciário - Processo de ação ordinária – Classificação – 185-181-10, p. s/n.



Também não significa que necessariamente que seu uso deva se estender por um longo período, muitos costumes estudados pelo marxista tinham criação recente e serviam para atender às necessidades que surgiam.

Ao pensar o costume enquanto resistência notamos que Thompson conduz seu diálogo historiográfico para um viés antropológico, no intuito de eliminar convicções pré-fabricadas e examiná-lo dentro de seus próprios termos e relações. Com isso, traz a cultura para mesa de debate, para ele, análises prioritariamente econômicas invalidam pensar usos, crenças e práticas costumeiras. Propõe, portanto, uma história que problematize para a dimensão cultural do social o valor do costume e da experiência, uma vez que as experiências materiais são moldadas por meio de experiências culturais⁵⁶. Assim, Thompson propõe

recuperar a historicidade desses costumes. [...] Sobretudo para destacar que estas foram as opções de sujeitos históricos. Ainda que tenham sido derrotados muitas vezes, importa perceber que foram os caminhos alternativos explorados como possibilidades históricas, [...] (FENELON, 1999, p.407-408).

No caso analisado podemos considerar que este uso tem um período considerável pois, esta era uma prática preferível aos alemães como também atestaram outras fontes, e eles estavam em Brejinho desde a segunda metade do século XIX. Os costumes estudados por Thompson o permitem concluir que são

crenças não escritas, normas sociológicas e usos asseverados na prática, mas jamais registrados por qualquer regulamento. (...) talvez esta seja a área mais significativa para os pobres e das pessoas marginais na comunidade do vilarejo (THOMPSON, 1998, p.88).

O garimpeiro Antônio Sobrinho, o “mais pobre”, quis garantir que seu trabalho fosse reconhecido e gratificado e o mais abastado alegou o abandono do trabalho de abertura da cata e não pagamento sob os lucros auferidos no Sítio Barrocas. As normas não escritas que vigoravam nas relações de trabalho entre alemães e garimpeiros em Brejinho parecem ser significativas para ambos os lados, mas o garimpeiro foi quem reforçou o valor do costume como tentativa de manter vivo aquilo que considerava importante e justo, mas parece claro, que esse discurso garantia também seus interesses pessoais. Em um trecho de argumentação do caso, a defesa Antônio Sobrinho afirmou:

⁵⁶Estas questões são sistematizadas nas seguintes obras: THOMPSON, Edward Palmer. A miséria da Teoria. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981 p. 208; THOMPSON, Edward Palmer. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Orgs: Antônio Luiggi Negro e Sérgio Silva, Capinas/SP, Editora da Unicamp, 2001.



Os usos e costumes, constituem provas de direito. Em Brejinho das Ametistas é costume os proprietários de Terras, sob as se encontram as preciosas pedras roxas, concederem, sob forma de contrato verbal, a outrem a permissão de explora-las, abrindo, como já dizem lá, uma frente na sua propriedade, sob geralmente, as condições de lhes entregarem a metade da colhêta ou venderem-lhes toda a produção. Esta segunda condição, era a preferida pelos alemães, sob a qual trabalhava o autor.

Walter Dreher, rompeu este contrato consagrado pelo uso, locupletou-se com a jactura do autor, aproveitando-se do serviço por este já feito, colheu para si ou por outrem as ametistas que de direito, deveriam ser colhidas por Antônio Borges Sobrinho⁵⁷.

O costume sofria variáveis a depender da classe que se fala, por isso não era um elemento de uniformidade, mas catalisador de antagonismos como lembrou bem P. Thompson. O trecho do processo acima fornece dados precisos de como eram acordados os contratos de trabalho envolvendo os alemães e os garimpeiros de Brejinho. Um olhar apressado poderia indicar que se tratava de uma relação na qual o trabalhador teria vantagens. Sobre as negociações, já que ele vendia as pedras para o estrangeiro, podendo, a princípio, impor preços que lhes garantissem lucros. Entre esta afirmação e a realidade das relações supomos existir considerável distância. Primeiro por que o garimpeiro poderia passar anos escavando e não encontrar nenhuma pedra de valor e, enquanto isso, certamente se valia de suas pequenas “roças”⁵⁸ para se manterem. Depois, na condição de principais compradores, os alemães dominavam os preços locais e garantiam que seus ganhos se mantivessem confortáveis, afinal o garimpeiro não podia sair dali e negociar sua pedra nos grandes mercados. Além disso, na condição de investidores, os estrangeiros não manteriam uma relação de trabalho que gerassem perdas por tantos anos, já que poderiam estabelecer outros tipos de contratação.

Os estudos de Guimarães Neto (2006) apontaram os capangueiros, compradores de pedra, como grandes articuladores desse comércio. Para a pesquisadora, eles dominavam a arte da compra e venda, assim como a de avaliar do metal, controlando seu preço no mercado local através do mecanismo denominado “queima da pedra”, ou seja, a desvalorização da

⁵⁷ APEB – Sessão Judiciário - Processo de ação ordinária – Classificação – 185-181-10, p. s/n. (grifos meus)

⁵⁸ A documentação já consultada indica que embora envolvidos nos serviços de mineração, a população de Brejinho das Ametistas também se dedicava aos serviços agrícolas. Evidências disso é o fato dos mesmos se declararem “lavradores”, quando perguntados sua profissão. Souza (2009) encontrou uma realidade similar para a mina da Passagem em Minas Gerais, naquela região, os sujeitos se identificavam como lavradores e mineiros, ou vice-versa. Para ele, os que se encontravam na primeira ordem poderiam ser compreendidos como agricultor-mineiro, seria aquele que trabalhava na mina com o objetivo de complementar sua renda. Seu vínculo podia ser integral ou intermitente (na sazonalidade agrícola). Por outro lado, o mineiro-agricultor seria aquele que exercia atividades agrícolas de cunho familiar quando não estava na mina – sua principal ocupação. Seu salário constituía a parte fundamental de seus recursos e as atividades agrícolas eram adicionais. Em ambos ocorre a penetração do mundo agrícola na mineração e da mineração no mundo agrícola. (SOUZA, 2009, p. 205-206)



mercadoria⁵⁹. Assim, embora garimpando e vendendo pedras, os garimpeiros continuavam pobres junto aos meios econômicos dominantes, e “[...] passam a viver de acordo com essas regras, considerando impensável outras formas de comércio” (GUIMARÃES NETO, 2006, p. 156).

Como nos estudos da plebe inglesa, aqui a “rebeldia” de Antônio Sobrinho ocorre em nome do costume utilizado pela própria *gentry* do local, neste caso os alemães. Nota-se que Walter Dreher não o contesta, nem nega que o contrato verbal existiu, mas assegura que ele não foi cumprido como acordaram a companhia e o garimpeiro. As observações do alemão, na prática, impossibilitavam o exercício do *costume*, atitude que nos possibilita uma associação às considerações de Thompson quando afirmou que o costume vigorava dentro de certas normas e tolerâncias sociológicas e que,

(...) Era possível reconhecer os direitos costumeiros dos pobres e, ao mesmo tempo, criar obstáculos para seu exercício. Uma petição dos habitantes pobres de Loughton, aldeia contígua à floresta de Waltham em Essex, reivindicava a liberdade de cortar galhos das árvores para lenha. O senhor e a senhora da herdade não discutiam o direito, mas limitaram o seu exercício apenas às segundas-feiras (THOMPSON, 1998, p. 89).

Por sua vez, Antônio Sobrinho entendia que o contrato verbal, consagrado pelo uso, não fora cumprido pelo estrangeiro e por isso procurou a delegacia e iniciou o processo contra seu contratante, compreendendo que seus direitos não estavam sendo considerados e/ou respeitados. Fato que de alguma forma poderia exercer algum desconforto aos poderes locais, pois, como pontuou Thompson,

[...] o poder devia se submeter a algumas restrições, não só porque o costume tinha endosso jurídico e podia ser ele próprio uma “propriedade”, mas também porque o poder poderia se ver em perigo se o abuso dos direitos do costume enfurecesse o populacho (THOMPSON, 1998, p.96).

O costume sofria variáveis a depender da classe que se fala, por isso não era um elemento de consenso, mas catalisador de antagonismos. Nos casos estudados por Thompson a prática do populacho, ou seja, a revolta popular pelo descumprimento dos costumes, era frequente. Consultando a documentação de Brejinho, ainda não encontramos indícios de

⁵⁹ “Chama-se a esse processo de “queima do diamante” (o diamante “queimado” transforma-se em *buzo*, coisa sem valor), isto é, um capangueiro, ao receber uma pedra de maior valor, supervaloriza a mercadoria para, em seguida, dizer que não pode comprá-la, indicando outro comprador; este logo avalia a pedra, oferecendo um preço bem menor; o garimpeiro não aceita esta oferta, como é de se esperar, e volta ao primeiro comprador, que não mais mantém o preço dado inicialmente. Acontece de os garimpeiros chegarem a fazer esse mesmo percurso – num vaivém entre os principais compradores – por diversas vezes”. (GUIMARÃES NETO, 2006, p. 155)



movimentos semelhantes, talvez por conta das relações mais individualizadas suscitadas pela busca do enriquecimento rápido, ou mesmo porque os garimpeiros quisessem garantir o trabalho que sustentaria a família, não se indispondo com seus contratadores. Ao que indica as fontes, houve casos em que as relações de trabalho foram contestadas mas partiram de casos individuais, não chegando a um levantamento coletivo/público. Esta afirmativa não indica a submissão desses indivíduos aos donos de garimpos, certamente no cotidiano daquelas relações os garimpeiros encontraram formas de driblar o poder dos mais abastados, galgando negociações que melhor lhes favoreciam.

Nos estudos de Jesus (2005), sobre a região de Jacobina/BA, a historiadora também analisou disputas envolvendo garimpeiros e uma empresa de exploração aurífera, denominada Companhia das Minas de Jacobina, criada no século XIX e fechada no mesmo período. Ocorre que, com sua reabertura na década de 1930, a mineradora reivindicou direitos sobre vários serviços de mineração que estavam em curso naquela ocasião. Tal imposição gerou uma série de conflitos entre os garimpeiros e a firma, pois,

[...] impôs aos garimpeiros taxas de arrendamento pelo aluguel do solo em que garimpavam no valor de 3\$000 e, segundo o jornal, os garimpeiros também eram cobrados pela palha e lenha que retiravam do mato nas terras que a CMJ alegava possuir (JESUS, 2005, p.170).

Refletir sobre esses conflitos nos permitem observar que os sujeitos enquanto homem econômico, não devem ser separados da sua linguagem, do ambiente ou das suas ideias, como assinalou Hobsbawm (1998). Tal constatação se torna clara quando investigamos as relações de trabalho suscitadas a partir dos garimpos de Brejinho, ou aqueles de Jacobina estudados por Jesus (2005), pois eles evidenciam além da atividade em si, estratégias, antagonismos e especificidades daquele cotidiano.

A leitura do processo cível ora analisado junto a outras fontes do período atesta que o sistema de trabalho proposto amparou-se em relações paternalistas⁶⁰, pois os alemães subsidiavam os garimpos e os garimpeiros oferecendo vantagens, mas que ao final davam pouca margem de negociação aos trabalhadores. Além da venda das pedras exclusivamente a eles,

⁶⁰ Compreendemos por este termo que se trata de relações baseadas em um suposto protecionismo, tendo por traz interesses entre ambas as partes. Isso pode ser ilustrado através dos casos estudados por E. P. Thompson, assim a *gentry* precisava dos mais pobres para realizar seus trabalhos, gerar suas rendas e legitimar seu poder, em contrapartida os camponeses usava dessa proteção para reclamar do aumento do preço do pão, era portanto uma troca favores, o que não uniformizava os graus de hierarquias presentes entre as classes.



muitos residiam em casas dos estrangeiros. O inventário de Otto Petry⁶¹, alemão que também ocupou a função de diretor da empresa Albert Henrich Becker durante o início do século XX, informa que este funcionário possuía 12 casas em Brejinho. Além de casa, ofereciam também os bois para carregamento dos desmontes de terra necessários para se encontrar o cascalho, no mesmo documento é arrolado 62 cabeças de gado *vacum*. Por conseguinte, a relação entre pares opostos envolvendo hierarquias claramente definidas deixava o garimpeiro com pouca margem de negociação e, portanto, inserido numa teia de dependência com dono do garimpo.

Na região da Chapada Diamantina, Sales (1982) e Jesus (2008) encontraram uma relação de trabalho similar. Para ambos, foi comum além de fornecimento de moradia, também o “saco”, quantidade de alimentos para o consumo do garimpeiro, podendo incluir também as ferramentas de trabalho. Em relação ao minério, sobre o valor de cada diamante era retirado em algumas situações o quinto (20%), e restante do valor era dividido entre garimpeiro e dono da mina.

Percebe-se que, em ambos os casos o dono do garimpo era quem atribuía o valor da pedra, e o garimpeiro devia fidelidade ao proprietário, como também notou Guimarães Neto (2006), isso garantia o monopólio sobre as negociações. Essa dependência, era agravada pela variação no preço da ametista e/ou do diamante no mercado, o que facilitava ao comprador impor os preços, e dessa forma podia auferir ganhos que saldasse o empréstimo das casas, dos bois, dos mantimentos, ferramentas e demais objetos fornecidos, garantindo ainda uma alta rentabilidade sobre os garimpos e pedras.

Ao prover-se de tais condições o garimpeiro aumentava o grau de dependência em relação ao patrão, e se tornava ainda mais difícil quando residia com família, pois os gastos aumentavam ainda mais, como no caso de Antônio Sobrinho. A situação de pobreza desses locais, foi escrita por Herberto Sales. Em um dos diálogos do romance encontramos o seguinte:

[...] Vida dura foi em 99. Vocês não são capazes de avaliar. Vi muito pai de família ganhando \$400 por dia. Nesse tempo – prosseguiu – garimpeiro e cachorro eram a mesma coisa. Diamante foi vendido até dois tostões o grão. Basta eu dizer isto: vi muita menina virgem, de dezesseis anos, trocada por um quarto de rapadura. Era uma miséria horrível (SALES, 1982, p. 75).

Além dos dados sobre a pobreza a obra citada acima evidencia relações de paternalismo, desde a forma como os trabalhadores se dirigiam ao patrão a dinâmica de sua vida cotidiana, tais aspectos propiciaram um controle parcial sobre o trabalhador. Estudando as *Cidades da*

⁶¹ APEB – Sessão Judiciário – Inventário – Classificação: 08-3609-04



Mineração de Mato Grosso, Guimarães Neto (2006, p. 158-158) narrou sobre as relações pessoais estabelecidas entre o comprador de pedras e a população do local, indicando a “[...] a formação de toda uma rede de auxílios mútuos, de compadrios, e mesmo de “recrutamentos” de garimpeiros, a se estender por entre grupos de homens e famílias que se deslocam para as zonas mineradoras.

A relação entre Walter Dreher e Antônio B. Sobrinho também esteve marcada por características similares. Além de garimpar nas minas do alemão, residia no Sítio Barrocas de propriedade da empresa Albert Henrich Becker. Particularidades dessa relação contratual podem ser vistos no trecho abaixo:

[...] Borges reside no sítio Barrocas ha treze anos. Que Borges fez um contrato verbal com antecessores do respondente, para cuidar este do sítio, recebendo sementes para plantação, fornecendo ao proprietário a meiação do produto quando colhido. Que Borges cumpriu o contrato durante quatro anos mais ou menos. Que desde mil novecentos e trinta e seis o respondente dispensou espontaneamente qualquer contribuição de Borges, ficando este tão só com o encargo de zelar o sítio “Barrocas”. (...) Que os contratos entre proprietário de garimpo e os garimpeiros, são em Brejinho, costumeiramente feito verbalmente; que em Brejinho é costume comprar-se o cascalho limpo e não a maua.⁶²

Os encargos de “cuidar” e “zelar” do sítio parecem ser entendidos pelas partes como uma forma de pagamento pela moradia, além disso os mantimentos provindos das plantações seriam divididos entre ambos, acordo que também não estava sendo cumprido. Segundo o proprietário, além de morar por anos consecutivos em seus domínios, o garimpeiro teria abandonado os serviços da mineração que lhe foi confiado.

Apesar da dependência instituída pelas práticas paternalistas forjadas nas relações entre garimpeiros e donos de garimpos, baseadas em costumes, a atitude do garimpeiro acaba por quebrar a submissão baseada nessas práticas paternalistas. Antônio Sobrinho usa de uma norma, construída pelos próprios alemães, e que foi “sancionada” por todos daquele lugar. Certamente, para o réu, um dos ônus do processo foi a ofensa à sua moral, pois o fato chegou aos ouvidos da maioria das pessoas do pequeno distrito e impôs, portanto, intimidação, vergonha, expondo o alemão num espaço em que a respeitabilidade também fazia parte do seu cabedal político, dando-lhe credibilidade para contratar garimpeiros e tocar os negócios da empresa da qual era representante.

⁶²APEB – Sessão Judiciário - Processo de ação ordinária – Classificação – 185-181-10, p. s/n.



Considerações Finais

O resultado do processo judicial estudado foi a conciliação entre as partes. Walter Dreher afirmou ter perdoado as dívidas do garimpeiro. Antônio Sobrinho, de acordo com o processo, foi indenizado em 500 cruzeiros pelas benfeitorias realizadas no sítio enquanto residiu no mesmo. Entretanto, lhe foi imposta a condição de se mudar do referido local dentro de um prazo de 30 dias.

Este caso nos permite verificar que não obstante a posição hegemônica dos alemães frente aos garimpeiros de Brejinho, os atritos cotidianos podiam ganhar outros contornos levando ao questionamento do domínio paternal. A intimidação frente ao mais abastado não impediu que o trabalhador levasse seu nome a justiça. Embora a justificativa do costume lhe sirva como mecanismo para garantir seus interesses individuais, trazê-lo à tona, permite elucidar uma prática social que vigorava em Brejinho e que se mostrava passível de conflitos, principalmente pela não-oficialização dos contratos de trabalho.

Como apontamos inicialmente, o período que ocorreu este conflito (1940) foi marcado por grande efervescência em Brejinho das Ametistas por conta dos decretos portados por Nelson Teixeira. Dessa forma, o enfraquecimento político do estrangeiro naquele momento pode ter sido observado estrategicamente pelo garimpeiro, posto que o alemão estava desestruturado financeiramente e emocionalmente diante dos transtornos vividos. Talvez, esse clima de tensão tenha favorecido ao autor mover o processo contra Walter Dreher, uma vez que este foi um dos sujeitos que mais entrou em desavenças com o engenheiro, já que possuía a maior quantidade dos garimpos do local.

Mas como ficou a situação do garimpeiro depois desse episódio? Mesmo que não tivesse que arcar com os custos do processo e ter recebido uma pequena indenização, a partir daquele momento o autor do processo não teria mais casa para morar com sua família. Teria encontrado outro trabalho? Certamente alguém que mantivesse amizade com o alemão não o contrataria, mas como as desavenças entre os mais abastados eram frequentes, queremos crer que isso favoreceu ao garimpeiro encontrar outro meio de ganhar a vida.



Bibliografia

AGUIAR, Lielva Azevedo. **“Agora um pouco da política sertaneja”**: A trajetória da família Teixeira no Alto Sertão da Bahia – Caetité, 1885-1924. (Dissertação de Mestrado), Santo Antônio de Jesus, UNEB, 2011.

BARRETO, M. R. N. e ARAS, L. M. B. de. *Salvador, cidade do mundo*: da Alemanha para a Bahia. Rio de Janeiro: **História, Ciências, Saúde**, 2003.

CORRÊA Lucelinda Schramm. **Memória das Colônias Alemãs na Bahia do Século XIX**. ANPUH: XXIV Simpósio Nacional de História – São Leopoldo, 2007. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0052.pdf>

COTRIM, Carla G. C. de C. **Afinal, quem são “os proprietários do distrito de Brejinho”?** Conflitos sociais e relações de poder nos garimpos de Brejinho das Ametistas. Alto sertão da Bahia, 1942-1952. (Monografia de conclusão de curso). Caetité, UNEB, 2014.

_____. *“... Parecendo senhor do mundo e que tratava com agregados seus”*: Nelson Spínola Teixeira e os conflitos nos garimpos de Brejinho das Ametistas (Alto sertão da Bahia, 1944-1952). **Anais do VII Encontro Estadual de História**. Cachoeira, BA: UFRB, p. 394 – 401, 2015.

_____. **“As bellas amethystas”**: Garimpos e relações comerciais em Brejinho das Ametistas – Alto Sertão da Bahia, 1870-1930. Epígrafe, São Paulo, Edição Dois, 2015, p. 25-46.

ESTRELA, Ely Souza. **Os sampauleiros**: cotidiano e representações. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, Fapesp: Educ, 2003.

FENELON, Dea Ribeiro. **Costume e cultura na Inglaterra do século XVIII**. São Paulo: Projeto História, 1999.

GREGORY, Valdir. **Imigração alemã no Brasil**. Cadernos Adenauer XIV, edição especial, 2013, p. 9- 27.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da mineração**: memória e práticas culturais – Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá: Ed. UFMT; Carlini & Caniato Editorial, 2006.

GUMES, João. **O Sampauleiro**. Caetité: Typografia d’A Penna, vol.1, 1922.

HOBBSAWM, Eric. Da história social à história da sociedade. In: **Sobre a História**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

JESUS, Daniella Silva dos Santos de. **Na trilha do diamante que fugiu**: Condições de vida, trabalho e estratégias de sobrevivência nas serras de Chique-Chique de Igatu (1930-1950), (Monografia de conclusão de curso), Feira de Santana, UEFS, 2008.



JESUS, Zeneide Rios de. **Eldorado sertanejo**: garimpos e garimpeiros nas serras de Jacobina (1930-1940). Dissertação de mestrado. Salvador, UFBA, 2005.

NEVES, Antonino da Silva. **Chorographia do município do Rio Pardo**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1908.

SALES, Herberto. **Cascalho**. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1982.

SAMPAIO, Theodoro. **O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina**: trechos de um diário de viagem (1879-80). Escolas Professionaes Salesianas: São Paulo, 1905.

SILVA, Marina Helena Chaves. **Vivendo com o outro**: Os alemães na Bahia no período da II Guerra Mundial. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA, 2007.

SILVA, Pedro Celestino da Silva. **Notícias Históricas e Geográficas do Município de Caetitê**. Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia. Nº 58, Seção Gráfica da Escola de A. Artífices da Bahia, 1932.

SOUZA, Rafael de Freitas. **Trabalho e cotidiano na mineração aurífera em Minas Gerais**: a mina da Passagem de Mariana (1863-1927). São Paulo, Tese de doutorado, USP, 2009.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A miséria da Teoria ou um planetário de erros**: Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Orgs.: Antônio Luiggi Negro e Sérgio Silva, Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001.



Imprensa, anticomunismo e fé: a destruição do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto nas representações da imprensa brasileira (1936-1937)

Sônia Meneses⁶³
Fátima Pinho⁶⁴

Artigo Recebido em: 27/09/2017
Artigo Aprovado em: 18/11/2017

RESUMO

No município de Crato – CE formou-se sob a liderança de um beato negro, pobre, peregrino como outros tantos do sertão nordestino, de nome José Lourenço, uma comunidade denominada “Santa Cruz do Deserto”, conhecida como “Caldeirão do beato José Lourenço”. Tendo como principais características o trabalho e a fé, despertou na Igreja e elite local a desconfiança de que ali se organizava uma comunidade comunista. Com medo de que se tornasse uma nova Canudos, aliaram-se ao governo do Estado para promover uma campanha difamatória, preconceituosa, dedicada a destruir a comunidade e o seu líder. Esse artigo pretende analisar, portanto, como tais discursos foram disseminados através da imprensa do país. Dado o considerável montante de jornais que abordaram o tema na época, intenta-se trazer apenas uma mostra daquilo que se formulou em dois momentos distintos: a invasão da comunidade e a dispersão dos habitantes pelas tropas do tenente José Góis de Campos Barros em 1936 e o confronto com os remanescentes que se abrigaram na serra do Araripe, chefiado pelo capitão José Bezerra, resultando em sua morte, do seu filho e de mais cinco soldados, do beato Severino Tavares e dezenas de camponeses em 1937.

Palavras-chave: Imprensa, Comunismo, Caldeirão.

ABSTRACT

In the municipality of Crato, state of Ceará, it was formed under the leadership of a poor black beato, a pilgrim, like so many others from the northeastern backwood, called José Lourenço, a community called "Santa Cruz do Deserto", known as "Caldeirão do beato José Lourenço". Having as main characteristics the work and the faith, it awoke in the Church and local elite the distrust that a communist community was organized there. Afraid that it would become a new "Canudos" they are allied themselves with the state government to promote a defamatory, prejudiced, campaign dedicated to destroying the community and your leader. This article intends to analyze, therefore, how such discourses were disseminated through the press of the country. Given the considerable amount of newspapers that addressed the theme at the time, we try to bring only a sample of what was formulated in two distinct moments: the invasion of the community and the dispersion of the inhabitants of the lieutenant Jose Góis de Campos Barros

⁶³ Professora adjunta do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri – URCA, Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense, Bolsista de Produtividade em Pesquisa. E-mail: sonia.meneses@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/5558125167892774>

⁶⁴ Professora adjunta do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri – URCA e doutoranda no curso de Doutorado Interinstitucional (DINTER) em História Social da Universidade Federal Fluminense e Universidade Regional do Cariri. E-mail: mfmoraispinho@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/1050194546722143>



in 1936 and the confrontation with the remnants that were sheltered in the Araripe mountain range, headed by Captain José Bezerra, resulting in his death, of his son and five more soldiers, the beato Severino Tavares and dozens of peasants in 1937.

Keywords: Press, Communism, Cauldron.

Introdução

O Brasil dos anos trinta do século XX era um lugar inóspito, especialmente para aqueles que estavam longe das capitais, dos grandes centros urbanos. Subsistia o espaço de um mundo em movimento, repleto de “maneiras de fazer e caminhar” (Certeau, 1998, p. 35) que trazia para o primeiro plano, estratos de outros tempos. Nos sertões, nas pequenas vilas e cidades do interior, sujeitos, práticas e representações diversas misturavam-se em meio às necessidades reais de sobrevivência, à solidariedade e lutas que organizavam o espaço e o próprio tempo a partir dos referenciais de uma cultura ordinária, cotidiana e pragmática recortada por mil artes de fazer.

Foi nesse espaço cheio de bricolagens que José Lourenço, beato, negro, pobre, sujeito peregrino entre outros tantos, iguais e diferentes entre si, tornou-se uma liderança vista por muitos como extraordinária. Ali, no meio do sertão, sua imagem e ação ajudaram a construir uma comunidade dissonante. Para uns, espaço de fé, para outros, berço de uma aglomeração que lembrava o perigo vermelho em terras brasileiras. Desse caldeirão de ideias e práticas, a comunidade da Santa Cruz do Deserto surgiu e foi destruída. Caldeirão, nome simbólico e muito representativo do que se construiu ali, tornou-se então história a ser narrada, memória a ser disputada em discursos diversos e, em especial, nas páginas dos jornais.

A trajetória do beato José Lourenço e sua comunidade integram o considerável contexto socioreligioso que caracterizou o Nordeste brasileiro, sobretudo, no final do século XIX e primeira metade do século XX, tendo servido de fonte e subsídio em diversas narrativas de memorialistas, pesquisadores e jornalistas que, ainda no presente, tentam explicar, compreender e analisar como, no sertão do Brasil, homens e mulheres pobres e analfabetos constituíram para um agrupamento de natureza solidária entre os anos 1926 e 1937 na região do Cariri cearense.

A forma de organização instituída na qual todos compartilhavam entre si os mesmos deveres e direitos e o fruto do trabalho coletivo que se revertia para o bem-estar da comunidade, chamou a atenção dos mandatários e latifundiários locais deixando-os desconfiados e em permanente estado de alerta contra qualquer indício que pudesse representar a formação de uma



organização nos moldes do comunismo. Incomodados, os coronéis da região passaram a cobrar do governo medidas enérgicas no sentido de minar as estruturas daquela comunidade que, para eles, representava uma ameaça iminente à ordem estabelecida.

Receosos de que o Caldeirão se tornasse uma nova Canudos e intrigados quanto a real liderança do beato José Lourenço, esses grupos impulsionaram na imprensa do país uma feroz campanha difamatória, recheada de preconceitos, dedicada tanto a destruir a comunidade quanto seu líder.

Esse artigo pretende analisar, portanto, como tais discursos foram distribuídos através da imprensa do país. Dado o grande montante de jornais que abordaram o tema na época, como pode ser visto na tabela a seguir, nossa intenção é trazer uma mostra representativa de aquilo foi formulado, considerando principalmente dois momentos: o primeiro refere-se à invasão da comunidade e a dispersão dos habitantes pelas tropas do tenente José Góis de Campos Barros⁶⁵ em setembro de 1936 e o segundo, ao confronto travado entre os remanescentes que se abrigaram na serra do Araripe e a uma patrulha da polícia chefiada pelo capitão José Bezerra⁶⁶ que resultou em sua morte, do seu filho e mais cinco soldados, do beato Severino Tavares e dezenas de camponeses.

Entre os anos de 1936 e 1937 jornais de vários estados da federação publicaram, alguns com mais intensidade, outros nem tanto, reportagens, artigos, telegramas, fotos narrando a saga da destruição da comunidade do Caldeirão conforme se pode verificar na figura⁶⁷:

⁶⁵ Delegado da Ordem Política e Social do Ceará no período da invasão do Caldeirão.

⁶⁶ Capitão José Gonçalves Bezerra, conhecido pela sua coragem, experiente policial, sendo o oficial escolhido pela Polícia Militar para combater o cangaço no Estado na segunda e terceira décadas do século passado (Anselmo, 1981)

⁶⁷ Gráfico construído com base no número de reportagens publicadas nos jornais disponíveis no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, portanto, não estão contemplados todos aqueles que publicaram sobre o assunto. É muito provável que a quantidade de periódicos seja superior ao apresentado.

Figura 1: tabela com jornais e número de ocorrências.



Vê-se que não foram poucos aqueles que, em suas páginas, seja por meio de manchetes ou de pequenas notas construíram narrativas que, em consonância com os anseios da política nacional justificavam a imperiosa necessidade de debelar o mal da ignorância e do fanatismo no sertão, desqualificando a comunidade do Caldeirão e o beato José Lourenço. Isso se pode constatar facilmente em manchetes tais como “Fanatismo, consequência moral da superstição e penúria”⁶⁸. Vislumbradas em primeiro plano, as intenções não escondiam o receio desses grupos em manter sob controle os vários movimentos que emergiam naquele contexto e que, de alguma maneira, representavam um perigo à estabilização da ordem nacional.

O governo republicano, ainda jovem naquela década de 1930, já havia experimentado um conjunto de rebeliões significativas que tencionavam ainda aquele universo social. Só para mencionar alguns, vale mencionar a Revolta da Vacina, em 1904, a Revolta dos Marinheiros, em 1910, Guerra do Contestado entre 1912 a 1916 e Movimento Tenentista na década de 20, cuja Coluna Prestes tornou-se a ação mais significativa. Dentre esses movimentos, três se destacam para ajudar na compreensão sobre a violenta repressão que se estabeleceu sobre o Caldeirão: Canudos - fins do século XIX -, experiência desencadeada no interior da Bahia similar ao que se tornou o Caldeirão, a Sedição de Juazeiro em 1914⁶⁹ e a Intentona Comunista

⁶⁸ O JORNAL (RJ), n.º. 5298, 23 /09/1936, p. 11

⁶⁹ Movimento armado travado entre as forças legalistas do presidente da província do Ceará, Franco Rabello e os aliados do padre Cícero, transcorrido entre dezembro de 1913 e março de 1914. Para saber mais sobre esse movimento ler: Camurça, Marcelo Ayres. Marretas, molambudos e rabelistas: a revolta de 1914 no Juazeiro. São Paulo: Maltese, 1994.



de 1935. Esses episódios são parte da chave explicativa para o tipo de cobertura dada pelos jornais acerca do que ocorria ali no interior do Ceará. Demonstraram, ainda, as potencialidades da organização social cuja exclusão, desespero e fé se tornaram motores de suas ações. 1º ATO - 1936: “Um núcleo de fanáticos dissolvido pela polícia cearense – viviam em regime comunista”: narrativas sobre a comunidade do caldeirão e o beato José Lourenço na imprensa brasileira.

Segundo Rodrigo Patto (2000) o anticomunismo tornou-se uma das forças mais decisivas das lutas políticas do mundo contemporâneo, sobretudo, porque ofereceu um inimigo interno e externo a ser combatido. Dessa forma, ser qualificado como “comunista” ou, simplesmente, ser suspeito de o ser já tornava o sujeito ou o grupo social assim qualificado como potencial inimigo a ser rechaçado implacavelmente.

Como imaginara Karl Marx, o comunismo foi efetivamente um espectro rondando a sociedade capitalista. No entanto, embora tal afirmação tenha sido feita em meados do século XIX, ela se aplica melhor ao século atual, quando o “fantasma” adquiriu um poder sem precedentes de amedrontar os setores mais conservadores da sociedade. Durante os cerca de 70 anos compreendidos entre a Revolução de outubro de 1917 e a crise do socialismo real ocorrida na virada da década de 1980 para 1990, o comunismo tornou-se muito mais que um espectro. (PATTO, 2000, p. 05)

Dessa maneira, quando em 10 de setembro de 1936 uma tropa policial comandada pelo tenente José Góis de Campos Barros invade e destrói de forma violenta a comunidade do sítio Caldeirão, saqueando seus pertences, queimando as casas e expulsando os habitantes era, sem dúvida, a ideia de um inimigo interno identificado como “comunista”, embora não apenas isso, que pretendia destruir. O ataque reverberou na imprensa de todo o Brasil que, alimentada pelos relatórios dos invasores e de correspondentes em Fortaleza, publicou dezenas de reportagens e artigos justificando os motivos da destruição.

De norte a sul, jornais estampavam manchetes dando conta de que uma comunidade de fanáticos liderada por um beato “aproveitador” e “ditador”, que “viviam em regime comunista” (Jornal do Brasil, 15/09/1936), constituía sério risco à ordem e segurança do país.

Estaria o Brasil diante de uma experiência do regime comunista no sertão do Ceará?⁷⁰ “[...] seria (o caldeirão) um disfarce dos comunistas?”⁷¹. Questionamentos como esses sintetizavam uma das principais acusações usadas para justificar e legitimar a destruição do

⁷⁰ CORREIO DA MANHÃ (RJ), 15 /09/1936, p. 3

⁷¹ LAVOURA E COMERCIO (MG), 15 de setembro de 1936.



Caldeirão. Em meio a um contexto político conturbado pautado pelo fantasma da “insurreição comunista de 1935”⁷², sinais que indicassem a possibilidade de uma agremiação semelhante tornavam-se o alvo preferencial de investidas das forças militares governistas.

Os rumores sobre as prováveis características comunistas do Caldeirão eram constantemente alimentados por relatórios, entrevistas e telegramas enviados aos jornais pelos militares que ordenaram a invasão da comunidade, levantando a hipótese de que ali viviam remanescentes do levante de 1935. O jornal LAVOURA E COMERCIO – Uberaba/MG assim se coloca:

[...] O chefe de polícia, em telegrama de Crato, anuncia que apurou ser 80% desses fanáticos procedentes do Rio Grande do Norte, presumindo tratar-se de remanescentes da luta armada de novembro de 1935, que ali se homizaram sob esse disfarce.⁷³

As manchetes produzidas acerca dessa possibilidade multiplicavam-se profusamente e de forma elogiosa anunciavam a eficaz atuação das forças policiais na dispersão e desarticulação do Caldeirão, à medida que apresentavam ao Brasil a versão oficial dos fatos decretando como verdadeiros os seus argumentos. Observe-se a tônica dos enunciados:

UMA EXPERIÊNCIA DO REGIME COMUNISTA NO SERTÃO DO CEARÁ: a polícia dispersou o agrupamento, ocupando militarmente a localidade⁷⁴

UM NÚCLEO DE FANÁTICOS DISSOLVIDO PELA POLÍCIA CEARENSE – VIVIAM EM REGIME COMUNISTA⁷⁵
FANÁTICOS QUE VIVIAM SOB ESTRANHO REGIME
O BEATO LOURENÇO – A AÇÃO POLÍCIAL⁷⁶

As manchetes acima explicitam a construção discursiva e a produção de sentido que se fazia a respeito daqueles acontecimentos. Nelas há uma mobilização de conceitos no intuito de tornar o evento parte de um projeto comunista no país. Trata-se de inserir aqueles sujeitos num lugar específico. “Comunismo passa a ser o conceito síntese a representar tais grupos e funciona como mobilizador de justificativas para que fosse fortalecida a oposição ao governo” (MENESES, 2017, p. 104). Ao submeter o episódio a um processo de enquadramento de

⁷² Para saber mais sobre a Insurreição Comunista de 1935, sobretudo, em Natal-RN, ler: COSTA, Homero de Oliveira – A Insurreição Comunista de 1935 – Natal-RN:EDUFRN, 2015.

⁷³ Lavoura e Comercio, Uberaba, Nº 7325, 15/09/1936, p. 4.

⁷⁴ CORREIO DA MANHÃ (RJ), Nº 12835, 19 /09/1936, p. 3

⁷⁵ JORNAL DO BRASIL (RJ), Nº 220, 15 /09/1936, p. 12

⁷⁶ O IMPARCIAL, (MA), Nº 5334 16 /09/1936, p. 2



sentido, a imprensa trabalhava para construir as ferramentas simbólicas que demonstrassem a necessidade de eliminação daquele grupo.

No entanto, nem todos os jornalistas compartilhavam dessa construção. Em artigo publicado no noticioso O JORNAL de 23 de setembro de 1937, o cearense e correspondente do “Diários Associados” de Fortaleza, João Hyppolito⁷⁷, atribui o surgimento e crescimento do Caldeirão à crença em superstições, à miséria e ignorância do sertanejo que se deixava dominar pelo “esperto” José Lourenço de forma cega e absolutamente obediente. Já no título, Hyppolito revela a interpretação que faz dos acontecimentos.

Fanatismo, consequência moral da superstição e penúria: como o “beato” Jose Lourenço conseguiu reunir, no interior do Ceará, 700 “devotos” que lhe obedeciam cegamente⁷⁸

Referindo-se à probabilidade de ser o Caldeirão um reduto comunista, declara: “[...] esse núcleo foi tomado pela imprensa como um bando de comunistas, vivendo em pleno regime soviético. Nada mais errado. Era apenas um grupo de miseráveis, que a penúria e a superstição reuniram sob a autoridade do beato José Lourenço, um místico embusteiro e libertino”.⁷⁹

Durante entrevista concedida ao jornal fortalezense *Gazeta de Notícias*⁸⁰ e reproduzida nos jornais O Jornal (18/09), Correio da Manhã (18/09), Lavoura e Comercio (MG, 15/09) e Correio de São Paulo (18/09), o comandante responsável pela invasão do Caldeirão, o tenente Góis C. Barros, ao retornar do Cariri assevera:

“[...] o beato Jose Lourenço exercia, na localidade de Caldeirão, completa autonomia e era a única autoridade obedecida pelos componentes daquele agrupamento: casava, batizava e ditava leis, que eram cegamente obedecidas, entregando-lhe os fanáticos os próprios haveres. O beato possuía um harém composto de 16 mulheres jovens e formosas. A sua mesa era farta e as bebidas finas não faltavam. Estendia o seu prestígio à toda a população do sul do Estado, bem como às dos Estados vizinhos, donde uma verdadeira romaria de pessoas ai visita-lo receber a benção e levar-lhe presentes.⁸¹

⁷⁷ João Hipólito Campos de Oliveira, bacharel em Ciências Jurídicas e professor universitário, foi um jornalista atuante com passagem pelas redações de O Povo e Diários Associados do Ceará (http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=29741&catid=332&Itemid=101)

⁷⁸ O JORNAL (RJ), N° 05298, 23 /09/1936, p. 11

⁷⁹ Ibid.

⁸⁰ Infelizmente este jornal não consta no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁸¹ O JORNAL (RJ), 18 /09/ 1936, p. 11.



Adjetivado com epítetos nada elogiosos, o beato é apresentado como “libertino”, “sultão do Nordeste”⁸², “aproveitador”, “ditador”⁸³, acusando-o de viver um padrão de vida distante dos demais nordestinos: “VERDADEIRO HAREM NO RECESSO DO SERTÃO: Mesa farta⁸⁴, bebidas finas e 16 jovens mulheres alegravam a vida do anfitrião”⁸⁵

Entre notas, artigos, entrevistas e editoriais divulgados pela imprensa, vale destacar com a pretensão de melhor entender, o texto do jornalista rio-grandense Ewerthon D. Corte no periódico *A Ordem*, em 15 de setembro de 1936, intitulado *A Tragédia do Caldeirão (Uma página de Sociologia do Nordeste)*, no qual analisa o episódio de formação e destruição do Caldeirão fazendo a seguinte descrição do beato:

[...] em Caldeirão (...) eis que surge um tipo singular, misto de jagunço e de fanático, arrebanhando para seu criminoso convívio uma verdadeira legião de pobres sertanejos. Sua figura é misticamente impressionante, para receber os primitivos. Veste-se sempre de preto. Espessa barba negra contorna lhe as faces. Talhe vigoroso e forte moleirão com a tez queimada pelo sol faz-lhe um expressivo espécime da sub-raça. Seu aspecto messiânico desperta a mais viva sugestão às massas que o cercam, embrutecidas pela ignorância [...]
O monstruoso *beato* de há muito que iniciara, a socapa, a negreganda tareja (*sic*).⁸⁶

Noutros trechos do artigo o autor argumenta que, naturalmente, há “[...] um verdadeiro clima para a florescência do fanatismo pseudo-religioso [...]”, sendo constante o recrudescimento de comunidades similares a Canudos e Caldeirão com forte presença de fanatismo religioso, atribuindo-o à situação de abandono e ignorância vivida pelo povo brasileiro:

Esses surtos de fanatismo e cangaceiros são consequências lógicas do abandono em que vivem nossas populações. Sem letras. Sem religião. Com um moralismo próprio, divorciado de quaisquer princípios recomendáveis. Para que não se precise de tempos em tempos empregar a força para integrá-las na lei, é necessário que se lhes dê como um bom costume uma educação perfeita e bem orientada.⁸⁷

⁸² Ibid.

⁸³ Ibid.

⁸⁴ Segundo LIMA, Maria Lourêto de. José Lourenço, o beato perseguido: uma história real. 1ª ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2013, no Caldeirão havia um pomar com todo tipo de frutas, um engenho de açúcar, casa de farinha.

⁸⁵ CORREIO DA MANHÃ (RJ), Nº 1305, 18/09/1936, p. 1

⁸⁶ A ORDEM (RN), Nº 5230, 15/05/1936, p. 1

⁸⁷ Ibid.

Boa parte das publicações sobre o Caldeirão e o beato trazia fotografias⁸⁸ feitas após a invasão por ocasião da prisão de muitos dos seus habitantes. A matéria escrita pelo jornalista João Hyppolito para os jornais do “Diários Associados”, cujo título denota extremo preconceito, é um exemplo disso.

UM MONSTRO HUMANO IMPERAVA NOS SERTÕES DO CEARÁ: Os espantosos episódios do Sertão do Ceará - Quatrocentos Fanáticos de tunica negra aprisionada pela polícia – Franco Regime Comunista – O beato Lourenço e seu harem de deseseis mulheres!⁸⁹

Logo abaixo do título, a fotografia traz imagens comoventes. Em primeiro plano, crianças e mulheres sentadas no chão e indivíduos de pé, um único senhor, calvo, de barba longa e branca e, num segundo plano, homens fardados e outros não, com a legenda: “TUDO DE NEGRO – Os fanáticos aprisionados no sítio do Caldeirão, pela polícia do Ceará”.

Figura 2: “TUDO DE NEGRO”



Fonte: DIÁRIO DA NOITE, Nº 02732, 22 /09/1936 p. 13.

O mesmo registro é reproduzido numa segunda matéria escrita por João Hyppolito, no periódico *O Jornal* de 23 de setembro de 1936, assim subscrita: *O beato José Lourenço*⁹⁰ *que se vê com as suas enormes barbas, cercados de dezenas dos fanáticos que constituíam a “Comuna” dissolvida pela polícia, no interior do Ceará.*

⁸⁸ Os registros fotográficos compõem o relatório apresentado aos seus superiores pelo Tenente José Góis de Campos Barros, posteriormente transformado em livro: “A ordem da Penitência e a Polícia”.

⁸⁹ DIÁRIO DA NOITE (RJ), Nº 2732, 22 /09/ 1936, p. 13

⁹⁰ A informação de que o beato José Lourenço está na fotografia é equivocada. Possivelmente, é o velho citado no livro do tenente Góis C. Barros, *A ordem dos penitentes*, publicado em 1937, ao relatar que diante da destruição do Caldeirão “[...] o grito de um velho sertanejo de barbas longas e meio calvo ecoou pelas quebradas da Serra do Araripe: Vossa mercê é poderoso, mas acima de tudo está o poder de Deus.” (RAMOS, 1998, p. 362).



Outras publicações se valem da mesma fotografia para desqualificar o beato. Em 13 de outubro de 1936 *O Jornal* circula com a manchete:

O PATRIARCA ZÉ LOURENÇO
CURIOSOS DETALHES DA VIDA DO BEATO E SEUS PROSELITOS, NO
INTERIOR CEARENSE
Encaminhador de promessas e senhor de 15 mulheres – a subida para o céu”...⁹¹

Tomando como ponto de partida as matérias publicadas, percebe-se que a construção de sentidos acerca do Caldeirão parte de duas linhas argumentativas fundamentais: a primeira diz respeito a uma dimensão política mais clara: a comunidade representaria um aglomerado perigoso por estabelecer ali um conjunto de ações que pudessem servir como exemplo de experiência comunista. O aspecto revolucionário da comunidade se fosse bem-sucedido, era impensável para as elites não apenas locais, mas, nacionais. Não esqueçamos que a Intentona Comunista já havia assombrado o poder central no ano anterior com reivindicações de carácter nacional popular contra as oligarquias locais e práticas autoritárias não somente dentro do quarteis, fora deles a investida também teve seu impacto. Nesse sentido, ainda segundo Patto (2000, p. 05)

A força do comunismo, consubstanciada na expansão e crescimento dos partidos e ideais comunistas, engendrou o anticomunismo. Os grupos sociais atemorizados pela “ameaça” ou “perigo” comunista, por sinal expressões reveladoras de seu estado de espírito, trataram de organizar-se e articular uma contra-ofensiva visando combater o projeto revolucionário. Genericamente, pode-se dizer que o sentimento anticomunista nasceu espontaneamente, gerado pelo medo e pela insegurança. No entanto, transformou-se em movimento organizado a partir da necessidade percebida por algumas lideranças conservadoras de conter a escalada revolucionária.

Como se pode perceber, um dos agentes mais empenhados no movimento organizado anticomunista era justamente a imprensa que funcionava como produtora de discursos relevantes sobre o tema. Dessa maneira, ao despontar no cenário nacional, imediatamente o Caldeirão é alçado à categoria dos inimigos comuns a serem combatidos pelo Estado, uma vez que ali poderia ser gestada, novamente, uma rebelião nos moldes do que havia ocorrido em outros estados. Patto argumenta que as primeiras manifestações anticomunistas na imprensa começam a surgir já na década de 1920 e, com a criação do partido comunista nos anos de 1930, esse aspecto ganhou substância e profundidade.

A Intentona Comunista contribuiu para o aprofundamento da onda conservadora que varreu o país na segunda metade da década de trinta e, na verdade, serviu para “fundar uma

⁹¹O JORNAL, Nº 5315, 13 /10/1936, p. 13



sólida tradição anticomunista na sociedade brasileira”, nesse sentido, “a comoção tornou-se ainda maior quando a imprensa começou a divulgar indícios encontrados pela polícia, da participação de um grupo estrangeiro ligado à Internacional Comunista na frustrada tentativa revolucionária” (PATTO, 2000, p. 07). É importante observar, portanto, que a emergência do Caldeirão nasce exatamente no momento-chave de construção de um projeto anticomunista no Brasil e, não por acaso, sua destruição deveria ser uma ação exemplar, como de fato o foi. Em boa parte da documentação do período que trata o tema, fica claro que a atuação sobre o grupo seria implacável.

Além de estar no centro das ações anticomunistas em curso no Brasil, o Caldeirão ganhou outra importante chave de compreensão nos discursos das elites brasileiras, mais vinculada à perspectiva sociorreligiosa que negava veementemente as práticas de religiosidade popular que se desencadeava naquele momento. É importante destacar que embora fosse uma profissão liberal, a imprensa brasileira ainda era profundamente marcada pelos princípios da religião católica, dita oficial. O pe. Cícero, assim como Juazeiro do Norte já eram seus antigos conhecidos, principalmente no tocante aos episódios desencadeados pelo chamado “milagre da hóstia” no final do século XIX e a própria sedição de Juazeiro em 1914, colocando a região no cenário nacional impresso.

Nessa direção, lança-se mão de um conjunto de argumentos que já eram agenciados antes mesmo do surgimento da comunidade da Santa Cruz do Deserto, outrora direcionados à imagem do pe. Cícero e agora direcionados tanto para o Caldeirão, quanto para o seu líder, o beato José Lourenço. Ao trazer à tona as definições de fanatismo, berço de ignorância, população “sem letra e sem religião”, a imprensa dotava o evento de uma significação negativa que se coaduna com as imagens já dispostas naquela cena pública. Aos olhos da grande imprensa, o Caldeirão ganhara ares de lugar construído a partir de uma áurea de negatividade densa e complexa, que só pode ser compreendida ao se considerar de perto todos os possíveis elementos.

Nesse contexto, unem-se duas relevantes linhas discursivas para compreendermos os ataques da imprensa ao Caldeirão: comunidade de características comunistas e lugar de fanáticos religiosos. “Ao recorrer a esses artifícios o jornal fazia com que sua narrativa diária trabalhasse em torno da construção de uma unidade ficcional de ação colocando em lados opostos conceitos como família, estado, igreja” (MENESES, 2017, p. 104).



2º ATO - 1937: “A Chapada do Araripe transformada em campo de operações militares”: o confronto fatal.

Com a expulsão dos habitantes do sítio Caldeirão, muitos retornaram às suas cidades de origem, outros se estabeleceram ao sopé da serra do Araripe no engenho Conceição e “umas 15 famílias foram pra cima da serra.”⁹². Outros, ainda, foram presos e conduzidos para Fortaleza, entre eles o beato Severino Tavares⁹³, que pouco tempo depois se viu solto e retornou ao Cariri juntando-se aos remanescentes que se alojaram na serra do Araripe. Segundo depoimento de seu filho, Eleutério Tavares, ao subir o morro Severino afirmou: “Se a polícia for lá nos perseguir novamente, seu pai não vive mais, mas também aquele que perseguir fica mais eu lá.”⁹⁴

Em 10 de maio de 1937 o tenente José Bezerra se dirige à serra do Araripe com o intuito de identificar prováveis focos de sobreviventes do Caldeirão para dispersá-los, entretanto, ao chegar no local é surpreendido por muitos deles que, liderados pelo beato Severino Tavares reagem com paus, facas e foices promovendo um forte e violento confronto contra a tropa da polícia, resultando na morte de Severino e de dezenas de seus seguidores, assim como na do capitão José Bezerra, do seu filho além de cinco soldados.

A notícia de que o capitão José Bezerra havia sido morto e das baixas ocorridas repercutiu rapidamente na imprensa brasileira, que qualificou o fato como “Grande chacina”, uma “verdadeira tragédia” promovida pelos “fanáticos sertanejos”. As manchetes traziam um tom sensacionalista:

CHACINADOS BARBARAMENTE PELOS FANATICOS DO BEATO LOURENÇO! Em pleno coração do Nordeste ressurgue com um fantasma o drama de Canudos - Os beatos do Caldeirão atacam um contingente policial e ameaçam invadir Crato e Juazeiro - O conflito - numa perigosa emboscada tombam mortos o capitão Jose Bezerra, seu filho e 5 praças⁹⁵

Jornais de todo território brasileiro acompanhavam o desenrolar dos acontecimentos apresentando-os como um “verdadeiro massacre”, e denunciando que “remanescentes do grupo

⁹² LIMA, Maria Lourêto de. José Lourenço, o beato perseguido: uma história real. 1ª ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2013, p. 72.

⁹³ O beato Severino Tavares foi, certamente, o principal agente de divulgação da comunidade do Caldeirão. Segundo LIMA [...] Severino Tavares era um andarilho, viajava muito pregando a palavra de Deus e conquistando romeiros para serem seguidores da Santa Cruz do Deserto. (p. 53)

⁹⁴ Ibid., p. 80.

⁹⁵ A RAZÃO, Fortaleza, Nº 285, 11 /05/1937, p. 1.



de fanáticos chefiados pelo beato Lourenço atacaram um contingente policial, matando quatro homes e ferindo três outros.”⁹⁶

O caso foi tratado pelos jornais como uma emboscada concebida e encabeçada pelo beato José Lourenço, embora ele sequer tivesse tomado parte, pois, se encontrava foragido desde o ataque de 1936.

A repercussão alarmante dos fatos provocou forte reação no governo do Ceará, que logo tratou de enviar aviões para o Cariri com a incumbência de detectar e mapear os focos de ajuntamento dos sertanejos e facilitar-lhes o combate com o uso, de acordo com alguns memorialistas e pesquisadores, de bombas, versão contestada pelo governo.

Contudo, os episódios tornaram-se um assunto interessante para a imprensa, que se empenhou em noticiar a “[...] guerra no sertão, com destacadas manchetes sensacionais”, tais como:

A CHAPADA DO ARARIPE

Transformada em campo de operações militares
Aprisionados vários grupos de mulheres, pertencentes as hordas do beato Lourenço - a quadrilha do cap. Macedo realiza vôos de reconhecimento⁹⁷

Na imprensa carioca as investidas eram narradas numa perspectiva de dramaticidade e teatralidade, com realce para a selvageria e o requinte de crueldade levados a cabo pelos “cangaceiros do beato José Lourenço”, fomentadores do que teria sido uma verdadeira

TRAGEDIA NO SERTÃO DO CARIRI:

Os cangaceiros do beato Jose Lourenço massacram um destacamento da força policial cearense – um combate selvagem e a mutilação dos corpos das vítimas pelos fanáticos enfurecidos⁹⁸

Muitos periódicos ressaltaram a “[...] excentricidade” das vestimentas – “vestem hábitos pretos e cheios de lama [...]”⁹⁹ – e a agressividade de suas atitudes, declarando que

ARMADOS DE FOICES E MACHADOS

Bandos de fanáticos, chefiados pelo beato “Zé Lourenço”, ameaçam o sertão cearense - reforçados os destacamentos policiais de Crato e Juazeiro¹⁰⁰

O jornal *A Noite* publica em 22 de maio de 1937, na primeira página, uma matéria intitulada “Os fanáticos: reportagem fotográfica em torno dos episódios sangrentos do interior

⁹⁶ O JORNAL, N° 05492, 12 /05/1937, p. 18.

⁹⁷ A RAZÃO, Fortaleza, N° 286, 12 /05/1937, p. 1.

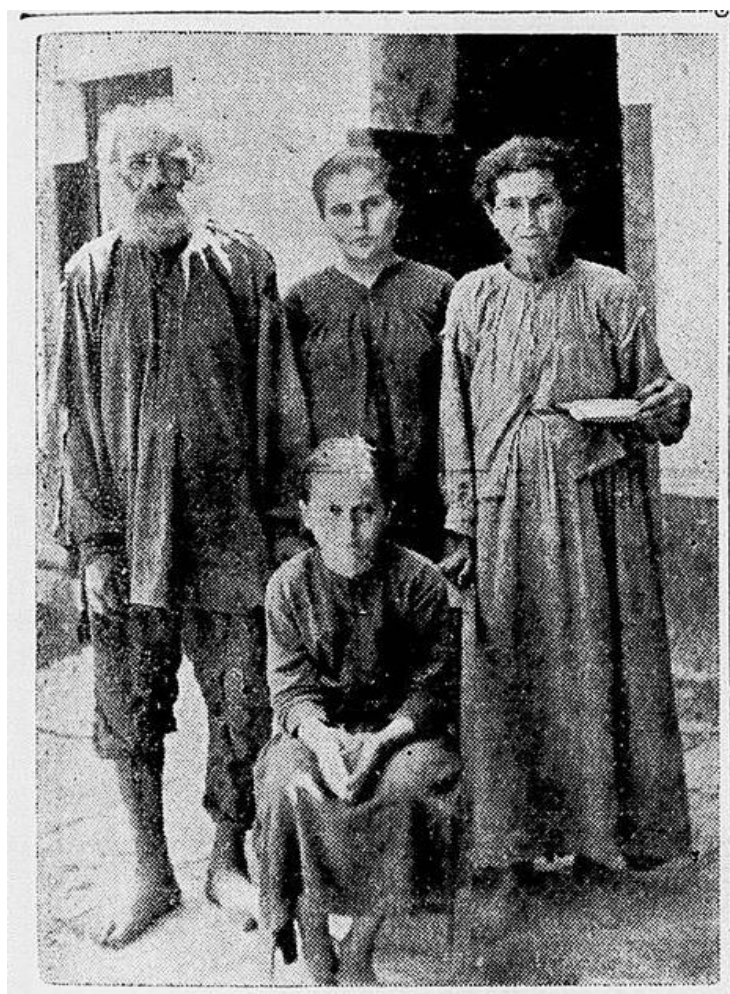
⁹⁸ O RADICAL, (RJ), N° 1555 13 /05/1937, p. 2.

⁹⁹ CORREIO DE SÃO PAULO, 20 de maio de 1937, p. 3

¹⁰⁰ O JORNAL (RJ), 21 de agosto de 1937, p. 18

cearense”. Na ocasião são veiculadas duas fotos: uma delas relacionada a uma determinada família composta por um senhor idoso, duas mulheres e uma criança, todos identificados na legenda: “Telles de Miranda, a quem fanáticos deram a antonomásia de “Pai Eterno”. Francisca Diógenes (a que está no centro, em pé). Rita Diógenes, a menina sentada, e por último, Francisca de Oliveira, mulher do “Pai Eterno”¹⁰¹. Entretanto, segundo informações colhidas com a professora Lourêto Lima, filha do sr. Eleutério Tavares (citado na segunda foto) e neta de Severino Tavares, trata-se de um morador do Caldeirão de nome Mariano, oriundo do estado do Piauí, descartando a existência de alguém com esse status na comunidade, o que leva a concluir que é apenas mais um boato com a intenção de desmoralizar os habitantes daquele lugar.

Figura 3: OS FANÁTICOS



Fonte: Jornal *A Noite*, Nº 9078, 22/08/1937, p. 1.

¹⁰¹ A NOITE, (RJ), Nº 9078, 22 de maio de 1937, p. 1

A segunda imagem reúne um grupo de sobreviventes do Caldeirão, capturados depois do fatídico confronto entre a polícia e o grupo de Severino Tavares nos idos de 1937. Chama a atenção a composição em si, com maioria de crianças, poucos adultos e um velho de barba branca e calvo mais atrás (o mesmo que foi fotografado em 1936 sentado com outras crianças). Todavia, a descrição feita não condiz com o que se pode deduzir:

Figura 4: OS FANÁTICOS



Fonte: *Jornal A Noite*, Nº 9078, 21/08/1937.

Na legenda consta a seguinte explicação da fotografia:

As fotografias que acompanharam esta notícia mostram alguns dos presos. Por essas fotografias se verificará que não se trata apenas, como a princípio se supôs, de gente do mato: ao contrário, há entre os fanáticos pessoas de boa aparência e que pertencem a conhecidas famílias do Rio Grande do Norte.

Não podemos identificar exatamente a origem das famílias apresentadas na imagem. Percebe-se, contudo, se tratar majoritariamente de mulheres e crianças, o que indica que os homens estavam foragidos ou mortos, de acordo com os relatos dispersos sobre o fim da comunidade. O jornal superestima os trajés e a origem dos integrantes da imagem, a fim de construir acerca do episódio uma justificativa mais consistente para as ações desencadeadas



naqueles dias. Não esqueçamos que foi no Rio Grande do Norte que transcorreu um dos principais focos da Intentona Comunista, demonstrando que há uma intenção unificadora sobre a leitura da imagem e que ela agrega, ao mesmo tempo, as duas linhas argumentativas que mencionamos anteriormente. Ao afirmar que não havia apenas fanáticos, admite de certa forma que entre eles, famílias do Rio Grande do Norte estavam presentes. Percebe-se, destarte, o propósito de construir para o leitor um modelo de interpretação a respeito do Caldeirão e seus habitantes.

Reportagens centradas no beato José Lourenço e “seus séquitos”, após os “infaustos” acontecimentos de setembro de 1936 e maio de 1937, ganharam mais notoriedade e ao longo de 1938, a imprensa não lhe deu nenhuma trégua. Notícias propagadas falando de sua presença e consequente liderança em movimentos semelhantes ao do Caldeirão eram anunciadas, como em o “Pau de colher”¹⁰², na cidade de Casa Nova-BA e em outros estados do Nordeste, guiando grupos de cem, mil e até “[...] nove mil fanáticos [...]”¹⁰³ com a promessa de invadir e saquear cidades da região. As manchetes não cessavam:

“O Beato Lourenço na Bahia? A Notícia de seu reaparecimento, à frente de 500 homens”¹⁰⁴;

ROUBANDO E MATANDO

Os fanáticos do beato Lourenço fazem numerosas vítimas no sertão Bahia¹⁰⁵

“O Piauí invadido pelos cangaceiros do grupo chefiado pelo beato Lourenço.”¹⁰⁶

As narrativas eram responsáveis pela construção, no imaginário da República, do mito de uma liderança de fanáticos, salteadores e bandidos que deveria ser temida, e não seguida. Não há como comprovar nenhuma dessas ações atribuídas a José Lourenço, todavia, num plano simbólico, sua imagem ganhava ares de sujeito perigoso a ser combatido. Muitas das matérias foram refutadas pelo então delegado da Ordem Social do Estado do Ceará, Cordeiro Neto, que, numa entrevista declara ser “[...] impossível tratar-se do “beato” Lourenço [...]”¹⁰⁷, posto que “[...] a polícia cearense é conhecedora de que [...] se encontra na serra do Araripe, doente, e

¹⁰² “Pau de Colher” foi um movimento equivalente ao Caldeirão com origem na cidade baiana de Casa Nova, de 1934 a 1938. Para aprofundar o assunto, ler GILMÁRIO Moreira Brito. [Memórias de e sobre Pau de Colher: como os sujeitos se lembram](#). Projeto História PUC, 1998; F. P. Monteiro. [Peregrinação, violência e demonofobia em Pau de Colher](#). ABBR, 2013 (PLURA, Revista de Estudos de Religião, vol. 4, nº 1, p. 62-92).

¹⁰³ O JORNAL, (RJ), N° 5664, 30 /11/1937, p. 3

¹⁰⁴ O POVO (CE), N 3701, 14 /01/1938, p. 1

¹⁰⁵ O JORNAL (RJ), N° 5699, 12 /01/1938, p. 14

¹⁰⁶ DIÁRIO DE NOTÍCIAS (RJ), N° 3671, 19 /01/1938, p. 2

¹⁰⁷ O ESTADO (SC), N° 6883, 17 /01/1938, p. 6



implorando a caridade pública.”¹⁰⁸ Não se pode perder de vista que havia ainda um outro lado na cobertura noticiosa daquela Primeira República. Existia uma demanda crescente por fatos extraordinários, excepcionais que povoavam o universo místico daquela sociedade. Esse tipo de matéria, especialmente veiculado na França do século XIX ficou conhecido como *Faits Divers* e também teve grande influência na produção da imprensa nacional.

Para Roland Barthes, a principal característica do *fait divers* é ser “uma informação total, ou mais exatamente, imanente; ele contém em si todo seu saber: não é necessário conhecer nada do mundo para consumir um *fait divers*; ele não remete a nada mais, além dele mesmo” (BARTHES, 1966, p. 189 *Apud* DION 2007, p. 125).

A despeito da avalanche de notícias difamatórias e acusatórias com relação ao beato, algumas poucas notas e artigos se propuseram a tomar o caminho contrário no sentido de defendê-lo, ressaltando seu caráter ordeiro e cordial. O periódico *O Jornal* divulga um breve esclarecimento intitulado “Beato, e não bandoleiro”.

O nome do beato José Lourenço é, hoje, geralmente conhecido, dado que figura com frequência no noticiário policial dos jornais, que o apontam como um indivíduo feioso, e, por todos os títulos, altamente nocivo à ordem pública. Uma recente correspondência telegráfica, entretanto, esclarece que Zé Lourenço, como é vulgarmente conhecido o beato, não é um bandoleiro perigoso.¹⁰⁹

No corpo do texto, cuja autoria não é informada, argumenta-se que o fato de José Lourenço ser um homem “[...] religioso até o fanatismo” finda por agregar em torno de si indivíduos mal-intencionados, resultando na “[...] formação de bandos de cangaceiros que, abandonando o “chefe” e desprezando sua “doutrina”, saem a praticar assaltos e tropelias de toda a ordem, com grave risco para a vida das populações sertanejas [...]”¹¹⁰ ao integrar-se em comunidades como o Caldeirão.

Se a defesa é textual, contudo, a matéria é ilustrada com uma fotografia¹¹¹ na qual se vê o beato acompanhado de uma criança do sexo feminino munido de um rifle, fortalecendo a representação construída pelas manchetes e artigos de ser José Lourenço uma pessoa afeita à “violência e ao gosto de meninas novas e bonitas”, conforme podemos ver abaixo:

¹⁰⁸ Ibid.

¹⁰⁹ O JORNAL (RJ), Nº 5709, 23 /01/1938, p. 12

¹¹⁰ Ibid.

¹¹¹ Segundo Lourêto Lima a imagem retrata o beato ainda jovem e a menina, nascida no Caldeirão, chama-se Maria de Maio.

Figura 5: BEATO, E NÃO BANDOLEIRO



Fonte: O JORNAL (RJ), Nº 5709, 23 /01/1938

Em 1938 e já com os ânimos menos acirrados, o beato volta a morar no sítio Caldeirão (CORDEIRO, 2004, p. 53), porém, com a condição de não favorecer nenhum tipo de aglomeração. Permanecendo ali num curto período de tempo, precisamente até 1939, José Lourenço reconstrói parte das benfeitorias que haviam sido destruídas em 1936.

É neste período que o beato recebe a visita do jornalista Hildebrando Espínola, representante dos “Diários Associados”, que como qualquer outro repórter buscava um furo jornalístico. Nada melhor do que entrevistar, portanto, o tão famoso e renomado beato José Lourenço. Imbuído dessa tarefa, viaja ao sítio Caldeirão onde permanece um dia inteiro conversando com o beato, moradores e fotografando o ambiente.



Após sua visita escreve uma matéria para o jornal *Diário da Noite* com o título: “Aqui eu sou o rei, abaixo de Deus”: O Repórter visita o Sitio Caldeirão, reduto dos fanáticos do beato Lourenço – Recepção festiva e almoço farto – amigo de jornalistas. ”¹¹²

Em sua matéria, Espínola destaca a “amável e ruidosa recepção” com que foi acolhido, ressaltando a “[...] indivisível satisfação do José Lourenço em recebe-lo”. Antes da refeição, continua o repórter, “[...] durante uma longa palestra, o beato lhe faz a seguinte alerta”:

Você é nosso hospede e aqui terá todas as garantias. Nada tema porque o diabo não estava nesta casa.
Aqui eu sou o rei, o único senhor e chefe. A uma palavra minha e tudo entrará em movimento. Mas, nada de desordens.
Respeitamos a lei de Deus e a lei do governo. Apenas não queremos ser incomodados. Queremos viver em paz e não ofendemos a ninguém.¹¹³

Em seguida, encaminharam-se para o almoço que oferecia um “[...] menu variado” com “camarão”, “[...] cerveja, vinho tinto e agua tônica”. Vale sublinhar nessa notícia, particularmente, as palavras do beato no momento da despedida:

Sou amigo da *imprensa* e aprecio muitíssimo os homens inteligentes, *que são vocês jornalistas* – disse-nos Zé Lourenço, apertando-nos a mão – diga sinceramente no seu jornal o que viu aqui. Você bem viu que não há nada de extraordinário e, se erros existem, estamos tratando de corrigi-los. E lembre-se sempre do negro velho todas as vezes que aparecer aqui pela zona. Venha visitar-nos. Será sempre bem acolhido nesta casa onde o diabo não entra.¹¹⁴

Percebe-se que o beato se esforça para bem receber e causar boa impressão ao jornalista, enfatizando que ali, ao contrário do que tanto se proclamou na imprensa, nada de diferente ou extraordinário se passa. Constata-se, enfim, quase um tom de ironia e apelo na maneira como se pronuncia no intento de que se diga a verdade, sem exageros, ao lembrar que o Caldeirão é “um lugar de Deus” e que repórteres serão sempre recepcionados com alegria. Isso demonstra que o próprio José Lourenço tinha uma percepção clara do quanto a comunidade era alvo constante da imprensa. A matéria, em certo sentido, cumpre um dos elementos caros para o jornalismo manifestado apenas muitas décadas depois: o de escutar o outro lado. Contudo, mesmo que a reportagem tenha, por assim dizer, trazido à imagem do Caldeirão e José Lourenço certa positividade, ela não dá conta da complexa rede já estabelecida sobre o episódio naquele momento.

¹¹² DIÁRIO DA NOITE (RJ), Nº 3477, 25 /10/1938, p. 8.

¹¹³ Ibid.

¹¹⁴ Ibid.



Algumas considerações finais

Como tentamos demonstrar aqui, não houve apenas um Caldeirão instalado no interior do Ceará. Sua construção e destruição obedeceram a vários planos. Numa dimensão pragmática, a existência do Caldeirão pode ser explicada pela confluência de elementos sociais, simbólicos e culturais que foram capazes de reunir, ali, no sertão cearense, um grupo de pessoas unidas pela necessidade e a fé. Todavia, sua construção também foi outra: aquela realizada nas páginas e no circuito comunicacional de uma primeira República repartida por conflitos, imaginários diversos, interesses conservadores e a fragilidade de um estado que buscava, de toda maneira, reprimir qualquer manifestação que colocasse em xeque sua centralização política. Tem-se, por conseguinte, outro Cadeirão, aquele narrado na imprensa nacional que via naquele espaço, um aglomerado de pessoas pobres, excluídas e perigosas.

Por outro lado, sua destruição também não se deu apenas de forma física, foi também moral e social. Ao funcionar como representante ideológica das elites, na reprodução dos seus discursos (Cordeiro, 2004, p. 92) a imprensa tornou-se implacável na perseguição à comunidade do Caldeirão e, principalmente, do seu líder José Lourenço.

Durante os anos de 1936, 1937 e 1938 não faltaram representações preconceituosas para qualificá-los: “antro de fanáticos”, “foco de fanatismos”, “reduto de comunistas”, “verdadeiro quisto”. Seus habitantes receberam a alcunha de “bando de fanáticos”, “cangaceiros do beato” e “bandoleiros”, acusados de roubar, matar, entre outras coisas.

Nesse processo, o alvo mais significativo nesses discursos foi, indubitavelmente, o beato José Lourenço, sendo-lhe imputados casos de atrocidade, barbaridade e atos de desumanidade, capaz de extorquir, explorar e manipular “[...] os fanáticos do sertão”. Acusaram-no de “sultão do Nordeste”, mantendo a seu dispor um harém com inúmeras mulheres novas e bonitas. De ter “mesa farta”, com “bebidas finas” em detrimento da miséria e exploração dos “ignorantes” e “ingênuos” nordestinos, líder de um bando composto por 9.000 homens. Fotos dos moradores do Caldeirão, comumente de crianças, mulheres e idosos, cercados por policiais armados, descalços, despenteados, tristes, assustados, eram estampadas nos jornais acompanhadas de manchetes sensacionalistas e alarmantes.

Como procuramos demonstrar aqui, a violenta repressão sobre o movimento do Cadeirão teve duas linhas claras de atuação: a primeira nos leva ao caráter político que justificava sua



destruição por se tratar de um espaço de experiência comunista no interior do Ceará e, a segunda, representada pela religiosidade popular ali praticada. Ambas eram inadmissíveis naquele contexto, a comunidade da Santa Cruz do Deserto tornou-se um alvo exemplar para aquela produção discursiva. Para imprensa nacional, sobretudo, era o modelo que oferecia os argumentos de combate às aglomerações populares emergentes. Nesse cenário de fraturas a imprensa construiu para si um papel central sobre a construção de sentidos sobre aquelas ocorrências, mas não apenas isso, na distribuição dessas representações num circuito amplo de divulgação.

A partir da análise das matérias percebe-se que havia um poderoso circuito comunicacional que ajudava a criar uma unidade de sentido não somente numa dimensão local, mas nacional. Ao serem distribuídas nas redações de periódicos do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais, as matérias são um bom exemplo para pensarmos que o modelo de sociedade que rechaçava violentamente manifestações, tivesse qualquer indício de uma organização social solidária. Como tentamos destacar nesses discursos, houve uma clara instrumentalização da imprensa para convencer que ali havia uma comunidade de inspiração comunista que precisava ser destruída. No entanto, o “caldeirão” dos argumentos não se resumiria a isso, destaca-se ainda o papel da Igreja Católica na influência de representações sobre as manifestações religiosas ali praticadas.

A campanha brutal organizada pouco deixou margem para a sobrevivência daquele grupo, uma vez que suas vozes dificilmente podiam ser ouvidas, com raras exceções – a entrevista concedida pelo Beato José Lourenço -. Pouco realmente sabemos do seu cotidiano. De todo modo, há um elemento fundamental a ser considerado, ao trazer tanto incômodo e produzir tanta demanda: a comunidade do Cadeirão da Santa Cruz, certamente propôs uma organização social intolerável para aqueles grupos políticos.

Sites consultados

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional - <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>
http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=21469&catid=318&Itemid=101

Bibliografia

ALVES, Tarcísio Marcos. **A Santa Cruz do Deserto**. Dissertação de Mestrado em História. Recife: UFPE, 1994.



SILVA, Otacílio Anselmo. **Brejo Santo sua história e sua gente**: tragédia de Guaribas. Fortaleza: Secretaria de Educação do Estado do Ceará, 1981.

BARROS, José Góes de Campos. **A Ordem dos Penitentes**. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1937.

BARTHOLOMEU, Floro. **Joaseiro e o Pe. Cícero**: depoimento para a história. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

COSTA, Homero de Oliveira. **A insurreição comunista de 1935**. Natal-RN: EDUFRN, 2015.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

CORDEIRO, Domingos Sávio de A. **Um beato líder: narrativas memoráveis do Caldeirão**. Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC, 2004.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

F. P. Monteiro. *Peregrinação, violência e demonofobia em Pau de Colher*. ABBR (PLURA, **Revista de Estudos de Religião**, vol. 4, nº 1, 2013, p. 62-92.

GILMÁRIO Moreira Brito. *Memórias de e sobre Pau de Colher: como os sujeitos se lembram*. **Projeto História**, PUC, 1998.

LIMA, Maria Lourêto de. **José Lourenço, o beato perseguido**: uma história real. Fortaleza: Editora IMEPH, 2013.

LOPES, Francisco Régis. **Caldeirão**: um estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades. Fortaleza: EDUECE, 1991.

MENESES, Sônia. **A operação midiográfica**: o golpe de 1964 e a Folha de São Paulo. São Paulo: Editora Intemeios, 2017.

PATTO, Rodrigo Sá Motta. **Em guarda contra o perigo vermelho**. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2000.



A crise política de 1720: conflitos jurisdicionais e cultura política do Antigo Regime na administração da Capitania do Rio Grande do Norte.

Abimael Esdras Carvalho de Moura Lira¹¹⁵

Artigo Recebido em: 15/10/2017

Artigo Aceito em: 16/12/2017

RESUMO

Este trabalho analisará uma sequência de conflitos que ocorreu na Capitania do Rio Grande, ao longo da década de 1720, envolvendo o escrivão da câmara da cidade do Natal, Bento Ferreira Mousinho, e o capitão-mor daquela capitania, José Pereira da Fonseca. Tendo culminado na prisão deste em 1731, objetivando-se, a partir desse estudo de caso, discutir e caracterizar a cultura política presente na administração da capitania do Rio Grande. Para tanto, analisar-se-ão algumas fontes manuscritas sobre esse conflito, presentes no Arquivo Histórico Ultramarino (cartas, requerimentos, provisões e consultas) e os termos de vereação do Senado da Câmara de Natal, a luz das discussões da Nova História Política.

Palavras-chave: Cultura política; Antigo Regime; Conflitos jurisdicionais.

The political crisis of 1720: jurisdictional conflicts and political culture of the Ancient Regime in the administration of the Captaincy of Rio Grande in the XVIII century.

ABSTRACT

With this paper will analyze a series of conflicts that occurred in the Captaincy of Rio Grande, across the 1720s, involving the scribe of the Natal's chamber, Bento Ferreira Mousinho, and the Captain-General that captaincy, José Pereira da Fonseca. Culminating in the José Pereira da Fonseca's arrest in 1731, aiming from this case study, discuss and characterize the political culture in the present administration of the captaincy of Rio Grande. Therefore, we will analyze some handwritten sources on this conflict, present in the manuscript sources Archive Overseas History (letters, requirements, provisions and appointments) and the terms of the town council of Senado da Câmara de Natal, based on the New Political History discussions.

Keywords: Political Culture; Ancient Regime; Jurisdictional conflicts.

¹¹⁵ Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2014). Especialista em Psicopedagogia Institucional pelo Instituto de Estudos Superiores Potiguar (2014). Atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH-UFRN), sob a orientação da Professora Dr.^a Fátima Martins Lopes e membro do Laboratório de Experimentação em História Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (LEHS/RN). Bolsista CAPES. E-mail: aecmoura@gmail.com. Currículo Lattes disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4927780J2>.



Introdução

O presente trabalho fará uso das discussões provenientes da Nova História Política, especificamente da noção de *cultura política*, que reúne em seu interior o complexo cultural de um espaço/tempo “definido”, sob o qual se engendram códigos culturais, ideais morais e valorativos próprios, responsáveis por orientar a atitude de homens e mulheres em suas vidas cotidianas.¹¹⁶ Nesse sentido, buscou-se discutir e caracterizar a sequência de conflitos ocorridos na capitania do Rio Grande, na primeira metade da década de 1720, que envolveu dois agentes da Coroa portuguesa, Bento Ferreira Mousinho e José Pereira da Fonseca. Estes indivíduos exerciam, respectivamente, os ofícios de escrivão da Câmara da cidade do Natal e de capitão-mor daquela capitania. Para isso, utilizou-se de alguns documentos avulsos sobre esse conflito, encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino (cartas, requerimentos, provisões e consultas), disponibilizados em meio digital pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco concernente à Capitania do Rio Grande do Norte, assim como, se fez uso de alguns termos de vereação do Senado da Câmara de Natal, que traziam elementos para a compreensão desses embates. Ambos os conjuntos de fontes documentais foram, primeiramente, transcritos e, após isso, procedeu-se ao cruzamento das informações das mesmas a fim de possibilitarem uma compreensão mais alargada tanto do conflito, quanto do contexto geral em que se inseria, partindo da análise de discurso.

Salienta-se que a análise daqueles conflitos ganhou relevo na medida em que fez emergir inúmeros pontos de discussão significativos para a compreensão da cultura política de *Antigo Regime* na Capitania do Rio Grande no limiar do século XVIII. Essas discussões serviram ainda para se compreender o funcionamento da intrincada engrenagem administrativa colonial, instaurada pelos portugueses em suas possessões ultramarinas. Dentre os pontos se analisou, se poderia citar: a troca de favores, a formação de alianças políticas, o patrimonialismo, os conflitos jurisdicionais. Esse, dentre outras problemáticas, haviam funcionado como os fundamentos estruturantes da cultura política do *Antigo Regime* português e que, desse modo, estiveram amplamente presentes no cotidiano administrativo das possessões lusas no além-mar,

¹¹⁶ PAIVA, Yamê Galdino de. *Vivendo a sombra das Leis: Antônio Soares Brederode: Entre a Justiça e a Criminalidade. Capitania da Paraíba (1787-1802)*. Dissertação – Mestrado em História – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. p. 7.



“do Maranhão até Macau”,¹¹⁷ e como se viu mais adiante nessa análise, a capitania do Rio Grande não havia fugido a essa regra.

Desse modo, conceitos como *economia de mercês*¹¹⁸, *redes clientelares*¹¹⁹ e *conflitos jurisdicionais*¹²⁰ constituíram-se em termos teóricos que foram constantemente acionados para a operacionalização da análise que se segue. Acrescenta-se a isso, que àquelas noções estariam intimamente relacionadas à ideia de *cultura política*, outro conceito chave para a compreensão deste texto. Visto que a *cultura política do Antigo Regime* português baseou-se amplamente naquelas práticas simbólicas, mas que também traziam a guisa vantagens materiais significativas, em um mundo em que o *status* seria um dos principais e mais eficazes mecanismos de distinção social.

A ideia de cultura política de *Antigo Regime* português¹²¹ baseia-se também nas discussões elencadas pelos autores que estiveram ligados a corrente do ART (Antigo Regime nos Trópicos). Tais discussões haviam se corporificado a partir da percepção de que as ações de determinados agentes históricos poderiam ser compreendidas, de modo mais amplo, quando se atenta para o fato de que se faziam presentes em corpos sociais coletivos, quando haviam partilhado crenças, normas, valores, costumes e tradições comuns,¹²² e, conseqüentemente, haviam feito usos também comuns. Construindo, desse modo, uma ideia de mundo em que

¹¹⁷ Esta expressão foi utilizada por Charles Boxer para definir os limites territoriais mais extremos que compunha o chamado império ultramarino português. Para saber mais ver BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português 1414-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

¹¹⁸ A “economia de mercês” caracteriza-se como o processo pelo qual algum indivíduo obtém determinada benesse, mediante a prestação de serviços – administrativo ou militares (no caso da sociedade colonial portuguesa dos séculos XVII-XVIII) – por parte do rei. Isto geraria neste mesmo indivíduo uma necessidade moral de retribuição, formando uma intrincada cadeia de favores. Para saber mais ver OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

¹¹⁹ Por “redes clientelares” compreende-se uma economia de troca de favores entre indivíduos que ocupavam posições sociais hierarquicamente distintas, cuja base fundamental consistia na tríade “dar, receber e retribuir”; tais práticas seriam configurada na realidade pelos apadrinhamentos (ideia de reforço), procurações (confiança) e casamentos. Aonde o rei seria o centro de tal sistema. GOUVÊA, Maria de Fátima S.; FRAZÃO, Gabriel A.; SANTOS, Marília N. dos. *Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735. Topoi*, v. 5. n. 8, jan.- jun., pp. 96-137, 2004.

¹²⁰ Os “conflitos jurisdicionais” ocorriam quando havia sobreposição ou má definição de alçadas, competências e espaços (físicos ou não) de atuação específica entre duas ou mais autoridades, as quais adquiriam as mesmas pelos regimentos que lhes eram concedidos. Para saber mais ver MENEZES, Mozart Vergetti de. *Jurisdicção e poder nas Capitânicas do Norte (1654-1755)*. *Saeculum* (UFPB), n. 14, pp. 11-25, jan./jun., 2006.

¹²¹ A cultura política de *Antigo Regime* português fora responsável por orientar a ação dos indivíduos que estavam presentes na burocracia, PAIVA, Yamê Galdino de. *Vivendo a sombra das Leis: Antônio Soares Brederode: Entre a Justiça e a Criminalidade. Capitania da Paraíba (1787-1802)*. Dissertação – Mestrado em História – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

¹²² BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Diretores). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.



compartilhariam de tais concepções, dando significado simbólico e material próprio que, inclusive, poderiam ser temporal e espacialmente localizados.

O principal palco desses conflitos entre o escrivão e o capitão-mor, foi à cidade do Natal, na Capitania do Rio Grande que, à época, perfazia uma pequena porção da vasta área que compunha o Império ultramarino português,¹²³ considerada, do ponto de vista econômico e social, de ordem periférica nas concêntricas relações entre o reino e a ultramar.¹²⁴ Ressalta-se que aqueles homens, enquanto agentes da Coroa portuguesa haviam sintetizado em seus embates, disputas por poder, conflitos jurisdicionais, formação de alianças e de redes de poder. Assim, por meio da análise das contendas daqueles dois agentes e a luz das discussões sobre o *Antigo Regime*, foi possível perceber sonhos, angústias, desejos e ambições de homens coloniais que eram sedentos de poder, prestígio e *status*.

Esse conjunto de valores sociais, decorrentes da atmosfera cultural em que inúmeros homens e mulheres estariam mergulhados, fazia parte do universo da distinção social, mas que se processava aquém e além das próprias vontades, pois figurava na política de mercês, concedidas por *El Rey*, o ponto de difusão ou retração das ambições individuais.¹²⁵ A seguir, discutiu-se a política de concessão de mercês como um elemento estruturante das relações sociais no *Antigo Regime*, haviam sido responsáveis por cimentar os vínculos entre a Coroa e seus vassalos, mesmo que esses agentes estivessem situados no reino ou no além-mar. Para isso, exemplificou-se aquela política mediante as escolhas que haviam sido adotadas pelo rei e seus ministros, para o provimento do ofício de escrivão concelhio do Natal e do posto de Capitão-mor do Rio Grande.

¹²³ A ideia de império ultramarino, caracterizado pelas emaranhadas ligações entre as diversas colônias portuguesas e sua metrópole, representou um avanço substancial para a compreensão da realidade socioeconômica e política tanto do Brasil quanto de Portugal, ver BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português 1414-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

¹²⁴ No Império Ultramarino havia uma hierarquização não somente de homens, em estratos sociais, mas também uma hierarquia espacial, para saber mais, ver RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, pp. 187-250, 1998.

¹²⁵ HESPANHA, António Manuel. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, pp 121-143, 2006.



O princípio das aversões

Na segunda década do século XVIII, Bento Ferreira Mousinho estaria exercendo o ofício de escrivão da câmara da cidade do Natal desde 1715,¹²⁶ há, pelo menos, sete anos antes da chegada de José Pereira da Fonseca à capitania do Rio Grande.¹²⁷ Todavia, afeição-se que a presença de José Pereira, bem como suas atitudes, havia passado a incomodar homens importantes da capitania pouco tempo depois de sua chegada àquela localidade. Deduz-se isso da primeira menção que se fazia à Pereira da Fonseca, referindo-se a este, em tom de insatisfação. Isto ocorreu, em maio de 1722, quando os oficiais da câmara de Natal haviam se reunido em vereação e decidiram deliberar uma solicitação ao capitão-mor, tendo como objetivo que este devolvesse aos seus senhores alguns tapuias cativos que estavam sob a administração do Sargento-mor, Antônio Rodrigues Santiago.¹²⁸

Tal solicitação apontaria ainda para o fato de que um agente direto da coroa passou a se envolver em negócios ilícitos na capitania, algo que era terminantemente proibido pela legislação da época. Acrescenta-se, ainda, quão rápido fora a inserção daquele agente em querelas locais. Por algum motivo, não se sabe ao certo qual, José Pereira havia se apoderado de alguns tapuias que estavam sendo administrados pelo Sargento-mor Antônio Rodrigues. Possivelmente, quando Pereira da Fonseca havia assumido o posto de capitão-mor, chegando à Fortaleza dos Reis Magos se deparou-se com um de seus subordinados de posse de alguns nativos. Poderia José Pereira ter se apoderado deles no vislumbre de lucrar, quando havia passado a administrar aqueles indígenas e, quiçá, no intuito de que poderia fazer deles seus escravos ou até mesmo com o objetivo de os venderem, posteriormente. Não havia contado o capitão-mor com a interferência da câmara em seus planos, que solicitaria que José Pereira devolvesse os cativos aos seus respectivos proprietários.

Eventualmente, os senhores dos tapuias cativos e os oficiais camarários, poderiam tratar-se das mesmas pessoas, já que esses seriam reconhecidos como os *homens bons*,¹²⁹ ou

¹²⁶ Fundo documental do IHGRN. *Caixa 01 de cartas e provisões do Senado da Câmara*. Livro 06 (1713-1720) FL. 77v.

¹²⁷ AHU-RN, *Papéis Avulsos*, Cx. 01, Doc. 88.

¹²⁸ LOPES, Fátima Martins. *Catálogo dos Livros de Termos de Vereação. Senado da Câmara de Natal (1674-1823)*. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Doc. 0860. No prelo.

¹²⁹ O termo “homens bons” poder a ideia de vizinhos honrados, honrados por possuírem terras e cabedal. Ver NEVES, Guilherme Pereira das. Verbete: homens bons. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 286.



seja, pessoas que possuíam cabedal, terras e escravos. Nesse momento, em específico, os escravos de que disporiam as elites da capitania do Rio Grande seriam, possivelmente, provenientes de grupos indígenas que haviam sido aprisionados nas guerras recém-terminadas nos sertões da mesma capitania. Adir-se, ainda, que no tempo da referida solicitação, Bento Ferreira, já fosse escrivão da câmara e quem havia redigido a solicitação. Esse momento, provavelmente, demarcaria o início dos embates entre a câmara e o capitão-mor, sendo essas indisposições encabeçadas por Bento Ferreira Mousinho, como se viu mais adiante.

Todavia, ao longo do período colonial, não somente na capitania do Rio Grande, como também em diversas outras possessões ultramarinas, as câmaras municipais, que haviam sido constituídas como o *locus dos melhores da terra*.¹³⁰ A câmara seria formada por um corpo de homens que se reuniam em torno de interesses comuns. Desses interesses poder-se-ia mencionar como exemplo a proteção de seus negócios e de si mesmos, de homens estranhos, advindos de outras áreas, alheios à realidade local, mas, que porventura viessem a ameaçar ou interferir nas já estruturadas relações econômicas e sociais estabelecidas, mesmo os que estariam a serviço direto de Sua Majestade.

Uma prática recorrente na capitania do Rio de Janeiro foi à incorporação dos indivíduos adventícios, muitos dos quais poderiam ter, ou não, vindo prestar serviços militares e/ou administrativos,¹³¹ nesse rol se incluiria também àqueles oficiais que teriam vindo prestar serviços da esfera da justiça. Essa incorporação se processaria mediante, sobretudo, a prática de casamentos, mas poderia ocorrer também a partir de relações de apadrinhamento, dentre outras maneiras. Muitos desses adventícios haviam se incorporado às famílias locais e teriam passado a agirem de acordo com os interesses também locais. Tais interesses estariam diretamente relacionados com o processo de formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite.¹³² O caso do Rio de Janeiro poderia ser acionado para se pensar que, no contexto de chegada de José Pereira da Fonseca ao Rio Grande, o mesmo não quis criar vínculos

¹³⁰ A ideia de melhores da terra serve para designar os homens de qualidade que viviam em uma determinada localidade. Muitos destes ingressavam nas câmaras municipais almejando as benesses que delas provinham, visto se tratar de um canal direto de comunicação com o rei e, além disso, gozarem de foro privilegiado. Para saber mais ver BICALHO, Maria Fernanda B. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 192.

¹³¹ FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI-XVII). In: _____; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 41.

¹³² Idem.



efetivos com os melhores da terra. Desse modo, temendo o fato de o capitão não se inserir nas já montadas redes de poder e, mais ainda, temendo que aquele homem, a serviço *D'el Rey*, delatasse situações de irregularidades ou improbidades administrativas no Rio Grande, os oficiais camarários tratariam logo de afrontá-lo, ao haverem demonstrando o poder que detinham, que fosse: a privilegiada comunicação que teriam com o reino, através do dispositivo das petições.¹³³ Isso poderia vir a complicar a situação do Capitão-mor José Pereira naquelas paragens.

Todavia, apesar de o princípio das aversões entre o escrivão e o capitão-mor, Bento Ferreira Mousinho e José Pereira da Fonseca, respectivamente, houvesse se remetido a banal questão sobre a gerência de alguns nativos tapuias que haviam sido feitos cativos – provavelmente ainda nos últimos conflitos travados durante a *Guerra dos Bárbaros* na capitania do Rio Grande¹³⁴ –, quando o capitão-mor os tomou do Sargento-mor Antônio Rodrigues, possivelmente, houvesse vislumbrado que obteria algumas vantagens, cabe salientar que José Pereira devolveria os índios aos seus respectivos proprietários.¹³⁵ Contudo, essa atitude não seria suficiente para refrear os ânimos insidiosos dos oficiais camarários e do próprio escrivão, pois ambos seriam contrários ao capitão-mor, posto que essas malquerenças fossem atravessar várias outras disputas ao longo da década de 1720.

Os embates entre a câmara e o capitão ganhariam novas dimensões em 1723. A possibilidade de que pudessem figurar nos circuitos da governança local, havia aberto margem para aqueles que conseguissem tal proeza, distinguirem-se do restante da população, reforçando os princípios de prestígio e *status* que eivariam o cotidiano pela América portuguesa e demais partes do Império.¹³⁶ Ressalta-se que esses proveitos não se restringiriam apenas ao nível individual, mas também, e, sobretudo, ao nível familiar. Posto que a ocupação de um ofício camarário, havia significado, igualmente, assegurar que os interesses de algumas famílias fossem representados diretamente nos concelhos municipais, bem como de seria uma

¹³³ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império: O Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 352.

¹³⁴ Para saber mais sobre a Guerra dos Bárbaros na capitania do Rio Grande entre o início da década de 1680 e 1720, mais especificamente sobre os desdobramentos desta no sertão do Rio Grande e o processo de territorialização dos rincões desta capitania ver SILVA, Tyego Franklim da. *A ribeira da discórdia: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assú colonial (1680-1720)*. Dissertação – Mestrado em História – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

¹³⁵ LOPES, Fátima Martins. *Catálogo dos Livros de Termos de Vereação. Senado da Câmara de Natal (1674-1823)*. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Doc. 0860. No prelo.

¹³⁶ CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho. *O Senado da Câmara de Alagoas do Sul: Governança e poder local no sul de Pernambuco (1654-1751)*. Dissertação – Mestrado em História – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. p. 86, 99.



possibilidade se munirem de todo o arsenal de chances e ganhos, que adviriam do privilégio de se comunicar diretamente com a Coroa e com outras instituições pela Capitania do Rio Grande e mesmo com as vizinhas Capitanias da Paraíba, de Pernambuco e do Ceará.¹³⁷

Lançando fogo: 1723 e o acirramento das disputas

As disputas entre o capitão-mor e o escrivão passariam a tomar forma em novembro de 1723. Neste período, no dia 22, os oficiais da câmara de Natal escreveriam e enviaram uma carta a D. João V, rei de Portugal, sobre a falta de capacidade para governar a capitania do Rio Grande por parte de José Pereira da Fonseca.¹³⁸ Nessa mesma carta, assinada por Bento Ferreira Mousinho, Pereira da Fonseca aparecia como um homem inconstante, austero e retirado.¹³⁹ Essas características descreviam o perfil de um homem severo, que agia pelas próprias razões e pelos impulsos repentinos que o moviam, algo capaz de levá-lo a mudar de um momento para outro, inabilitando-o para o exercício do posto mais importante da capitania. Além disso, por se tratar de uma pessoa retirada, ou seja, recolhida, que não gostava de diálogo com seus pares sociais, acabava por dificultar e fragilizar ainda mais a situação. Pois, não demoraria muito para que José Pereira fosse, cada vez mais, sendo distanciado do ciclo social formado pelos melhores da terra e que eram os mesmos que figuravam na Câmara Municipal do Natal.

Aquela mesma carta trataria de representar José Pereira da Fonseca, ainda, como um homem descomposto, sem juízo e não temente a Deus.¹⁴⁰ Desse modo, o perfil de José Pereira, que havia sido traçado pelos oficiais da câmara, denegriam severamente sua imagem. Na verdade, a carta acabaria mesmo por construir uma representação daquele oficial que, progressivamente, o tornaria menos apto e ainda menos próprio para capitanear o Rio Grande. Ressalta-se que por haverem descrito Pereira da Fonseca como não temente a Deus, os oficiais da câmara intentariam mesmo alertar o soberano de que aquele homem não respeitaria ou

¹³⁷ De acordo com António Manuel Hespanha, mesmo a emergência de concepções individualistas de sociedade não conseguiriam suplantam a ideia de que a família se constituía em uma sociedade naturalmente auto-organizada. Portanto, pensar deve-se pensar as ações individuais como que ligadas às obrigações morais que vinculavam os indivíduos a um mesmo pai de família. Para saber mais, ver HESPANHA, António Manuel. Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológico da família na época moderna. *Análise Social*, v. 28, pp. 951-973, 1993.

¹³⁸ AHU-RN, *Papéis Avulsos*, Cx. 2, D. 92.

¹³⁹ Idem; Retirado significa pessoa que esta apartada (ou separada) da comunicação da gente. Ver BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino: áulico, anatômico, arquitetônico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. Disponível em: <http://www.brasiliana.ups.br/en/dicionario/1/edital>. Acesso em: 28/10/2015. Ver verbete “edital”.

¹⁴⁰ Idem.



temeria a mais ninguém, tendo como objetivo inspirar receio no próprio rei para que este, o mais rápido possível, tratasse de retirar José Pereira do Rio Grande, mais especificamente do posto que então estivesse a ocupar. Com isso, os camarários incorriam naquilo que Russel-Wood afirmou ser uma das vias dos poderes locais atingirem seus objetivos, que seja a negociação direta com rei.¹⁴¹

E a carta prosseguiria, ao elencar mais uma série de aspectos negativos que, possivelmente, envolveriam o capitão-mor. Dentre esses, poder-se-ia mencionar, ainda, o fato de Pereira ser um “homem destemido a Deus em todas as suas ações, pouco observante da religião cristã e inimigo capital do sacerdócio”.¹⁴² Quanto a estes últimos pontos, poder-se-ia aventar algumas hipóteses. Primeiramente, que o “grupo de poder”, liderado pelo escrivão, teria em sua composição algum sacerdote. Todavia, ao longo da análise dos documentos não foi possível de se identificar a verossimilhança de tal problematização. Segundo, em um mundo eminentemente orientado por valores cristão católicos, que servia de atmosfera valorativa para a ação moral dos homens, a descrição de José Pereira como antirreligioso seria o mesmo que dizer que ele seria um alienado, um verdadeiro “louco”, que estaria aquém e além de si e da própria realidade no qual estaria imerso, o que tornaria ainda menos hábil sua permanência no posto de capitão-mor do Rio Grande.

Diante de tudo isso, o capitão-mor trataria de se munir de cabedal humano, para que melhor pudesse enfrentar os dias tempestuosos que estariam por vir, com um pouco mais de segurança. Para isto, procederia Pereira da Fonseca, a construção de laços de amizade e de solidariedade que muito o ajudariam, ou até mesmo embaraçariam ainda mais sua situação. Vale ressaltar que, os homens que passaram a fazer parte do grupo de Pereira da Fonseca, seriam indivíduos que partilhavam de seu cotidiano, de suas lides militares diárias. O que se poderia asseverar, mediante a leitura dos termos de vereação, foi à formação de um grupo, mais especificamente de uma *rede clientelar*,¹⁴³ sob a liderança do Capitão-mor José Pereira, e um comparte de seu grupo, por nome José de Oliveira Velho, que seria juiz ordinário e comissário

¹⁴¹ RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, pp. 187-250, 1998.

¹⁴² Idem.

¹⁴³ As redes clientelares se caracterizaram pela troca de favores entre os imbricados, criava a obrigação moral de receber a mercê, mas, ao mesmo tempo, o dever de retribuir o favor. Para saber mais, ver GOUVÊA, Maria de Fátima S.; FRAZÃO, Gabriel A.; SANTOS, Marília N. dos. Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735. *Topoi*, v. 5, n. 8, pp. 96-137, jan.- jun. 2004, p.



geral de cavalaria.¹⁴⁴ Esses homens, foram acusados pelos oficiais camarários de chefiarem um grupo que agia na capitania do Rio Grande. Em que sentido ou de que forma, tal atuação não ficaria clara no termo. O que se percebe, já naquele momento, são animosidades, pelo próprio tom com que os oficiais da câmara se referiam àqueles indivíduos.

Constatou-se, ainda, que a rede clientelar de José Pereira da Fonseca era formada pelo Sargento Pedro Mendes de Moraes, o Soldado Fradique Correia da Costa e pelo juiz ordinário José de Oliveira Velho, todos teriam sido indicados, em solicitação feita pelos oficiais da câmara ao sargento-mor, José de Moraes Navarro, para serem presos.¹⁴⁵ Apesar de que o motivo da prisão não ficasse apontado, denota-se, ainda, a imputação de uma atuação irregular por parte daqueles homens em toda a capitania do Rio Grande¹⁴⁶.

A disputa se acirraria ainda mais, em 21 de novembro de 1723, quando da abertura do cofre onde estariam guardados os pelouros¹⁴⁷ contendo o nome dos oficiais que haviam sido eleitos para o ano de 1724. Constavam na lista de eleitos para esse ano, os nomes do Comissário Geral de Cavalaria, José de Oliveira Velho, e do Alferes Antônio da Silva de Carvalho, ambos haviam sido indicados para juízes ordinários. Somar-se-iam a esses eleitos, o Coronel Carlos de Azevedo do Vale e os Capitães Félix Barbosa de Araújo e Hilário de Castro Rocha, para servirem como vereadores, e, por fim, como procurador e tesoureiro do concelho, Gregório de Oliveira e Melo.¹⁴⁸

Parecia mesmo que os ventos da sorte estariam a soprar, de maneira favorável, para o grupo do capitão-mor. Posto que, naquela abertura dos pelouros, ambos os ofícios de juízes ordinários, além de um dos de vereador, haviam sido providos, em pessoas que pertenciam à coligação de José Pereira. Dentre os quais, José de Oliveira Velho mencionado anteriormente,

¹⁴⁴ LOPES, Fátima Martins. *Catálogo dos Livros de Termos de Vereação. Senado da Câmara de Natal (1674-1823)*. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Doc. 0933. No prelo.

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ A eleição de pelouros consiste na elaboração de três listas, nas quais figuravam os nomes dos candidatos elegíveis para os ofícios camarários. Estas listas seriam, cada uma, colocadas em uma bola de cera, a que se chamava pelouro e, posteriormente, depositadas em sacos e posto em uma cofre, o qual seria fechado por três cadeados, cabendo as respectivas três chaves a três indivíduos que ocupassem os postos de juiz ordinário mais velho, o de escrivão e do vereador mais velho. Os cofres seriam abertos a cada ano, no decorrer de três anos, aonde chamariam uma criança de até 7 anos para por a mão no saco e retirar uma das bolas, a fim de se saber quem seriam os indivíduos que ocupariam os ofícios de juízes ordinários, vereadores e procuradores do concelho no ano posterior. Para saber mais ver CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho. *O Senado da Câmara de Alagoas do Sul: Governança e poder local no sul de Pernambuco (1654-1751)*. Dissertação – Mestrado em História – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. p. 83.

¹⁴⁸ LOPES, Fátima Martins. *Catálogo dos Livros de Termos de Vereação. Senado da Câmara de Natal (1674-1823)*. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Doc. 0902. No prelo.



Antônio da Silva de Carvalho – como veremos em seguida – e Carlos de Azevedo do Vale. As quais se poderia juntar o almotacé José Pinheiro Teixeira, escolhido pelos próprios oficiais que comporiam o núcleo do concelho em 1724. Contudo, àquela vitória, conseguida a custa da boa sorte, não tardaria a ser desfeita e transformar-se-ia em estopim de diversos conflitos que se seguiriam, anos a fio, pela década de 1720.

Próximo ao final do mês de fevereiro de 1724, no dia 25, ocorreu uma eleição de barrete,¹⁴⁹ tendo em vista a substituição de Antônio da Silva de Carvalho que havia sido impedido de assumir o ofício de juiz ordinário, pois teria sido acusado de haver cometido um crime.¹⁵⁰ Todavia, o termo de vereação não deixa claro qual seria este crime. No entanto, infere-se que na década anterior, Antônio da Silva de Carvalho, teria sido notificado diversas vezes e penalizado com multa de R\$ 6.000,¹⁵¹ consistindo, talvez, nisto o crime a que o termo se remetia. Desse modo, quem substituiu Antônio Carvalho no referido ofício foi o também Comissário Geral de Cavalaria, Manuel de Melo e Albuquerque,¹⁵² o qual fazia parte da facção do escrivão da Câmara do Natal.

Assim, além de haver perdido um dos ofícios de juiz ordinário, a facção de Pereira da Fonseca perderia, ainda, um dos postos de vereador do Concelho do Natal. Nesse último caso, por impedimento de Carlos de Azevedo do Vale, de assumir o dito ofício, uma vez que seria cunhado de José de Oliveira Velho¹⁵³ e, provavelmente, assim como este, um dos partidários do capitão-mor.

Outro acontecimento, que se somaria aos anteriores, ocorreu em 04 de setembro de 1724, quando fora revogada a eleição do Capitão José Pinheiro Teixeira da Cunha¹⁵⁴ para o posto de almotacé, o qual havia servido nos meses de setembro e outubro,¹⁵⁵ visto que esse capitão haveria questionado de modo proposital e desagradável, o *senado* da câmara do Natal,

¹⁴⁹ Eleição de barrete consistia em na escolha ou nomeação de algum indivíduo que estivesse, ou não, presente na câmara no momento do impedimento de algum outro oficial escolhido pelo sistema comum (pelouro). Representava também a possibilidade de inserção de indivíduos sem que necessitasse passar pelo processo de indicação e sorteio. Para saber mais ver CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho. *O Senado da Câmara de Alagoas do Sul: Governança e poder local no sul de Pernambuco (1654-1751)*. Dissertação – Mestrado em História – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. p. 85-86.

¹⁵⁰ LOPES, Fátima Martins. *Catálogo dos Livros de Termos de Vereação. Senado da Câmara de Natal (1674-1823)*. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Doc. 0909. No prelo.

¹⁵¹ Idem, Docs. 0486, 0496, 0566, 0770, 0818.

¹⁵² LOPES, Fátima Martins. *Catálogo dos Livros de Termos de Vereação. Senado da Câmara de Natal (1674-1823)*. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Doc. 0909.

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ LOPES, Fátima Martins. *Catálogo dos Livros de Termos de Vereação. Senado da Câmara de Natal (1674-1823)*. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Doc. 0909. No prelo.

¹⁵⁵ Idem, Doc. 0921.



mostrando-se contrário as posições dela à nomeação para o ofício de juiz ordinário, na pessoa de Manuel de Melo e Albuquerque. Pinheiro Teixeira mostrou-se, naquela sessão, favorável a ocupação deste ofício pelo Sargento-mor Antônio da Silva de Carvalho que, segundo o termo, seria parente de Teixeira da Cunha e, possivelmente, apoiaria o grupo do Capitão-mor José Pereira.¹⁵⁶

Ao que parecia os envolvidos neste conflito representavam os interesses de duas famílias sobre o ofício de juiz ordinário. Pois, além de o termo se referir ao parentesco existente entre José Pinheiro e Antônio da Silva, tendo aquele, cinco anos mais tarde, sido padrinho do casamento do filho do segundo,¹⁵⁷ o que demonstraria se tratar de um reforço das redes de poder que já os vinculavam,¹⁵⁸ possivelmente já existiria entre o pai do nubente e o Capitão José Pinheiro na época, e, talvez, antes mesmo deste conflito. Salienta-se também que Manuel de Melo e Albuquerque e Caetano de Melo e Albuquerque se tratavam de pai e filho, respectivamente.¹⁵⁹ Tal constatação corrobora com a afirmação de Charles Boxer que, ao se referir à composição das câmaras municipais ao longo do século XVIII, afirmou que estas instituições tenderiam, progressivamente, a tornarem-se *oligarquias*. No sentido de que iriam se perpetuando no poder local ao eleger e reeleger os oficiais que as compunham, assim como a preencher os próprios cargos, em regime de rotatividade, neles mesmos e em seus parentes, “contrariando o que estabelecia o regimento de 1504”.¹⁶⁰

Àquela situação demonstraria bem, o quanto o patrimonialismo estaria presente nas estruturas administrativas da Capitania do Rio Grande, na década de 1720. Acrescentar-se-ia a isso, os laços de solidariedade estamentais, o corporativismo e o clientelismo das oligarquias locais, amplamente incentivados pela Coroa, as quais haviam objetivado, muitas vezes, a incorporação no aparelho estatal.¹⁶¹ Essa situação levaria a um parente bem situado no interior dos órgãos políticos e administrativos locais ao apoio mútuo, principalmente ao terem em vista o caráter nobilitador da instituição camarária. Mas, o foco principal das duas famílias, tanto de

¹⁵⁶ Idem, Doc. 0933.

¹⁵⁷ Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação / Capitania do Rio Grande do Norte. *Livro de Casamentos, 1727-1740*. DSC 02740.

¹⁵⁸ Sobre a caracterização e as relações hierárquicas nas redes de poder ver CUNHA, Mafalda Soares da. *A casa de Bragança – 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Estampa, 2000.

¹⁵⁹ Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. *Livro de Batismos de Cunhaú, São José de Mipibú, Mamanguape, Camaratuba e Natal – Matriz de Nossa Senhora da Apresentação da cidade do Natal (1683-1712)*. CX01. DOC0057 (17).

¹⁶⁰ BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português 1414-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 290.

¹⁶¹ PUJOL, Xavier Gil. Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e território nas monarquias européias dos séculos XVI e XVII. *Penélope. Fazer e desfazer a História*, Lisboa, n. 6, 1991, p. 119-144.



Manuel de Melo e Albuquerque quanto a de José de Oliveira Velho, era a disputa pelo ofício de juiz ordinário, cuja nomeação e posse caracterizariam “a presidência do concelho municipal”¹⁶² da cidade do Natal, representando, além de “prestígio, a autoridade máxima, em questões judiciárias, na cidade e em seu termo”¹⁶³ e, no caso da câmara do Natal, na década de 1720 até 1759,¹⁶⁴ a gerência administrativa e a fiscalização de toda a capitania do Rio Grande.

Todavia, o capitão-mor, José Pereira, apoiaria a entrada no posto de juiz ordinário do Sargento-mor Antônio da Silva de Carvalho que, possivelmente, seria mais um dos componentes da *rede clientelar* do capitão-mor, no Rio Grande. Ao que parece, Caetano de Melo pertencia ao grupo contrário ao de José Pereira da Fonseca, assim, situando-se do lado de seu pai, Manuel de Melo e Albuquerque, e do escrivão Bento Ferreira Mousinho que, provavelmente, seria um dos que encabeçariam o grupo. Caetano Albuquerque, nesse mesmo momento da vereação, delatou que José Pereira havia tomado 200\$000 réis emprestados ao cofre dos defuntos e ausentes,¹⁶⁵ algo impensável, de acordo com regimento e que poderia levar à aplicação de penas.¹⁶⁶ Desse modo, tomando o ponto de vista do grupo contrário ao capitão-mor, depreende-se que este queria mesmo inserir Antônio da Silva naquele posto para encobrir sua desfeita e, conseqüentemente, aliviar e adiar a situação até que pudesse restituir o dinheiro tomado emprestado ao cofre dos defuntos e ausentes. Essa situação constituir-se-ia, além da anterior, na qual o capitão-mor tomou de posse alguns índios que não lhe pertenciam, mais um caso de improbidade administrativa por parte do capitão-mor.

Antônio da Silva de Carvalho parecia ser um homem dos mais próximos a José Pereira. Atesta isso, a forma com que esse capitão se referiu àquele seu partidário, em carta, de 25 de julho de 1725, como se tratando de “homem muito pacífico, bem quisto e aparentado com o povo desta cidade [do Natal], [não submetido] a parcialidades, por ser de boa vida”¹⁶⁷.

¹⁶² CURVELO, Arthur A. S. C. *O senado da câmara de Alagoas do Sul: governança e poder local no Sul de Pernambuco (1654-1751)*. Dissertação – Mestrado em História –, Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. p. 86.

¹⁶³ Idem.

¹⁶⁴ 1759 representou o último ano em que a capitania do Rio Grande possuiria apenas uma câmara, visto que no ano seguinte deu-se a elevação das missões dos índios a categoria de vilas, o que, por consequência, levaria a constituição de outras câmaras municipais por outras áreas do Rio Grande. Para saber mais ver LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índio do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII*. Tese – Doutorado em História – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. p. 24, 122, 129.

¹⁶⁵ LOPES, Fátima Martins. *Catálogo dos Livros de Termos de Vereação. Senado da Câmara de Natal (1674-1823)*. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Doc. 0933.

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ AHU-RN, *Papéis Avulsos*, Cx.2, D. 114.



Nesse momento do conflito percebe-se a formação nítida de dois grupos antagônicos, a disputarem a hegemonia política na capitania do Rio Grande. Um destes grupos, sob liderança do então capitão-mor, José Pereira da Fonseca, que reunia pessoas ligadas à esfera de poder militar da mesma capitania e, por isso detentora de certa influência. Tal grupo, possivelmente, seria formado por cinco pessoas. Além de José Pereira, José de Oliveira Velho, Pedro Mendes de Moraes, Fradique Correia da Costa e Antônio da Silva de Carvalho, todos estes detentores de patentes militares, tratando-se de um capitão-mor, um comissário geral de cavalaria, um sargento, um soldado e um sargento-mor, respectivamente. Vale salientar que dentre aqueles cinco homens, apenas José de Oliveira possuía terras na Capitania do Rio Grande, estando à mesma localizada na Ribeira do Assú.¹⁶⁸ Ressalta-se ainda que José de Oliveira houvesse ocupado vários postos dentro da câmara da cidade do Natal, dentre estes, foi vereador, juiz ordinário e almotacé, algo que demonstra certa proeminência no cenário político de então, assim como Fradique Correia e Antônio da Silva que viriam, mais tarde, a ocupar diversos outros ofícios na câmara de Natal.¹⁶⁹

O outro grupo a disputar interesses na política local era constituído e liderado por Bento Ferreira Mousinho, escrivão da Câmara do Natal. Além do capitão Bento Mousinho, o Comissário Geral de Cavalaria Manuel de Melo de Albuquerque, o Juiz Ordinário João Guedes Alcoforado e o Sargento-mor Caetano de Melo e Albuquerque. Afora esses quatro homens se poderiam mencionar os demais oficiais camarários que haviam constituído a câmara da Cidade do Natal em diferentes momentos da década de 1720. Ressalta-se, ainda, que apenas estas quatro últimas figuras se envolveriam diretamente com as disputas entre o capitão e o escrivão. Acrescenta-se a este grupo mais um quarto nome, cuja identificação não foi possível no documento, mas que se trataria de um ouvidor geral da Paraíba que, se não atuou como integrante direto, muito o ajudou ao retirar o juiz ordinário eleito e colocar em seu lugar o de barrete que era da preferência de Mousinho e de seu grupo.

Vale mencionar, ainda, que na mesma vereação na qual foi impedido de assumir o posto de juiz ordinário Antônio da Silva, outro homem, por nome Carlos Azevedo do Vale, também havia sido impedido de tomar posse do cargo de vereador. Dos motivos que haviam sido elencados no termo de vereação, consta que Carlos Azevedo seria cunhado de José de Oliveira

¹⁶⁸ CARTA de Sesmaria doada José de Oliveira Velho (RN 1), em 17 de agosto de 1735. *Plataforma SILB* - RN 0434. Disponível em: <http://www.silb.cchla.ufm.br/busca>. Acesso em: 05/10/2015.

¹⁶⁹ LOPES, Fátima Martins. *Catálogo dos Livros de Termos de Vereação. Senado da Câmara de Natal (1674-1823)*. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Doc. 1041. No prelo.



Velho, então eleito como juiz ordinário e dos que comporiam a rede de apoio do capitão-mor do Rio Grande, José Pereira da Fonseca. Essa situação segue as orientações legais dispostas nas Ordenações de que não poderia existir dentro das câmaras municipais parentes de até quarto grau ocupando ofícios da cúpula camarária.¹⁷⁰ Mas poderia também se configurar como um indicativo de que Carlos Azevedo, por ser cunhado de José de Oliveira, poderia estar ligado ao grupo do capitão-mor, o que, talvez, houvesse motivado a “câmara” a vasculhar a vida daquele homem, impedindo assim que mais um dos possíveis integrantes ligados à *facção* de Pereira da Fonseca, chegasse à câmara.

Ponto interessante no perfil social de ambos os grupos, foi o fato de que se constituíam de agentes sociais que possuíam postos militares e judiciais quase idênticos, visto que um e outro possuíam um comissário geral de cavalaria e um juiz ordinário, o que demonstra que o apoio dado por estes homens aos indivíduos que lideravam os grupos não ocorria aleatoriamente ou de modo alienado, como “massa de manobra”, tão somente. Mas se fazia mediante interesses próprios, ou até mesmo querelas envolvendo as funções que desempenhariam, o prestígio e a proeminência que detinham em outros âmbagos da administração e, conseqüentemente, questões de *status*. Isso demonstraria a intrincada rede de interesses e o constante jogo político que havia movimentado a máquina burocrática nas diversas partes do Império. Aqueles homens que serviram de base de apoio aos agentes “encabeçadores” das disputas, teriam vislumbrado na tomada de partido uma forma para galgarem determinadas posições na sociedade do Rio Grande. Tendo em vista que o grupo ganhador das querelas seria aquele que se projetaria no cenário administrativo do Rio Grande, acabando por se beneficiarem das inúmeras benesses daí provenientes.

Transcorridos dois dias após a tumultuada vereação de 25 de fevereiro de 1724, os oficiais da câmara de Natal enviaram uma carta ao governador de Pernambuco. E quem se responsabilizaria por levar à carta-queixa, de uma capitania a outra, foi o escrivão da câmara, Bento Ferreira Mousinho. Esta situação assinalaria, mais ainda, o quanto Mousinho estava interessado para que aquelas notícias pudessem chegar a uma autoridade de maior graduação na hierarquia administrativa, para que assim fossem tomadas as medidas necessárias contra o capitão-mor e, quem sabe, poderiam até culminar com a saída deste da capitania do Rio Grande.

¹⁷⁰ Para saber mais sobre as eleições de oficiais no período colonial da História do Brasil ver PORTUGAL. *Ordenações Filipinas*. ed. Fac-símile. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. Liv. I, tít. 67.



Naquela carta, seriam denominados de “revoltosos” que estariam a atuar e, conseqüentemente, perturbar toda a capitania do Rio Grande, além do Capitão-mor José Pereira, o próprio juiz ordinário, em exercício na câmara, José de Oliveira Velho. Contudo, porventura, para dissimular um pouco o real motivo que o havia levado a se deslocar por tão longas plagas, Mousinho trazia a guisa, juntamente com a carta-queixa, outra carta destinada a conseguir, em Pernambuco, adornos e apetrechos para com os quais se paramentaria a Câmara do Natal.¹⁷¹

Parecia mesmo que o objetivo do escrivão consistia basicamente em retirar do seu caminho, não se sabe ao certo por quais motivações maiores, os dois indivíduos que exerciam os maiores postos administrativos na capitania naquele momento que era: o Juiz Ordinário José de Oliveira e o Capitão-mor Pereira da Fonseca.

Talvez, dos motivos que se poderia aventar, fosse o fato de ambos, capitão e juiz, se fazerem sempre presentes na cidade do Natal, quiçá na própria câmara, observando e especulando a situação fiscal, judicial e administrativa e, talvez, questionando as atitudes indevidas do escrivão diante de questões relacionadas às finanças. Isso, provavelmente, diferiria dos demais oficiais dela, principalmente os vereadores, muitos dos quais residiam entre doze e dezesseis léguas de distância da cidade do Natal, estando muito empenhados com a criação de seus próprios gados¹⁷² e, devido a isso, José Pereira da Fonseca haver afirmado, em 25 de julho de 1725, que os oficiais daquela câmara não viriam àquela instituição “senão de ano a ano quando tomam posse e as mais direções que lhes pertencem, deixam ao dito escrivão, que como se vê com estas larguezas faz os papéis que lhe parece e os faz assinar o que quer, sem verem o que assinam”.¹⁷³

Vale salientar que até o ano anterior, ou seja, 1723, o juiz ordinário da câmara de Natal, João Guedes Alcoforado, seria o próprio sogro do referido escrivão, Bento Mousinho e que, de um modo ou de outro, acabaria por apoiar as ações do genro.¹⁷⁴

Outro motivo aventado para que Bento Mousinho quisesse retirar Pereira da Fonseca de seu caminho poderia estar relacionado com uma questão de terras. Pois, constatou-se que Mousinho era grande sesmeiro na Capitania do Rio Grande, possuindo terras em diferentes

¹⁷¹ LOPES, Fátima Martins. *Catálogo dos Livros de Termos de Vereação. Senado da Câmara de Natal (1674-1823)*. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Doc. 0934. No prelo.

¹⁷² AHU-RN, *Papéis Avulsos*, Cx. 2, D. 111.

¹⁷³ AHU-RN, *Papéis Avulsos*, Cx. 2, D. 111.

¹⁷⁴ Idem.



localidades, tendo recebido, ao todo, seis concessões de sesmarias¹⁷⁵ e requerido mais uma diretamente ao rei.¹⁷⁶ Das seis sesmarias, três foram recebidas até o ano do conflito.¹⁷⁷ Destas a primeira e a terceira foram doadas diretamente pela câmara por se tratar de chãos de terra e a segunda pelo capitão-mor Luiz Ferreira Freire. Todavia, das autoridades da câmara que passaram a primeira e a terceira cartas de sesmarias consta como uma das autoridades presentes Manuel de Melo e Albuquerque. Possivelmente data daí e, talvez de um pouco antes, as amistosas relações entre Bento Mousinho e Manuel de Albuquerque que os levariam, inclusive, a burlarem as eleições para o senado da câmara de Natal, em 1724¹⁷⁸.

Tal situação se consubstanciaria em uma intrincada cadeia de relações de favores, em que a concessão de um privilégio a um agente, criaria, necessariamente, o ato de receber, mas, acima disto, a obrigação “moral” de retribuir o benefício. Esta mesma cadeia de favores que começava com o rei, iria se afunilando na própria hierarquia administrativa e de poder, criando uma *espiral de poder*.¹⁷⁹ Isto teria contribuído para que Mousinho houvesse burlado as eleições da câmara, e apoiar a posse de Manuel de Melo e Albuquerque no cargo de juiz ordinário. Quiçá, Mousinho esperasse o recebimento de outras vantagens materiais, possivelmente, prometidas por Melo e Albuquerque, quando fosse investido nesse posto de juiz ordinário.

Ressalta-se que, em 11 de novembro de 1723, Bento Mousinho, enquanto escrivão da câmara haveria ficado com uma das chaves do cofre da Câmara do Natal, no qual estariam os sacos contendo as bolas de cera, dentro das quais estavam os nomes dos respectivos candidatos que seriam eleitos, nos três anos vindouros, para ocupar os postos de oficiais da câmara.¹⁸⁰ Outra chave haveria ficado em poder do vereador mais velho, João Guedes Alcoforado¹⁸¹ que, como mencionado anteriormente, se tratava do sogro de Bento Ferreira Mousinho.¹⁸²

¹⁷⁵ CARTAS de Sesmarias doadas a Bento Ferreira Mousinho, em 20 de abril de 1725; em 04 de outubro de 1719; em 02 de dezembro de 1724; 25 de outubro de 1742; em 26 de abril de 1735; em 21 de outubro de 1719. *Plataforma SILB* - RN 0999; RN 0996; RN 0997; RN 0519; RN 0375; RN 0401. Disponível em: <http://www.silb.cchla.ufrn.br/busca>. Acesso em: 05/10/2015.

¹⁷⁶ AHU-RN, *Papéis Avulsos*, Cx. 3, D. 176.

¹⁷⁷ CARTAS de Sesmarias doadas a Bento Ferreira Mousinho, em 04 de outubro de 1719; em 21 de outubro de 1719; em 02 de dezembro de 1724. *Plataforma SILB* - RN 0996; RN 0401; RN 0997. Disponível em: <http://www.silb.cchla.ufrn.br/busca>. Acesso em: 05/10/2015.

¹⁷⁸ AHU-RN, *Papéis Avulsos*, Cx. 2, D. 114.

¹⁷⁹ GOUVÊA, Maria de Fátima S.; FRAZÃO, Gabriel A.; SANTOS, Marília N. dos. Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735. *Topoi*, v. 5. n. 8, pp. 96-137, jan.- jun. 2004.

¹⁸⁰ LOPES, Fátima Martins. *Catálogo dos Livros de Termos de Vereação. Senado da Câmara de Natal (1674-1823)*. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Doc. 0902. No prelo.

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² AHU-RN, *Papéis Avulsos*, Cx. 2, D. 111.



Possivelmente, de algum modo, isto pôde ajudar o escrivão, a saber, de antemão, o que estaria por vir, mesmo que houvesse todo um cuidado, envolto por um sigilo quase absoluto no que concerne a divulgação das eleições para oficiais da cúpula camarária.¹⁸³ Sigilo que, porventura, as ambições de um escrivão sedento por poder, o fizera quebrar.

Nesse sentido, a disputa que havia envolvido o ofício de juiz ordinário da câmara de Natal se arrastará por quase todo o ano de 1724, com inúmeras idas e vindas dos indivíduos. Ora, Manuel de Melo assumia o cargo, ora Antônio da Silva, com a aprovação do ouvidor da Paraíba. Situação esta que demonstra o quanto o público e o privado se misturavam na administração da capitania do Rio Grande, na segunda década do século XVIII.

Mais lenha para a fogueira das vaidades

Não obstante, os resquícios daquele jogo de interesses, cujo principal objetivo seria o controle político da câmara da Cidade do Natal, se arrastariam para além do ano de 1724. Ambos, escrivão e capitão-mor, encontrariam em diminutas questões administrativas e burocráticas relacionadas ao cotidiano da capitania do Rio Grande, mais “lenha” que abastecia a imensa “fogueira das vaidades” que consumia suas pacatas vidas. Assim, 22 de julho de 1725, foi um dia muito longo na história da Capitania do Rio Grande. Longo e denso, visto que naquela data, os oficiais da câmara do Natal escreveriam e enviaram três cartas à D. João V, nas quais relatariam ao rei as atitudes e os comportamentos do Capitão-mor, Pereira da Fonseca.

Na primeira carta, os oficiais da câmara de Natal informariam a *el'rey* que José Pereira não aceitaria a proibição vinda diretamente do reino, a qual havia estipulado que as câmaras, assim como seus oficiais, estariam terminantemente proibidos de concederem cartas ou certidões que abonariam a atuação dos capitães-mores.¹⁸⁴ Todavia, o então capitão-mor do Rio Grande, José Pereira, haveria conseguido aquele conjunto de documentos mediante atos coercitivos, nos quais havia obrigado um juiz a redigir e lhe conceder tal documento. Para isso, o mesmo capitão também houvesse obrigado inúmeras pessoas a servirem como testemunhas de que o juiz lhe havia passado a carta abonatória, na qual relataria, por extenso, sua atuação no posto de capitão-mor do Rio Grande.¹⁸⁵

¹⁸³ PORTUGAL. *Ordenações Filipinas*. Ed. Fac-símile. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. Liv. I, tít. 67.

¹⁸⁴ AHU-RN, *Papéis Avulsos*, Cx. 2, D. 105.

¹⁸⁵ Idem.



Já a segunda carta, expedida na mesma data da anterior e também endereçada a D. João V, tendo como mesmos remetentes os oficiais da câmara de Natal, possuía o mesmo caráter informativo que a primeira. Tendo inclusive o mesmo alvo: José Pereira. Conforme esta correspondência, o capitão-mor não estaria fornecendo recursos humanos que seriam extremamente necessários para acompanharem os serviços judiciais em suas práticas fora do senado da câmara ou dos próprios cartórios locais.¹⁸⁶ Essa prática seria conhecida como *diligências*, e tinham como um dos objetivos prenderem homens que, por algum motivo, se achessem criminosos e, por isso, tivessem de pagar pelos crimes que haviam cometido.

Quanto à terceira carta, com os mesmos remetentes, destinatário, objetivos, havendo, inclusive, sido despachada no mesmo dia, mês e ano das anteriores. Desta vez, os oficiais da câmara de Natal se queixavam à D. João das parcialidades de José Pereira no que concerne a uma questão entre dois juízes ordinários. Os camarários acusavam abertamente o capitão-mor de transgredir as leis que estariam postas, assim como, a própria ordem estabelecida na Capitania do Rio Grande.¹⁸⁷

Todas àquelas cartas apresentariam José Pereira da Fonseca como um homem insolente, descomedido e sem juízo. Cujas atitudes, em muitos pontos, afligem as pessoas da dita capitania do Rio Grande, lhes retirarem a paz e o sossego de que gozariam e, com isso, prejudicaria os vassallos de sua Majestade, assim como, o andamento e o desenvolvimento da capitania. Nestas mesmas cartas, constariam, ainda, que o que mais desejariam aqueles homens seria se livrarem do autoritarismo de um homem prepotente e arrogante, que não temeria nem mesmo a Deus e que isso seria algo preocupante. Na primeira carta, os oficiais da câmara tentavam mesmo mostrar, por meio de um exemplo factível, o quanto o capitão-mor do Rio Grande não temia sequer a autoridade régia, visto haver transposto uma ordem real. Na segunda carta, os camaristas apresentariam José Pereira como um homem que não mais conseguiria dar conta de suas obrigações, provenientes do posto em que ocupava. Na última carta enviada naquele mesmo dia à D. João V, mais uma vez por meio de exemplos, os *homens bons* tratavam de mostrar para *el'rey* quanto mal fazia para a capitania ser administrada por um homem metido em preferências injustas.

Vale ressaltar que todas aquelas cartas foram manuscritas por Bento Ferreira Mousinho e que, por acaso, poderiam estar relacionadas com a proximidade do fim do período de tempo

¹⁸⁶ Idem, Cx. 2, D. 106.

¹⁸⁷ AHU-RN, *Papéis Avulsos*, Cx. 2, D. 107.



para o qual fora provido no posto de Capitão-mor do Rio Grande, José Pereira. Intentava os oficiais camarários denegrirem, ao máximo que podiam, a imagem de Pereira da Fonseca e, quem sabe, orientariam a decisão real de retirá-lo da capitania antes mesmo que findasse o seu mandato de uma vez por todas. Todavia, sabe-se que José Pereira da Fonseca capitanearia o Rio Grande por mais alguns anos. Visto que esse agente permaneceu por um período de dois “mandatos”, ou seja, por seis anos, cujo exercício no posto foi de 1722 até 1728.

Àquelas três questões, se acrescentaria um quarto combustível a içar a fogueira das vaidades naquele período. Este se remeteria a uma acusação feita a José Pereira da Fonseca de haver mandado soltar alguns presos que se encontrariam na Fortaleza dos Reis Magos.¹⁸⁸ Tal atitude motivaria os oficiais da câmara do Natal a enviarem, em julho de 1725, outra carta acusatória do capitão-mor ao rei, D. João V.¹⁸⁹ Nessa carta, os oficiais concelhios haviam relatado que Pereira da Fonseca teria mandado soltar dois criminosos. O primeiro deles por nome de Inácio Duarte e o segundo, Domingos da Fonseca, ambos estariam sendo acusados de roubarem uma espingarda e por haver matado duas pessoas, respectivamente.¹⁹⁰

Dois dias após a confecção do primeiro “malote” de cartas enviadas e um dia após a última carta, José Pereira de alguma forma tomaria conhecimento do que lhe teriam orquestrado os oficiais camarários. Pereira trataria, logo em seguida, de enviar uma série de carta ao rei de Portugal, D. João V, nas quais responderia as acusações atribuídas a sua pessoa, bem como, explicaria, ainda, as atitudes que o haviam impelido a tomar àquelas drásticas decisões no governo do Rio Grande. Na primeira desta série, Pereira da Fonseca se preocupou em justificar o lhe teria motivado soltar os presos da cadeia do Rio Grande.¹⁹¹ Justificar-se-ia, reiterando que os juízes não estariam preocupados em realizar a devassa dos crimes e que por não haver culpas formadas, não havia motivo de os manter presos aqueles homens.¹⁹² Nesta mesma carta, Pereira da Fonseca, atribuía ao escrivão da Câmara, Bento Ferreira Mousinho, todas as acusações que recaíam sobre ele.¹⁹³

Ressalta-se que o capitão-mor do Rio Grande, em carta de 25 de julho de 1725, reafirmaria que o escrivão Bento Ferreira era o responsável por maquinar uma série de acusações contra ele, assim como, a todos o que até o Rio Grande teriam ido mesmo a serviço

¹⁸⁸ AHU-RN, *Papéis Avulsos*, Cx. 2, D. 110.

¹⁸⁹ *Idem*.

¹⁹⁰ *Idem*.

¹⁹¹ *Idem*, Cx. 2, D. 111.

¹⁹² AHU-RN, *Papéis Avulsos*, Cx. 2, D. 111.

¹⁹³ *Idem*.



do rei. Tais atitudes do escrivão seriam costumeiras, visto se tratar do único membro da câmara do Natal, que vivia na cidade do Natal, visto que os demais oficiais estaria há várias léguas de distância, e que, por isso, deixaria ao escrivão da câmara todas as funções e direções que lhes competiriam, e por se ver livre, acabaria por fazer inúmeros crimes contra os que não lhe convém¹⁹⁴. Pereira da Fonseca encerraria aquela carta acusando as ambições do escrivão, atrelada a iminente falta de justiça naquelas paragens, averiguadas quando da ruína do anterior capitão-mor – Luiz Ferreira Freire –, que ao não se submeter a parcialidades, pagou com a própria. José Pereira atribuía ao escrivão à morte de Luiz Ferreira Freire, capitão-mor anterior do Rio Grande.

A outra carta daria razão ao fato de não mandar pessoas para cobrirem as *diligências*, visto que nelas os juízes ordinários, juntamente, com os oficiais camarários cobriam excessivas despesas aos moradores,¹⁹⁵ os quais não tinham condições de pagá-las, o que levariam muitos deles a serem remetidos presos, injustamente. Seria possível cogitar, de acordo com a explicação supra que o capitão estaria pleiteando o apoio das pessoas “mais humildes” da capitania, a fim de amenizar a aspereza de seu mandato, decorrente das disputas com os oficiais camarários. Mas, para isso, José Pereira tentaria, em um primeiro momento, convencer D. João V, desfazendo a imagem construída pelos oficiais camarários sobre sua pessoa.

“Por um milagre de Nossa Senhora”

Os conflitos entre José Pereira e Bento Ferreira Mousinho chegariam ao extremo quando, em 25 de julho de 1725, o capitão-mor seria vítima de um atentado a tiro.¹⁹⁶ De acordo com o relato de Pereira da Fonseca, o possível assassino haveria saído da casa do escrivão, Bento Ferreira, e ao se deparar com o dito capitão na porta da igreja de Nossa Senhora da Apresentação, a esta santa fazendo uma oração, o referido homem lhe deu um tiro de raspão com uma catana – espécie de espingarda – e não conseguindo matá-lo, como supostamente houvesse colocado o capitão-mor, posto que se tratasse de um dos objetivos do delinquente, correu atrás dele, clamando que as pessoas o ajudassem a pegá-lo. Mas, acontece que começou a juntar gente, vários moradores da cidade, inclusive o juiz ordinário, Manuel de Queiroz, a fim de ajudá-lo ou socorrê-lo. Entretanto, o tumulto que se fez ao seu redor fora tamanho, que

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ Idem, Cx. 2, D. 112.

¹⁹⁶ AHU-RN, *Papéis Avulsos*, Cx. 2, D. 113.



culminou mesmo na fuga do assassino pelo mato que cercava a cidade inteira.¹⁹⁷ O capitão finalizava a delação, atribuindo a Nossa Senhora da Apresentação o milagre por ter sobrevivido ao atentado e dava conta a *el'rey* da precária situação da justiça naquela capitania.¹⁹⁸

Nesta carta, José Pereira, de modo intencional ou não, se livraria de duas culpas que lhe haviam sido imputadas. A primeira delas que se remetia a primeira carta que havia sido enviada pelos oficiais camarários, ainda em 1723, na qual aqueles homens atribuíam a Pereira da Fonseca características de um homem não religioso, não temente a Deus e inimigo capital do sacerdócio. Visto que o próprio capitão havia mencionado, na última carta analisada, que havia sido salvo do atentado a tiro que havia sofrido, por um milagre da santa padroeira da cidade. Além disso, Fonseca se apresentou naquela carta como sendo um homem muito católico, visto que acreditava em milagres, remetendo questões religiosas ao seu cotidiano, como rezar nas portas da igreja, dentre outras características por ele citadas na carta.

Na segunda, culpabilizava o escrivão da Câmara do Natal, Bento Ferreira Mousinho, pelo atentado a tiro que havia sofrido, pois o criminoso teria saído da residência desse escrivão. Outro fato que atesta a relação entre o atentado a tiro sofrido pelo capitão-mor e as suas inimizades com a câmara, foi que o juiz ordinário, então empossado nessa mesma instituição, não queria investigar o caso. E quando solicitado por José Pereira, o juiz respondeu que não haveria motivo algum de se estabelecer investigação, visto que o suposto atentado não tivesse resultado na morte e nem sequer em ferimento do dito capitão.¹⁹⁹

Naquele mesmo dia, José Pereira da Fonseca trataria em sua última carta da série enviada a D. João V, da tentativa de se eximir das culpas que haviam sido a ele atribuídas, consta a informação que esse oficial faria chegar à Sua Majestade as inúmeras perturbações que causa na capitania do Rio Grande, retirando do povo a paz de viverem naquele lugar, de Bento Ferreira Mousinho, então escrivão da câmara da cidade do Natal, juntamente com um morador da mesma cidade, o Comissário Geral de Cavalaria, Manuel de Melo de Albuquerque, que, naquele mesmo ano de 1725, era um dos oficiais da camarários, ao ocupar a função de juiz ordinário, eleito no barrete²⁰⁰ e que, aquela altura, estaria a ocupar o ofício de almotacé, que haveria, inclusive, ocupado anteriormente em outros momentos e, pouco depois viria a ocupá-

¹⁹⁷ AHU-RN, *Papéis Avulsos*, Cx. 2, D. 113.

¹⁹⁸ *Idem*.

¹⁹⁹ *Idem*.

²⁰⁰ Eleição de barrete ocorria quando, por algum motivo, um indivíduo eleito no pelouro estava impedido de assumir o cargo. Rapidamente se faziam uma eleição improvisada, na qual muitos dos indivíduos que estavam presentes naquela sessão eram chamados para assumirem no lugar do inabilitado.



lo novamente. Desta vez, Pereira da Fonseca acusaria Manuel Albuquerque e Bento Mousinho de haverem burlado as eleições para o Senado da Câmara do Natal, denúncia similar a que havia sido apresentada quando do acirramento dos conflitos, entre 1723 e 1724.

José Pereira afirmaria, ainda, naquela mesma carta, que o ouvidor geral da Paraíba procedia em favor do dito Manuel de Melo de Albuquerque, pois os três haveriam se apresentado a ele, todos inquietos, sonegando a carta de usança²⁰¹ do juiz ordinário eleito, o impedindo de assumir sob a acusação infundada de crime, os quais colocariam em seu lugar o juiz eleito no barrete, o próprio Manuel de Melo e Albuquerque.²⁰² Tudo isso “por indústria do dito escrivão Bento Ferreira”.²⁰³

O destino do capitão e do escrivão

Sabe-se que José Pereira da Fonseca permaneceria no posto de capitão-mor da Capitania do Rio Grande durante seis anos, três anos a mais, para além dos quais ele havia sido inicialmente provido. Ressalta-se, que o preenchimento do posto de capitão-mor, em diversas partes do império, possuía período de tempo delimitado, na maioria deles, por espaço de tempo de três anos, os quais haviam sido muito bem aplicados para os capitães-mores antecessores de José Pereira no Rio Grande, tendo algumas exceções a essa regra.²⁰⁴ Possivelmente D. João V não vira muitos fundamentos nos argumentos apresentados nas várias cartas-queixas enviadas pelos oficiais da câmara da Cidade do Natal. Ou, até os percebera, mas quisera mesmo dar mostras do poder que detinha sobre a capitania do Rio Grande que, além de fazer valer sua primeira escolha, algo que corroboraria se tratar de um ato consciente, não retiraria José Pereira da Fonseca antes do término do período para o qual havia sido provido. D. João queria mesmo, além demonstrar a eficácia de sua escolha, conceder uma verdadeira lição de moral aos camarários, renovando o provimento de Pereira da Fonseca, por mais três anos.

Injúria do destino foi que José Pereira da Fonseca, após capitanear o Rio Grande, como se verifica da última referência a sua pessoa, no Arquivo Histórico Ultramarino, como que

²⁰¹ Carta de usança é uma espécie de foral, no qual os oficiais eleitos, ou no pelouro ou no barrete, podem tomar posse efetiva de seus cargos. A concessão de tal carta também ocorre com os indivíduos que exercem algum cargo, seja em serventia, seja em propriedade.

²⁰² AHU-RN, *Papéis Avulsos*, Cx. 2, D. 114.

²⁰³ *Idem*.

²⁰⁴ OLIVEIRA, Leonardo Paiva de. Muitos soldados, poucos fidalgos: Candidatos ao governo do Rio Grande (1700-1751). *Revista Acadêmica Historien*, Petrolina, ano 5, n. 10, pp. 97-110, jan./jun., 2014.



passando “seus últimos dias de vida encarcerado na Prisão do Limoeiro, em Lisboa”.²⁰⁵ Para onde eram remetidos todos aqueles homens que haviam cometido atos de improbidade administrativa, excessos e transgressões das leis e ordens do Império. Este documento se trata de uma consulta realizada pelo Conselho Ultramarino a D. João V,²⁰⁶ sobre um requerimento anterior de José Pereira da Fonseca, solicitando a *el' rey* licença para tratamento de saúde fora da prisão em que se encontrava.

Naquele mesmo pedido, datado de 12 de setembro de 1731, consta no relato do próprio José Pereira que haveria sido enviado preso para corte de Lisboa, “sem culpas formadas, visto que por intervenção de informações falsas de alguns de seus inimigos”. Sabe-se assim, que, talvez, José Pereira da Fonseca, ex-capitão-mor do Rio Grande, passou seus últimos anos de vida preso na cadeia do Limoeiro, pois seu pedido havia sido impugnado pelo rei. Com a idade já muito avançada, contando pouco mais de sessenta anos e com a saúde bastante debilitada, se encontraria acometido por inúmeros “achaques”.²⁰⁷ Assim, terminaria a vida de um homem que havia servido ao rei em inúmeras localidades, durante pouco mais de quarenta anos.

Supõe-se que, implicitamente, dos inimigos de que trataria Pereira da Fonseca em seu pedido, um deles, possivelmente, figurasse Bento Ferreira Mousinho, que não poupou esforços para retirá-lo do Rio Grande, algo que ocorreria apenas em 1728, pois o provimento de Pereira da Fonseca no posto de capitão-mor não seria mais prorrogado.

Quanto ao escrivão, Bento Ferreira Mousinho, este ainda continuou a atuar por vários anos na capitania do Rio Grande. Quando seu inimigo, ex-capitão-mor estava preso em Lisboa, Mousinho permanecia na escrivania da câmara da Cidade do Natal. Ofício este que Bento exerceria até o final de dezembro de 1732.²⁰⁸ E, já em 1733, Mousinho apareceria na documentação como escrivão da Fazenda Real, Alfândega e Almojarifado da Cidade do Natal²⁰⁹ e, em 1738 como Provedor da Real Fazenda do Rio Grande.²¹⁰

Anos mais tarde, já nos idos de agosto de 1745, o Conselho Ultramarino, possivelmente, se dera conta do que haviam feito a José Pereira da Fonseca, quando o então capitão-mor do Rio Grande, João de Teive Barreto e Meneses, enviara uma carta ao Conselho Ultramarino

²⁰⁵ AHU-RN, *Papéis Avulsos*, Cx. 3, D. 173.

²⁰⁶ Idem.

²⁰⁷ Idem.

²⁰⁸ LOPES, Fátima Martins. *Catálogo dos Livros de Termos de Vereação. Senado da Câmara de Natal (1674-1823)*. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Doc. 1136. No prelo.

²⁰⁹ AHU-RN, *Papéis Avulsos*, Cx. 3, D. 177.

²¹⁰ Idem, Cx. 4. D. 242.



informando dos maus procedimentos de Bento Ferreira Mousinho.²¹¹ Neste documento, os conselheiros atentam que o grande causador dos problemas na capitania do Rio Grande, que fez ir à ruína três capitães-mores, estava diretamente ligado à atuação do escrivão Bento Ferreira Mousinho. Pareceu ao Conselho ser viável a expulsão deste agente para fora da capitania do Rio Grande.²¹² O que levaria Mousinho a se mudar para a Vila de Goiana, na antiga Capitania de Itamaracá, onde passaria a exercer o ofício de juiz dos órfãos,²¹³ havendo adquirido a propriedade desse ofício. Mais tarde, envolver-se-ia nessa cidade noutras séries de conflitos com os oficiais camarários, decorrente de sua atuação indevida quando da ocupação do juizado de órfãos da Vila de Goiana.²¹⁴

Considerações finais

Ao fim e ao cabo, a cultura política portuguesa do início do século XVIII, na capitania do Rio Grande, havia se caracterizado por uma intrincada relação de interesses individuais, responsáveis por mobilizar inúmeros indivíduos, assim como, interesses privados dentro das estruturas administrativas implantadas pela coroa no ultramar. Nesse ínterim, corrobora-se a má definição entre público e privado no limiar daquela centúria. Desse modo, o estudo da série de conflitos que envolveram o escrivão da câmara da cidade do Natal, Bento Ferreira Mousinho, e o capitão-mor do Rio Grande, José Pereira da Fonseca, ao longo da segunda década daquele século, evidencia a atmosfera cultural em que aqueles indivíduos estavam submersos.

Tais conflitos, além de, sumariamente, demonstrarem posições contrárias tomadas por dois indivíduos distintos na administração da capitania do Rio Grande, mostraria, ainda, o quanto ambos se aproximavam, partilhando de códigos, símbolos e representações de um universo mental comum. Este universo seria a cultura política de *Antigo Regime* português que orientou a atuação de inúmeros homens que estariam a serviço da coroa, sobrepondo seus próprios interesses ao interesse maior do Estado português.

Todavia, esta série de embates abre margem para que se possa vislumbrar a atuação do rei enquanto árbitro supremo nas relações de vassalagem que se espalhavam pelas conquistas, pois a recorrência, através de cartas, requerimentos e petições, servia mesmo para reforçar sua

²¹¹ Idem, Cx. 5, D. 297.

²¹² Idem.

²¹³ AHU-PB, *Papéis Avulsos*, Cx. 20, D. 1529.

²¹⁴ Idem, Cx. 77, D. 6491.



autoridade, não submetida a desejos caprichosos das elites locais. Servindo, ainda, para se identificar um momento não somente de crise na administração da Capitania do Rio Grande, quando da formação de duas facções contrárias a se digladiarem pela hegemonia política da câmara da Cidade do Natal. Teria sido este um momento de luta pelo reordenamento político da capitania, o que resultou mesmo no processo de consolidação das disposições de mando sobre o Rio Grande, pois foi justamente nesse período em que a influência da família Albuquerque passou a ser questionada, sendo os focos irradiadores destas questões sufocadas como, por exemplo, a morte de Luiz Ferreira Freire e o banimento para a prisão do Limoeiro de José Pereira da Fonseca, dois homens que, a serviço do rei, tentaram proceder a este reordenamento.

Enfim, este estudo de caso possibilitou exprimir a lógica da cultura política portuguesa, do início do século XVIII, presente na capitania do Rio Grande, a partir dos pensamentos, ações e representações políticas engendradas por dois homens a serviço da Coroa Lusitana, mas que envolveram outros agentes, especialmente aqueles que estavam ligados a administração burocrática e militar local, assim como instituições administrativas implantadas pela coroa para materializarem seus desejos e ambições na própria administração.

Bibliografia

AHU, Consultas Mistas, códice 21. **Livro de Registro de Consultas Mistas do Conselho Ultramarino**. v. 9^o, Fls. 244-246.

AHU-PB, **Papéis Avulsos**.

AHU-RN, **Papéis Avulsos**.

BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Diretores). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BICALHO, Maria Fernanda B. *As câmaras ultramarinas e o governo do Império*. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Conquista, mercê e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime*. **Almanack Brasiliense**, n. 2, nov., 2005.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português e latino: áulico, anatômico, arquitectônico**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.



BOXER, Charles. **O Império Marítimo Português 1414-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARTA de Sesmaria doada José de Oliveira Velho (RN 1), em 17 de agosto de 1735. **Plataforma SILB** - RN 0434. Disponível em: <http://www.silb.cchla.ufrn.br/busca>. Acesso em: 05/10/2015.

CARTAS de Sesmarias doadas a Bento Ferreira Mousinho, em 20 de abril de 1725; em 04 de outubro de 1719; em 02 de dezembro de 1724; 25 de outubro de 1742; em 26 de abril de 1735; em 21 de outubro de 1719. **Plataforma SILB** - RN 0999; RN 0996; RN 0997; RN 0519; RN 0375; RN 0401. Disponível em: <http://www.silb.cchla.ufrn.br/busca>. Acesso em: 05/10/2015.

CHATURVEDULA, Nandini & STUMPF, Roberta (orgs.). **Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII-XVIII)**. Lisboa: CHAM – Centro de História do Além-Mar, 2012.

CUNHA, Mafalda Soares da. **A casa de Bragança – 1560-164: práticas senhoriais e redes clientelares**. Lisboa: Estampa, 2000.

_____. *O provimento de ofícios menores nas terras senhoriais. A Casa de Bragança nos séculos XVI-XVII*. In: STUMPF, Roberta; CHATURVEDULA, Nandini (orgs.). **Cargos e Ofícios nas Monarquias Ibéricas: provimento, controlo e venalidade (Séculos XVII-XVIII)**. Lisboa: CHAM – Centro de História do Além-Mar, 2012.

CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho. **O Senado da Câmara de Alagoas do Sul: Governança e poder local no sul de Pernambuco (1654-1751)**. Dissertação – Mestrado em História – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

FRAGOSO, João. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI-XVII)*. In: BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GOUVÊA, Maria de Fátima S.; FRAZÃO, Gabriel A.; SANTOS, Marília N. dos. *Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735*. **Topoi**, v. 5, n. 8, pp. 96-137, jan.-jun. 2004.

HESPANHA, António Manuel. *A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime*. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, pp 121-143, 2006.

_____. *Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológico da família na época moderna*. **Análise Social**, v. 28, pp. 951-973, 1993.



_____. *Centro e periferia nas estruturas administrativas do Antigo Regime. Ler História*, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. **Livro de Batismos de Cunhaú, São José de Mipibú, Mamanguape, Camaratuba e Natal** – Matriz de Nossa Senhora da Apresentação da cidade do Natal (1683-1712).

KRAUSE, Thiago Nascimento. **Em busca da honra**: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683). Dissertação – Mestrado em História –, Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

LOPES, Fátima Martins. **Catálogo dos Livros de Termos de Vereação. Senado da Câmara de Natal (1674-1823)**. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Cx. 01, Livro 1709-1721 e Cx. 01, Livro 1721-1735. No prelo.

_____. **Em nome da liberdade**: as vilas de índio do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII. Tese – Doutorado em História – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

MENEZES, Jeannie. *Ofícios de família*: estratégias patrimoniais no mercado matrimonial da colônia (sécs. XVII-XVIII). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 5, n. 9, pp. 132-150, jul., 2013.

MENEZES, Mozart Vergetti de. Jurisdição e poder nas Capitânicas do Norte (1654-1755). **Saeculum** (UFPB), n. 14, pp. 11-25, jan./jun., 2006.

NEVES, Guilherme Pereira das. Verbete: homens bons. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

OLIVEIRA, Leonardo Paiva de. *Muitos soldados, poucos fidalgos*: Candidatos ao governo do Rio Grande (1700-1751). **Revista Acadêmica Historien**, Petrolina, ano 5, n. 10, jan./jun., 2014, p. 97-110.

PAIVA, Yamê Galdino de. **Vivendo a sombra das leis**: Antônio Soares Brederode: Entre a Justiça e a Criminalidade. Capitania da Paraíba (1787-1802). Dissertação – Mestrado em História – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação / Capitania do Rio Grande do Norte. **Livro de Casamentos**, 1727-1740.



PORTUGAL. **Ordenações filipinas**. ed. Fac-símile. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. Liv. I, tít. 67.

PUJOL, Xavier Gil. *Centralismo e localismo?* Sobre as relações políticas e culturais entre capital e território nas monarquias européias dos séculos XVI e XVII. **Penélope. Fazer e desfazer a História**, Lisboa, n. 6, 119-144, 1991.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 36, pp. 187-250, 1998.

SILVA, Tyego Franklim da. **A ribeira da discórdia**: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assú colonial (1680-1720). Dissertação – Mestrado em História – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

STUMPF, Roberta G. **Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes**: as solicitações de hábitos das ordens militares nas minas setecentistas. Tese – Doutorado em História – Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília, 2009.



Mulheres armadas: uma reflexão sobre as representações de gênero na participação das mulheres na Guerrilha do Araguaia.

Bruno Sanches Mariante da Silva²¹⁵
Ingred Satomi Carvalho²¹⁶

Artigo Recebido em: 15/10/2017

Artigo Aceito em: 22/12/2017

RESUMO

Tomando como referência histórica a Guerrilha do Araguaia, confronto armado brasileiro transcorrido entre os anos 1960 e 1970 entre militantes de esquerda e forças militares do regime ditatorial instalado no Brasil em 1964, o presente artigo almeja analisar os jogos de representações de gênero que incidiam sobre as mulheres que ingressavam nos movimentos guerrilheiros, uma vez que elas distanciavam-se dos modelos sociais concebidos e esperados para as mulheres dos anos 1960/1970. A reflexão que se propõe é sobre o contexto social das mulheres guerrilheiras, bem como uma análise de seus papéis de destaque no desenvolvimento desses movimentos, em especial a Guerrilha do Araguaia. Para tal, analisa-se um relatório produzido pelo DOI-CODI em 1977 sobre o conflito na região do Araguaia, seus embates e, principalmente, seus participantes, assim como empreende-se uma análise da historiografia produzida sobre a atuação feminina nas guerrilhas, bem como sobre esses conflitos em geral. Dessa maneira, é possível açambarcarmos, mesmo que parcialmente, a Guerrilha do Araguaia e, especialmente, as mulheres que lá atuavam, tomando em análise as representações criadas pelos órgãos repressores, bem como pelos próprios participantes da guerrilha.

Palavras-chave: História do Brasil, Mulheres no Araguaia, Ditadura Militar, Resistência à Ditadura, Esquerda Armada.

Armed women: a reflection on gender representations in the participation of women in the araguaia guerrilla.

ABSTRACT

Taking as a historical reference the Araguaia Guerrilla, a Brazilian armed confrontation that occurred along the 1960s and 1970s between left-wing militants and military forces of the dictatorial regime installed in Brazil in 1964, this article aims to analyze the gender representations focused on the women who entered the guerrilla movements, since they distanced themselves from the social models conceived and expected from the women of the 1960s and 1970s. The reflection that is proposed on this paper is about the social context of women in guerrillas, as well as an analysis of their prominent roles in the development of these

²¹⁵ Mestre em História (UNESP/Assis) e Doutorando em História (UNESP/Assis). Professor junto ao Departamento de História da Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Mandaguari (FAFIMAN). bruno.silva@unifil.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8241347498919461>

²¹⁶ Graduada em História (FAFIMAN) e discente do curso de Especialização em Psicopedagogia clínica e Institucional e Educação Especial junto à instituição Rhema Educação. dyhcarvalho.ic@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2929636772710634>



movements, especially the Araguaia Guerrilla. For that, a report produced by DOI-CODI in 1977 on the conflict in the region of Araguaia, its conflicts and, mainly, its participants, is analyzed, as well as an analysis is made of the historiography produced on the female performance in the guerrillas, as well as how about these conflicts. In this way, it is possible to take part, even partially, in the Araguaia Guerrilla, and especially the women who were engaged in, taking into account the representations created by the repressive organs, as well as by the guerrilla participants themselves.

Keywords: History of Brazil, Women in Araguaia's Guerrilla, Military Dictatorship in Brazil, Resistance to Dictatorship, Armed Left.

Introdução

Transcorridas mais de quatro décadas da deflagração de um confronto armado entre militantes do Partido Comunista do Brasil e o Exército Brasileiro na região do Araguaia é possível – e necessário – ainda elucidar determinados pontos da história e memória daquele conflito. Especialmente, no que diz respeito à efetiva participação de mulheres nos confrontos guerrilheiros brasileiros, destacadamente na chamada “Guerrilha do Araguaia”. O que se espera elucidar brevemente nesse texto é, não apenas o engajamento feminino nos frentes de guerrilhas armadas no Brasil, sobretudo a ruptura que a participação feminina oferecia às representações de gênero e dos papéis sociais entendidos como pertinentes às mulheres naquele período.

A Guerrilha do Araguaia, em linhas gerais, pode ser apresentada como um confronto armado entre membros do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o comando da ditadura militar, implantada no Brasil em 1964. O movimento ficou assim denominado em razão da região onde os confrontos aconteceram, cuja característica geográfica relevante é a presença do rio Araguaia. Um dos principais rios brasileiros, o Araguaia possui uma extensão de mais de 2.000 quilômetros, percorrendo os territórios dos estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará. Apesar do rio banhar todos esses estados, a guerrilha aglutinou-se principalmente na região de divisa entre os estados de Tocantins e Pará.

O início do conflito armado propriamente dito ocorreu em 1972. Os militantes ligados ao PC do B eram em sua grande maioria jovens estudantes que faziam parte de movimentos estudantis bastante diversos, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), ou organizações regionais e locais como os movimentos estaduais da União Estadual dos Estudantes (UEEs) e os Diretórios Centrais Estudantis (DCEs). Essas associações, após o golpe militar de 1964, foram proibidas de continuar seus trabalhos, passando a atuar na clandestinidade. Uma importante conquista do movimento guerrilheiro no Araguaia foi conseguir angariar adeptos



também entre os habitantes da região onde atuavam, em geral trabalhadores e trabalhadoras do campo.

É importante ressaltarmos que a Guerrilha do Araguaia integra um contexto de uma série de movimentos opositores ao regime militar, predominantemente de esquerda, no entanto, nem todos organizados por grupos armados. Acerca dos movimentos revolucionários de esquerda no período e seus participantes, Cristiana Wolff destacou:

No período entre 1967 e 1974, vários foram os grupos de esquerda que buscaram uma revolução socialista e que tentaram oferecer resistência armada à ditadura. Tais grupos eram formados por pessoas originárias de diversos estratos sociais, em sua maioria jovens estudantes provenientes de movimentos estudantis, trabalhadores fabris e camponeses. (WOLFF, 2012, p. 438)

Sobre a atuação na região do Araguaia, especialmente sobre as influências que compuseram o movimento, Gaspari (2014, p.408) destacou:

Os quadros do PC do B dividiram-se por três áreas, numa extensão de 130 quilômetros. Moviam-se numa superfície de 6,5 mil quilômetros quadrados. Até o primeiro semestre de 1972 eles foram 59 homens e catorze mulheres. Quando o exército chegou, havia 69 na mata e sete a caminho. Cinco a menos que a força de Fidel ao alcançar o litoral cubano, 26 combatentes a mais do que Guevara tivera na Bolívia poucos anos antes. Seriam a centelha de uma guerra popular. Pela descrição dos documentos revolucionários, entrariam num cenário triunfal: “As montanhas e florestas, as quebradas e os capões de mato, as grutas e as plantações mais densas, abrigarão os heroicos guerrilheiros, protegidos pela simpatia e pela violência das massas”.

Gaspari faz menção às ações de guerrilha de Fidel Castro em Cuba no final da década de 1950 e de Ernesto Che Guevara na Bolívia, entre 1965 e 1967, ações que foram forte referência para os movimentos de esquerda no Brasil, em especial para aqueles que intentavam enveredar pela luta armada. No texto de Gaspari também é possível depreendermos sobre os objetivos desses militantes de esquerda embrenhados na severa mata brasileira, bem como a repressão infligida pelo Estado-militar brasileiro.

O que se deu no Araguaia foi o paroxismo do choque dos radicalismos ideológicos que, com seus medos e fantasias, influenciaram a vida política brasileira por quase uma década. A esquerda armada. Supusera que estava no caminho da revolução socialista, e a ditadura militar acreditara que havia uma revolução socialista a caminho. Até o início do surto terrorista esse conflito ficara no campo dos receios e dos planos (GASPARI, 2014, p.414)

As ideologias se chocaram na esperança da efetiva construção de uma revolução socialista e pela severa repressão a mesma. É possível afirmarmos que o principal intuito do movimento guerrilheiro no Araguaia era insuflar as massas, em especial a camponesa. Para



atingir tal objetivo desenvolveram um longo trabalho de preparação desde o ano de 1966. Essa observação é passível de ser verificada na historiografia (Gaspari, 2014; (Gorender, 1987) e também pelas fontes da época, produzidas por ambos os lados.

Foi uma rebelião sem povo, num país onde as grandes revoltas populares não tiveram a participação da elite. A história brasileira registra confrontos sangrentos e duradouros entre o povo humilde e o poder. Nos maiores, ocorridos no sertão de Canudos e nas matas do Contestado, contaram-se em poucas dezenas os combatentes que sabiam ler e escrever. Nas matas perdidas do Araguaia, o PC do B tornara-se a única – e verdadeira – organização política a ir buscar na “violência das massas” a energia vital de seu projeto comunista. (GASPARI, 2014, p. 415).

Destarte, para a elaboração deste artigo valemo-nos, como principal fonte, de um relatório especial de informações produzido junto ao DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna), órgão de inteligência do Exército Brasileiro, criado em 1969 para atuar, mormente, na repressão aos movimentos contrários ao regime militar. O referido relatório identificado como nº1/77 possui selo e carimbo que classificam as informações nele contidas como secretas e confidenciais. Datado de 1977, o documento, que possui 46 páginas, teria sido redigido na sede do órgão em São Paulo. No relatório constam informações referentes ao conflito no Araguaia e também às áreas de guerrilha do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

De acordo com as informações contidas no relatório, este teria sido elaborado a partir de documentos apreendidos pelo Exército Brasileiro, bem como a partir de interrogatórios realizados pelos militares entre dezembro de 1976 e março de 1977. No documento é apresentada uma listagem dos militantes envolvidos no conflito, constando os nomes de quinze militantes do PCdoB que teriam se deslocado do estado da Guanabara (atual Rio de Janeiro) para Xambioá (Estado do Tocantins, região do rio Araguaia). É apresentada no relatório uma troca de correspondências realizada entre Ângelo Arroyo (um dos dirigentes nacionais do PC do B) e Dinalva Conceição de Oliveira Teixeira, militante feminina nas ações da guerrilha. Tendo em vista a relevância da fonte, prosseguiremos uma análise de todo o documento.

No relatório nº01/77 consta certa explicação sobre a preferência da região do Araguaia como local de atuação pelo grupo guerrilheiro. A escolha é atribuída ao grande número de pessoas que migravam para a região do Araguaia, mormente dos estados do nordeste, em busca de melhores condições de vida. Segundo o relatório, a insatisfação associada à predisposição a buscar uma vida melhor tornaria esses migrantes mais voláteis para se imbuírem na causa. A grande maioria dos guerrilheiros também não era proveniente daquela região, viajavam de



outros estados como Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo para a região do Araguaia, especialmente encarregados da missão de recrutarem novos adeptos na região.

Além de abarcar uma análise sobre a população local, o relatório também enfatiza a composição do ambiente na região norte do Brasil, uma vez que, devido a sua vasta vegetação composta por florestas e matas fechadas, esta facilitaria o combate aos conhecedores do local e dificultaria as manobras bélicas por parte dos “visitantes”. Sobre a escolha da região do Araguaia pelos guerrilheiros, os militares concluíram:

1. ARAGUAIA – REGIÃO SUL DO ESTADO DO PARÁ

O PC do B após pesquisar várias regiões do Brasil, concluiu ser a/ Região Sul do Pará, o local ideal para a implantação da guerrilha. Aportavam em favor dessa escolha, a existência de fatores como:

- conflitos sociais
- conflitos políticos
- vasta região de matas
- trabalhadores rurais na penúria, sem qualquer tipo de assistência médica hospitalar ou social. (RELATÓRIO ESPECIAL DE INFORMAÇÕES nº1/77, p.23)

A percepção que a população carente e a densa mata comporiam um agente catalizador das ideias revolucionárias não é referenciada apenas pelo Exército Brasileiro, mas também consta na reflexão historiográfica sobre o conflito. Jacob Gorender promove uma reflexão sobre a localização do Araguaia, inclusive sobre a ausência de um significativo contingente militar. É também apontado que por ser uma região de intensa migração não era estranha instalação de novas pessoas nas cidades. Uma das táticas aplicadas pelo PC do B para a implantação do movimento guerrilheiro era instalar militantes na região como moradores corriqueiros e, então, iniciar um processo de levante popular.

O prolongado período de preparação seria inviável sem a escolha deliberada da área de atuação e do tipo de trabalho com a população. A área se caracterizava pelo povoamento recente, baixo nível de conflitos sociais e insignificância econômica. O aparelho repressivo do Estado – uns minguados elementos da Polícia Militar – tinha ali presença ínfima e era coisa rotineira a chegada de gente nova numa região de fronteira agrícola. (GORENDER, 1987, p. 208)

No sentido de debelar o movimento “subversivo”, o Exército brasileiro promoveu uma série de ataques aos guerrilheiros do Araguaia. O primeiro deles ocorreu em 1972 e foi denominado de Operação Bico de Papagaio, marcando como o primeiro conflito em que ocorreram baixas em ambos os lados. Apesar das baixas, os guerrilheiros conseguiram emboscar a infantaria e hostilizá-la, principalmente em razão do baixo efetivo militar que foi enviado, assim como pelo desconhecimento da região por parte deles. Na segunda investida



militar, os guerrilheiros mais uma vez saíram vitoriosos. A cada batalha vencida o movimento se fortalecia, até que em 1973 duas operações denominadas de Sucuri e Marajoara foram desenvolvidas pelo governo militar com intenção de acabar definitivamente com o movimento.

Durante a Operação Marajoara muitos militares teriam se infiltrado nos acampamentos guerrilheiros afim de coletar informações sobre como acabar com a resistência de dentro para fora. Já na Operação Sucuri os soldados teriam recebido treinamento militar exclusivo para áreas de selva, pois assim não estariam mais despreparados. A FAB (Força Aérea Brasileira) foi também acionada, e alguns helicópteros foram enviados para ajudar no reconhecimento do território e surpreender os combatentes. Os helicópteros usados durante a guerrilha do Araguaia eram modelo Bell UH-1 Iroquois produzidos nos Estados Unidos e pilotados pelo Esquadrão Pantera 5º e 8º.

Duas derrotas deixaram evidente que a tática do Exército precisava mudar. Os generais afinal apenderam a lição. Enquanto infiltravam agentes de inteligência na zona conflagrada, treinaram no Sul em absoluto segredo, profissionais em contra-guerrilha na selva. (GORENDER, 1987, p. 210)

Todos os esforços e investimentos do governo para a repressão dos militantes-guerrilheiros no Araguaia não foram em vão, pois o uso de metralhadoras leves e fuzis (armamento bastante superior ao utilizado pelos guerrilheiros) propiciou, paulatinamente, vitórias no conflito, ocasionando um número maior de baixas no lado adversário. O conflito viria a cessar por completo na região do Araguaia em 1976.

Em 2012, o governo brasileiro criou a Comissão Nacional da Verdade para investigar casos graves de violação dos direitos humanos ocorridos entre os anos de 1946 e 1988. Sem poder punitivo legal, a Comissão procurou apurar uma série de conflitos e desaparecimentos nesse período. Segundo Giles Gomes, coordenador da Comissão, o caso Araguaia teria resultado em um número de setenta militantes dados como desaparecidos, uma vez que suas mortes não puderam ainda ser confirmadas, e doze casos de mortes consolidadas (GOMES *Apud* COMISSÃO DA VERDADE). Muitos dos guerrilheiros que não foram mortos nos combates bélicos travados passavam à condição de presos políticos nos quartéis do Exército, onde muitas vezes eram submetidos a sessões de torturas físicas e psicológicas. Alguns morriam nas prisões, não suportando as agressões infligidas.

O relatório que aqui analisamos, formulado em 1977, apontava como um de seus objetivos identificar todos os envolvidos na guerrilha, assim como conhecer mais sobre os militantes-guerrilheiros. Segundo o relatório os integrantes da guerrilha que sobreviveram e não



foram detidos pelas forças militares estariam, àquela altura, mais experientes e poderiam, assim, conduzir novos ataques. Sobre a finalidade do documento:

RELATÓRIO ESPECIAL DE INFORMAÇÕES Nº1/77

A) GUERRILHEIROS DO ARAGUAIA

B) ÁREAS DE GUERRILHA PC do B/ APML do B

REFERÊNCIA: INFO 540/76 de 29 Dez 76 do DOI no II Ex.

INFO Nº 097/77 de 10 Mar 77 do DOI ao II Ex.

A- GUERRILHEIROS DO ARAGUAIA

Sabendo-se do esforço total do PC do B/ APML do B em dedicar-se às guerrilhas, como ficou bem caracterizado na documentação apreendida por// ocasião da queda do “aparelho” do PC do B, este DOI procurou analisar os dados que possuía em seus arquivos, visando principalmente compilar indícios/ sobre áreas anteriormente trabalhadas pela APML do B e que possivelmente podem ser utilizadas pelo PC do B. Ao mesmo tempo, procurou-se proceder a um levantamento de dados sobre os envolvidos na “GUERRILHA DO ARAGUAIA”, pois os remanescentes desta, com maior experiência, irão se envolver em novas aventuras/ armadas, sendo de grande utilidade a identificação e conhecimento maior sobre os mesmos. (RELATÓRIO ESPECIAL DE INFORMAÇÕES, p.12)

É possível analisarmos que o confronto direto entre forças militares e os “revoltosos”, assim chamados nas fontes produzidas pelos militares, deveria ser imediatamente contido para que servisse de exemplo, afim de desestimular manifestações semelhantes contra o governo militar vigente. Gorender, refletindo sobre a repressão à Guerrilha do Araguaia, apontou a censura e o cerceamento à divulgação de informações sobre o conflito como elementos fundamentais para que eventos semelhantes não se repetissem.

A guerrilha do Araguaia foi abafada e escondida como vício nefando. Devia ser extirpada, porém de tal maneira que não suscitasse imitadores. Desde que o problema se apresentou, o Governo Médici decidiu ocultá-lo na treva cósmica. A censura total impediu que os meios de comunicação divulgassem notícias sobre o que acontecia no Sul do Pará. (GORENDER, 1987, p. 210)

Desse modo, destacamos que o regime militar procurou operar certo silenciamento sobre os acontecimentos no Araguaia, especialmente em razão das derrotas impostas pelos guerrilheiros às forças militares, o que poderia fomentar mais sublevações contrárias à ditadura. Queremos também apontar para os silenciamentos que recaem sobre determinados personagens dessas histórias: as mulheres. A participação feminina nos confrontos guerrilheiros foi muitas vezes silenciada, ou simplesmente pouco enfatizada pela historiografia.



As mulheres em armas: representações históricas de gênero.

Primeiramente, é preciso destacar que as representações sobre masculino e feminino são historicamente construídas na longa duração. Marte, o deus romano da guerra, é representado por um homem armado com lança e escudo, enquanto Vênus, deusa do amor e da beleza, por uma jovem mulher; demarcando, claramente, representações sobre o masculino e o feminino. As guerras e suas batalhas, lugares máximos da agressividade humana, foram por séculos eventos majoritariamente masculinos – é bastante recente a efetiva incorporação feminina na estrutura militar. (QUEIROZ, 2015).

A guerra, a luta armada, é, portanto, tomada como um ato viril e masculino, por excelência. Ela ocupa, assim como a política, o espaço público, terreno considerado masculino. O privado sempre foi tido como o espaço de domínio feminino, em um sentido de complementariedade entre homens e mulheres²¹⁷. Como ressalta Perrot (2005, p. 459) “aos homens, o público, cujo centro é a política. Às mulheres, o privado, cujo coração é formado pelo doméstico e a casa”. Todavia, essas premissas fortalecidas ao longo dos séculos têm sido postas em xeque. Courtine (2013) analisa como esmaeceu-se a exuberância e a virilidade das guerras ao longo, especialmente, do século XX. Assim como têm estado em voga as perspectivas sobre a participação feminina em guerras e conflitos bélicos - na retaguarda ou não –, cujo grande exponencial historiográfico tem sido a historiadora francesa Françoise Thébaud. São dela as interrogações às quais nos coadunamos:

Que fazem as mulheres dos países beligerantes na Guerra? Que foi feito delas? Não afetará a Guerra, diferentemente a um e a outro sexo? Seria a guerra apenas luto e sofrimento? Não será ela também, pela ruptura da ordem familiar, social, uma possibilidade de abertura de novas atividades, vivências e experiências para as mulheres? (THÉBAUD, 1991, p.32)

Ao incorporarmos as questões gênero a nossa reflexão, é preciso, inicialmente, apontarmos que a História foi o campo que mais tardiamente assimilou as mulheres como objetos legítimos de sua atenção científica (PEDRO, 2008). Mary Del Priore também aponta certo silenciamento da historiografia no que tange ao olhar atento sobre as mulheres.

²¹⁷ A ideia de complementariedade dos sexos foi imperativa desde finais do século XIX e a primeira metade do XX, trata-se das representações do “chefe da casa” e a “rainha do lar”; o homem e a mulher lado a lado, não apesar, mas por causa das suas “diferenças naturais” (PERROT, 2005; PINSKY, 2014; ROCHA-COUTINHO, 1994).



Desde que no século XIX a história firmou-se como uma disciplina científica, ela tem dado à mulher um espaço cuidadosamente demarcado pelas representações e ideias masculinas de historiadores que, até bem pouco tempo, a produziam com exclusividade. A primeira mirada sobre as mulheres, se bem que oblíqua e moralista, vem de Michelet, em 1859, no seu livro “La Femme”. O conhecido historiador francês compreendia os movimentos da história como uma resultante da relação dos sexos, modulado pelo conflito latente entre a mulher/natureza e o homem/cultura. A mulher, ressalva Michelet só teria papel benéfico neste processo se dentro do casamento e enquanto cumprisse seu papel de mãe. Ao fugir da benfazeja esfera da vida privada ou, ao usurpar o poder político como faziam as adúlteras e as feiticeiras, elas tornavam-se um mal. (PRIORE, 1994, p. 12)

O conceito de gênero implica em evidenciarmos que as identidades masculina e feminina são entendidas como construções sociais e culturais, e que impõem aos sexos condutas, práticas, espaços de poder e anseios diferentes. No entanto, as definições de masculino e feminino são dadas pela própria sociedade: “tudo isso [é] baseado nas distinções que a própria sociedade constrói para o feminino e o masculino, e não em diferenças naturalmente predeterminadas entre homens e mulheres” (SILVA e SILVA, 2005, p.166). Desta forma é preciso termos em mente que gênero não deve ser tido “como sinônimo de mulher/mulheres ou de sexo, uma vez que essa categoria de análise não combina com determinações biológicas” (SILVA e SILVA, 2005, p.167-8). Joan Scott, uma das mais importantes pesquisadoras de gênero, procura evidenciar que há certas questões implícitas ao trabalho dos historiadores e historiadoras na utilização do conceito de gênero:

Através de que processos as ações dos homens vieram a ser consideradas uma norma, representativa da história humana em geral, e as ações das mulheres foram subestimadas, subordinadas ou consignadas a uma arena particularizada, menos importante? (...) Qual é o efeito sobre as práticas estabelecidas da história de se olhar os acontecimentos e as ações pelo lado de outros sujeitos, as mulheres, por exemplo? (SCOTT, 1992, p.78).

Para Scott (1990) devemos considerar em gênero, principalmente, a abordagem dentro de uma perspectiva de construção cultural, refutando as explicações biológicas, como as que justificam a subordinação das mulheres e a supremacia masculina. Assim, para a autora, o gênero se torna uma maneira de percebermos os papéis sociais e culturalmente criados e destinados a homens e mulheres. Concepção presente na emblemática frase de Simone de Beauvoir – “não se nasce mulher, torna-se” – que refuta as concepções biológicas e considera as prerrogativas culturais e históricas. Desta forma, as relações de gênero não podem ser analisadas tomando homens e mulheres isoladamente sem a percepção das relações sexuadas em que ambos estão presentes.



Partindo da percepção da História ter mais tardiamente incorporado tais reflexões em seu escopo, e analisando a Guerrilha do Araguaia percebemos que, assim como em outros conflitos armados que a história possui, tanto no Brasil quanto nos demais países, a participação feminina ainda é frequentemente obliterada e deixadas para segundo plano²¹⁸. Michelle Perrot propôs uma reflexão assertiva sobre a participação feminina na história.

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. [...]. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história. (PERROT. p. 212)

É relevante ressaltarmos que as mulheres engajadas na Guerrilha do Araguaia tiveram papéis de protagonistas tanto quanto os homens. É possível afirmar que elas empunhavam armas e realizavam tarefas consideradas tradicionalmente “pesadas para o sexo frágil”. É importante apontar, de acordo com relatos do período, que as guerrilheiras do Araguaia ainda ensinavam homens a executarem tarefas de cunho doméstico, até então somente atribuídas às mulheres. Cristiana Wolff apresenta, por meio do relato de uma ex-guerrilheira, elementos importantes acerca da participação feminina na guerrilha:

Segundo uma delas [guerrilheiras], Crimeia Alice Schmidth de Almeida, a experiência da guerrilha rural do Araguaia foi de “igualdade e de superação para todos”, já que as mulheres participavam “do trabalho pesado” e os homens aprenderam a cumprir tarefas domésticas que eram escrupulosamente divididas entre todos. Se as “companheiras” mulheres podiam empunhar um fuzil ou uma enxada ou machado, os “companheiros” homens certamente também podiam aprender a cozinhar, limpar e lavar a louça. (WOLFF, 2012. p. 442)

Um dos elementos essenciais para se pensar a participação das mulheres na Guerrilha do Araguaia é o processo de ressignificação dos papéis de gênero, uma vez que, até meados da década de 1960 e década de 1970, havia um conceito estabelecido e bastante claro de como deveriam portar-se as mulheres na sociedade. Os papéis sociais previstos para as mulheres brasileiras destoavam significativamente da atuação das guerrilheiras nas frentes de combate e resistência ao regime militar. De modo geral, era esperado que a mulher deste período preocupasse-se unicamente em constituir uma família, isto é, casar-se com um “bom homem”, assim como ter e criar muito bem os filhos. Carla Pinsky, em sua contribuição para a obra

²¹⁸ A escritora e jornalista bielorrussa Svetlana Alexijevich publicou uma obra intitulada “A guerra não tem rosto de mulher” sobre a participação feminina na Segunda Guerra Mundial nos pelotões do Exército Russo. Devido a um grande silêncio nas fontes escritas, a autora valeu-se de uma vasta fonte documental oral.



“*Nova História das mulheres no Brasil*”, propôs uma divisão entre dois períodos para pensarmos a história das mulheres no Brasil: um deles seria a “era dos modelos rígidos” e o segundo a “era dos modelos flexíveis”. O momento histórico de diferenciação entre ambos os períodos seria a década de 1960 quando, segundo Pinsky, os modelos sociais exigidos das mulheres deixam de ser absolutamente rígidos e passam a permitir, paulatinamente, certa flexibilização. As mulheres envolvidas no Araguaia eram mulheres das quais se esperava que correspondessem aos padrões nos quais foram criadas.

Casamento leva a filhos, necessariamente. Essa verdade incontestável até meados de 1960 criava grande expectativa pelo nascimento de uma criança tão logo um jovem casal se unira em matrimônio. A chegada do bebê não só confirmava o sucesso do casamento, mas o êxito da mulher em cumprir seu “destino natural”. [...] A maternidade é uma “sagrada missão” da qual não se pode abrir mão. Em se tratando de mulheres casadas, não querer engravidar é quase um ultraje. Ter filhos significa também cuidar pessoalmente deles, pelo menos essa era uma das ideias. [...] Surgiram então, os primeiros esboços da “boa mãe” higiênica e educadora, que, além de ter os filhos “sempre bem arranjados e limpos”, acompanhava de perto o crescimento dos pequenos. (PINSKY, 2012. p. 491-492)

A partir dos anos 1960 e 1970 os movimentos feministas se intensificaram, especialmente nos Estados Unidos e na Europa, onde as mulheres reivindicavam maiores direitos nos campos sociais, econômicos e políticos, conforme Pinsky (2012) aponta.

O golpe civil-militar infligido no Brasil em 1964 e a ditadura que dele decorreu tentaram silenciar os movimentos sociais contestatórios, inclusive os feministas. As mulheres que conseguiam ingressar nas universidades (ainda em número bem menor que os homens, e geralmente oriundas de classe social mais privilegiada) tinham contato com o discurso feminista. Alguns dos movimentos de esquerda do período passaram a inserir em suas agendas de luta questões relacionadas às desigualdades de gênero. Segundo Joana Maria Pedro “foi a partir da atuação no movimento estudantil e em partidos de esquerda que muitas destas jovens participaram de grupos clandestinos, sendo, muitas vezes, presas, torturadas, mortas e/ou exiladas”. (PEDRO, 2005. p. 172). Isto é, as mulheres engajavam-se nas diversas instâncias das lutas de resistência à ditadura implantada no país.

Rosa, morena miúda, calçava 33. Chamava-se Maria Célia Corrêa, tinha 26 anos, estudara na Faculdade Nacional de Filosofia e sustentara-se trabalhando em banco. *Cristina*, cearense de rosto redondo, abandonara o curso de biologia da Universidade Federal Fluminense. Despedira-se dos pais dizendo-lhes que talvez não a tivessem de volta. Era Jana Moroni Barroso. Tinha 21 anos. Ambas chegaram ao Araguaia em 1971, para mudar o mundo. Viviam em casebres e davam aulas (inclusive de tiro) para as crianças do lugar. (GASPARI, 2014, p.407).



Desse modo, queremos refletir sobre a participação das mulheres na Guerrilha do Araguaia. As militantes-guerrilheiras, como já destacado, eram, majoritariamente, oriundas de movimentos e agremiações estudantis, o que nos leva a pensar que elas puderam ter sido impactadas por essa “onda” dos movimentos feministas de meados dos anos 1960 que inundavam as universidades. A relevância do ideário feminista atingiu segmentos da população nesse período, promovendo certas transformações tanto na vida prática e cotidiana das mulheres quanto no campo das ideias. As mulheres guerrilheiras assumiram, na frente de combate, uma posição equiparada aos homens, imprimindo uma contundente forma de resistência não apenas ao governo ditatorial então vigente, mas, principalmente, uma resistência às definições limitantes e fixas sobre o ser mulher na sociedade e a postura patriarcal, bastante incrustada na sociedade brasileira, de submissão da mulher ao homem.

Como já citado anteriormente, o relatório nº1/77 aqui analisado teria como uma de suas principais finalidades expor aos militares todos aqueles e aquelas envolvidos na guerrilha. Desse modo, o relatório apresenta uma listagem de três páginas contendo os nomes (e codinomes) dos guerrilheiros e guerrilheiras que atuavam no conflito. O relatório também dedica extensiva parcela de suas páginas a apresentar, de forma mais minuciosa, informações pessoais sobre os militantes que os órgãos investigadores do Exército conseguiram identificar. Há ainda uma página do relatório que oferece apenas poucos dados pessoais sobre alguns dos militantes, sobre os quais não teria sido possível obter maiores informações.

Em vista disso, e tomando como base as reflexões historicamente construídas acerca dos papéis destinados à mulher, não seria equívoco, em um primeiro momento, imaginarmos que o número de mulheres atuando na guerrilha fosse acentuadamente inferior aos homens. No entanto, a participação das mulheres compôs um número expressivo do efetivo dos guerrilheiros no Araguaia, de acordo com o relatório produzido pelo DOI-CODI. Pelas listagens apresentadas no citado relatório foi possível identificar nomes de 66 homens e 22 mulheres.

No sentido de melhor nos aproximarmos sobre as construções (e rupturas) dos papéis de gênero para as mulheres, é importante salientarmos também a maneira como as informações biográficas das mulheres-guerrilheiras estão citadas no relatório produzido pelas forças militares. Todas as pessoas possuem em seus dados sua filiação, informação sobre curso de graduação, quando existente, em qual dos destacamentos era visto; assim como apresentava a informação se ainda se encontrava vivo ou morto. Todavia, no tocante às mulheres, a figura masculina era utilizada para dar referência a elas. Por exemplo, é frequente que o nome das



mulheres estejam acompanhados dos nomes de seus esposos e seguidos da informação sobre possíveis filhos. Se a mulher não fosse casada, sua biografia era ligada a de seus irmãos, denotando a necessidade de associar a figura feminina a uma figura masculina, como uma tutela e mais do que isso, como um elemento componente de sua identidade. Como já mencionado, a violência e a beligerância sempre estiveram associadas à masculinidade, e o elemento feminino parece sempre destoar no cenário de guerra.

As armas e a guerra têm sido associadas à masculinidade. É como se a violência fosse uma exclusividade masculina, uma forma de “provar que é homem”, e como se as armas só pudessem ser usadas por homens. A participação direta das mulheres em lutas violentas é geralmente esquecida, dificilmente reconhecida. Entretanto, apesar disso, de alguma maneira, as mulheres sempre estiveram envolvidas em guerras, revoltas e guerrilhas. E muitas vezes pegaram em armas (WOLFF, 2012, p. 423).

Dentre os homens há um único nome em que foi colocado o nome da esposa em flagrante destaque. Trata-se de Antônio Carlos Monteiro Teixeira, sendo mencionado no relatório como “o marido de Diná”. Essa constatação, a partir do documento elaborado pelo DOI-CODI, torna-se bastante interessante, pois, na contramão da tendência, utiliza a figura feminina como referência de identidade para o homem. É possível também vislumbrarmos que a personagem “Diná” possuía relevo e importância dentro do movimento guerrilheiro.

“Diná”, apelido de Dinalva Conceição de Oliveira Teixeira, nasceu em Castro, estado da Bahia, no ano de 1945. Formada em Geografia pela Universidade Federal da Bahia em 1968, fez parte do grupo militante do movimento estudantil da Bahia nos anos de 1967 e 1968. Era professora e parteira e deslocou-se para a região do Araguaia já em 1970 com seu marido Antonio Carlos Monteiro Teixeira. Ficou famosa como guerrilheira, alcançando certo destaque entre os militantes e passou a ser temida pelos soldados do Exército, Diná era bastante apreciada pela comunidade local (GASPARI, 2014, p.419)

Exímia atiradora e com espírito combativo, foi a única mulher dentre as guerrilheiras a ser subcomandante de um destacamento da guerrilha – o destacamento “C”, o mesmo do também lendário guerrilheiro Oswaldão. Seu nome era conhecido e temido entre os recrutas convocados pelo exército para participar das operações de combate no Araguaia. Há relatos de enfrentamento a tropas militares onde feriu e matou soldados e oficiais, sempre conseguindo escapar dos cercos do exército. Devido a isso, entre os militares, havia a lenda de que Dina nunca era pega, pois conseguia se transformar em borboleta e fugir a tempo. (MALVES, 2013, s.p)

Como já mencionado, no relatório nº1/77 consta uma carta escrita por Diná. Nessa correspondência, é possível averiguarmos e entendermos o grau de engajamento de Diná, uma



vez que ela acusava Ângelo Arroyo de desertor, devido ao fato de o mesmo ter fugido da guerrilha com destino à São Paulo, e ter levado consigo relatórios sobre os acontecimentos na região do Araguaia. Esses documentos acabaram apreendidos pelas autoridades militares quando Arroyo foi preso em São Paulo e são citados no relatório aqui analisado. Esses documentos continham informações de como os guerrilheiros conseguiram deter a ação dos militares por duas vezes e quais os erros por eles cometidos, levando-os a derrota final. Diná, em sua carta, demonstra frustração de não ter mais o apoio da população, bem como certo desespero, pois o número de combatentes engajados no movimento estaria muito reduzido. Ainda na correspondência Diná dispara que, a partir da atitude empreendida por Arroyo, ela já conseguiria vislumbrar o fim da resistência e até mesmo o seu próprio fim. Segue abaixo fragmento do relatório, citando a referida carta.

Segundo carta de DINALVA CONCEIÇÃO DE OLVEIRA, datada de 14 de maio de 1974, endereçada a ÂNGELO ARROYO, ele o chama de desertor e esclarece que/ estão reduzidos a onze (11) guerrilheiros, tolhidos de todas as restrições, / sem qualquer apoio da população; em outro trecho da carta ela diz: “de algum lugar do Araguaia” (RELATÓRIO ESPECIAL DE INFORMAÇÕES nº1/77, p. 44)

Sobre o fim impreciso de Diná²¹⁹, há um relato de José Veloso de Andrade, constando na obra de Gaspari (2014):

A Dina foi presa aqui nas imediações de Itaipava, quando ela tirou o revólver do braço e deu para um velho ir vender, porque ela tava fraca de dinheiro, não tinha dinheiro, então ela juntamente com a Lia, não o nome da Lia. E aí o velho chegou e avisou pra turma do Exército. Aí junto o pessoal e foral, o pessoal do Exército, foram com o velho levar ... acompanharam o velho e fizeram lá os traços deles com o velho, e fizeram uma emboscada. Aí o velho vai com elas deixar o dinheiro e tirar elas, à noite. (...) Ela não foi morta, ela foi presa. Quem falou, quem informou mentiu. (...) Ouvi falar que tinham levado pra Brasília, agora não sei. (GASPARI, 2014, p.464)

A partir deste relatório, é possível percebermos o quão efetiva foi a participação das mulheres na Guerrilha do Araguaia, uma vez que mesmo em fontes produzidas pelo Exército, essas mulheres não tiveram como ser obliteradas. Mulheres corajosas que lutaram contra os padrões e estigmas de seu tempo, contra os costumes estabelecidos, bem como as forças políticas estabelecidas combatendo o regime militar ditatorial implantado no Brasil. Além de

²¹⁹ Em 2005 Aluizio Palmar, ex-militante da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), organização político-militar criada em 1968, em sua maioria estudantes e ex-militares, publicou o livro “Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?” no qual ela busca relatar seus mais 26 anos de busca e pesquisa sobre as covas onde foram sepultados os militantes assassinados em Junho de 1974, no Paraná. A busca de Palmar é bastante elucidativa da dificuldade de acesso à informações precisas sobre os acontecimentos da época, bem como a dificuldade do Exército Brasileiro e do governo em lidarem com esses assuntos de forma transparente.



Diná, queremos dar destaque a outra protagonista nessa guerrilha. Trata-se de Luzia Reis Ribeiro. Ribeiro concedeu entrevista em 2013 e relatou um pouco de sua experiência no Araguaia.

Éramos idealistas e românticas, daí enfrentarmos metralhadoras com espingarda 20, na sua maioria. Era o sonho de uma sociedade mais justa. Nossa juventude tentou abrir a sociedade, porque não havia liberdade de expressão, era tudo censurado. (...) Ver a Guerrilha do Araguaia pode parecer um monte de idealistas e loucos. Não é por aí. (RIBEIRO *Apud* CHRISTIEN, 2013, não paginado).

Ribeiro relata o elemento motivador de tamanha ousadia coletiva, isto é, o desejo de construir uma sociedade mais justa. O ex-combatente do Araguaia Glênio de Sá, também em entrevista a Christien, procurou elucidar a participação das mulheres nos combates do Araguaia. Sá prestou certa homenagem às “camaradas” e detalhou um pouco mais a atuação das guerrilheiras. Segue parte de seu depoimento:

Abro um parêntese aqui para destacar a atuação das nossas camaradas, tanto na preparação como na fase de luta. Elas tinham cumprido bem a dupla tarefa de superar a formação machista que haviam recebido anteriormente e vencer os preconceitos existentes na sociedade. Não havia diferença de sexo entre a gente quando se tratava de uma tarefa. Participaram do trabalho na roça, no castanhal, na caça, na pesca e nos treinamentos militares. Fosse no carregamento de peso, numa corrida a dois, no salto, no tiro ao alvo, diversas vezes elas nos superavam. (SÁ *Apud* CHRISTIEN, 2013, não paginado)

É importante ressaltar que as afirmações apresentadas por relatos memorialísticos precisam ser adequadamente matizadas, uma vez que, frequentemente, os depoentes procuram enquadrar suas memórias a um contexto contemporâneo relevantes²²⁰. Não queremos também apontar que o convívio entre homens e mulheres tenha sido sempre pacífico e harmônico, uma vez que os estereótipos de gênero também recaíam sobre os homens que tinham seu poder social tolhidos naquele contexto.

No relatório do Exército consta a observação da morte de seis mulheres, outras quatro são apontadas como desaparecidas e sobre outras doze mulheres o relatório apenas comunica que não há informações da localização atual. A Comissão da Verdade também investigou o caso Araguaia e após algumas informações coletas, estimou-se que, ao todo, cerca de setenta e seis militantes morreram, sendo doze mulheres (COMISSÃO DA VERDADE, 2012).

²²⁰ Não cabe no escopo desse artigo um profundo – e pertinente – debate sobre a História Oral e suas implicações teórico-metodológicas, queremos apenas apontar a necessidade de tal debate ao produzirmos e utilizarmos fontes orais. Ver: FERREIRA (2012).



Considerações finais

Mais do que um minucioso trabalho histórico sobre a Guerrilha do Araguaia, o que se almejou aqui apresentar foi uma reflexão sobre a participação feminina nesses combates guerrilheiros de luta armada. A efetiva participação feminina ensejou ressignificações nas representações de gênero formuladas para as mulheres brasileiras.

É possível afirmarmos que, ao longo dos combates na região do Araguaia, a participação das mulheres foi tão importante quanto a dos homens, os papéis de ambos se equiparavam no que se refere a relevância dentro do movimento. Tanto homens quanto mulheres pegaram em armas e atuaram no fronte de batalha, muitas vezes em um conflito corpo-a-corpo com as tropas do exército brasileiro. Tais posições assumidas subvertiam o ideal de mulher para o período – mesmo este que já estive em processo de transformação –, no qual o espaço público ainda não lhe pertencia inteiramente. A parca representação pública das mulheres na política²²¹ não fornecia modelos contundentes de mulheres atuantes em busca da construção de uma sociedade mais justa e menos desigual. É possível situarmos não só a guerrilha do Araguaia, mas também os demais movimentos de contestação à ditadura militar, como um lugar de relativa vitória para as mulheres, uma vez que elas consolidaram seus espaços nesses movimentos armados. A admiração que causavam em seus “camaradas” em geral decorre de uma concepção machista, uma vez que os guerrilheiros também custavam a acreditar que as mulheres fossem capazes de tais tarefas e missões.

Contudo, apesar do número de mulheres nos postos de liderança ser muito menor que o de homens os grupos de luta armada foram, muitas vezes, um canal relevante para a (até então inusitada) participação política das mulheres que podiam, inclusive, surpreender seus “companheiros” de militância com sua capacidade de argumentação. (WOLFF, 2012. p. 443)

Cristiana Wolff, refletindo sobre os estereótipos construídos secularmente para as mulheres, bem como a atuação da História na reflexão sobre a atuação feminina, afirma ainda que:

Mulheres armadas desafiam o estereótipo da mulher como um ser frágil e delicado que deve necessariamente ser protegido pelo homem. Talvez seja por isso que a História escrita muitas vezes “esquece” as mulheres em suas narrativas sobre guerras,

²²¹ O Brasil elegeu em Outubro de 2010 a primeira mulher para o posto de Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Interessante apontar que Rousseff fez parte luta armada de esquerda, tendo sido membro do Comando de Libertação Nacional (COLINA) e posteriormente da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Ficou presa entre 1970 e 1972.



guerrilhas e conflitos armados. No máximo, elas aparecem como vítimas de violência, mães de soldados ou enfermeiras dedicadas. (WOLFF, 2012, p. 444)

O combate realizado pelas mulheres no Araguaia foi além das barreiras de um pensamento político-ideológico para a composição e gestão da nação, compreendeu, expressivamente, a rejeição a representações de gênero fixas e limitadoras da ação feminina. A necessidade de debelar a Guerrilha do Araguaia também se situava para além da ação política, era preciso também liquidar as subversões comportamentais que ela ensejava e poderiam afetar toda a sociedade.

Referências bibliográficas

ADOLFO, Gustavo. **BELL UH-1H Iroquois: na guerrilha do Araguaia**. Disponível em: <http://www.flogao.com.br/gustavoadolfo75/146331582>. Acessado em junho de 2017, não paginado.

AFFONSO, Beatriz. Guerrilha do Araguaia. **Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais**, Rio de Janeiro, ago. 2009. Ano 23 nº 69.

BARROS, Edgard Luiz de. **Os governos militares**. São Paulo: Contexto, 1994.

CANDEU, RITA. **Ditadura e as mulheres: de mãe e santa à prostituta**. Disponível em: http://culturadoestupro.blogspot.com.br/2013_03_01_archive.html. Acesso em 10 de outubro de 2016, não paginado.

COMISSÃO DA VERDADE. Disponível em <http://www.cnv.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>. Acesso em 08 de outubro de 2016, não paginado.

CHRISTIEN, Ellen. **A participação das mulheres na Guerrilha do Araguaia**. Disponível em: <http://guerrilhaaraguaia.blogspot.com.br/p/participacao-das-mulheres-na-guerrilha.html>. Acesso: 09 de setembro de 2017, não paginado.

COURTINE, J. (org.) **História da virilidade: a virilidade em crise? Século XX-XXI - Vol. 3**. São Paulo: Vozes, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História Oral: velhas questões, novos desafios*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

GASPARI, Elio. **As ilusões armadas: a ditadura escancarada**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.



GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das Ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

JOHN, Garcez. **Guerrilha do Araguaia**. Disponível em: <<http://jonhgarcez.blogspot.com.br/2015/04/guerrilha-do-araguaia.html>>. Acessado em 15 de outubro de 2016, não paginado.

MALVES, Patrícia Barba. **A história de Diná** – Dinalva Oliveira Teixeira, uma guerrilheira do Araguaia. Disponível em: <https://mvjtocantins.wordpress.com/2013/08/06/a-historia-de-dina-dinalva-oliveira-teixeira-uma-guerrilheira-do-araguaia/>>. Acesso em novembro de 2016, não paginado.

PALMAR, Aluísio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

PEDRO, Joana Maria. *Historicizando o gênero*. In: FERREIRA, Antônio Celso, BEZERRA, H.G. e DE LUCCA, Tania Regina (org.) **O historiador e seu tempo**: encontros com a história. São Paulo: Editora UNESP: ANPUH, 2008.

_____. *Feminismo e gênero na universidade*: trajetórias e tensões da militância. **História**. v.9, n.3. pp (170 – 176). 2005.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo. Paz e Terra. 1988.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi. *A era dos modelos rígidos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PRIORE, Mary Del. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

QUEIROZ, E. *Tingidas de tragédia*. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 10. Nº117, junho 2015; pp.26-31.

SANTOS, Izidoro Azevedo dos. **Homenagem póstuma a Dinalva Conceição de Oliveira Teixeira**. Disponível em: <<http://izidoroazevedo.blogspot.com.br/2016/03/homenagem-postuma-dinalva-oliveira.html>>. Acessado em novembro de 2016, não paginado.

SCOTT, Joan. *Gênero*: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. 16(2), Porto Alegre jul./dez. 1990, p.5-22.

_____. *História das Mulheres*. In: BURKE, Peter (org.) **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.



SILVA, Kalina V. e SILVA, Maciel H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

THÉBAUD, Françoise. *A grande guerra*. In: THÉBAUD, Françoise (org.) **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. 5: o século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1991. p. 31 – 93.

WOLFF, Cristiana Scheibe. *Amazonas, soldadas, sertanejas, guerrilheiras*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.



Os homens pobres e a terra amazônica na produção literária de Euclides da Cunha.

Bruno de Brito Damasceno²²²

Artigo Recebido em: 15/10/2017

Artigo Aceito em: 22/12/2017

RESUMO

O trabalho procura analisar as interpretações construídas por Euclides da Cunha (1867-1909) sobre a presença humana na Amazônia no início do século XX. O escritor analisa que a natureza amazônica promoveu um processo de seleção, onde apenas os mais adaptados fisiologicamente foram capazes de suportar as demandas impostas pelo “inferno verde”. E a despeito dos conceitos científicos que vislumbravam o mestiço como degenerado das raças e, portanto, causador do atraso do país, Euclides, pelo menos no que tange o “desbravamento da Amazônia” inverte a ordem, e exalta a figura do migrante pobre, o único capaz de dominar a natureza da região e possibilitar sua inserção ao conjunto da nação. Todavia, Euclides também observa o caráter perverso da rotina dos trabalhadores da floresta, com punições físicas e impedimento de posse da terra trabalhada. Para o autor, a omissão do Estado com a estrutura das relações de trabalho no interior dos seringais impedia a formação de sentimento coletivo de nacionalidade, e nele intensificava a decepção com os destinos da República.

Palavras-chave: Euclides; Amazônia; Homens pobres.

The poor men and the amazonian land in the literary production of Euclides da Cunha

ABSTRACT

The paper seeks to analyze the interpretations constructed by Euclides da Cunha (1867-1909) on human presence in the Amazon in the early twentieth century. The whiter analyzes that the Amazonian nature promoted a selection process, where only the most physiologically adapted were able to withstand the demands imposed by the “green hell”. And in spite of the scientific concepts that glimpsed the mestizo as a degenerate of the races and, therefore, causing the backwardness of the country, Euclides, for least with regard to the “clearing of the Amazon” inverts the order, and exalts the figure of the poor migrant, the only one capable of dominating the nature of the region and to enable your insertion into the entirety of the nation. However, Euclides also observes the perverse character of the routine of forest workers, with physical punishment and impediment of possession of worked land. For the author, the omission of the State with the structure of relations of work within the rubber plantations prevented the formation of a collective feeling of nationality, and intensified his disappointment with the destiny of the Republic.

Keywords: Euclides; Amazon; Poor Men.

²²² Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista CAPES. Graduado em História pela Universidade Federal do Ceará (2011). E-mail: brunobdamasceno@gmail.com. Lattes: lattes.cnpq.br/5605310642383909.



Introdução

No país imenso, homens espoliados passam nessas páginas privados da terra e dos mínimos vitais, oprimidos pelas diversas formas da prepotência, tratados frequentemente como se fossem solo e mato, não seres humanos iguais aos que os oprimem e contra os quais por vezes se revoltam. No entanto, o que ressalta para o leitor é a sua profunda humanidade²²³.

Antonio Candido chama-nos atenção, na passagem acima, sobre as formas de tratamento aos quais são submetidos os homens pobres na sociedade brasileira. Homens que vivenciam o cotidiano, na pele e no sangue, sob o espectro da perda e da falta: moradia, terra, saúde, educação, parecem ser fatores que lhes são interditos, como se estivessem em uma condição inferior, coisas abjetas de um sistema escuso, servindo muitas vezes apenas como joguetes nas mãos dos mais poderosos. Mas quando todas as condições apontam para a desesperança, o horizonte de expectativas apresenta-se mais turvo do que dias de tempestade, estes homens e mulheres mantem a fé, seja na providência divina, seja na organização coletiva, em uma capacidade de modificar a situação experimentada, para, deste modo, obter a dignidade que lhes é negada.

Não se trata, todavia, de uma idealização da possibilidade dos homens despossuídos serem agentes de transformação. Muitas vezes podemos incorrer no erro de considerar relevantes apenas ações que parecem vultosas, que exacerbam a presença destes indivíduos no cenário social (derrubada de lideranças políticas), deixando de lado todo um conjunto de práticas, triviais na compreensão geral, mas que trazem uma profunda marca de compreensão e crítica da realidade, como na confecção de um simples boneco, que extrapola o aspecto lúdico e significa uma denúncia simbólica às formas de exploração experimentadas²²⁴.

A recuperação da história de vida destes homens e mulheres colocados à margem dos relatos oficiais permite-nos, como lembra Josep Fontana, construir uma prática historiográfica que quebra com a lógica linear de interpretação e construção da história. Entender a experiência humana como um poliedro, além de destacar as particularidades dos sujeitos e sua cultura, permite compreender o acontecimento sob outro prisma, onde esta deixa de ser uma

²²³ CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: AGUIAR, Flávio (org.). *Com palmos medida: terra, trabalho e conflito na literatura brasileira*. São Paulo: Perseu Abramo/ Boitempo, 1999, p.10.

²²⁴ CUNHA, Euclides da. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José Aguillar, 1966. Vol. 2.



“continuidade coisificada”²²⁵, com fim pré-estabelecido, e passa a ser espaço de possibilidades, de projetos de futuro existentes em disputa.

E no intuito de apresentar a experiência destes homens, a literatura aparece como registro privilegiado. Como destaca Edgar de Decca, a literatura vem realizando o resgate dos personagens anônimos do silêncio da história, antes mesmo que esta viesse a ser uma preocupação da disciplina histórica²²⁶. As potencialidades e condições de trabalho com a fonte literária estão expostas na seção a seguir.

Nos caminhos da História e da Literatura

Na perspectiva de leitura através dos rastros que o passado deixa ao longo de sua trajetória²²⁷ é que se inscreve a utilização da Literatura no trabalho do historiador. A relação entre História e Literatura é antiga, assim como a vontade dos homens em se fazerem lembrados pela posteridade, já foi marcada por momentos de distanciamento, levadas a margens opostas, e por momentos de aproximação, que parecia promover uma confusão estilística. Hoje a Literatura constitui-se para a História enquanto importante chave interpretativa do passado, permitindo o contato com traços da vivência dos homens em sociedade não acessíveis por meio de outras fontes.

Uma característica partilhada entre a História e a Literatura é o aspecto narrativo, pautado no estabelecimento de um encadeamento causal de significados, que explicam o comportamento dos indivíduos (personagens) dentro de uma estrutura temporal. Ambas abordam a realidade a partir do verossímil e constroem interpretações circunstanciais. Roger Chartier observa que a dimensão narrativa foi negligenciada pela historiografia por muito tempo devido à crença de que haveria uma relação de interpolação entre os fatos históricos e os discursos produzidos²²⁸. Compreensão um tanto quanto inocente uma vez que todo documento possui um estilo de escrita constituído para atender a uma demanda e agradar um leitor em potencial.

²²⁵ FONTANA, Josep. *A história dos homens*. São Paulo: EDUSP, 2004, 478.

²²⁶ DE DECCA, Edgar. Quaresma: um relato de um massacre republicano. *Anos 90*, Porto Alegre, nº 8, pp. 45-61, dezembro de 1997, p. 48.

²²⁷ GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

²²⁸ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a História entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002, p. 14.



A história, todavia, não pauta-se apenas na narrativa. Em oposição a uma visão que caracteriza a disciplina como artefato literário (estudos pós-modernos), historiadores como o próprio Roger Chartier, Carlo Ginzburg e Robert Darnton, por mais que se diferenciem com relação aos modos de abordagem de seus objetos de estudo, insistem que o saber histórico faz-se a partir de um referencial (passado) que, exterior ao discurso produzido (representação), não pode ser tomado por efeito linguístico, dotando o pesquisador da condição de pleitear, ao menos parcialmente, a reconstrução do vivido. O entendimento assenta-se na ideia de que a História consiste de um conhecimento controlado, onde são consideradas as operações que a tipificam enquanto disciplina, tais como levantamento e organização de dados, estabelecimento de hipóteses, verificação de resultados. Pensando nas potencialidades de escrita, pode-se afirmar que o historiador constitui-se como um intelectual mais limitado que o literato, posto que o estatuto de verdade ao qual se filia faz com que necessite demonstrar que sua interpretação é passível de verificação por meio da explicitação da trajetória do trabalho.

Partindo das reflexões feitas acima se torna possível estabelecer algumas premissas que marcam a utilização da Literatura pela História. A primeira delas está ligada a própria condição da obra de arte. A Literatura, como fruto da lavra humana que se constitui originalmente para desempenhar um papel de desfrute do leitor, detém uma forte marca de subjetividade, utilizada pelo escritor no momento de criação. Portanto, é necessário levar em consideração ao se instituir a análise de uma obra seu regime de escrita, marcado por categorias e regras de funcionamento particulares, que exige do historiador a instrumentalização mínima na Teoria e Crítica Literária, para deste modo não incorrer no erro de tomá-la como comprovadora ou ilustradora de outras fontes, dando-lhe um caráter “menor” numa “hierarquia de fontes”, ou como pensa Bronislaw Geremek “parece-me bastante impróprio tratar a produção literária como fonte de informação sobre os fatos ou acontecimentos. Ela é, sobretudo, um excelente espelho da consciência social”²²⁹. Todavia, esse contato deve pautar-se em duas dimensões: Primeiro, um cuidado em não abordar as obras literárias apenas por uma vinculação em escolas ou estilos que, como bem frisou Norbert Elias²³⁰, são abstrações que podem impedir a percepção do processo de constituição das obras, engessando o olhar do pesquisador às possibilidades tidas pelo escritor em articular propostas e temáticas esteticamente dissonantes. Segundo tratar o texto literário

²²⁹ GEREMEK, Bronislaw. *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia (1400-1700)*. São Paulo: Cia das Letras, 1995, 10.

²³⁰ ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.



como existente por si mesmo, posto que como destaca Terry Eagleton, as maneiras de pensar e experimentar um texto estão ligados ao tipo de relação estabelecida pelas pessoas com a escrita, sendo, portanto, os sentidos literários historicamente específicos²³¹.

Para Norbert Elias, essa dimensão criativa está intimamente ligada à trajetória individual do artista e a busca por tentar conhecer as motivações, interesses, desejos, que levam o indivíduo a produzir arte, como no caso da literatura, contribui na compreensão do padrão de criação artística desenvolvido em cada sociedade, uma vez que o destino individual mantém uma relação de tensão e negociação com a estrutura social da época. Portanto, a literatura precisa ser entendida enquanto construção, um discurso polifônico que “expressa o tempo social vivido”²³².

Deve-se destacar ainda a relevância do papel desempenhado pelo leitor, que pode promover inúmeras formas de consumir, manipular e apreender os textos²³³, na medida em que as ideias são materialmente vividas e historicamente situadas²³⁴.

A Literatura, portanto, deve ser entendida enquanto instrumento que interfere na realidade, a maneira encontrada pelo escritor, enquanto ser social, para posicionar-se ante ao cotidiano, de anunciar esperanças e expectativas, de construir sentimentos de pertença e resgatar sujeitos e situações²³⁵. O cotidiano serve à escrita literária, ao mesmo tempo, como fonte de inspiração para construção da trama e para o posicionamento intelectual. Por meio da obra literária é permitido ao historiador perceber como o indivíduo-escritor constrói uma leitura da realidade na qual está inserido e projeta em sua obra um programa de ordenamento da sociedade²³⁶.

A articulação da produção da obra literária com a realidade social faz-se sentir ainda com relação às condições materiais de produção. Roger Chartier²³⁷, em suas análises sobre as práticas de leitura, expressa que o texto literário, como o de qualquer tipo, não pode ser pensado sem levar em consideração o suporte no qual é veiculado, posto que a maneira de apresentação

²³¹ EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

²³² PEREIRA, Leonardo A. de M. *Literatura e História Social: A “geração boêmia” no Rio de Janeiro do fim do Império. História Social*, Rio de Janeiro, vol. Único, nº 1, 1994, p. 32.

²³³ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a História entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

²³⁴ DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamorette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

²³⁵ DE DECCA, Edgar. Quaresma: um relato de um massacre republicano. *Anos 90*, Porto Alegre, nº 8, pp. 45-61, dezembro de 1997.

²³⁶ Para pensar as relações do escritor com a sociedade, ver: SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

²³⁷ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a História entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.



da obra junto ao público identifica, de modo inicial, sua função e o modo de ser abordada. Um romance pensado e escrito em formato de folhetim, publicado no rodapé de jornal, apresenta uma organização narrativa e forma de atingir o público diversa daquele texto que foi criado para ser impresso e divulgado na forma de livro. No que tange ao livro, o uso de um tipo específico de papel, de tinta, de formato de letras, presença ou não de gravuras, diz ao historiador sobre a inserção social do escritor e o papel desempenhado pela escrita na sociedade²³⁸.

Há de pensar-se também na historicidade desta produção, uma vez que, durante a sua trajetória de existência, um texto literário pode sofrer transformações (subtrações ou acréscimos) que podem levar a comprometer o estabelecimento de sua dimensão histórica. A colocação do capuz vermelho em chapeuzinho²³⁹ ou a retirada do subtítulo de “O vermelho e o negro” de Stendhal²⁴⁰, tem a dizer mais sobre a época que promoveu estas reapropriações do que da sociedade na qual as obras foram produzidas. Daí a importância de se trabalhar, quando possível, com as primeiras edições para poder observar como o autor promoveu a “corporificação” de seu pensamento, como estão presentes os elementos “não-ditos”²⁴¹ na narrativa literária. E por último, é preciso atentar que na obra literária a dimensão temporal apresenta-se sob uma dupla dimensão: a primeira referente ao tempo da obra, o período em que a mesma foi produzida, como visto acima; a segunda, ao tempo na obra, à inserção (ou não) do enredo em uma temporalidade histórica que procura retratar.

E como bem observou Carlo Ginzburg²⁴², as obras literárias não são objetos de reflexão para a História em virtude de justapor dados reais em seus enredos, mas sim por permitir vislumbrar as maneiras de pensar de quem as produziu. Cabe, portanto, ao historiador reordenar a leitura de mundo feita pelo escritor no momento da escrita. Nessa perspectiva, a próxima parte do trabalho procura analisar como Euclides da Cunha fabrica uma interpretação do espaço amazônico de inícios do século XX, tendo em vista o papel desempenhado pelos homens pobres, na figura dos migrantes, para transformação do espaço e inserção do mesmo nos quadros do Estado-Nação brasileiro.

²³⁸ DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamorette*: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

²³⁹ Idem. *O grande massacre de gatos*: e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

²⁴⁰ GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

²⁴¹ O historiador que nos chamou atenção para a importância de se pensar o que existe para além da escrita, mas não descolada dela, foi Michel de Certeau. Ver: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

²⁴² GINZBURG, Carlo. *Op Cit.*



Amazônia na interpretação de Euclides da Cunha: homens e natureza

Euclides da Cunha (1867-1909) quando produziu suas reflexões sobre a Amazônia já era o escritor consagrado pela publicação de “Os Sertões” (1902), que lhe credenciou a entrada como membro no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1903 e na Academia Brasileira de Letras (ABL) em 1904²⁴³. Todavia, como observa Leonardo Pereira, a fama e o prestígio intelectual para os escritores da geração de Euclides, tais como Coelho Neto, Arthur Azevedo ou mesmo Machado de Assis, não se convertia em retorno financeiro, obrigando-os a trilhar outros caminhos em busca da sobrevivência, como no funcionalismo público ou nas redações dos jornais²⁴⁴. Euclides não fugia a regra, repartindo seu tempo entre leituras, cálculos e lombos de burros²⁴⁵.

Nesse sentido, a possibilidade de trabalhar como funcionário do Ministério das Relações Exteriores, primeiro na função de chefe da Comissão brasileiro-peruana de reconhecimento do Alto Purus (1904-1905)²⁴⁶, responsável pelo mapeamento e definição das fronteiras litigiosas em decorrência da anexação do Acre ao território brasileiro (1902), depois como cartógrafo do ministério (1906-1909), permitiu-lhe a obtenção de alguma estabilidade financeira e

²⁴³ Contemporaneamente a produção euclidiana, os médicos sanitaristas Victor Godinho e Adolfo Lindenberg produziram relatos sobre a Amazônia. Chama a atenção que o período da viagem de ambos a Amazônia coincide com a estada de Euclides da Cunha na região. Inclusive a publicação do relato em livro é concomitante ao do Relatório da Comissão de exploração do Alto Purus produzida por Euclides. Todavia, não há referência alguma de parte a parte. O que causa certo estranhamento visto que, por mais que no período Manaus se apresentasse como uma cidade cosmopolita, não deveria passar despercebida à sociedade local a presença de indivíduos estranhos ao lugar que estavam a realizar atividades de observação e pesquisa. Além do mais, os três deveriam compartilhar da circulação em determinados espaços sociais, uma vez publicavam no jornal de Júlio de Mesquita, “O Estado de São Paulo”. Sem esquecer que Euclides estava imbuído de uma função oficial, de importância estratégica na definição das fronteiras do Estado brasileiro. Ver: GODINHO, Victor; LINDENBERG, Adolfo. *Norte do Brasil: Através do Amazonas, do Pará e do Maranhão*. RJ; SP: Laemmert Editores, 1906.

²⁴⁴ PEREIRA, Leonardo A. de M. *Literatura e História Social: A “geração boêmia” no Rio de Janeiro do fim do Império*. *História Social*, Rio de Janeiro, vol. Único, nº 1, 1994, pp. 42-45.

²⁴⁵ GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Osvaldo. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, 220.

²⁴⁶ Comissão mista formada por representantes de Brasil e Peru responsável por delimitar as fronteiras entre os dois países e atualizar os levantamentos cartográficos realizados por William Chandless no século XIX e Manuel urbano no século XVIII, devendo percorrer o trajeto do Rio Purus até as cabeceiras do Madre de Dios. Euclides descreve o transcorrer e os desafios da viagem em dois registros: Relatório da Comissão de Exploração do Alto Purus de 1906 e *À Margem da História* (1ª parte) de 1909. Havia ainda uma segunda Comissão que deveria percorrer a extensão do rio Madeira para estabelecer os limites do território brasileiro com a Bolívia. Desta Comissão, organizada a partir de 1907, Euclides recusou-se participar.



representou o contato com a Amazônia, que serviu aos seus interesses de continuar a pensar a nação enquanto reformador social, denunciando as ações negativas perpetradas contra a terra e a gente, como nas palavras dirigidas a Coelho Neto em 10 de março de 1905: “Nada te direi da terra e da gente. Depois, aí, e num livro: Um paraíso perdido, onde procurarei vingar a hibeia maravilhosa de todas as brutalidades das gentes adoidadas que a maculam desde o século XVIII. Que tarefa e que ideal” (GALVÃO, 1997, p. 266); mas também refletir a nação a partir dos interesses geopolíticos do Estado, relacionado à soberania territorial e sua importância para o progresso nacional (PONTES, 2005).

A questão nacional era a preocupação central dos intelectuais do período. Tornava-se urgente a estes homens a forja de um sentimento coletivo de pertencimento, uma vez que o Estado, enquanto organização administrativa, não dava conta desta construção. Consideravam-se os agentes ideais para tal tarefa, visto serem os detentores dos saberes²⁴⁷ necessários para estudar e, sobretudo, transformar a sociedade (PEREIRA, 1994, p. 33) por meio da construção de uma narrativa ideal sobre o Brasil e seu povo (SUSSEKIND, 1990).

No entanto, viviam um dilema, na proporção que precisavam articular a realidade local, de mestiços e de migrantes, a um arcabouço teórico de base europeia, alicerçada em uma vertente evolucionista e determinista, que em certa medida vislumbrava como degenerância e promotoras de incivilização estas características locais. E como solução para tal impasse estes escritores realizaram uma espécie de “sincretismo ideológico” (VENTURA, 1991, p. 40), onde, num primeiro momento, escolhiam as teorias disponíveis, e em seguida, selecionavam os elementos que consideravam pertinentes.

Renato Ortiz observa que Euclides em “Os Sertões” (1902) utilizou-se deste estratagema em relação ao pensamento de Hegel, na medida em que escamoteou as reflexões centrais do filósofo em relação à dialética e destacou uma passagem periférica, referente a influência geográfica sobre o homem, mais conveniente a sua argumentação (ORTIZ, 1994). Esse trabalho de “miscelânea conceitual” pode explicar certo caráter contraditório da obra euclidiana, posto que ao mesmo tempo em que o autor apresenta a mestiçagem como atrasada e retrógrada promove sua valorização, pontue-se, da mestiçagem do sertão.

²⁴⁷ Esta produção pode ser caracterizada por uma valorização do discurso científico enquanto legitimador de saber, e da ciência como baluarte para melhorar as condições dos homens, tanto externamente como internamente. Lilian Schwarcz, refletindo sobre as características de fins do século XIX, expusera que “(...) uma tendência da época que via na ciência não apenas uma profissão, mas uma espécie de sacerdócio; que valorizou a moda intelectual em detrimento da produção.” SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: companhia das Letras, 1993, p. 28.



A capacidade apresentada pelo sertanejo na luta contra as adversidades da natureza e na resistência da guerra faz Euclides vislumbrar nele a capacidade de ser um agente geológico, apto a modificar e agir sobre uma natureza violenta e inóspita, levando-o a construir a imagem do sertanejo “sendo antes de tudo um forte”. Euclides, portanto, reconhece a importância da mestiçagem na formação cultural e social da nação e entende a Guerra de Canudos, assim como as variadas intervenções promovidas pelo estado republicano sobre a vida das populações pobres, enquanto ato de mutilação nacional, que promoveu oposição entre duas parcelas de Brasil que precisavam caminhar paralelamente.

O próprio Euclides, ainda sobre o trabalho com as ideias tomadas de empréstimo, no artigo “O Brasil Mental” (de Contrastos e Confrontos), estudo crítico de um livro de mesmo nome do autor português J. Pereira de Sampaio (Bruno), observa que a formação da nacionalidade estava ligada também a constituição de um corpo de ideias próprias que permitissem um entendimento da originalidade nacional (CUNHA, 1966).

Euclides no discurso de recepção à ABL expressou que a construção do saber, que deveria abordar as contradições e limites das sociedades e dos homens, não poderia ser realizada por um indivíduo preso aos gabinetes, mas sim por aquele que se colocasse na posição de ver, observar, captar o mundo. Uma vez que o processo de criação deveria partir do real, era necessário submeter a fantasia ao plano geral da natureza, constituindo assim um consórcio entre arte e ciência (*Idem, Ibidem*, p. 206-207), que permitisse à linguagem da modernidade observar o real a partir da representação simbólica, na medida em que “a verdadeira impressão artística exige, fundamentalmente, a noção científica do caso que a desperta” (GALVÃO, 1997, p. 183).

Este entendimento de correlação entre o papel desempenhado pela capacidade criadora do escritor e o referencial dado pelo tangível inscreve-se profundamente na prática de escrita euclidiana. Por isso foi tão caro a Euclides da Cunha visitar *in loco* a Amazônia e poder estabelecer comparações entre as leituras prévias dos viajantes naturalistas estrangeiros e suas próprias impressões. E Euclides não se nega a registrar que o contato com os espaços de análise, seja os sertões baianos ou a floresta amazônica, modifica suas primeiras interpretações. Assim como Canudos de “nossa Vendeia” transmutou em “maior crime contra a nacionalidade”, a Amazônia da insalubridade passou a ser a do “clima caluniado”.

A construção imagética da Amazônia proposta por Euclides alicerça-se na tentativa de inserção da região nos quadros da nacionalidade, aos moldes do projetado com “Os Sertões”.



No entanto, esta proposta parece dificultada, podendo ser tomada por ambígua (GINZBURG, 2010), diante as condições organizacionais da região que impediriam a estruturação de uma unidade espaço-temporal. O observador tomaria contato, portanto, com uma realidade em processo constante de modificação. Nesta assertiva é que Euclides estabelece a ideia da Amazônia enquanto “último capítulo do Genesis” (CUNHA, 1966, p. 205), ou seja, de uma realidade difusa e em gestação, e que por este motivo levaria o observador ao contato com sensações conflitantes, misto de êxtase e terror. Para Foot Hardman (2009), tal interpretação de Euclides demonstraria os limites da representação do real na modernidade, já que o caráter fragmentário dos elementos observados impediria o estabelecimento de bases identitárias precisas, o que num nível mais imediato dificultava a formação de uma nacionalidade homogênea. Problema que haveria se expressado, inclusive, na prosa amazônica euclidiana que não conseguiu ter a mesma unidade estético-temática presente em “Os Sertões”, consistindo de uma produção ensaística dispersa entre os livros “Contrastes e Confrontes” (1907)²⁴⁸ e “À margem da história” (1909)²⁴⁹. Na interpretação de Euclides, em vez de uma terra, uma raça e uma luta, era necessário mapear várias terras, inúmeras raças e simultâneos espaços de luta. O que fez com que o autor se perdesse na “vertigem do vazio”, seu projeto estético ficasse truncado e sua prosa ficasse prejudicada como o acesso ao paraíso perdido.

Euclides da Cunha, ao testemunhar o confronto entre a vontade do homem e a resistência da natureza, analisa a presença humana na região amazônica sob dois pontos de vista: povoamento e as formas de trabalho. Quanto à primeira desenvolve um estudo aos “moldes antropológicos” (REBEIRO, 2007) sobre a ocupação humana das margens do rio Purus, definindo a existência de dois grupos, com características divergentes com relação à forma de atuação sobre o território e que explicariam a celeuma entre Peru e Brasil. Um representado pelos caucheiros, que ao explorarem esta planta com curto prazo de vida (caucho) eram obrigados a uma existência nômade, sendo capazes de descobrir novas terras. Esse nomadismo

²⁴⁸ Compõe-se de 27 artigos, sendo que 13 deles já haviam sido publicados anteriormente em periódicos (a quase totalidade no jornal “O Estado de São Paulo” no ano de 1904). Tratam de temáticas variadas, que podem ser reunidas em quatro blocos: a) política e diplomacia internacional – estudos sobre Uruguai, Alemanha, Rússia, Himalaia, Sul da Ásia, Estados Unidos; b) Fronteira e sociedade amazônica; c) perfis – padre Anchieta e Floriano Peixoto; d) arte – estudo sobre estátuas políticas, excerto de um conto, resenha de um romance; e) sociedade e cultura brasileira – garimpagem nas Minas setecentistas, estado das estradas de rodagem em São Paulo, queimadas, secas dos estados do Norte, análise do republicanismo nacional; f) Debates intelectuais – crítica a Spencer, socialismo e discurso de posse na Academia Brasileira de Letras (ABL).

²⁴⁹ Obra publicada posteriormente a morte do escritor. Compõe-se de quatro partes: Na Amazônia, Terra sem história (7 capítulos, sobre inúmeros assuntos relacionados a região), Vários Estudos (3 capítulos, sobre história e sociedade latino-americana), Da Independência a República (ensaio histórico) e Estrelas Indecifráveis (crônica). A escrita dos artigos tem origem nos estudos empreendidos pelo autor durante os anos de 1904 a 1909.



seria favorável ao objetivo brasileiro na região já que pelos acordos anteriores entre os dois países a posse da terra era definida pela fixação no solo (PONTES, 2005).

O segundo grupo representado pelos seringueiros, reais responsáveis pelo domínio das terras amazônicas, heroicos e bravos na luta contra a natureza, inconscientes aliados da diplomacia brasileira. E quanto à presença indígena na região, Euclides faz comentários lacônicos do tipo “É que cederam [indígenas] o lugar a uma imigração intensiva, ou foram absorvidos por ela” (CUNHA, 1966, p.722) que parecem diminuir o impacto da invasão e da violência que marcou a tomada dos territórios indígenas para instalação dos seringais (LEONARDI, 1996, p. 92), como se representasse apenas uma das etapas necessária a chegada do progresso à região.

Os seringueiros seriam formados, sobretudo, por migrantes cearenses que fugiam da pauperização das condições de vida ligada a perda da capacidade de produção de suas terras e pela inoperância da ação dos governantes em promover outro tipo de solução. Para Euclides, o processo de embarque dos migrantes já dava mostras da total falta de interesses dos governantes pela sorte destes indivíduos, que reduzidos à condição de objetos sem valor, eram transportadas de qualquer maneira, em péssimas condições sanitárias e de saúde, importando apenas que fossem retirados do campo de visão da “elite benevolente e boa”, uma vez que como diz Euclides:

A multidão martirizada, perdidos de todos os direitos, rotos os laços de família, que se fracionava no tumulto dos embarques acelerados, para aquelas levando uma carta de prego para o desconhecido; e ia, com os seus famintos, os seus febrêntes, e os seus variolosos, em condições de malignar e corromper as localidades mais salubres do mundo. Mas feita a tarefa expurgatória, não se curava mais dela. Cessava a intervenção governamental. Nunca, até os nossos dias, a acompanhou um só agente oficial, ou um médico. Os banidos levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem ... (CUNHA, Euclides da. *Op. Cit.*, p. 248).

E a chegada à Amazônia intensifica os sofrimentos iniciados com a saída da terra natal. Os migrantes, agora transformados em trabalhadores dos seringais, são apresentadas as condições que constituem para Euclides “a mais criminosa organização do trabalho que ainda engenhou o mais desacomodado egoísmo” (CUNHA, 1966, p. 232). Tendo que iniciar sua vida no seringal com uma dívida mínima superior a dois contos de réis (referente ao deslocamento, instrumentos de trabalhos, víveres, taxas de possíveis prejuízos dos patrões), veem suas perspectivas de lucros fáceis e retorno rápido a terra natal esvair-se na velocidade em que o “ouro branco” preenche os sulcos feitos pela machadinha e deposita-se no fundo do balde.



Ter que ser solteiro, não poder adoecer, ser cauteloso no consumo (aumentado em muito nas contas do armazém do barracão) e ser um trabalhador incansável (*Idem, Ibidem*, p. 223), para ter alguma chance de saldar as dívidas contraídas, deixa claro que a estrutura dos seringais foi feita para manter cativo aos trabalhadores. Uma estrutura de trabalho escravo, que abandonou o relho e o grilhão, mas que manteve o tolhimento as liberdades, onde ao indivíduo era negado, inclusive, o benefício da terra que ocupava, contribuía para ampliar a crescente decepção de Euclides com os rumos da República.

Tratar deste modo ao trabalhador nacional significava para ele um impedimento à consolidação do país enquanto nação, por isso seu brado de indignação, que clama pela necessidade de promoção por parte do Estado de políticas públicas que permitissem salvaguardar a existência destes homens na região, tanto pela aplicação de uma lei do trabalho que regulasse a relação seringueiro-patrão e promovesse, em alguma medida, a fixação do homem a terra (*Idem, Ibidem*, p. 234)..

E mesmo sob o espectro da exploração e do sofrimento, a presença do homem-migrante na região era fundamental. Em carta a José Veríssimo de 05 de junho de 1905 Euclides diz: “Portos de Manoriá, Fronteiras da Cassianã e Novo Triunfo são três sítios florescentes, de laboriosos e robustos cearenses que firmam bem nesses lugares o domínio de nossa terra” GALVÃO, 1997, p. 287).

A apresentação acima confere um caráter positivo à instalação do migrante cearense na Amazônia. Seria este o homem capaz de dominar aquelas terras que a muitos vencera, como franceses, açorianos, que não possuíam os traços biológicos necessários para adaptar-se ao meio. Baseando-se em princípios de seleção natural, Euclides via que a natureza amazônica identificava e “recrutava” aqueles mais aptos a sobreviver, numa condição que a exploração da região só dependeria do homem certo.

A despeito dos conceitos científicos que vislumbravam o mestiço como degenerante das raças e, portanto, causador do atraso do país, Euclides, pelo menos no que tange o “desbravamento da Amazônia” inverte a ordem e o exalta, uma vez que realiza a principal ambição do homem moderno: moldar a natureza em benefício próprio:

E sente-se bem que ela permanecerá para sempre impenetrável se não se desentranhasse em preciosos produtos adquiridos de pronta sem a constância e a continuidade das culturas. As gentes que as povoam talham-se pela braveza. Não a cultivam, aformoseando-a: domam-na. O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto. E as suas almas simples, a um



tempo ingênuas e heróicas, disciplinadas pelos revezes, garantem-lhes, mais que os organismos robustos, e triunfos na campanha formidável (CUNHA, 1966, p. 246).

E mesmo que sua presença seja exaltada, o arrependimento parece a consequência inevitável para Euclides da experiência humana nos seringais. A repetição diuturna da estafante tarefa da extração do látex em associação as características fatalistas dos homens promoveriam uma alteração na visão da realidade por parte destes homens, que de esperançosos em busca da fortuna palpável passavam a apáticos vencidos pelas circunstâncias, condenados eternos a “girar estonteadamente no monstruoso círculo vicioso da sua faina fatigante e estéril” (*Idem, Ibidem*, p. 510).

A autoconsciência da situação vivenciada, apresentada por Euclides no texto “Judas Asverus”, indica que estes homens e mulheres migrantes compreendiam perfeitamente as consequências da escolha realizada e que somente a eles próprios cabia a culpa por tal situação. Não seria responsabilidade do governo que os esquecera, tampouco de uma propaganda falaciosa que o haviam feito, mas sim de seu egoísmo e ganância que o induzira a perda do seu bem mais precioso, a liberdade.

Jogando com todo um repertório simbólico de matriz judaico-cristão Euclides constrói o “Judas Asverus” como síntese do indivíduo submetido ao trabalho nos seringais. Começando pelo nome, formado da junção do nome Judas, discípulo traidor de Cristo, punido pela morte e pela tormenta eterna, assim como o seringueiro que ao abandonar os laços afetivos em troca do vil metal teria obtido apenas sofrimento e dor, e do nome Asverus, que teria sido, dentro da tradição cristã, o indivíduo que negou apoio a Cristo durante o calvário (RIBEIRO, 2007), resultando na lenda do judeu errante, condenado a vagar pelo mundo eternamente, assim como o seringueiro é submetido a empreender o trabalho repetitivo pela estrada dos seringais sem descanso, até a completa exaustão, transformando a vida numa “eterna penitência” (CUNHA, 1966, p. 264).

A emergência da sexta-feira santa, único dia que modificaria a rotina daqueles homens, pautada em “idênticos dias de penúrias, de meios-jejuns permanentes, de tristezas e de pesares” (*Idem, Ibidem*, p. 263), apresentava àqueles homens e mulheres a possibilidade de desvendar e arrancar das penumbras das matas todos os pesares e sofrimentos que sentiam. O boneco de Judas, depois de pronto parece, assim como a Galatéia grega, ganhar vida e o Pigmaleão-seringueiro assusta-se ante sua sinistra criação, já que não representa a imagem de seu amor, mas de sua dor e autodesprezo.



E o boneco, ao errar pelos rios da Amazônia, promove uma denúncia muda porque a palavra a estes homens é interdita, seja pela distância dos demais agrupamentos humanos em que se encontra, seja pela impossibilidade ligada a sua condição social inferior, do processo de exploração sofrida e do arrependimento sentido. Uma vez que não podem promover uma mudança imediata em suas vidas pretendem que no trajeto do rio, único canal de comunicação, outros tomem conhecimento e evitem tornarem-se cópias do “espantalho errante [que] vai espalhando em roda a desolação e o terror” (*Idem, Ibidem*, p. 266).

Conclusões

A experiência amazônica de Euclides tornou-se um momento de inflexão para sua produção intelectual. Deste momento em diante passou a realizar análises de caráter mais abrangente, procurando relacionar a realidade nacional às experiências vivenciadas pelos demais países da América Latina, numa clara demonstração de que o Brasil somente se afirmaria como Estado-Nação uma vez que entendesse bem sua condição de país periférico e que pudesse identificar os potenciais materiais e humanos que lhe permitiriam ter um papel de destaque no cenário regional. Não por acaso que seus livros pós-amazônicos, *Contrastes e Confrontos* (1907), *Peru versus Bolívia* (1907) e o próprio *À Margem da História* (1909), tragam em várias de suas páginas análises sobre a história, geografia e política sul-americanas.

Este pensamento integrador permitiu-lhe compreender o povoamento amazônico, formado pela relação de conflito e de complementaridade entre grupos de brasileiros e aqueles oriundos de outras nacionalidades (peruanos, bolivianos, colombianos), para os quais as fronteiras nacionais significavam menos que os limites impostos pelas estradas de seringueiras dos barracões dispostos e dispersos ao longo dos rios amazônicos.

No fundo aqueles homens, que os documentos ou a língua identificava como diferentes, tinham muitos elementos em comum devido o sistema de exploração e ao trabalho compulsório a que eram submetidos.

Euclides não possuía uma visão infantilizante dos homens e mulheres migrantes nos seringais. O arrependimento apresentado pelos indivíduos que se colocavam em migração não tirava deles a responsabilidade de uma escolha que se apresentou como decepcionante. Deste modo, ao mestiço, que no saber científico em voga não teria condições genéticas de grande



amadurecimento intelectual, pelo menos em parte, Euclides acredita que tiveram independência de escolher aquilo que consideravam mais propício para manutenção de sua vida.

Essa visão euclidiana do mestiço migrante trouxe contribuição às visões construídas sobre a migração, uma vez que permitiu vislumbrar o ato de migrar, empreendido por homens e mulheres pobres como uma atitude ativa, pensada como resposta a suas dificuldades e demandas, e não apenas como resposta direta a propostas de governantes ou pela ação ilusória de mercadores gananciosos.

Euclides reconhece a importância da mestiçagem na formação cultural e social da nação e entende a exploração dos trabalhadores nos seringais da Amazônia enquanto ato de mutilação nacional, por colocar em oposição parcelas de Brasil que precisavam ser incorporados aos planos de desenvolvimento da Nação²⁵⁰.

Deste modo, são exaltadas nos mestiços suas potencialidades em contribuir para o progresso material e moral do país, o que não significa que estariam em igual estágio de desenvolvimento intelectual das parcelas letradas da população e que poderiam indicar os rumos que o Estado-Nação deveria trilhar.

Bibliografia

CANDIDO, Antonio. *Prefácio*. In: AGUIAR, Flávio (org.). **Com palmos medida**: terra, trabalho e conflito na literatura brasileira. São Paulo: Perseu Abramo/ Boitempo, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a História entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora Universidade/ UFRGS, 2002.

CUNHA, Euclides da. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: José Aguillar, 1966. Vol. 2.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos**: e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. **O Beijo de Lamorette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

²⁵⁰ Essa necessidade de integração das “partes esquecidas” ao conjunto da Nação aparece no pensamento de Euclides no tocante à Amazônia na seguinte passagem: “Precisamos incorporá-lo ao nosso progresso, do qual ele será, ao cabo, um dos maiores fatores, porque é pelo seu leito desmedido em fora que se traça, nestes dias, uma das mais arrojadas linhas da nossa expansão histórica.” In: CUNHA, Euclides da. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José Aguillar, 1966, p. 236.



DE DECCA, Edgar. *Quaresma*: um relato de um massacre republicano. *Anos 90*, Porto Alegre, nº 8, pp. 45-61, dezembro de 1997.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura**: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FONTANA, Josep. **A história dos homens**. São Paulo: EDUSP, 2004.

ELIAS, Norbert. **Mozart**: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Osvaldo. **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: EDUSP, 1997.

GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim**: vagabundos e miseráveis na literatura europeia (1400-1700). São Paulo: Cia das Letras, 1995.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Jaime. *Euclides da Cunha, a Amazônia e a barbárie*. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 24, nº 69, pp. 411-416, 2010.

GODINHO, Victor; LINDENBERG, Adolfo. **Norte do Brasil**: através do Amazonas, do Pará e do Maranhão. RJ; SP: Laemmert Editores, 1906.

HARDMAN, Francisco Foot. **A vingança da Hileia**: a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

LEONARDI, Victor. **Entre árvores e esquecimentos**: história social dos sertões no Brasil. Brasília: Paralelo 15, 1996.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PEREIRA, Leonardo A. de M. *Literatura e História Social*: A “geração boêmia” no Rio de Janeiro do fim do Império. **História Social**, Rio de Janeiro, vol. Único, nº 1, pp. 29-64, 1994.

PONTES, Kassius. **Euclides da Cunha, o Itamaraty e a Amazônia**. Dissertação (Mestrado) em Diplomacia – Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2005.

RIBEIRO, F. L. **Febre na selva**: a Amazônia na interpretação de Euclides da Cunha. Dissertação (Mestrado) em História – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2007.

SANTANA, J. C. B. de. *Euclides da Cunha e a Amazônia*: uma visão mediada pela ciência. **História, Ciência, Saúde - Manguinhos**, vol. VI (suplemento), pp. 901-917, setembro de 2000.



SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. SP: Cia das Letras, 1990.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: historia cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914). SP: Cia das Letras, 1991.



A minha, a tua e a nossa pátria: livros escolares para o ensino de história na década de 1920.

Raquel Alves da Silva²⁵¹

Artigo Recebido em: 15/10/2017

Artigo Aceito em: 18/11/2017

RESUMO

O objetivo do presente artigo é examinar dois materiais didáticos indicados para uso no ensino de História Pátria nas escolas primárias cearenses nas décadas de 1920 e 1930. Pretende-se, desse modo, pensar a escrita sobre a história nacional e local, destinada às crianças, presentes nas publicações indicadas para uso escolar a partir da perspectiva da Escola Nova. Em específico, serão analisados os livros *Minha Pátria*, de João Pinto e Silva (1889-1950) e *Nossa Pátria*, de Rocha Pombo (1857-1933). Dos livros presentes na lista para uso nas escolas cearenses os dois volumes citados acima possuem a linguagem mais simples e os textos suavizam os acontecimentos do passado em forma de historietas sobre a história nacional. A finalidade dessas obras de cunho cívico consiste no pensamento de que o amor à pátria evitaria as intrigas entre os brasileiros. Além disso, o estudo das obras didáticas permite observar como os professores e educadores desse período construíam a sua prática diante da inexistência de cursos de formação específica em História.

Palavras-chave: ensino de História. Livro didático. História pátria.

ABSTRACT

The aim of the present article is to examine two didactic materials indicated for use in the teaching of the History of Brazil in the primary schools of Ceará in the 1920s and 1930s. The intention is to think about the writing about the national and local history for the children present in the Publications indicated for school use from the New School perspective. In particular, the books *Minha Pátria*, by João Pinto e Silva (1889-1950) and *Nossa Pátria*, by Rocha Pombo (1857-1933), will be analyzed. Of the books present in the list for use in schools in Ceará the two volumes cited above have the simplest language and the texts soften the events of the past in the form of comic strips on national history. The purpose of these civic-minded works consists in the thought that love of the motherland would avoid intrigues among Brazilians. In addition, the study of didactic works allows observing how the teachers and educators of this period constructed their practice without the specific formation in History.

Key-words: History teaching. Textbook. Homeland history.

²⁵¹ Possui graduação em História pela Universidade Federal do Ceará (2003). Mestrado (2009) e Doutorado (2015) em História Social pela mesma instituição. Tem experiência na área de Prática de Ensino em História, com ênfase em História da Educação, Formação Docente, Currículo da disciplina de História e Docência no ensino superior. Professora do ensino básico na rede municipal de ensino de Fortaleza/Ceará.



Em historia, **o todo** inicial não póde ser a genese biblica, ou evolucionista, do genero humano, com que se costuma preambular a historia, para logo depois, divagar sobre um amontoado de nomes, datas, factos, numerosas dynastais, narrações de perfidias, proezas gigantescas, triumphos occasionaes do crime, sem nenhum sentimento de naturalidade dos seus personagens, nenhum sentimento da realidade, nenhuma observação da alma humana, nenhuma visão de vida pratica. **O todo** inicial dos estudos da historia é a historia do proprio individuo, a da escola que frequenta, a da cidade que habita, consultando, o estudante mesmo, documentos, certidões de baptismo, monumentos historicos, inscrições, confrontando testemunhos e tradições. Depois, num encadeiamento inteligente, se passa ao estudo da historia patria, na evolução dos seus principios politicos, nos factos dominantes da sua formação, desenvolvimento, aspirações e glorias. (Revista de Ensino, ano XVIII, jun/dez/ 1918, p. 67)

O excerto acima resume as inadequações presentes no ensino da história na escola primária. As discussões sobre a escrita da história pátria e a sua divulgação nos espaços escolares faziam parte de um debate diante do perfil de aluno e a disputa entre historiadores e educadores cujo objetivo era indicar papel do ensino da História no discurso da educação nacional. Essa disputa era composta por tensões e encontros dos intelectuais que resultavam na exclusão de determinadas passagens da história nacional e na exaltação de outros episódios. Dessas ações detona-se que a História era pensada a partir da finalidade educativa na formação do cidadão.

Reforçando a defesa de uma narrativa histórica com sentidos práticos em uma perspectiva aproximada da filosofia da história. Os enredos deveriam considerar sentidos da realidade, a história era permeada de comparativos acentuados. O uso da narração de histórias é apropriado como mecanismo de ensino da história do Ceará para crianças nas décadas de 1920 e 1930. Esse recurso apresenta-se como uma forma de estabelecer sentidos para o uso do passado como exemplo para a ação dos homens no presente.

Visto dessa maneira, a definição de História a ser utilizada nos bancos escolares dividia-se entre a história dos indivíduos, nesse caso das crianças, e a narrativa sobre a história pátria a ser lida e estudada em sala de aula.

Vale salientar que as narrativas sobre o passado que constituem os livros escolares nesse período também eram consideradas como objeto da metodologia do ensino de história. As questões relacionadas ao ensino primário nesse período foram estabelecidas pelo método da Escola Nova. Nessa perspectiva, o método de ensino era posto também como componente importante na formação do cidadão. As ideias de ensino escolanovista passaram a ser empregadas nas escolas brasileiras como uma resposta para os problemas sociais do país. A



abordagem do tema pode ser dividida em questões pertinentes ao ensino de maneira geral e aos estudos históricos.

As publicações didáticas priorizadas neste trabalho tinham como objetivo principal abordar a história local estabelecendo conexões com a história nacional e eram destinadas a alunos matriculados nas escolas públicas e crianças. A análise dessas obras permite observar as experiências que esses sujeitos produziram e que são relevantes na elaboração da disciplina de história.

No presente artigo busca-se examinar os materiais didáticos²⁵² indicados para uso no ensino de história nas escolas primárias cearenses. Pretende-se, desse modo, pensar a escrita sobre a história nacional e local destinada às crianças presentes nas publicações indicadas para uso escolar. Em específico, serão analisados os livros *Minha Pátria*, de João Pinto e Silva (1889-1950) e *Nossa Pátria*, de Rocha Pombo (1857-1933). Dos livros presentes na lista para uso nas escolas cearenses os dois volumes citados acima possuem a linguagem mais simples e os textos suavizam os acontecimentos do passado em forma de historietas sobre a história nacional. O objetivo dessas obras de cunho cívico consiste no pensamento de que o amor à pátria evitaria as intrigas entre os brasileiros. Analisar a escrita desses autores não se limita apenas ao métier editorial, mas permite problematizar os usos dessas narrativas como construções para a cidadão que se desejava formar. O uso da história na constituição do saber escolar representa as estratégias utilizadas nas políticas educacionais para a unidade nacional.

Para a análise da diversidade de escritas didáticas é utilizada a divisão de categorias de Alain Choppin para o livro didático, em dois grandes blocos: os destinados especificamente ao uso escolar; e os que adquirem esta dimensão pela utilização que a escola faz deles. Em outras palavras, a segunda categoria trata das obras que não foram publicadas para exclusivo uso escolar, mas que ganharam notoriedade pela escrita acessível às crianças menores.

Os temas e as abordagens são analisados a partir da narrativa da história com objetivo escolar que se diferencia da escrita historiográfica não apenas na especificidade do público, nesse caso os educadores também são incluídos, mas na linguagem figurativa presente nos textos. Os formatos e o estilo da narrativa tinham a finalidade de alcançar as crianças que

²⁵² Os materiais didáticos destinados à escola primária apresentavam construções para a história pátria, como aponta Circe Bittencourt, constituídas de: *histórias sobre as tradições brasileiras, informações sobre costumes indígenas, heróis nacionais e seus feitos. Biografias de figuras da história nacional engrossaram, frequentemente, o repertório desta literatura. Os livros de leitura que se constituíram como mais representativos na divulgação da história nacional foram os de Olavo Bilac, especialmente Contos Pátrios e Através do Brasil.* (BITTENCOURT, 1993, p. 214)



frequentavam a escola assim como aquelas que ainda recebiam os primeiros ensinamentos em casa. As obras selecionadas possuem diferentes versões para a história ensinada, contudo estabelecem definições e versões que são defendidas como verdadeiras.

Na tentativa de compreender o papel do livro didático²⁵³ no recorte temporal desta pesquisa, fez-se necessário pensar no hiato entre os usos prescritos e usos efetivos que envolvem a investigação sobre a circulação temporal e espacial desse objeto (CARVALHO, 2007).

A análise das obras didáticas não estaria envolvida apenas com questões meramente pedagógicas, ao passo que os mecanismos de apropriação da História não poderiam ser encaminhados apenas por dispositivos da mediação da aprendizagem significativos, mas o conteúdo também era pensado de maneira considerável. Esse contraste entre o método e o conteúdo seria alvo das discussões entre pedagogos, educadores e historiadores. Busca-se pensar as produções didáticas a partir dessas disputas.

A partir do estudo da constituição de um código disciplinar de história para ser ensinado nas escolas primárias cearenses observou-se diferentes componentes educacionais, pedagógicos e didáticos que fundamentaram esse ensino. Dentre as questões mais pertinentes estão os programas de ensino, os cursos de formação de professores nas Escolas Normais, visto que não havia cursos de História nesse período, e os materiais didáticos.

A pertinência desses materiais deve-se à presença de mecanismos que representam de maneira diversa os mesmos temas da história pátria. As interpretações dos episódios históricos partem de construções textuais que enfatizavam as características peculiares dos personagens, aproximando-se em determinados trechos, da delimitação de perfis psicológicos, a riqueza de detalhes como coragem, perseverança, amor à pátria são utilizados como forma de legitimar a história. Em alguns casos, a escrita da história escolar demonstra a construção que o autor deseja para a leitura, criando para isso um perfil de leitor ideal. Os dados relativos à tiragem de exemplares e as edições posteriores a esse período estão em segundo plano, devendo-se observar que a repercussão desses livros no âmbito nacional não era decisiva para a sua seleção

²⁵³Sobre a classificação de livro didático, é possível atribuir sentidos a partir do uso e do conteúdo presente nas obras. De acordo com Ricardo Ória, essa divisão apresenta-se da seguinte forma: a) *os manuais, que seriam as obras utilitárias de uma classe, concebidas com a intenção de servir como suporte escrito de uma determinada disciplina escolar*; b) *as edições clássicas ou leituras escolhidas, compostas de obras clássicas da literatura e da cultura, com comentários e anotações adequadas para o uso escolar*; c) *as obras de referências, integradas por dicionários, atlas, enciclopédias, compilação de documentos, etc*; d) *as obras para escolares, que compreenderiam um conjunto heterogêneo de obras destinadas a resumir, reforçar e exercitar os conteúdos educativos trabalhados pela instituição escolar.* (ÓRIA, 2011, p.46)



no uso escolar. Ao contrário, defendia-se que a qualidade do material seria o principal requisito de escolha.

Entre os pontos em comum das duas obras podem ser mencionadas as indicações dos autores para a forma como os alunos deveriam responder à leitura e as possibilidades de desdobramentos dessa interpretação para a aprendizagem. Acrescente-se a esse aspecto a elaboração de um discurso na escrita dos materiais e nas campanhas nacionais para o ensino histórico, além do diálogo entre a narrativa escrita e expressões do uso coloquial como questões que possibilitam a interpretação dos significados dessas produções na tentativa de aproximar a interpretação da criança. Nesse aspecto, observa-se claramente o uso social da narrativa cuja finalidade seria educar a mente infantil para o estudo da história pátria.

Outro ponto considerável na apreciação das obras seria a construção de um método para o ensino de História que passa a ser compreendido nas produções das escolas e nos estudos sobre as instituições escolares. Nesse sentido, para compor o que veio a definir esse ensino é preciso pensar as produções sobre os temas históricos mais recorrentes nesse período e que podem estar relacionados à produção de um estudo específico da história direcionado ao ensino pátrio.

A constituição do conhecimento escolar, nesse período, não diz respeito apenas à produção historiográfica, ao contrário, a cultura escolar definia através de outros mecanismos, os usos e as ressignificações do conhecimento histórico na escola. A defesa de que a história deveria ser ensinada na escola primária não se compõe apenas de concepções escolanovistas, mas também se relacionava ao discurso político da educação nacional. O uso escolar do conhecimento histórico era justificado pelos princípios pátrios da formação da cidadania. A assertiva de que o cidadão deve aprender as características geográficas, a língua pátria e a história dos antepassados compõe a Pedagogia da Nação (FONSECA, 2001). Essas obras podem ser enquadradas no processo de escolarização nessa perspectiva pedagógica. A nomenclatura Pedagogia da Nação era acompanhada pelo conceito de cidadania nos moldes da primeira república, e a escola através das práticas educacionais ganhava projeção nesse processo. A propaganda do progresso era feita a partir da representatividade que os conceitos cívicos possuíam no aprendizado do aluno.

Nesse roteiro o ensino de história nas séries iniciais propõe a valorização do conhecimento dos alunos e de suas próprias histórias de vida. Cada autor organizou uma interpretação peculiar para esse objetivo do ensino histórico. Além disso, o estudo das



produções didáticas permite analisar as possibilidades do ensino de história para o público infantil como uma construção de identidades. Esse objetivo difere da ideia defendida pelo ensino moral e cívico, que também compunha o currículo desse nível, mas que se voltava para os exemplos morais e para o desenvolvimento das qualidades da cidadania em diferentes disciplinas. Desse modo, interessa verificar as produções sobre a história local e a argumentação de sua importância nas lições escolares apresentadas nesse contexto.

Se a criança é o adulto em formação e a ela eram destinadas inúmeras iniciativas educacionais com o objetivo de prepará-la para atuar no crescimento da Nação, faz-se necessário entender como a história participava do quadro de exigências para a atuação social em um recorte, como os autores apontam, fidedigno à realidade da criança do sertão, do litoral, enfim do Nordeste brasileiro.

As obras analisadas seguem dinâmicas ora ligadas à cultura histórica, ora aproximadas do gênero literário das narrativas infantis. Os contos, as historietas e fábulas possuem começo, meio e fim, o que na perspectiva da história ensinada não poderia ser diferente. Contudo a fundamentação lógica de um enredo narrativo não era suficiente para explicar o passado, pois a orientação da unificação nacional por meio de um pretérito em comum censurava a utilização de qualquer historieta como fundo de verdade para determinado acontecimento histórico.

Nossa Pátria

O livro *Nossa Pátria: Narração dos fatos da História do Brasil através da sua evolução com muitas gravuras*, de Rocha Pombo²⁵⁴, enquadra-se na perspectiva da Pedagogia da Nação. Essa obra seguia a mesma organização temporal dos capítulos presentes em *História do Brasil: com muitos mappas históricos e figuras explicativas*, escrito pelo mesmo autor e publicado também em 1925 também pela Editora Melhoramentos.

O destaque para a sua obra relacionava-se à divulgação da história do Brasil entre os escolares como instrumento de formação de um caráter cidadão nos pequenos. A primeira

²⁵⁴ José Francisco da Rocha Pombo nasceu no Paraná em 04 de dezembro de 1857 e faleceu em 26 de julho de 1933, no Rio de Janeiro. Foi membro do Instituto Histórico, professor de História da Escola Normal do Rio de Janeiro. A obra de Rocha Pombo é citada no decorrer do trabalho através de referências feitas ao escritor por outros intelectuais. Entre suas obras destacam-se: *História da América* (1900); *História do Brasil* (Em dez volumes publicadas entre os anos de 1905 e 1917).



edição dessa obra foi lançada em 1917, mas a edição analisada nesta pesquisa corresponde à publicação de 1925.

Como outras obras didáticas, *Nossa Pátria* foi encomendada pelos irmãos Weiszflog, ainda em 1916, fundadores da Companhia Melhoramentos de São Paulo para ser publicada como manual dedicado ao público infanto-juvenil. O livro foi considerado pelo autor como um resumo da coleção de 10 volumes destinada ao curso superior e ensino secundário, *História do Brasil*, publicada em período posterior.

A sinopse de cinco séculos de história brasileira que apresentada no final do livro *Nossa Pátria* arrola os mesmos tópicos da coleção ampliada, embora os itens sejam mais detalhados no volume para o curso secundário.

A narrativa inicial do *livrinho* constrói-se em torno da República, partindo do presente como forma de organizar a compreensão infantil do que seria mais próximo da criança, os demais temas da História do Brasil são citados em ordem cronológica da história política brasileira. O passado é repetido, linear e progressivo, bastando, portanto, adaptá-lo às necessidades do século presente (ARAÚJO, 2008).

Ao todo são 51 capítulos²⁵⁵ divididos entre os símbolos pátrios, resumo de eventos históricos e biografias de brasileiros ilustres. Todavia, o livro não é tão simples como afirma Rocha Pombo, que o descreve assim ao compará-lo com outros volumes de sua autoria. A suposta simplicidade estava na ausência de uma escrita erudita, preenchida por pormenores da história, e com a apresentação de documentos históricos, mapas e na exclusão de determinados episódios da história nacional que não caberiam no aprendizado infantil. A justificativa para tal procedimento estaria na perspectiva da Escola Nova, que determinava a aprendizagem a partir da maturidade infantil e no ensino condicionado pelas construções mentais da criança.

²⁵⁵ O índice da obra apresentava os seguintes capítulos: 1. Nossa Pátria; 2. A Bandeira da nossa Pátria; 3. A nossa Independência; 4. José Bonifácio; 5. A Terra e a América; 6. D. Henrique – o Navegador; 7. Descobrimos o Brasil; 8. A primeira colônia; 9. Os índios; 10. Os africanos; 11. Os europeus; 12. Como se começou a fazer o governo da colônia; 13. Os Jesuítas; 14. Fundação de cidades e villas; 15. Como se vivia nas villas; 16. A vida nos sítios; 17. Quilombos; 18. Tempos que passaram; 19. O que era paiz; 20. Como a terra foi cobiçada por estrangeiros; 21. Tentativas de francezes; 22. Tentativas dos hollandezes; 23. Sentimento de pátria; 24. Os bandeirantes; 25. As minas; 26. Como rei de Portugal governava o Brasil; 27. Os impostos e os abusos; 28. Como foram os colonos ressentindo-se do rei; 29. Como os colonos mostraram os seus ressentimentos; 30. Ainda outros males; 31. Não era possível continuar; 32. O rei no Brasil; 33. Retirada do rei; 34. O grito do Ypiranga; 35. Retira-se D. Pedro I; 36. O governo da Regência; 37. O governo de D. Pedro II; 38. Pelos nossos vizinhos; 39. Ainda pelos nossos vizinhos; 40. Vamos agora libertar o povo paraguaio; 41. Destruímos a tyrania de López; 42. Progressos do Brasil; 43. As nossas letras, artes e sciencias; 43. Grandes reformas; 44. A abolição; 45. D. Pedro II e a monarchia; 46. A Republica; 47. Organiza-se o governo republicano; 48. Firma-se a Republica; 49. Governo da Republica; 50. Governo da Republica; 51. O que é hoje o Brasil.



A definição de pátria brasileira presente nesse volume segue a lógica da homogeneidade e do progresso nacional. A obra é introduzida com as representações dos símbolos nacionais, em destaque a bandeira. Em outra imagem aparecem duas crianças, uma menina e um menino, com a bandeira nacional representando a proximidade da infância com esse símbolo nacional. Na gravura o menino ergue a bandeira enquanto a menina a beija. Como recurso didático, a ilustração acompanha a definição de pátria:

Pátria! – terra de nossos pais; onde viveram nossos avós; onde temos as recordações da nossa vida e da nossa família; onde tudo nos fala á alma – campos e mares, florestas e montanhas – e onde parece que até as estrêlas e os próprios ares nos alegam mais que os outros céus! (POMBO, 1925, p.06)

O significado de pátria, peculiar a esse período, está presente nas obras através de conceitos ligados ao nacionalismo. O pertencimento à terra natal precisa ser sentido através da existência de uma língua em comum, da comunhão religiosa, e da veneração aos mesmos antepassados. Em síntese, é necessário conhecer a pátria para amar e admirar para continuar. Os laços morais deveriam unir os povos, ao contrário da inveja e do ódio, sentimentos que levariam à guerra. Sobre as batalhas, a escrita de Rocha Pombo destaca a Guerra do Paraguai, enfatizando os desdobramentos desse acontecimento para a história nacional.

O conhecimento da história dos antepassados serve, segundo Rocha Pombo, para estabelecer o sentimento de amor à nação. Ele utiliza de sentimentalismo na introdução de seu texto para ilustrar os objetivos do livro: *escrevi este livrinho com todo o meu coração*. A estratégia de narrativa estabelece a comparação entre o passado e o presente utilizando expressões como: *naquele tempo não havia isso, as coisas eram escassas* etc. A sua escrita segue a narrativa de formação do Brasil baseada nas três raças: os índios dos quais os brasileiros herdaram a altivez, os africanos que legaram a amorosidade e o português que trouxe a virtude da inteligência.

Entre as colocações de Rocha Pombo para os episódios da história nacional através da exemplificação das três raças destaca-se a narrativa da escravidão. A sua escrita apresenta algumas contradições, como no capítulo sobre os Quilombos, no qual ele narrou a vida dos negros que trabalhavam nos engenhos. Ao afirmar a rapidez com a qual os africanos começaram *logo a entender a língua dos brancos*, o autor, nas linhas seguintes, conclui que a comunicação dos grupos de escravos era interna, pois *lhes era difícil aprender de pronto a língua dos brancos*. (Ibidem, p. 56)



O africano é preto por causa do clima da Africa, que é muito quente; mas é uma raça muito boa, principalmente de muito bom coração.

Quase todos, em vez de odiar, ficaram logo querendo bem aos senhores. Sobretudo as mulheres foram grandes amigas das creanças.

Trabalhadores, obedientes e muito espertos, os africanos fizeram muito pelo progresso do nosso paiz.

Soffreram bastante sahindo lá do meio dos seus; e ás vezes o sacrificio para eles era tão grande que chegavam a morrer de saudade.

Afinal a raça foi recompensada, pois os descendentes daqueles pobres escravos hoje são iguaes aos antigos senhores, e sem duvida muito mais felizes do que os parentes que ficaram lá na Africa.

Hoje, somos todos como irmãos. (Ibidem, p.83)

A contradição do africano em exercer o papel fundamental na construção nacional permanece na narrativa do sofrimento de seu povo e da saudade de sua terra natal, denotando que a retirada das terras africanas seria apenas um detalhe, uma condição para o progresso nacional. Percebe-se a naturalização do sofrimento dos africanos e a consequente gratidão dos descendentes de escravos com a vida no Brasil.

Para ilustrar as suas descrições o autor utiliza gravuras, principalmente de Jean-Baptiste Debret, e de pinturas, como *A Primeira Missa* de Victor Meirelles. Também existem imagens dos principais personagens políticos do Brasil, monumentos históricos, objetos, paisagens, apresentação de costumes indígenas, mapas. No quadro das artes e ciências, figuram imagens de alguns dos principais representantes da intelectualidade brasileira como, Castro Alves, José de Alencar, Taunay e outros. Esses recursos poderiam ser utilizados na sala de aula, ênfase atribuída à questão metodológica, pertinente ao processo de aprendizado infantil, no qual os professores deveriam atentar para as metáforas, exemplos e sínteses apresentadas através das imagens, dos trechos extraídos de documentos históricos.

Sobre a consolidação do governo republicano, o texto não apresenta as revoltas desse período pelo nome, elas aparecem apenas como crises no decorrer da administração dos presidentes. A figura do governante é citada nessa narrativa como centro dos acontecimentos. Na apresentação do período Imperial, Rocha Pombo construiu uma imagem distante de D. Pedro I, ao contrário de seu filho, D. Pedro II que ganharia notoriedade no período republicano.

A constante preocupação com o público leitor já aparece na apresentação do livrinho de leitura sobre a história pátria. Comparando a inteligência infantil aos homens simples do povo, Rocha Pombo dedica a obra aos pequeninos que estavam a cursar as primeiras letras. A intenção de mostrar os aspectos gloriosos da pátria por meio dos símbolos de suas vitórias. Não se ama o feio, o imperfeito. Essas definições ajustavam-se no discurso moral das tradições nacionalistas.



O capítulo sobre o cotidiano nas vilas traz descrições das funções da mulher na casa, principalmente na costura e na cozinha. Os comparativos ficam claros nessa lição: a argumentação baseia-se na ausência, os homens *assinavam em cruz*, pois não sabiam ler e escrever, porque não havia escolas; as mulheres tinham dificuldades para fazer a comida porque não havia água encanada, nem fogões, nem fósforos.

As referências à vida da criança servem, nesse caso, para ilustrar as dificuldades do cotidiano das vilas.

As villas e cidades, naqueles tempos, não eram como hoje.
Além de mal construídas as casas eram muito tortas as ruas; não eram calçadas, nem tinha iluminação.
Por isso, de noite quasi nunca saham os moradores; e quando saham levavam sempre adeante um rapaz com uma lanterna, ou mesmo com um facho acceso. (Ibidem, p.45-6)

Mesmo que a vida no passado fosse precária, diante dos obstáculos, havia a amizade entre os homens na constituição das vilas. Homens simples que se uniam para trabalharem na lavoura, auxiliando-se através da cordialidade. Para ilustrar essa situação, Rocha Pombo utiliza uma gravura chamada muxirão ou pizeirão, que seria a ajuda mútua que os lavradores do interior do Brasil dispensavam entre si na realização de trabalhos coletivos de maior produção.

No relato da independência não havia informações sobre o acontecimento, apenas descrições das comemorações, que, segundo o autor aconteceram em 7 de setembro de 1822. A obviedade dessa descrição é justificada pelo objetivo do livro em ser instrumento de leitura para as crianças, diferentemente de um compêndio ou livro de lição das coisas, não apresentando argumentações para esse momento histórico que alcançariam as crianças.

Logo em seguida, ele apresentou a figura de José Bonifácio como responsável por constituir o Brasil como nação, considerando-o como patriarca da independência. O príncipe português, Dom Henrique, foi destacado no episódio das Grandes Navegações, como comandante dos homens corajosos que desbravam os mares, dentre eles Colombo.

Minha Pátria

Effectivamente, conhecer o alumno uma série de factos isolados da nossa Historia sem lhes compreender as ligações respectivas, por falta duma boa ordem na sucessão dos mesmos, nada lhe aproveita á educação civica e moral – elevado e nobilíssimo objectivo a que deve tender o ensino da Historia-patria – e isso porque a idéa de conjunto, embora singelissima, despida de superfluos detalhes, fica sacrificada. (SILVA, 1916, p. 07)



O livro *Minha Patria*²⁵⁶: *Ensino da Historia do Brazil no Segundo Anno do Curso Preliminar* foi publicado em 1916. Em sua escrita preliminar, que serviria como advertência para os professores que utilizassem a sua obra em sala de aula, João Pinto e Silva²⁵⁷ constrói uma justificativa baseada na adequação do ensino de história pátria no curso primário. A advertência consistia em explanar sobre a conciliação entre a história como disciplina e o ensino aplicado nas escolas. A ressalva, apesar de valorizar, não descartava a dificuldade intrínseca à disciplina histórica e, segundo o autor, sem atrativos para a criança nessa fase do aprendizado.

Nesse discurso não há uma preocupação em indicar a relevância da história para a formação do cidadão, mas em destacar que para suprir essa problemática, vários métodos foram criados para torná-la *amena, de modo a despertar no aluno interesse e gosto por tão útil quanto necessario estudo* (Idem). Os esforços para explicar a função desse ensino direcionavam de maneira mais significativa à importância do ensino moral e cívico, enquanto era relegada à disciplina histórica a antipatia dos alunos.

Apesar de não especificar os métodos e as leituras realizadas nesse período para a renovação do ensino de história, ele remonta ao uso de biografias dos *grandes homens* e de gravuras para explanar sobre os acontecimentos do passado. Esses foram os recursos defendidos como úteis pelo autor, embora ele tenha considerado não apenas os pontos positivos, mas também apontava desvantagens no uso desses recursos no ensino, principalmente para o professor que os utilizava de maneira adequada, tornando o ensino enfadonho e cansativo.

O uso de biografias²⁵⁸ adotado nessa escrita escolar era comum, acrescenta-se ainda que o exemplo da vida de grandes homens era usado também em outras disciplinas escolares

²⁵⁶ Consta nessa edição que o livro foi utilizado nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Sergipe, Maranhão, Paraná, Bahia e Rio de Grande do Norte. Os capítulos que compõe o livro são: 1. O rei feliz; 2. O caçador; 3. Em passeio; 4. O lavrador e seus filhos (I); 5. O lavrador e seus filhos (II); 6. Os ciganos; 7. O industrial; 8. Tio Pedro (I); 9. Na aula de leitura; 10. Os Palmares; 11. O mau afilhado; 12. O que faz a ambição; 13. Ainda a ambição Tio Pedro (II); 14. Magdalena; 15. O dia 21 de Abril; 16. No Jardim botânico; 17. O museu; 18. Férias; 19. Uma lição bem aproveitada; 20. No Grupo – escolar; 21. O Pantheon (I); 22. O Pantheon (II); 23. Os escravos; 24. A Republica brasileira; 25. A bandeira (I); 26. A bandeira (II).

²⁵⁷ João Pinto e Silva foi inspetor distrital escolar do município de São José do Rio Preto. Outras obras do autor: *Meus Deveres* (1916); *Terceiro Livro de Leitura* (1929); *Cartilha do lar* (s/d).

²⁵⁸ Sobre o uso de biografias no ensino de História, é possível destacar a análise de John Dewey, pesquisador norte-americano: *O método biográfico é geralmente recomendado como meio natural de iniciação no estudo da história. As vidas de grandes homens, de heróis e condutores de homens, corporificam e animam episódios históricos que de outra forma seriam abstratos e incompreensíveis. Condensam em quadros vivos séries complexas e emaranhadas de problemas que se estenderam em tamanha extensão de espaço e tempo, que só um espírito genuinamente exercitado pode acompanhá-los e destrinchá-los. (...) Se ao escrever-se uma biografia se relatasse apenas os atos de um homem isolado das condições que os produziram e com referência às quais esses atos eram reações, não se teria um estudo da história, pois não haveria um estudo da vida social, que é o resultado de uma associação de indivíduos.* (DEWEY, 1959, p. 236)



como um perfil literário. Contudo o formato das biografias e a escolha dos personagens não correspondiam ao mesmo modelo nos diferentes autores. João Pinto e Silva considerava em sua seleção as pessoas ilustres da história militar e política do país. A biografia aparece em sua obra como recurso de transmissão didática eficaz, mas ele também a apontou como falho em seu aspecto educativo. O dilema seria a seleção dos nomes a serem biografados e o isolamento dessa narrativa de outros acontecimentos da história pátria. No entanto, a seleção de episódios a partir do indivíduo era uma condição intrínseca ao método biográfico.

Essa fala de J. Pinto e Silva resulta de um estranhamento em identificar falhas na sua escrita. Para essa argumentação ele recorre à banalização da história a partir do fazer historiográfico, afirmando que a história por si mesma era considerada de difícil compreensão. Embora admitisse a dificuldade em transmitir um fato histórico não justificava a sua exclusão dos programas de ensino. Ele caracterizou essa ação como antipedagógica.

A ordem cronológica também ganhou relevância nesse discurso. O recurso da demarcação temporal não deveria ser abandonado. A cronologia torna-se responsável pela enumeração de eventos. Contudo, a demarcação temporal dos fatos não possuía importância, e o seu uso demasiado nas lições causaria um desgaste no aprendizado e uma aversão ao estudo. Em contrapartida, o uso da ordem cronológica não significava o detalhamento dos fatos, *rebuscar meramente accidentaes; isto é que é inútil e fastidioso; isto é que degenera em preocupação ridícula, por pedantesca.* (Idem, p. 08). A passagem dos anos com acontecimentos sucessivos.

A ordem cronológica e a seleção dos fatos históricos eram estratégias metodológicas para condicionar o entendimento das crianças e serviam como exigência para que fosse evitada a desordem do estudo. Contudo, J. Pinto e Silva não indicava para os acontecimentos referidos a datação de todos eles, mas a indicação da sequência cronológica aparecia na ordenação dos capítulos por temas.

Segue a sua explicação:

Quanto a esta objeção, convém notar, em primeiro lugar, que não há enumerações inúteis no estudo da História, porquanto as enumerações são da própria essência da matéria; ellas assignalam dum modo positivo, uma evolução lenta e natural, no tempo e do espaço, que a ninguém é dado modificar. Depois, a História é um facto evolutivo, por excellencia; seu estudo, mais do que nenhum outro, não admite soluções de continuidade mórmente quando se trata da nossa História, em que a chronologia marcha numa sequencia tão logica de acontecimentos, apresentando, quase sempre, uma analogia tão nítida entre a nossa vida individual e a collectiva, que modificar-lhe a ordem e sucessão dos factos a desvirtuar-lhes a integridade propria. Além do que, a concepção hodierna da História conduzindo-nos á apreciação do



progresso material e moral da humanidade, não pôde divorciar-se da chronologia, porque é esta justamente que nos marca as diversas phases esse progresso, offerecendo-nos, portanto, uma excellente ordem de estudo.

Em segundo lugar, seguir a ordem chronologica é acompanhar os factos que não podem ser omittidos, sem graves prejuízos para posteriores conhecimentos do assumpto.

Seguir a ordem chronologica é acompanhar os factos que, pela sua propria natureza ou pelos vultos que nelles figuram, inspirem ao educando o amor pelas grandes causas e pelos grandes homens.

(...)

Entretanto, não difficil, sem sacrificar a chronologia no que Ella de necessidade e sem aversão para o alumno, conduzil-o a uma simples idéa geral da Historia-patria. (Idem)

Para contar a história não bastaria o fato, mas o escritor precisava estar apto a corresponder aos objetivos dessa escrita: agradabilidade e suavidade para a leitura dos pequenos. A problemática apontada nessa explanação pode ser sintetizada na ideia de que a criança deveria aprender sem fatigar-se dos assuntos abordados. Mas como realizar tal façanha, esse era o desafio em aceitar a proposta do ensino de história sem dificuldades.

Novamente recorre-se ao nível de entendimento da criança, a inteligência infantil. As historietas e os contos deveriam estar ao alcance da sua compreensão. A construção de significados historiográficos para essa narrativa limitava-se ao entendimento infantil. Os temas e conteúdos são escolhidos pelas necessidades infantis, ela capacidade de interesse pelo assunto.

É preciso, porém, que essas historietas sejam formuladas de modo a poderem compreender a creança no momento psychologico em que o seu espirito, interessado pelo que estiver compreendendo, acceite sem difficuldade, sem esforço, com o verdadeiro prazer, enfim, as noções que ellas devem encerrar ou que dellas devem decorrer.

Para isso, historietas serão *arranjadas* (é o termo) com habilidade: ora tratarão dum factio geral, fácil de sêr particularizado com applicação á *Historia-patria*; ora se subordinarão ao methodo análogo; ora, ao comparativo; tratarão, em summa, de conduzir sempre a creança ao conhecimento do factio historico, dum modo suave, despertando-lhe o gosto pelo assumpto. (Ibidem, p.09)

A preocupação de J. Pinto e Silva era a adequação das historietas ao gosto pela leitura e a capacidade do professor em apresenta a história pátria pelo viés dos métodos análogo e comparativo. A diferença entre esse livro e os outros era a leitura para principiantes, uma classificação simplória. Se há uma classificação na literatura escolar, o livro de João Pinto e Silva era definido como livro de leitura²⁵⁹, como ele indicou, um livro para aqueles que se

²⁵⁹“Assim, livros infantis com temática histórica vão se constituir numa modalidade de literatura escolar bastante utilizada pelo mercado editorial brasileiro, durante grande parte do período republicano (notadamente até os anos e 1950), pois tinham público certo e garantido: os alunos do ensino primário em fase aprendizagem escolar da leitura e da escrita.” (ÓRIA, op. Cit., p, 43). Augustin Escolano classifica: a) livros de iniciação: obras destinadas a ensinar as técnicas elementares da leitura e escrita; b) séries cíclicas: textos de diferentes níveis de



iniciam no mundo da leitura, que recorrem pela primeira vez à leitura. Vê-se que em comparação às outras obras, que apresentavam estudos mais aprofundados, ao menos na fala dos autores, com metodologias específicas para o ensino primário, o autor do livro *Minha Pátria* não possuía essa preocupação.

A escrita de J. Pinto é composta de metáforas, e como ele ponderou, de analogias e comparações.

Nella havia *extensas mattas-virgens*, sempre verdejantes. Seus campos *imensos*, na Primavera cobriam-se de flores belíssimas e perfumosas. No céu, dum azul *puro e sereno*, deslisavam nuvemzinhas alvas, alvas com *flócos* de algodão. Por toda a parte havia abundancia de rios, *regatos e rumorosas cachoeiras*. Frutos saborosos pendiam das arvores. Por todos os lados via-se uma multidão de passarinhos de variadas cores. Outros animaes, de diversas fórmãs e tamanhos, povoavam as florestas.

Essa terra encantadora era ainda muito rica em minas de ouro e de ferro, bem como em diamantes e outras pedras preciosas.

Crescia tambem ali um vegetal *denominado pau-brasil*, de madeira vermelha como a braza.

Por isso deram á terra descoberta o nome de Brazil.

Brazil é a nossa querida *patria*, até hoje bela e rica como outr'ora. (Ibidem, p.14)

O método comparativo indicado na advertência não correspondia ao uso de diferentes conceitos históricos ou episódios da história nacional em relação aos diferentes estados, ou à história universal, mas ajustava-se à narrativa de causos e contos a partir do tempo presente para explicar o cenário brasileiro em tempos pretéritos.

Todavia, podemos afirmar que nelle procuramos sempre alliar á simplicidade á propriedade dos termos, a correcção da phrase; á naturalidade das imagens, a singeleza e verdade dos conceitos.

(...) Não é, e nem poderia sêr, um livro de literatura scintillante, primorosa, como o imaginam aquelles, por não saberem ou não quererem estabelecer a distincção entre literatura didactica e literatura propriamente dita, acoimam de mal escritos, inuteis prejudiciaes e quejandos os livros didacticos que não vêm recheados de conceitos transcendentaes de envolta com termos hyperbolicos, pachorrentamente enxertados em phrases retumbantes e campanudas. (Ibidem, p. 10)

A distinção da escrita didática almejava a valorização de um estilo simples ao alcance infantil. Desse modo, J. Pinto e Silva indica diferentes problemas na escrita da história escolar:

complexidade que expõem os conteúdos de forma graduada; c) modelos enciclopédicos: textos sintéticos que procuram reunir em um só volume toda a cultura escolar; d) livro-guia: são todos aqueles que se anunciam como manual, curso, programa de uma determinada disciplina escolar; e) livro consulta: livro auxiliar que complementa os textos básicos; f) livro ativo: como os cadernos de atividades, fichas de exercícios, em que o aluno intervém diretamente. (Ibidem, p. 45)



Quanto á *banalidade dos assumptos* – outro *Achilles* da critica atrabaliaria, no seu açodamento systematico de destruir, *mas só destruir* – convenhamos que um livro destinado a creanças não banal, porque as narrações nelle contidas tratem de factos vulgares communs. É assim mesmo que elle deve sêr: - o que é familiar tambem se torna *natural* e é este um ponto de capital importancia a attender na educação infantil.

Segundo o mesmo plano deste, pretendemos escrever, mais dois livros, sendo um para o *terceiro* (1) e outro para o *quarto anno* preliminar, nos quaes, de conformidade o desenvolvimento intellectual dos alumnos que ferquentam esses *annos*, e vasados em moldes mais elevados, surjam, a pouco e pouco, as ampliações que este não deve comportar.

Desse modo, pensamos que, no fim de seu curso, o alumno virá a adquirir conhecimento regular da Historia-patria. (Ibidem, p. 10)

A ideia de simplicidade na escrita confunde-se com a banalização da história. Para além dos problemas de conteúdo, ele defendeu sua obra ao mesmo tempo em que demonstrou discordâncias com o modelo de apresentação das sínteses históricas, ou seja, os problemas em sua fala não diziam respeito a questões pedagógicas, mas de maneira relevante à história pátria em comparativos de evolução.

As considerações preliminares do autor que se restringiam à cronologia, não foram identificadas a outras questões metodológicas como o uso de documentos, o trabalho do historiador.

Quanto às recomendações pedagógicas, o autor apresenta roteiros de aplicação para as lições:

NOTAS:

- 1º - Explique o professor ao alumno os termos necessarios de cada lição, *principalmente* os gryphados.
- 2º - Chame-lhe a atenção sobre as *illustrações* do texto.
- 3º - Solicite na parte histórica por meio de *questionarios* bem formulados.
- 4º - Faça-o *interpretar* a lição lida.
- 5º - Empregue o mappa geográfico, sempre que fôr necessario.
- 6º- Faça o alumno desenvolver, oralmente ou por escripto, os exercicios que se acham no fim de cada lição. (Ibidem, p. 11)

Os exercícios apresentados no final da lição não condiziam com as informações presentes no texto, ao passo que a linguagem utilizada pelo autor perdia o sentido ao solicitarem que a criança indicasse as informações sobre o descobrimento do Brasil, através de datas e descrições dos personagens. O recurso do exercício exigia que a criança indicasse informações diretas sobre o que foi narrado, embora as historietas não fossem questionadas, contanto que as respostas fossem retiradas de informações indicadas no texto. Um exemplo foi uma questão apontada a partir do texto citado anteriormente: *O que é o Brazil*. As descrições da paisagem serviam apenas para enaltecer as belezas naturais do Brasil.



Ainda sobre o período do descobrimento, João Pinto e Silva apresentou os indígenas a partir do estranhamento de um inglês:

Eram bem diferentes dos que, até então, elle conhecera. Tinham a pelle cor de cobre, os cabelos negros e compridos, e estavam nus, apenas traziam ao redor da cinta, uma faixa enfeitada de penas de diversas cores. Nas mãos seguravam objetos que deviam de ser suas armas. (Ibidem, p. 16)

O estranhamento do personagem para a presença de indígenas na floresta foi resolvido pela explicação apresentada ainda nessa lição sobre os hábitos e costumes dos índios no Brasil. No entanto, em tom de sátira, o autor encerra a lição afirmando que o medo do inglês não havia passado mesmo após os esclarecimentos.

A presença dos colonizadores foi apresentada através do progresso que esses trouxeram ao fundar as cidades. Em diálogo entre pai e filho, a presença dos europeus foi simplificada: - *Não é preciso que lhes saibas os nomes* (disse o pai). *Basta dizer-te que esses homens vieram, em expedições, explorar e colonizar o nosso paiz.* (Ibidem, p. 20)

Para explicar a presença dos franceses no Rio de Janeiro, eles foram comparados a ciganos. Na explanação sobre os governos-gerais ele indicou na figura do industrial, remetendo-se ao século presente, que a presença de apenas um governante garantiu ao Brasil a conciliação na administração de seu território.

O uso de situações do cotidiano para introduzir os temas e criar analogias e comparações chamou a atenção no capítulo 07, intitulado *Na aula de leitura*, quando uma situação de preconceito serviu para introduzir o tema. O caso envolvia os alunos de um grupo escolar, em relevo o *pretinho Benedicto*, que embora fosse um aluno distinto sofria com o racismo dos colegas de turma e na ocasião da leitura diária não conseguiu progredir com o ato de ler, porque não conteve o choro:

(...) Um outro menino, que sabia o que se tinha passado, falou:
"Benedicto não quer accusar ninguem, mas elle tem razão de chorar.
Um colega *insultou-o* muito, no recreio, e ainda lhe disse: *negro não é gente.*
Muitos meninos *concordavam* com o insulto."
- Foi um tolo quem lhe disse isso, tornou o professor. Ainda mais tolos foram os que concordaram.
Ora, ouçam uma historia, e depois me digam si negro não é gente.
Quando o Brazil passou para a Hespanha foi, duas vezes, invadindo pelos *hollandezes.*
Da primeira vez eles estiveram durante um anno em nossa terra, na Bahia. Era governador Diogo de Mendonça Furtado.
Graças aos esforços do bispo D. Marcos Teixeira e de outros patriotas, foram os *invasores* expulsos de nossa patria.
Da segunda vez estiveram aqui muitos anos. Foi no tempo em que Mathias de Albuquerque governava *Pernambuco.*



Era Mathias de Albuquerque um general cheio de valor e de energia.
Adversário temido dos holandeses, combateu contra estes quase todo o tempo da guerra.
Si não fossem o valente Mathias de Albuquerque e outros grandes homens, com certeza os holandeses não teriam mais saído de nossa terra.
Só depois de muitos *combates*, é que foram obrigados a retirar-se.
Dentre os *héroes* que expulsaram os holandeses, houve um muito valoroso. Além de patriota, era valente como um leão.
Uma vez, em batalha, foi elle gravemente ferido numa das mãos. Julgando o ferimento ter sido feito por *projectil* envenenado, mandou amputar a mão ferida e continuou a *peleja*.
Esse héroe, esse bravo, era humilde negro chamado Henrique Dias.
- Agora me digam si negro não é gente?
Ninguém respondeu, mas os colegas que tinham ofendido a Benedicto, foram, um por um, pedir-lhe desculpas.
(...) (Ibidem, p.44-5)

O herói negro foi dessa maneira considerado pela ação de bravura na batalha contra os holandeses. A ênfase não recaía na figura do negro, mas no heroísmo do personagem. No exercício referente a essa lição não havia nenhuma questão relacionada ao episódio de racismo na passagem, mas novamente dados sobre o fato histórico e nesse caso, a Guerra Holandesa.

Nessa passagem J. Pinto e Silva, não fez referência à escravidão, nem à presença dos africanos no Brasil – ao passo que a ideia de escravo estava ligada mais aos brasileiros do que aos africanos quando eles eram comparados aos portugueses - contudo a naturalização do insulto pode ser explicada na própria escrita, quando no capítulo seguinte ele narrou a existência do Quilombo de Palmares. Nessa passagem ele descreveu os negros como ferozes, temidos. Os adjetivos utilizados para classificar o comportamento dos negros fugidos que formavam as comunidades quilombolas dividiam espaço com outras nomenclaturas similares na descrição das ações dos homens nas batalhas da história brasileira. As metáforas e comparações presentes nos capítulos relacionavam o comportamento dos personagens com definições de vaidade, ambição, inveja e egoísmo.

A identificação do negro com a escravidão e com o sofrimento só foi transcrita pelo autor no capítulo sobre a abolição da escravatura. Depois de narrar a dura batalha pela sobrevivência em uma situação na qual um escravo morre pela exaustão do trabalho, ele apresentou como vergonhosa a situação desses indivíduos no Brasil. Novamente a ação patriótica de cidadãos brasileiros venceu o atraso dessa condição, dentre eles Visconde do Rio Branco, José do Patrocínio e a princesa Isabel.

A criança que escuta: nos trechos em que existem diálogos entre os personagens do livro os adultos que contam as histórias são recebidos pelas crianças com entusiasmo e ao final das lições saúdam os mais velhos como sabedores dos mais belos ensinamentos do passado.



Esse perfil de infância apresentado por J. Pinto ao ser comparado aos outros autores demonstra uma distância da realidade. Quase imaginária. Os enredos estavam voltados para a curiosidade da criança, os problemas cotidianos e a existência de monumentos eram explicados a partir dos eventos históricos.

Mas, por que razão Tiradentes não foi perdoado, Renato?
- Porque, para livrar seus companheiros, chamou toda a culpa sobre si.
Que herói! exclamou Guilherme.
- Herói mesmo, confirmou Renato. E, como herói, subi á *forca* a 21 de Abril de 1792.
- Como vês, Guilherme, Tiradentes foi uma victima do amor da patria. (Ibidem, p. 69)

O amor da pátria causou consequências trágicas para Tiradentes. A condenação desse herói nacional foi simplificada na fala do aluno como se retratasse um episódio do cotidiano escolar, com brigas, confusões nas quais, ele e seus colegas se envolviam.

Retomando a questão do herói, no panteão de heroísmo, o mais celebrado deveria ser Duque de Caxias pelos feitos no serviço militar na batalha contra a Argentina, em apoio ao Uruguai.

Era preciso, pois, o Brazil auxiliar o Uruguay. Foi encarregado de mais essa missão o bravo duque de Caxias. Marchou elle contra Manoel Rosas, presidente da Argentina, e conseguiu a libertação do Uruguay.

O nome, portanto, dum homem como o duque de Caxias, deve sempre sêr lembrado por seus compatriotas.

Além do que, o duque de Caxias ainda prestou, mais tarde, outros serviços á patria. Pôde dizer-se que não houve brasileiro mais digno, mais patriota do que elle.

Honra, pois, ao grande homem! (Ibidem, p.88)

No que diz respeito à complementação do aprendizado, João Pinto e Silva encena em uma das lições uma visita a um museu:

Hontem fomos ao Museu do Ypiranga.

Após agradável viagem de bonde electrico chegámos ao *magestoso* edificio onde se acha o Museu.

Percorremos todos os seus salões, em cada um dos quaes ficámos encantados pelo que vimos. (Ibidem, p.76)

Segundo o autor, a criança poderia apreender diferentes momentos da história nacional através da visita ao museu observando a sua organização. No final de sua obra, os alunos do grupo escolar fariam uma visita ao museu. Complementando o espaço museológico havia a presença de monumentos pela cidade. Esse recorte demonstra os significados para as homenagens aos grandes homens da Independência e da República.



Tanto o Brasil quanto Portugal eram apresentados através da personificação de sentimentos pátrios. No primeiro caso, o orgulho, a estima e no segundo a desaprovação e a rejeição. Os brasileiros estavam *condenados* à República: *A Republica foi sempre o sonho dourado dos brasileiros. Por isso o glorioso dia 15 de Novembro, é para os filhos do Brasil o maior dia de desta nacional* (Ibidem, p.105).

A transição entre uma época e outra denota sempre o sentimento de orgulho pátrio. Nessa perspectiva não seria necessária a espera pela República para exaltar o nacional, o Brasil era um só desde o início.

Bibliografia

ARAÚJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Pátria, civilização e trabalho**: o ensino e história nas escolas paulistas (1917-1939). Edições Loyola: São Paulo, 1990.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. “*Uma biblioteca pedagógica francesa para a Escola Normal de São Paulo (1982)*”: livros de formação profissional e circulação de modelos culturais. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 17-41.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas**: sobre o estado da arte. In: Educação e Pesquisa. [online]. São Paulo, 2004, v. 30, n. 3, p. 549-566.

DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: UNESP, 1999.

DEWEY, John. **Democracia e educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima; SIMAN, Lana Mara de Castro (org.). **Inaugurando a história e construindo a nação**: discursos e imagens do ensino de história. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ÓRIA, Ricardo Fernandes. **O Brasil contado às crianças**: Viriato Corrêa e a literatura escolar para o ensino de História (1934-1961). São Paulo: Annablume, 2011.

POMBO, Rocha. **Nossa Pátria**. 79ª Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1925.

REVISTA DE ENSINO - órgão da Associação Beneficente do professorado público de São Paulo. Ano XVIII, 1918.

SILVA, J. Pinto. **Minha Pátria**. 23ª Ed. São Paulo: Thyphographia Siqueira, 1926.



Lavando almas, lavando corpos: a prática do batismo na freguesia da cidade do Natal, século XVIII e XIX.

Thiago do Nascimento Torres de Paula²⁶⁰

Artigo Recebido em: 29/09/2017

Artigo Aceito em: 08/11/2017

RESUMO

No mundo católico ocidental do Antigo Regime, todos os recém-nascidos obrigatoriamente tinham que receber o batismo. Assim, o objetivo desta pesquisa, é analisar a prática do batismo na formação social da Freguesia da Cidade do Natal, entre os anos setecentistas e oitocentistas, estabelecendo conexões com outras figurações sociais da América portuguesa e castelhana, demonstrando como o ato de batizar era sobretudo um fato social total. Para isso, as fontes investigadas foram: os documentos de batismo, os documentos de óbito, o primeiro livro de Tombo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, entre outras. Todo examinado à luz de referenciais da história social.

Palavras-chave: Freguesia. Batismo. Recém-nascido.

Washing souls, washing bodies: practice of baptism in the parish of the city of Natal, century XVIII e XIX.

ABSTRACT

In the catholic western world in the Antique Regime, all newborn babies, obligatory, had to be baptized. Therefore, the aim of this research is to analyse the practice of baptism in the social formation of the Parish of the city of Natal, between the 1700s and 1800s, establishing connections with other social figurations in Portuguese and Spanish America. For this, the sources investigated were: the documents of baptism, documents of death, the first registry book of the Mother Church of Nossa Senhora da Apresentação, among others. Everything analysed in the light of Social History referencial.

Keywords: Parish; Baptism; Newborn

²⁶⁰ Doutor em História pela UFPR (2016), Mestre em História pela UFRN (2009), Bacharel-licenciado em História pela UFRN (2005). E-mail: thiagotorres2003@yahoo.com.br Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4533039T6>



Introdução

O objetivo deste artigo, é analisar as práticas do batismo na Freguesia da Cidade do Natal, localizada na Capitania do Rio Grande do Norte, séculos XVIII e XIX.²⁶¹ Estabelecendo conexões com outras *figurações* da América portuguesa e castelhana²⁶², demonstrando a existência de um padrão comum naquele ritual católico em toda América ibérica.

Nascida a criança, menino ou menina, não importava em que nível da figuração social ela estava, se era um príncipe filho de uma poderosa Casa Real europeia ou um filho de nativos da América luso-castelhana: todos os recém-nascidos da cristandade católica ocidental tinham que ser obrigatoriamente batizados, independente de sua condição (livre, forro ou escravo) ou da cor da pele (branco, negro, indígena ou mestiço).

O ato de nascer insere o indivíduo em qualquer sociedade, e o ritual do batismo era a porta de entrada no universo da catolicidade²⁶³, sendo esta uma das práticas que regia a vida dos católicos romanos no mundo moderno. Segundo os preceitos da Igreja católica, todas as crianças recém-nascidas eram e são portadoras do pecado original, herdado de Adão e Eva.²⁶⁴ Dessa maneira, o ato de batizar o rebento lhe garantia a salvação da alma²⁶⁵, já que, se morresse sem batismo, sua alma seria conduzida para o limbo.²⁶⁶

²⁶¹ A Freguesia da Cidade do Natal, correspondeu no período examinado a uma fração do Bispado de Pernambuco, tendo em seu território: uma igreja matriz, várias capelas, fazendas, sítios e padres que assistiam a população de católicos, composta de indivíduos livres, forros e escravos. Cf. PAULA, Thiago do Nascimento Torres de. **Teias de caridade e o lugar social dos expostos da Freguesia de N^a Sr^a da Apresentação** – Capitania do Rio Grande do Norte, século XVIII. 197f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

²⁶² O conceito *figuração* refere-se a formações sociais, onde os indivíduos estão ligados uns aos outros por laços de interdependência, compondo amplas redes de relações e distribuídos em níveis específicos da sociedade. Cf. ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Trad. Maria Luiza Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1980.

²⁶³ **CATECISMO ROMANO**, por Frei Leopoldo Pires Martins, O. F. M. Petrópolis: Vozes, 1951. p. 181 e 215. Ver também **CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA**, Livro Primeiro, Título X, § 33. feitas, ordenadas pelo Ilustríssimo, e Reverendíssimo Senhor Sebastião Monteiro da Vide, bispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade: propostas, e aceitas em o sínodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do ano de 1707. Estudos introdutórios e edição, FEITLER, Bruno: SOUZA, Evergton Sales, JANCSON, Istvan, PUNTONI (Orgs.). São Paulo: EDUSP, 2010.

²⁶⁴ **CATECISMO ROMANO**..., p. 225.

²⁶⁵ *Ibid.*, p. 238 e 243.

²⁶⁶ O limbo era uma espécie de purgatório: “[...] um terceiro receptaculo, em que eram recolhidas as almas justas, antes da vinda de Cristo. Ali desfrutavam um suave remanso, sem nenhuma sensação de dor. Alentavam-se com a doce esperança do resgate [...]”. **CATECISMO ROMANO**..., p. 135. Ver também: LE GOFF, Jacques. **O nascimento do purgatório**. Lisboa: Estampa, 1995. p. 65-69.



O ritual

O ritual do batismo apresentava um padrão comum que deveria ser seguido nos quatro cantos da cristandade católica: Europa, África, América e Ásia. A cerimônia começaria fora da igreja ou capela²⁶⁷, pois os catecúmenos não eram indignos de adentrarem o espaço do sagrado; o padre perguntaria o que lhe pretendia da Igreja, a resposta era proferida pelo padrinho, quando se tratava de recém-nascidos ou crianças sem o uso da razão; posteriormente, apresentava-se o catecismo e fazia-se uma série de perguntas ligadas à fé.

O passo seguinte era a prática do exorcismo, que constava de orações cuja finalidade era expelir o demônio²⁶⁸; deitava-se sal na boca do batizando, significando que ele estava livre da podridão do pecado e tomava gosto pelas boas obras; o sacerdote fazia o sinal da cruz na testa, olhos, peito, ombros e ouvidos para fortalecer os sentidos do novo cristão. Umedecia-se com saliva a ponta do nariz e as extremidades das orelhas, e sem delonga o batizando era levado para a pia batismal²⁶⁹, tornando-se semelhante ao cego que recuperou a visão no tanque de Siloé.²⁷⁰

O padre deveria realizar três perguntas ao catecúmeno: “Renuncias a Satanás? E a todas as suas obras? E às suas vaidades?” O catecúmeno ou o padrinho daria a resposta: “Renuncio”. Realizado o batismo, com a expressão universal das sociedades católicas “Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”, o neófito era ungido com o crisma; estava ele agora unido a Cristo e poderia ser chamado de cristão; era envolto em uma túnica branca, simbolizando a pureza, e

²⁶⁷ Para a celebração do batismo era necessário que “[...] matrizes, capelas filiais, ermidas e oratórios estivessem aparelhadas com pia batismal descende, água natural, santos óleos e paramentos das quatro cores”. VENÂNCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Tereza Gonçalves. O compadre governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, 2006. p. 274-275.

²⁶⁸ Apesar de ser uma etapa do ritual, só foram detectados dois exorcismos na Freguesia da Cidade do Natal entre os anos 1753 e 1813, em um conjunto de 3.596 batismos. Os casos foram: Manuel, batizado aos 6 de abril de 1753 na capela de Nossa Senhora do Ó do Mipibu [ACMAN, Assentos de batismo, maço de 1753-1755, f. 28], seguido do batismo de Antônia, em 7 de agosto de 1755, na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação [ACMAN, Assentos de batismo, maço de 1755-1757, f. 55].

²⁶⁹ A água que era utilizada no batismo para purificar a alma da criança estava associada ao mito do dilúvio que limpou os pecados do mundo. HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763). 474f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. p. 201.

²⁷⁰ “Tendo dito isso, cuspiu na terra, fez lama com a saliva, aplicou-a sobre os olhos do cego e lhe disse: ‘vai lavar-te na piscina de Siloé’ – que quer dizer ‘Enviado’. O cego foi, lavou-se e voltou vendo claro”. **BÍBLIA DE JERUSALÉM**. GORGULHO, Gilberto da Silva; STORNILOLO, Ivo; ANDERSON, Ana Flora (Coord.). Trad. Euclides Martins Balancin, et al. São Paulo: Paulus, 2002. p. 1867.



colocava-se uma vela entre suas mãos ou próxima do batizado, para significar a caridade que o mesmo deveria exercitar por toda a vida.²⁷¹

Este padrão proposto pela Igreja católica para o rito do primeiro sacramento sofria variações de acordo com os indivíduos, grupos sociais que eram batizados; partes da cerimônia poderiam ser suprimidas para se economizar tempo, quando se tratava do filho natural de uma escrava negra nos sertões da Capitania da Paraíba.²⁷² Porém, com muita propriedade afirmamos que todas as etapas foram cumpridas no batizado do príncipe da Beira, em fins do século XVIII, ou mesmo de um infante Delfim na Corte francesa. Todas as crianças recém-nascidas teriam que ser batizadas; não existia alma que escapasse, ou não deveria existir, tanto que qualquer indivíduo poderia batizar, em casos extremos, até mesmo os infiéis, os judeus e os hereges.²⁷³

Diante de tais considerações, identificamos nos sertões do Rio Grande do Norte, Freguesia de Nossa Senhora da Guia, localidade do Acari, o caso de Maria, parda, filha legítima nascida aos 23 de janeiro de 1835, que teve o batizado realizado por um homem chamado Manuel Muniz, *in articulo mortis*.²⁷⁴ Situação semelhante também ocorreu na mesma freguesia com a pequena Maria, branca, filha legítima de Francisco Felix da Silva e de Vitória Maria da Conceição, que foi batizada na data de 24 de maio de 1835 por Leonardo José Pereira, pois apresentava risco de morte.²⁷⁵

O batismo colocava a criança em destaque²⁷⁶; nomear o rebento era a última fase do rito batismal. No mundo católico ocidental, que englobava a América portuguesa e castelhana, o padrão estabelecido pela Igreja católica era que os nomes das crianças estivessem limitados ao universo dos santos, dos quais a criança deveria se tornar devota.²⁷⁷ Em vários momentos os catecúmenos receberam os nomes de seus padrinhos, que tinham seus nomes também associados à corte celestial, sobretudo porque o batismo gestava laços de parentesco espiritual

²⁷¹ CATECISMO ROMANO..., p. 251-255.

²⁷² Filho natural, era o mesmo filho ilegítimo ou bastardo. Sendo o termo *natural* recorrente na documentação batismal.

²⁷³ CATECISMO ROMANO..., p. 233.

²⁷⁴ AEFS, RN, ACARI, Livro de batismo, 1835-1838, Imagem 43. Disponível em: <<https://familysearch.org/locations/>> Acesso em: 20 jun. 2012.

²⁷⁵ AEFS, RN, ACARI, Livro de batismo, 1835-1838, Imagem 15. Disponível em: <<https://familysearch.org/locations/>> Acesso em: 18 jun. 2012.

²⁷⁶ GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Dir.). ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Org.). **História da vida privada**: da Renascença ao Século das Luzes. Trad. Hildergard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 312.

²⁷⁷ CATECISMO ROMANO..., p. 255. No final da vida de alguns indivíduos, eles revelavam na primeira folha de seus testamentos a devoção que tiveram ao santo de seu nome. Assim foi com Francisco, morador na Cidade do Natal, falecido em 4 de maio de 1771, que pediu proteção para sua alma ao santo de seu nome. AIHGRN, Cx. única, Livro de notas, Testamento de Francisco Fernandes da Silva-1771, f. 28v.



entre padrinhos, afilhados e compadres, não podendo haver casamento entre eles,²⁷⁸ considerando que todos estavam inseridos em uma rede de interdependência.

Com isso, “[...] se os pais carnis trouxeram a criança ao mundo, os padrinhos a conduzem à graça de Deus e dão-lhe a graça de um nome ao qual serão chamados a ter com o Senhor no dia de Juízo”, tanto que no extenso território colonial catelhano os padrinhos eram denominados *padres de gracia*.²⁷⁹ Na jurisdição eclesiástica da Cidade do Natal, tal como em outras freguesias da América portuguesa, os nomes dados à população de recém-nascidos registrados nos livros de batismo estavam inseridos no padrão proposto pela Igreja.

Nomes, hierarquia e liberdade

Em meio às centenas de documentos de batismo investigados foi possível perceber uma tendência de nomear as crianças recém-nascidas com os nomes da Sagrada Família e de santos populares. Em uma amostragem de 3.582 batismos, entre os anos de 1753 e 1813, arrolamos 1.804 meninos e 1.778 meninas, sendo os nomes mais recorrentes entre os meninos: José 254 (14,1%), referente ao esposo da Virgem, pai de Jesus; Manuel 233 (12,9%), nome do próprio Jesus Cristo; Antônio 164 (9,1%), referente ao santo padroeiro de Portugal; João 162 (9,0%), com dupla significação – São João Batista, primo de Jesus, ou o apóstolo João; Francisco 152 (8,4%), santo dos pobres e da caridade, e Joaquim 115 (6,4%), referência ao pai da Virgem.²⁸⁰

Entre as meninas houve: Maria 291 (16,3%), nome da própria Virgem; Ana 249 (14,0%), relacionado a Santana, mãe da Virgem; Joana 110 (6,2%), uma flexão do nome de São João; Francisca 96 (5,4%), flexão do nome de São Francisco; Antônia 81 (4,5%), flexão do nome de Santo Antônio.²⁸¹ O que todos os pais e padrinhos queriam, em Natal no século XVIII, era o mesmo que outros desejavam em vários outros rincões do mundo ibero-americano: proteção celestial para filhos e afilhados.

Observamos que na Freguesia da Cidade do Natal no século XVIII a própria redação dos assentos de batismo indicava o nível de importância ou hierarquia conferido pelos padres

²⁷⁸ CATECISMO ROMANO... p. 235.

²⁷⁹ HAMEISTER, Martha Daisson. **op. cit.**, 2006. p. 202.

²⁸⁰ Os outros nomes dados aos meninos, como, por exemplo, Miguel 45 (2,5%); Pedro 39 (2,2%); Alexandre 39 (2,2%); Inácio 37 (2,1%) e Domingos 30 (1,7%). Sendo os nomes diferentes deste mencionados, somaram 516 (28,6%), enquanto os sem nome foram 18 (1,0%). Supostamente os batismos em que o recém-nascido não foi nomeado eram casos em que havia risco de morte.

²⁸¹ Os outros nomes dados às meninas como, por exemplo, Tereza 59 (3,3%); Rita 56 (3,1%); Luiza 42 (2,4%) e Isabel 38 (2,1%). Sendo os diferentes destes citados, somaram 746 (41,8%); já as sem nome foram 10 (0,6%).



aos indivíduos constitutivos da figuração social; é possível observar isto nos seguintes casos selecionados para dar dimensão à realidade: o assento de batismo do filho do Sargento-mor Ignácio Francisco da Silva Botelho e de Anna Paula Francisca de Jesus continha 24 linhas de redação²⁸²; o assento do filho da escrava Isidoria, propriedade do Alferes Antônio Câmara, continha 20 linhas.²⁸³ Na mesma orientação, o assento da filha de Rosa Maria, solteira, neta de Duarte da Rocha e de sua mulher Maria Pinheiro, todos eles índios, constava de 11 linhas²⁸⁴; o assento da filha de Sebastião José, pardo, e de Ana Maria, parda, constava de 6 linhas²⁸⁵, e o assento de um exposto deixado em casa de João da Silva constava de apenas 3 linhas.²⁸⁶

Logicamente isto não era uma regra geral, mas apresentava-se como uma regularidade na documentação batismal da Cidade do Natal; supõe-se que tais elaborações tenham se reproduzido em outros espaços da América católica. Apesar de existir um padrão ditado pela Igreja para elaboração de tais documentos na América portuguesa²⁸⁷, nem sempre os padres cumpriam tal norma, fosse por falta de erudição, pouca vontade de escrever ou mesmo porque buscavam hierarquizar os indivíduos, como mencionamos.²⁸⁸

O batismo não somente libertava os recém-nascidos e outras crianças do pecado original, mas, em algumas situações, os livrava do próprio jugo da escravidão. Na Freguesia da Cidade do Natal, aos 7 do mês de julho de 1802, a recém-nascida Antônia, de pele parda, foi batizada na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, filha legítima de um casal de escravos pertencentes a Manuel Antônio Leite; a menina recebeu a graça do batismo e juntamente a liberdade, pois o padre registrou à margem de seu assento a palavra “forra”; foram seus padrinhos o Capitão Aloio da Silva e sua mulher Bonifácia Maria.²⁸⁹

²⁸² ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1763-1765, f. 7v.

²⁸³ Sendo o escravinho um bem móvel, tal como sua mãe, deveriam ficar perfeitamente claras no texto do documento sua origem e propriedade, assim explica-se a longa redação do documento. ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1786-1795, f. 156.

²⁸⁴ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1786-1795, f. 132v.

²⁸⁵ O termo *exposto* era uma referência a recém-nascidos abandonados até o final do século XIX. ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1786-1795, f. 167v. Ver também PAULA, Thiago do Nascimento Torres de. **O abandono de crianças na América ibérica**: um estudo sobre os recém-nascidos expostos e suas trajetórias na freguesia da Cidade do Natal (Capitania do Rio Grande do Norte, 1727-1835). 311f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

²⁸⁶ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1770-1777, f. 108v.

²⁸⁷ **CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA**, Livro Primeiro, Título XX, § 70.

²⁸⁸ CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da História**: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. Trad. João Maia. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 160.

²⁸⁹ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1799-1804, f. 114v.



A libertação na pia batismal repetiu-se no mesmo ano e na mesma igreja, agora no mês de agosto, quando a negrinha de nome Ana, filha natural de Vitória, preta e escrava de Manuel Antônio da Rocha, foi batizada e considerada forra; foram seus padrinhos duas pessoas solteiras, José Pedro de Vasconcelos e Maria da Noova.²⁹⁰ Não sabemos até que ponto os padrinhos intervieram neste caminho para a liberdade, mas sabe-se que a pia era um dos portais para o mundo dos libertos.

Do litoral ao sertão do Rio Grande do Norte as situações se repetiam: na freguesia de Nossa Senhora da Guia, a pardinha Francisca, nascida em 30 de outubro de 1835, recebeu como “presente” batismal a liberdade: “[...] forra na pia [...]”, era filha legítima de João Francisco, forro, e de Bernardina, escrava de Inácio de Freire Leitão.²⁹¹ Outra libertada na pia foi a parda Maria, nascida em 25 de novembro de 1835, filha de Isabel, escrava de Alexandrina Garcia de Sá.²⁹² A documentação não permite saber os motivos para tais benefícios na vida das meninas Francisca e Maria; infiro apenas que elas tiveram a possibilidade de crescerem com o estigma de libertas, livres de uma condição jurídica que nunca experienciaram, a escravidão.

Em várias outras regiões da América portuguesa, como na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, no norte da Capitania do Ceará, e também no Continente do Rio Grande de São Pedro, na vila do Rio Grande, foi possível identificar casos em que escravos recém-nascidos foram conduzidos para serem batizados e, após o primeiro sacramento, tornaram-se livres, passando a trazer atrelado a seus nomes o adjetivo de forro ou liberto.²⁹³

É perceptível, como de norte a sul do extenso território da colônia portuguesa na América, as águas das pias batismais lavaram de uma só vez corpo e alma, livrando pequenos escravos do jugo do cativo e suas almas da herança de Adão e Eva, o pecado original.

Legítimos, naturais, expostos e gêmeos

Durante a segunda metade do século XVIII e a primeira parte do século XIX, os assentos de batismo da Freguesia da Cidade do Natal revelaram uma realidade comum a outras

²⁹⁰ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1799-1804, f. 117v.

²⁹¹ AEFS, RN, ACARI, Livro de batismo, 1835-1838, Imagem 23. Disponível em: <<https://familysearch.org/locations/>> Acesso: 19 de jun de 2012.

²⁹² AEFS, RN, ACARI, Livro de batismo, 1835-1838, Imagem 43. Disponível em: <<https://familysearch.org/locations/>> Acesso: 20 de jun de 2012.

²⁹³ GALDINO, Maria Raket Amancio. **Mulheres escravas e forras na Ribeira do Acaraú (1750-1788)**. 277f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. p. 233. Ver também HAMEISTER, Martha Daisson. **op. cit.**, 2006. p. 222 e 237.



localidades da América portuguesa e castelhana: a maior parte da população de recém-nascidos tidos como livres eram filhos legítimos de pessoas pertencentes tanto ao nível superior, quanto ao inferior da figuração social; outra parte foi composta por filhos naturais, e uma fração pequena era de expostos. Um exemplo desta realidade comum foi identificado no sul da América portuguesa entre os anos de 1770 e 1800, na Freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus, onde “[...] los niños legítimos bautizados correspondieron a un 87% de los casos, un 11% entre niños ilegítimos y expuestos y un 2% [...]”.²⁹⁴ É de grande valia frisar que a presença de filhos concebidos fora do casamento era uma regularidade no mundo ibero-americano:

Es bien conocido que en América Latina los nacimientos ilegítimos fueron una constante en todas sus sociedades tanto urbanas como rurales, y que se presentó tanto en las castas como entre la población blanca aunque con diferencias en los niveles socioculturales. El Rio de la Plata no escapó a ese comportamiento permisivo de sus habitantes [...].²⁹⁵

Salientamos que os assentos de batismo elaborados pelos padres revelaram não somente a ilegitimidade ou abandono, mas diferentes preocupações com a criança recém-nascida. Um desses casos foi o batismo das irmãs gêmeas Florência e Feliciano na Freguesia da Cidade do Natal; as pequenas “mobilizaram” três sacerdotes em seus batismos, demonstrando que o nascimento de gêmeos sempre podia ser problemático; o batismo de uma delas em casa pode claramente transparecer a urgência na administração do sacramento:

[...] foram batizadas Feliciano em casa por necessidade pelo *Padre coadjutor Bonifacio da Rocha Vieira*, o qual lhe pos os santos óleos nesta matriz de licença minha aos sete de janeiro do ano de mil setecentos e setenta e quatro; e Florência neste mesmo dia foi batizada por mim digo pelo *Padre Miguel Pinheiro Teixeira* de licença minha com os Santos óleos nesta matriz, e eu fui o seu padrinho, de que mandei lançar este assento, em que me asinei. Pantaleão da Costa de Araujo / Vigario do Rio grande. (grifo nosso)²⁹⁶

Na segunda metade do século XVIII, foram raríssimos os trabalhos de parto em que nasceram crianças gêmeas em Natal no período de 1753-1813 foram arrolados 3.596 nascimentos de crianças livres e escravas, constando neste universo apenas 13 partos de

²⁹⁴ SCOTT, Ana Silvia Volpi; CELTON, Dora; GHIRARDI, Mónica; SILVA, Jonathan Fachini da. La exposición de niños en los espacios coloniales portugueses y españoles. In: FLECK, Elaine C. Deckmann; REGUERA, Andrea (Dir.). **Variaciones en la comparación**: procesos, instituciones, memórias en la historia de Brasil, Uruguay y Argentina (SS. XVIII-XXI). Buenos Aires: Facultad de Ciencias Humanas – UNICEN, 2014. p. 74.

²⁹⁵ OLIVERO, Sandra. Natalidad y bautismo en una parroquia rural de la campaña rioplatense: la población blanca del Pago de la Costa en la primera mitad del siglo XVIII. In: GUTIÉRREZ, Antonio Escudero, CUETOS, María Luisa Laviana . (Coord.). **Estudios sobre América**: siglos XVI-XX. Sevilla: AEA (Asociación Española de Americanistas), 2005. p. 1317.

²⁹⁶ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1770-1777, f. 73v.



nascimentos duplos, correspondendo a 26 crianças ou 0,7% da população de recém-nascidos. Segundo a historiografia, os gêmeos eram observados como uma espécie de monstros que tinham conquistado a normalidade, no entanto, o parto dessas crianças era temido pelas parteiras, comadres e médicos, pois colocava em risco a vida tanto da mãe, como dos recém-nascidos.²⁹⁷

A preocupação era tanta com partos complicados, como o das gêmeas supracitadas, que orientava-se as parteiras para proceder ao batismo em caso de urgência,²⁹⁸ como foi o caso de um recém-nascido que não resistiu: “[...] aos seis de julho de mil setecentos e oitenta e nove faleceu da vida presente, um inocente filho de Gonçalo Soares batizado em casa por necessidade pela própria parteira, foi sepultado nesta igreja de Santo Antonio [...]”.²⁹⁹

A salvação da alma de uma criança recém-nascida pelo batismo era alvo de muitas preocupações por parte da Igreja, que via alguns pais como despreocupados com a salvação de seus próprios rebentos, como ficou registrado no livro de Tombo da igreja matriz da Freguesia da Cidade do Natal:

[...] muitos pais dilatam o batismo de seus filhos por frívolos pretextos, e os não levam a batizar aos oito ou quinze dias, que dispõe a constituição, com o risco, e perigo de morrerem algumas crianças sem batismo, [...]. Portanto exortamos a todos a que sejam muito cuidadosos nos batismos das crianças nos tempos destinados pela constituição, sob pena nela imposta; e para que os párocos executem o que são obrigados lhes impomos a pena pecuniária quatro mil reis para Sé e meirinho por cada falta, que tiverem comissão e me executar nos fregueses a pena das constituições quando faltarem em trazerem seus filhos a batizar nos termos prescritos.³⁰⁰

Em contrapartida, os indivíduos que compunham a figuração da América ibérica não estavam presos a tais orientações. Na região rural de Buenos Aires, Pago de la Costa, 79,6% dos batismos de crianças nascidas livres ocorreram nos primeiros 30 dias de vida (OLIVERO, 2005. p. 1325), apesar de em terras colonizadas pela Coroa de Castela a orientação ser a de que os recém-nascidos fossem batizados em no máximo 10 dias.³⁰¹

²⁹⁷ DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: José Olímpio / Brasília: EDUNB, 1993. p. 192 et seq.

²⁹⁸ **CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA**, Livro Primeiro, Título XVI, § 62.

²⁹⁹ *Por necessidade* eram os batismos realizados fora da igreja e que deveriam ser confirmados. **CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA**, Livro Primeiro, Título XV, § 58; ACMAN, Assentos de óbito, Cx. única, Maço de 1784-1791, f. 15.

³⁰⁰ AIMNSA / PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO, 1725-1890 / Registro de uma pastoral diocesana que nesta matriz se publicou por mandado do Excelentíssimo e Reverendíssimo senhor Dom Francisco Xavier Aranha, por mercê de Deus e Santa Sé apostólica bispo de Pernambuco do conselho de Sua Majestade Fidelíssima e mandado registrar neste livro das visitas por ordem do Reverendíssimo Senhor Doutor Visitador Marcos Soares de Oliveira, 1760. f. 36.

³⁰¹ DIEGO, Héctor Fernando Sánchez. Patrones y prácticas asociadas al padrinazgo en un entorno rural: el Valle de Iguña durante el siglo XVII. **Tiempos Modernos**, n. 29, p. 1-16, 2014. p. 15.



O atraso no primeiro sacramento também foi perceptível na Freguesia de Nossa Senhora da Guia, nos sertões do Rio Grande do Norte; Joaquim, filho legítimo do casal Cosme Pereira de Araújo e Maria Delfina dos Santos, veio ao mundo na data de 15 de fevereiro de 1835, sendo “[...] batizado com os santos óleos no oratório de São João da Freguesia da Senhora Santa Ana do Caicó [...]”, sertões da mesma província; o que desperta a atenção é o lapso de tempo entre o nascimento e o batismo de Joaquim, que foi de 90 dias.³⁰²

O menino Joaquim recebeu o sacramento que confirmava a salvação de sua alma e o registro nos livros da Igreja como um ser vivente em 11 de maio do mesmo ano. Em suma, fosse na Cidade do Natal, nas freguesias dos sertões ou em localidades da América castelhana, os indivíduos colocavam em risco as pequenas almas de seus rebentos, dilatando o período em que a criança deveria ser conduzida à pia batismal, deixando-os na condição de pagãos, sendo, porém, diferente em casos de risco de morte.

Padrinhos de carne e osso: o sacristão, o governador e o escravo

Para além das obrigações, Luiz Mott comenta que o batizar era uma maneira dos homens e mulheres que viviam na América portuguesa tecerem uma espécie de intimidade com a Corte celestial, principalmente com a Rainha do céu, “[...] quando milhares e milhares [...] tiveram como madrinha a própria Mãe de Deus – relação sacramentada com a colocação da coroa ou bastão régio da Virgem Maria na cabecinha do batizando e a inclusão de um de seus títulos no seu nome ou sobrenome”.³⁰³

Na figuração da Freguesia da Cidade do Natal, entre os anos de 1753 e 1813, pouquíssimas foram as crianças recém-nascidas que receberam Nossa Senhora, a Mãe de Deus, como madrinha. Arrolamos apenas três casos de afilhados de santas, correspondendo a um percentual de 0,08% do conjunto total de batizados entre livres e escravos, sendo dois afilhados da Virgem Nossa Senhora da Apresentação, orago da freguesia, e um de Nossa Senhora Santa Ana, que acredita-se fosse a avó de Jesus Cristo.³⁰⁴

³⁰² AEFS, RN, ACARI, Livro de batismo, 1835-1838, Imagem 29. Disponível em: <<https://familysearch.org/locations/>> Acesso em: 19 jun. 2012.

³⁰³ MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.); MELLO E SOUZA, Laura de (Org.). **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 185.

³⁰⁴ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maços de 1753-1807.



No extremo sul da América portuguesa, na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, entre os anos de 1772 e 1837 poucas crianças livres recém-nascidas se tornaram afilhada de Nossa Senhora³⁰⁵; menos de 1% foi o índice arrolado para os afilhados de Nossa Senhora na vila do Rio Grande, entre os anos de 1738 e 1763.³⁰⁶ Certamente tais laços de compadrio não compuseram um padrão na América lusa, contrariando o raciocínio de Mott, demonstrando ainda que, de norte a sul da colônia, no século XVIII, pais e mães confiaram muito mais a orientação de seus filhos aos seus pares, indivíduos do mundo físico, do que aos seres das esferas celestiais.³⁰⁷

Em outras palavras, eram as madrinhas pessoas de carne e osso, livres ou cativas, casadas, solteiras, viúvas, proprietárias de escravos, filhas legítimas, naturais e, em alguns casos, expostas. Foram elas brancas, pardas, negras e índias, por vezes trazendo junto aos respectivos nomes um distintivo social: o prenome de Dona.

No tocante aos padrinhos, na amostragem da Freguesia da Cidade do Natal não há registro para a corte celestial: os santos não foram escolhidos como pais espirituais.³⁰⁸ Os padrinhos humanos, tais como as madrinhas, estavam difundidos tanto nos níveis inferior, quando no superior da figuração social, sendo os pertencentes à camada superior da sociedade normalmente possuidores de patentes militares, funcionários régios ou padres.

Como demonstramos, não foi dentro das igrejas, nos altares e oratórios das freguesias, que os genitores elegeram os seus compadres. Nem mesmo os sacerdotes foram a predileção dos moradores da Freguesia da Cidade do Natal: apenas 3,3% dos padrinhos eram padres. Ou seja, os sacerdotes estiveram envolvidos em 121 batizados na condição de padrinhos, mesmo havendo restrições claras por parte da própria Igreja Católica, que não permitia que religioso algum se tornasse padrinho e compadre de ninguém.³⁰⁹ Todavia, é proveitoso indicar que tal orientação eclesiástica na América portuguesa foi letra morta, pois de norte a sul, passando pela

³⁰⁵ SILVA, Jonathan Fachini da. **Os filhos do destino**: a exposição e os expostos na Freguesia Madre de Deus em Porto Alegre (1772-1837). 226f. Dissertação (Mestrado em História) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014. p. 111, 153.

³⁰⁶ HAMEISTER, Martha Daisson. **op. cit.**, 2006. p. 215, 230.

³⁰⁷ Sobre a pouca presença de santas como madrinhas da população do mundo colonial português na América, ver também SCOTT, Ana Silvia Volpi; CELTON, Dora; GHIRARDI, Mónica; SILVA, Jonathan Fachini da. **op. cit.**, 2014. p. 143.

³⁰⁸ Na vila do Rio Grande, no Continente do Rio Grande de São Pedro, os santos também não foram escolhidos para serem padrinhos. HAMEISTER, Martha Daisson. **op. cit.**, 2006. p. 215.

³⁰⁹ **CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA**, Livro Primeiro, Título XVIII, § 64.



região das Minas, os padres não foram apenas até a pia batismal realizar o ritual, mas tornaram-se naquele lugar padrinhos de uns e compadres de outros.³¹⁰

Contudo, ao mesmo tempo que Nossa Senhora, os santos e os padres “não foram escolhidos” como compadres de homens e mulheres das diferentes camadas sociais da figuração da Freguesia da Cidade do Natal, foi dentro da própria Igreja que algo saltou aos nossos olhos. Destacamos o conjunto de indivíduos que o Sacristão Francisco Alvarez de Melo, filho do Ajudante Alexandre de Melo Pinto, congregou em torno de si a partir dos laços de compadrio. Entre os anos de 1759 e 1792, o Sacristão tornou-se padrinho de 38 crianças recém-nascidas, sendo 28 livres e 10 escravas; além dos afilhados, ele uniu-se a mais 64 pessoas no ato do batismo, seus respectivos compadres, 26 homens e 38 mulheres.³¹¹

Francisco Alvarez de Melo apadrinhou recém-nascidos nos múltiplos espaços do sagrado na freguesia, passando pela igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, a igreja de Santo Antônio e as várias capelas espalhadas nas ribeiras. Em um lapso de tempo de 33 anos, o Sacristão conseguiu construir uma parentela ritual composta de afilhados e compadres, em ambos os níveis inferior e superior da hierarquia social, que contabilizou ao todo 102 pessoas. Era muito claramente uma rede de interdependência direta, uma imensa e complexa malha de reciprocidade.

Logo, percebe-se que ter afilhados era possuir um capital político importante (BRUGGER, 2007), e a relação de compadrio permitia a criação de um capital relacional (VENANCIO, 2006, p. 239), já que “[...] tal compromisso significava privilégios e deveres de ambas as partes, os quais eram reconhecidos através da obediência, fidelidade e reverência do afilhado, em contrapartida às múltiplas responsabilidades dos padrinhos”.³¹² Ressalte-se que o fato do Sacristão Francisco Alvarez de Melo compor uma extensa rede de compadrio e

³¹⁰ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maços de 1753-1807. Ver também HAMEISTER, Martha Daisson. **op. cit.**, 2006. p. 190; FERREIRA, Luciana Viana. **A criação de enfeitados em Vila Rica: a permanência da caridade (1775-1850)**. 179f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2011. p. 137-138.

³¹¹ Pesquisas sobre as relações de compadrio desenvolvidas no Brasil, relativas ao período colonial, são em sua maioria restritas ao universo da escravidão, praticamente não existindo investigações que privilegiem o mundo dos homens livres. VENANCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Tereza Gonçalves. O compadre governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, 2006. p. 274. Ver também, VENANCIO, Renato Pinto. Rede de compadrio em Vila Rica: um estudo de caso. In: OLIVEIRA, Mônica Carvalho de; ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho. (Org.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. p. 239-261.

³¹² VENANCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Tereza Gonçalves. **op. cit.**, 2006. p. 276. Ver também FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1997. p. 84-85.



afilhados, entre livres e escravos, não foi algo singular, mas um padrão, já que a historiografia recente demonstra que, em vários pontos da América portuguesa, indivíduos teceram longas redes de relações a partir das pias batismais, identificando-se situações deste tipo no Rio Grande de São Pedro³¹³, em Campos dos Goitacazes (Rio de Janeiro)³¹⁴ e em várias regiões das Minas Gerais.³¹⁵

Apadrinhar uma criança recém-nascida fazia parte dos costumes da população do mundo católico ocidental na época moderna; dificilmente alguém se negava a ser padrinho de alguém, a não ser alguns senhores de escravos que resistiam a serem fiadores espirituais dos filhos de suas cativas, respectivamente seus próprios escravos.

Em contrapartida, é muito comum encontrar-se, em testamentos redigidos em várias regiões da colônia, pessoas que deixaram esmolas para os seus afilhados, possivelmente os mais queridos. Para além dos limites da América portuguesa, em terras do extenso domínio da Coroa de Castela, as relações de compadrio ou *compadrazgo* foram de suma importância para unir indivíduos e grupos de diferentes níveis da hierarquia social.³¹⁶

Ainda analisando o caso do Sacristão Francisco Alvarez de Melo, destaca-se que ele foi padrinho de 38 crianças, mas em 14 ritos apresentou-se como padrinho solitário, ou seja, não teve acompanhante e, respectivamente, os recém-nascidos não tiveram madrinhas. Apesar dos indivíduos na colônia terem preferido madrinhas de carne e osso, ao invés de Nossa Senhora, ainda assim as mulheres estiveram ausentes no rito do batismo.

Em Natal, entre os anos de 1753 e 1813, em uma amostragem de 3.596 batismos de livres e escravos, 8,4% das crianças batizadas não tiveram madrinhas, mesmo havendo a

³¹³ Ibid. p. 279-282.

³¹⁴ FARIAS, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 216-217.

³¹⁵ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de família: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870**. Bauru: EDUSC, 2005. p. 176. Ver também VENÂNCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Tereza Gonçalves. **op. cit.**, 2006. p. 278; BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **op. cit.**, 2007. p. 303-312.

³¹⁶ UTINI, HUGO Y BERRY BELL. **Parentesco ritual: estructura y evolución histórica del sistema de compadrazgo en la Tlaxcala**. México: Fondo de Cultura Económica, 1989. p. 62. Ver também GASCÓN, Jorge. **Compadrazgo y cambio en el Altiplano peruano**. **Revista Española de Antropología**, Barcelona, v. 35, p. 191-206, 2005. p. 191-206; KOECHERT, Andreas. **Descripción del rito de transito en el compadrazgo de bautismo: el caso de una comunidad Cakchiquel**. p. 422. Disponível em: <http://www.iifilologicas.unam.mx/tlalocan/uploads/Volumenes/Tlalocan_XI/28-Koechert_XI.pdf> Acesso em: 26 dez 2014; RIVEROS, Rosalba Francisca Ponce. **Estructuras sociales, religión y poder: estudio comparativo entre México y España**. 551f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto Universitario de Iberoamérica, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Salamanca, Salamanca, 2011. p. 138-139; DIEGO, Héctor Fernando Sánchez. **op. cit.**, 2014. p. 7.



orientação eclesiástica de que o recém-nascido deveria ter dois fiadores espirituais³¹⁷; o contrário correspondeu a 1,08%, demonstrando o quanto era misógina a sociedade e quão necessária era a presença de um homem para orientar e proteger o afilhado: “[...] o sacramento significava para a criança a passagem do mundo dominado pelas mulheres para o mundo dominado pelos homens” (VENANCIO, 2006, p. 275).

É de suma importância frisar que a ausência de madrinhas em pias batismais não foi algo restrito aos apadrinhamentos do sacristão, nem mesmo à realidade da Freguesia da Cidade do Natal, mas correspondeu a um padrão comum para praticamente toda a América portuguesa: a ausência de madrinhas foi registrada de norte a sul da colônia, desde o norte da Capitania do Ceará, passando pelo Rio de Janeiro e Minas Gerais, chegando até o Rio Grande de São Pedro.³¹⁸

Na Capitania do Rio Grande do Norte, tal como em outros pontos da colônia, a presença recorrente de homens na iniciação da vida cristã dos recém-nascidos foi uma constante. Aos 18 de novembro de 1764, na igreja matriz da Cidade do Natal, foi batizada a menina Antônia, branca, livre, filha legítima, tendo como seu padrinho por procuração o Governador e Capitão-General de Pernambuco, Antonio de Souza Manuel Meneses, não havendo madrinha.³¹⁹ No entanto, raramente os governadores da Capitania do Rio Grande do Norte tornaram-se padrinhos; destacam-se apenas o Governador Caetano da Silva Sanches e sua esposa Dona Maria Francisca do Rosário Lopes, que entre 1791 e 1795 foram padrinhos de cinco recém-nascidos, todos livres, brancos e legítimos, sendo seus compadres portadores de distintivos sociais como o de Alferes, Doutor, Capitão e Dona.³²⁰

³¹⁷ Mas nunca dois homens ou duas mulheres; porém, na freguesia da Cidade do Natal foi identificado o caso de uma menina apadrinhada por dois homens, o Tenente Francisco Pinheiro Teixeira, casado, e Antonio José de Souza, filho do Tenente Francisco de Souza Oliveira, no ano de 1765. Justificou-se o Vigário nos seguintes termos: “[...] os quais padrinhos ambos do mesmo sexo é contra o disposto nos concílios, e constituição, e o foram por eu não saber nem assistir ao batizado, do que fiz este assento, e mandei, que se remetesse certidão ao seu Reverendo pároco, e me assinei por verdade”. ACMAN, Assento de batismo, Cx. única, Maços de 1763-1765, f. 22v. Ver também **CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA**, Livro Primeiro, Título XVIII, § 64.

³¹⁸ GALDINO, Maria Raket Amancio. **op. cit.**, 2013. p. 238. Ver também VENANCIO, Renato Pinto. A madrinha ausente: condição feminina no Rio de Janeiro (1750-1800). In: COSTA, Iraci Del Nero da (Org.). **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986. p. 97; VENANCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Tereza Gonçalves. **op. cit.**, 2006. p. 283; HAMEISTER, Martha Daisson. **op. cit.**, 2006. p. 215; SCOTT, Ana Silvia Volpi, CELTON, Dora; GHIRARDI, Mónica; SILVA, Jonathan Fachini da. **op. cit.**, 2014. p. 143; SILVA, Jonathan Fachini da. **op. cit.**, 2014. p. 152.

³¹⁹ ACMAN, Assento de batismo, Cx. única, Maços de 1763-1765, f. s/n.

³²⁰ ACMAN, Assento de batismo, Cx. única, Maços de 1753-1813.



Frisamos que os governadores portugueses na América apresentavam um padrão comum no que diz respeito ao perfil de suas redes de compadrio e afilhados, independente da quantidade de indivíduos apadrinhados. Dom Luís da Cunha Menezes, governador das Minas Gerais, foi padrinho de 23 crianças entre os anos de 1783 e 1787, sendo o perfil de sua rede de relações construída a partir da pia batismal muito semelhante ao da rede tecida por Caetano da Silva Sanches na periferia da América portuguesa (VENANCIO, 2006, p. 278).

A ocorrência de batismos sem a presença de padrinhos e madrinhas também foi uma realidade; normalmente, isto se dava quando a criança estava em risco de morte. Na figuração da Freguesia da Cidade do Natal, entre 1753 e 1813, em meio à população geral de recém-nascidos, tais batizados corresponderam a 3,1% dos ritos realizados. Exemplo foi o batismo em casa da escrava Merenciana, nascida aos 26 de fevereiro de 1771, filha natural de Maria, escrava e natural do Reino do Congo, ambas propriedades do Ajudante Alexandre de Melo Pinto.

A pequena Merenciana foi batizada no mesmo instante em que nasceu, por necessidade, pelas mãos do Sacristão Francisco Alvarez de Melo, filho do Ajudante Alexandre de Melo Pinto, sem ter padrinho ou madrinha. A menina escrava muito provavelmente deve ter nascido em condições precárias de saúde, recuperando-se e tendo seu batizado confirmado na igreja matriz da freguesia, aos 11 de agosto do mesmo ano.³²¹ Perceba que o Sacristão que a “todos apadrinhava”, não apadrinhou o escravo pertencente ao pai.

Renato Franco afirma que geralmente a escolha dos padrinhos de uma criança concentrava-se no universo das pessoas livres, apesar de que, quando a criança corria risco de vida, deveria-se cumprir o ritual de salvação da alma aceitando-se inclusive escravos como padrinhos. Contudo, os casos que ele encontrou de escravos apadrinhando crianças livres em Vila Rica, nas Minas Gerais, foram poucos (FRANCO, 2006). Na Freguesia da Cidade do Natal foi possível localizar situações em que crianças livres, sem nenhum sinal aparente de risco de morte, foram apadrinhadas por cativos, como o caso da pequena Maria:

Aos quinze de agosto de mil setecentos e cinquenta e seis de licença do Reverendo Vigário o Doutor Manuel Correa Gomez na matriz desta cidade batizou e pos os santos óleos o reverendo padre Teodorio da Rocha Vieira a Maria filha de Cosmo Pinto de Araújo e de sua mulher Joana Gomes foram padrinhos Antonio de Araújo solteiro filho de Matias de Araújo e *Maria escrava de Dionísio da Costa Soares* de que mandou lançar este assento o muito Reverendo Senhor Doutor Visitador que abaixo assinou. Marco Soares de Oliveira. (grifo nosso).³²²

³²¹ ACMAN, Assento de batismo, Cx. única, Maço de 1770-1777, f. s/n.

³²² ACMAN, Assento de batismo, Cx. única, Maço de 1755-1757, f.16.



No ano de 1787, no dia 26 de setembro, mais um recém-nascido livre recebeu o seu primeiro sacramento tendo como mãe espiritual uma escrava:

Manoel filho de Francisco de Brito, e de sua mulher Maria da Silva neto paterno de Alexandre de Brito e de sua mulher Apolônia Dias, e pela materna de Felipe de Santiago, e de sua mulher Susana todos naturais da Vila de Ares nasceu a vinte e seis de setembro de mil setecentos oitenta e sete na capela de Nossa senhora da Conceição do Jundiá pelo Padre Manoel Antonio de Oliveira com os santos óleos foram padrinhos Manoel Antonio da Rocha e *Jeronima escrava de José Fernandes de Campos* todos desta freguesia, e não se continha mais em dito assento de que mandei fazer este em que por verdade me assino [...]. (grifo nosso).³²³

Manoel e Maria, segundo a documentação, não apresentavam problemas de saúde que pudessem tragar suas pequenas vidas, sem dizer que também eram filhos legítimos, frutos de uniões reconhecidas publicamente pela Igreja. No decorrer da pesquisa nos assentos de batismo aqueles não foram os únicos casos encontrados; houve outras ocasiões em que na pia batismal se firmou uma relação incomum: o afilhado livre e o padrinho escravo. Construímos um quadro para melhor visualizar esta situação.

Quadro 1: afilhados livres e padrinhos escravos na freguesia da cidade do natal (1753-1795).

Pais das crianças	Afilhados e legitimidade	Padrinhos
Cosme de Araújo, Joana de Cosmo	Maria (legítima)	Matias de Araújo e Maria, escrava de Dionísio da Costa Soares
José Pereira, índio, Francisca Pereira	Domingos (natural)	Felix Soares e Gracia, escravos do Sargento-mor Rodrigo Alves Correa
Teodósio da Rocha, Ana Maria da Assunção	Margarida (natural)	Teodósio Felipe e Mariana, escrava da viúva Ana Maria da Conceição
Francisco Antonio Fernandes, Maria Fernandes, pretos forros do gentio de Angola	Inácia (legítima)	Luiz Ferreira, casado, escravo da viúva Ana Maria da Conceição e Rita Maria, solteira e forra
Josefa da Silva, pai incógnito	Inácia (natural)	Inácio, escravo do Sargento-mor João de Sousa Nunes e Josefa Maria, solteira
José Gomes Monteiro, Luísa Lourença da Conceição	José (natural)	Antonio Gonçalves Terso, casado, e Rufina, casada, escrava de Dona Ângela Micaela de Moraes

³²³ ACMAN, Assento de batismo, Cx. única, Maço de 1786-1795, f. 50.



–	Josefa (exposta)	Antonio da Cunha Dias e Luísa, escrava de João de Souza Nunes
Luciano Ferreira, Margarida de Jesus	Ana (legítima)	Calisto da Costa e Clara, escrava de Dona Rosa Maria Josefa
Francisco de Brito, Maria da Silva	Manoel (legítimo)	Manoel Antônio da Rocha e Jerônima, escrava de José Fernandes de Campos
Ana Francisca, solteira	Felipe (natural)	Cipriano e Caetana, solteiros e escravos do Capitão Manoel Alvarez Correa
Manuel da Cunha Gomes, Luiza Maria da Rocha	Maria (legítima)	Manuel da Cunha, solteiro, e Basília, escrava do Capitão Manoel Martins Teixeira de Moura

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Natal - Livros de Batismo da Freguesia da Cidade do Natal.

No quadro anterior podemos observar os seguintes pontos: dos 11 casos apresentados para a segunda metade do século XVIII, cinco eram filhos legítimos, cinco filhos naturais, frutos de possíveis relações estáveis ou mancebias, e uma exposta. Dos naturais, dois eram filhos de mulheres solteiras; no caso de Inácia, filha de Josefa da Silva, o padre deixou registrado não saber quem era o pai. Observa-se que os genitores apresentados no quadro estavam entre os elementos mais pobres da figuração: índios, pretos forros, mulheres solteiras; portanto, o apadrinhamento por elementos desse mesmo segmento social não é de todo inexplicável.

Por fim, era na figura da pessoa livre que os elos do parentesco ritual estava restabelecido, pois o escravo poderia ser vendido, emprestado, alugado para outra região e, na ausência dos pais, estariam presentes a madrinha ou o padrinho livre. Não que os padrinhos cativos não pudessem ter atitudes ativas na vida de seus afilhados.

Conclusão

Ao cabo de tudo, o ato do batismo era uma espécie de fato social total, pois tocava a todos os indivíduos em figuração, fosse na Freguesia da Cidade do Natal, na Capitania do Rio



Grande do Norte, ou mesmo nas múltiplas formações sociais da América Portuguesa e Castelhana, ou melhor, era um ato presente em todo o mundo católico ocidental do Antigo Regime, ou seja, nenhuma criança recém-nascida poderia ficar sem o batismo, fosse um príncipe ou filho de um escravo.

Assim, o primeiro sacramento poderia ser ministrado por quaisquer cristãos em caso de necessidade extrema. Os nomes dos recém-nascidos batizados figuravam entre os nomes da Sagrada Família e da Corte Celestial, frisando ainda que os padres muitas vezes redigiam os documentos de batismo hierarquizando os indivíduos. Desse modo, quanto melhor posicionado socialmente, mais detalhado era o batistério.

De resto, o batismo não somente limpava o pecado original da alma dos recém-nascidos, segundo as concepções da Igreja Católica, como também, em dados momentos, libertava alguns pequenos do julgo da escravidão. Em várias figurações da América Portuguesa, especificamente na Freguesia da Cidade do Natal, entre os séculos XVIII e XIX, os padrinhos celestiais foram preteridos em função de fiadores espirituais de carne e osso, fosse um sacristão, um governador ou mesmo um escravo.

Seja como for, o ato de batizar e apadrinhar gerava laços de aproximação entre os compadres, gestava em vários casos uma dinâmica de dependência recíproca. Nesse sentido, o compadrio foi uma estratégia utilizada pelas elites, mas também pelos pobres e cativos, como uma forma de buscar uma espécie de segurança para a criança.

Fontes

Maços de assentos de batismo, 1753-1813 (Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Natal).

Maços de assentos de óbito, 1760-1800 (Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Natal).

Livros de assentos de batismo, 1835-1838 (Arquivo Eletrônico do Family Search / Rio Grande do Norte, Acari).

Primeiro livro de tombo da Freguesia da Cidade do Natal, 1725-1890 (Arquivo da igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, Natal/RN)

Livro de notas, Testamento de Francisco Fernandes da Silva, 1771 (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte)



Bibliografia

Livros

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da história: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social**. Trad. João Maia. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CATECISMO ROMANO, por Frei Leopoldo Pires Martins, O. F. M. Petrópolis: Vozes, 1951.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio / Brasília: EDUNB, 1993.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Trad. Maria Luiza Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1980.

FARIAS, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

GORGULHO, Gilberto da Silva; STORNILO, Ivo; ANDERSON, Ana Flora (Coord.). **Bíblia de Jerusalém**. Trad. Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 2002.

LE GOFF, Jacques. **O nascimento do purgatório**. Lisboa: Estampa, 1995.

SOUZA, Evergton Sales; JANCSON, Istvan; PUNTONI, Pedro (Orgs.). **Constituições primeiras do arcebispado da Bahia, feitas, ordenadas pelo Ilustríssimo, e Reverendíssimo Senhor Sebastião Monteiro da Vide, bispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade: propostas, e aceitas em o sínodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do ano de 1707**. Estudos introdutórios e edição, Bruno Feitler; São Paulo: EDUSP, 2010.

UTINI, HUGO Y BERRY BELL. **Parentesco ritual: estructura y evolución histórica del sistema de compadrazgo en la Tlaxcala**. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

Capítulos de livros

GÉLIS, Jacques. *A individualização da criança*. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Dir.). ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Org.). **História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes**. Trad. Hildergard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MOTT, Luiz. *Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu*. In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.); MELLO E SOUZA, Laura de (Org.). **História da vida privada no**



Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OLIVERO, Sandra. *Natalidad y bautismo en una parroquia rural de la campaña rioplatense: la población blanca del Pago de la Costa en la primera mitad del siglo XVIII*. In: GUTIÉRREZ, Antonio Escudero, CUETOS, Maria Luisa Laviana . (Coord.). **Estudios sobre América:** siglos XVI-XX. Sevilla: AEA (Asociación Española de Americanistas), 2005.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; CELTON, Dora; GHIRARDI, Mónica; SILVA, Jonathan Fachini da. *La exposición de niños en los espacios coloniales portugueses y españoles*. In: FLECK, Elaine C. Deckmann; REGUERA, Andrea (Dir.). **Variaciones en la comparación:** procesos, instituciones, memórias en la historia de Brasil, Uruguay y Argentina (SS. XVIII-XXI). Buenos Aires: Facultad de Ciencias Humanas – UNICEN, 2014.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *A madrinha ausente: condição feminina no Rio de Janeiro (1750-1800)*. In: COSTA, Iraci Del Nero da (Org.). **Brasil:** história econômica e demográfica. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.

_____. *Rede de compadrio em Vila Rica: um estudo de caso*. In: OLIVEIRA, Mônica Carvalho de; ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho. (Org.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

Teses e dissertações

FERREIRA, Luciana Viana. **A criação de enjeitados em Vila Rica:** a permanência da caridade (1775-1850). 179f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2011.

FRANCO, Renato Júnior. **Desassistidas Minas:** a exposição de crianças em Vila Rica, século XVIII. 227f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

PAULA, Thiago do Nascimento Torres de. **Teias de caridade e o lugar social dos expostos da Freguesia de N^a Sr^a da Apresentação** – Capitania do Rio Grande do Norte, século XVIII. 197f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

_____. **O abandono de crianças na América ibérica:** um estudo sobre os recém-nascidos expostos e suas trajetórias na freguesia da Cidade do Natal (Capitania do Rio Grande do Norte, 1727-1835). 311f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

RIVEROS, Rosalba Francisca Ponce. **Estructuras sociais, religión y poder:** estudio comparativo entre México y España. 551f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto Universitario de Iberoamérica, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Salamanca, Salamanca, 2011.



SILVA, Jonathan Fachini da. **Os filhos do destino**: a exposição e os expostos na Freguesia Madre de Deus em Porto Alegre (1772-1837). 226f. Dissertação (Mestrado em História) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

Artigos em periódicos

GASCÓN, Jorge. *Compadrazgo y cambio en el Altiplano peruano*. **Revista Española de Antropología**, Barcelona, v. 35, p. 191-206, 2005.

VENÂNCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Tereza Gonçalves. *O compadre governador*: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, 2006.

Artigo da Web

KOECHERT, Andreas. **Descripción del rito de transito en el compadrazgo de bautismo**: el caso de una comunidade Cakchiquel. Disponível em:
<http://www.iifilologicas.unam.mx/tlalocan/uploads/Volumenes/Tlalocan_XI/28-Koechert_XI.pdf> Acesso em: 26 dez 2014



Juízes de órfãos na Capitania do Ceará: definições da ideia de órfão e práticas jurídicas (1799-1822)

Patrícia Marciano de Assis³²⁴

Artigo Recebido em: 06/09/2017

Artigo Aceito em: 18/10/2017

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir as definições de órfão a partir da documentação das Ordenações Filipinas e das práticas dos juízes de órfãos, situando o aparecimento desses juízes na Capitania do Ceará, no período colonial, especificamente entre os anos de 1799 a 1822. Analisamos, assim, os inventários e os “Registros da saída de dinheiro dos órfãos” do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), a legislação de Portugal, as Ordenações Filipinas, dicionários, além de outros documentos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), através do aporte teórico-metodológico da História Social. A proposta é entender as relações de poder que circunscrevem as ideias de “órfão” ou “menor” nas malhas da justiça.

Palavras chaves: Juízes de órfãos, Ordenações Filipinas, Capitania do Ceará.

Orphan's judges in the captaincy of ceará: definitions of the idea of orphan and legal practices (1799-1822)

ABSTRACT

This article aims to discuss the definitions of orphan from the documentation of Philippine's Ordinations and practices of orphans's Judges, situating the emergence of such judges in the Ceará's Captaincy, in the colonial period, specifically between the years 1799-1822. Thus analyze inventories and “Registros da saída de dinheiro dos órfãos” of Arquivo Público do Ceará (APEC), the laws of Portugal, Philippine's Ordinations, dictionaries, and other documents of Arquivo Histórico Ultramarino (HU), through theoretical and methodological contribution of History social. The proposal is to understand the power relations that circumscribe the ideas of "orphan" or "minor" in justice networks.

Keyword: Orphans's Judges, Philippine's Ordinations, Captaincy of Ceará.

³²⁴ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista de doutorado - CAPES. Email: patriciamarcia@outlook.com. <http://lattes.cnpq.br/8504332357303631>. Este artigo faz parte do trabalho de conclusão do curso de graduação em História pela Universidade Estadual do Ceará.



Introdução

O estudo da infância ou da criança ganha destaque enquanto objeto histórico a partir da década de 1960, quando Phillipe Ariès (1981) problematizou a concepção moderna de infância, ressaltando que tal conceito estava ligado ao advento da burguesia e dos novos significados de família e educação³²⁵. Nesse sentido, tal concepção teria sofrido uma série de modificações históricas, e, acrescentamos também, os termos específicos que comumente a ela relacionamos. Assim, a categoria “órfão” tem historicidade e assume significações distintas conforme o período trabalhado e definições sociais consideradas. A própria trajetória da criança na história do Brasil permite vislumbrar o papel desses sujeitos a partir das contradições econômico-culturais e de suas relações com o lugar social da família (DEL PRIORI, 1991). Entre os séculos XVIII e XIX, por exemplo, emergem diversas publicações sobre a importância de cuidar das crianças, as quais, ao partir de uma ideia de infância burguesa, demarcavam, de início, uma diferença e uma dependência: elas eram diferentes dos adultos por necessitarem de seus cuidados (DONZELOT, 1980). Essas publicações ajudaram a forjar a ideia que temos deste termo hoje, diferente do período colonial, quando não havia distinção em relação ao adulto, não obstante a emergência de uma ideia de órfão, ou de menor, com a qual trabalharemos nas páginas seguintes, que funcionou como tentativa de aplicação prática de um conceito jurídico português, que ainda era teórico no período.

Nesse sentido, a maioria dos estudos sobre os órfãos, ou sobre o período colonial em geral, utilizam as compilações jurídico-legislativas de Portugal, conhecidas como Ordenações, as quais regulavam os mais diversos aspectos da América Portuguesa, desde seu processo de colonização e povoamento. Elas foram, ao total, três: as Afonsinas (1446-47), as Manuelinas (1521) e as Filipinas (1603), através das quais os respectivos reis lusos ditavam suas leis para serem seguidas na Metrópole e em suas colônias. Esse último conjunto de leis, as Ordenações Filipinas (PORTUGAL, 2004), compostas por textos reformados do Código Manuelino e articulados com outras demandas normativas posteriores da Coroa, foram as mais longevas do período colonial e vigoraram durante todo o período estudado nesse trabalho, como ressaltou D. João VI, esse código funcionaria, a partir de sua publicação, como uma “espinha dorsal do direito português”, inclusive no trato com as colônias d’além mar (VAINFAS, 2001, p. 436).

³²⁵ Para uma noção das primeiras pesquisas sobre o tema e de uma bibliografia específica, ver Ramos, Lima, Paparelli e Kalmus (2002).



Utilizando o aporte teórico-metodológico da História Social, buscamos refletir sobre essa legislação e alguns documentos da Capitania do Ceará, especificamente entre sua emancipação da Capitania de Pernambuco (1799) e a emergência do Império na América Portuguesa (1822), buscando visualizar os mais diferentes aspectos que ligam a rede com a qual está envolta a concepção de órfão e a prática dos juízes de órfão. Para tanto, dividimos o artigo em dois tópicos, onde refletimos sobre o papel desses juízes na legislação lusa e as definições da categoria “órfão” do período; e, em seguida, problematizamos sua atuação nesta Capitania. As fontes usadas foram, além das leis portuguesas, as cartas e requerimentos enviados ao Conselho Ultramarino, dicionários do período, o Registro da Saída de Dinheiro dos órfãos de Fortaleza e os inventários do Arquivo Público. Através dessa documentação³²⁶, tentamos mostrar os principais aspectos que conformavam a ideia de “órfão” e algumas outras, que estavam por traz das práticas dos próprios juízes de órfão da Capitania do Ceará.

Juiz de Órfãos como alternativa legal ao pátrio poder: definições da categoria “órfão”.

Segundo Fernando Novais (1985, P. 47), a “História do Brasil, nos três primeiros séculos, está intimamente ligada à da expansão comercial e colonial européia na época moderna”, o que inaugurou, a seu ver, uma organização mais complexa que a do século XV, por envolver a ocupação e utilização das terras do Novo Mundo. Deste modo, os processos de expansão e colonização da América Portuguesa estiveram relacionados a uma rede maior que extrapolou seu âmbito continental e que se gestou, um pouco antes da própria expansão, no seio da formação do Estado monárquico e absolutista português.

Ao longo desses processos, as Ordenações foram os dispositivos jurídicos que construíram e se constituíram em espaços de produção de poder por parte dos reis portugueses, além de conformarem estruturas e campos de atuação das várias instituições e funcionários a serviço da Coroa portuguesa. Entretanto, tais dispositivos encontravam, quando de suas tentativas de aplicação, modos de funcionamento e organização que muitas vezes inviabilizavam sua execução, sobretudo nas colônias, como salientou Silvia Lara (*Apud*

³²⁶ As transcrições possuem intervenções para melhor compreensão: desenvolvimento das palavras abreviadas e atualização do português, exceto nomes de lugares e pessoas (Cf. FLEXOR, 2008). Além disso, usamos APEC para referenciar os documentos do Arquivo Público do Ceará, tendo em vista a ausência de organização, assim como: COF: Cartório de órfãos; CA: Cartório de Aracati; RSDO: Registro da Saída de Dinheiro dos Órfãos.



BICALHO, 2000, p. 227): “na administração do império português, por exemplo, a estrutura judicial confundia-se, na maior parte das vezes, com a burocracia colonial”.

Somente através das compilações Filipinas, passou a existir um título específico para os juízes com os quais o rei compartilhava certa autoridade no tratamento das questões específicas dos órfãos. Temos, assim, em seu Título LXXXVIII, “Dos Juízes dos Órfãos”, linhas destinadas especialmente para a organização jurídica daquelas pessoas consideradas órfãs, a partir das quais vislumbramos o aparato administrativo proposto para tratar desses personagens, pois, de acordo com essa lei, estavam “ordenados os Ofícios de Juiz e Escrivão dos Órfãos, para especialmente proverem nas pessoas e fazendas deles, no que devem ter grande cuidado, pela muita confiança, que neles é posta” (PORTUGAL, 2004, p. 206). Em outras palavras, a partir da criação desses cargos, os juízes de órfãos e seus escrivães passam a ser legalmente os responsáveis pela administração dos bens e das pessoas dos órfãos

Segundo Almeida, comentador do Código Filipino em sua edição de 1870, foi o crescimento populacional na América Portuguesa e “suas especiais circunstâncias”, que “moveram o governo da Metrópole a criar nas vilas, onde houvessem Juízes Ordinários, Juízes de Órfãos trienais, consignando-lhes um regimento que foi promulgado com o Al. de 2 de Maio de 1731” (Ibidem). Dentre suas especificações, esse juiz deveria ter a idade de trinta anos, ou mais, além de procurar saber: “quantos Órfãos há na cidade, vila, ou lugar, em que é Juiz, e fazê-los todos escrever em um livro ao Escrivão desse Ofício, declarando o nome de cada Órfão, e cujo filho é, e de que idade, e onde vive, e com quem, e quem é seu Tutor, e Curador” (Ibidem, p. 207).

Se, como vimos acima, temos no bojo do processo de assimilação de valores europeus, um tratamento destinado aos órfãos longe da visão moderna de infância, ainda em processo de construção nos moldes de uma sociedade burguesa, então como compreender o que nesse período conformava a palavra órfão, tendo em vista a ausência específica de uma ideia de infância? E o que se esperava do juiz responsável por um assunto tão “específico”, dentro do processo de crescimento da América Portuguesa? A quem seria delegado o cuidado de alguém que, como vimos nos estudos sobre a temática, era tido pela sociedade colonial como uma pessoa que não podia reger-se sozinha? Tentando resolver tais questões buscamos o auxílio, além das próprias Ordenações, dos Dicionários de Raphael Bluteau (1728), de Antonio de Moraes Silva (1813) e de Luiz Maria da Silva Pinto (1832), originalmente publicados, respectivamente, em Coimbra, no ano de 1728, em Lisboa, no ano de 1789, e em Ouro Preto,



no ano de 1832, através dos quais temos o desenrolar de certos significados que paulatinamente vão se apresentando ao longo da pesquisa sobre os órfãos. Embora o primeiro e o último fujam ao recorte temporal estabelecido, eles são importantes no sentido de possibilitar uma comparação quanto às possíveis mudanças ou permanências desse ideário. Nesse sentido, aquele que vai funcionar como o porta-voz do período em estudo, é o de Antonio Moraes Silva, o qual, segundo Sousa (2012), mantém relação com o primeiro, ainda que existam notáveis diferenças.

Guardadas as devidas relações e distinções, eles entendem “Juiz” como aquele que “administra justiça, e faz executar as leis” (SILVA, 1813, p. 193), usando como referência o “juiz do barrete, juiz ordinário e juiz de fora” (BLUTEAU, 1728, p. 531); e, em último caso, seria aquele que “faz executar” leis régias (PINTO, 1832, p. 630). Mais amplo nos exemplos que o de Bluteau (1728), Moraes Silva (1813, p. 193) traz uma lista de juízes, da qual o juiz de órfãos faz parte, acrescentando em sua definição, que o juiz é aquele “que julga, ou forma juízo crítico de alguma obra”. Ora, segundo tais verbetes, temos que juiz é quem administra a justiça e faz “executar” as leis, e, por outro lado, quem faz o “juízo crítico” para o que está posto, assim, eles são os responsáveis por efetuar e administrar a justiça proposta por Portugal, através das Ordenações, na América Portuguesa. No caso dos juízes de órfãos, eram sobre os órfãos que deveriam recair suas práticas e administrações, como de fato vislumbramos na documentação, ainda que com particularidades próprias, conforme veremos.

Pesquisando outros significados que emergem no estudo sobre o tema, temos, ainda, no Dicionário de Moraes Silva (1813, p. 120), que o órfão (ou *horfãos*) seria aquele “a quem morreu o pai, ou a mãe; de ordinário se diz dos meninos, e moços”, assim como órfã seria a mulher “a que morreu o pai, ou a mãe” e orfandade (ou *orfindade*): “O estado do que não tem pai, ou mãe por morte deles” (Ibidem, p. 371). Então temos, para o caso dos órfãos, que eles eram aqueles “meninos, e moços” ou “Mulher” que perderam o pai ou a mãe; entretanto, é importante destacar sobre eles, baseado em outros estudos, que “este era um status atribuído não apenas àqueles menores que haviam perdido seus pais, mas a todos considerados como incapazes de gerir seus bens”, como os loucos e desvalidos (RODRIGUEZ, 2010, p. 14).

As definições de “órfão” do dicionário de Moraes Silva são similares as de Pinto (1832, p. 96) e Bluteau (1728, p. 113), respectivamente, a “orfandade” (ou *orphandade*) era definida como a “qualidade, ou estado de órfão órfã”; ou, para ser mais específico, era: “O estado do filho, que perdeu o pai, ou a mãe, ou um, & outro”, uma vez que órfão era o “Pupilo, que perdeu



o pai, ou mãe, ou que não tem pai, nem mãe”. Apesar dos verbetes tenderem para essa ideia de que órfão é “o estado do filho” que perdeu um dos pais, observamos que nas ordenações não estão claras as ideias de órfão e menor, já que o órfão é o “menor de vinte cinco anos (...) quando lhe morre pai, ou mai” (PORTUGAL, 2004, p. 209).

Deste modo, percebemos que há uma relação, ainda que confusa, entre o “estado” (isto é, a condição de ser algo por um período) de órfão e o de “menor”, ou seja, nem todo menor é órfão, embora o menor incapaz também seja assim denominado; mas todo aquele a quem se considera órfão é um menor de idade. Dito de outro modo, alguém para ser denominado órfão, deve ser menor de idade, uma vez que este é um dos requisitos da lei para tal definição; enquanto no caso do “menor”, basta que não possua idade maior de 25 anos, nem seja casado.

Em seus estudos sobre os órfãos de Bragança (São Paulo), Bastos e Kuhlmann Jr. (2009, p. 49) esclarecem que infância, adolescência e juventude “são palavras que não figuram nos documentos estudados (...) nem na legislação da época”, uma vez que o “Poder Judiciário referia-se [tão somente] a pupilos, menores e órfãos”. Desta feita, podemos pressupor, como sugerem os autores, que os usos dessas palavras como sinônimos eram comuns, mas demonstram uma prática da época, também confusa em relação a palavra “criança” e menor, pois a primeira pode ser encontrada, mas em referência aos “menores” de cinco anos. Assim, entendiam “criança” como sendo os menores, órfãos ou não, ou seja, “a de peito” (BLUTEAU, 1728, p. 610) ou a “menina, ou menino (...) novo, pequenino” (SILVA, 1813, p. 495), só posteriormente relacionado a “cria da mulher” (PINTO, 1832, p. 38), mas ainda guardando relação com as definições anteriores.

Desta maneira, é possível encontrar a palavra “criança” como referência aos menores de cinco anos e aparecendo apenas esporadicamente, como enfatizaram em sua pesquisa Bastos e Kuhlmann Jr. (2009, p. 49), ela apareceu apenas uma vez em um inquérito policial sobre um infanticídio (em 1888), o que os levou a concluir que a “infância, desde o Período Colonial, era tratada judicialmente pelas normas estabelecidas no Código Penal, que seguia o conjunto de leis proposto nas Ordenações Filipinas”. Ou seja, a ausência de referências à infância no período, em sua atual concepção, parece estar ligada diretamente ao conjunto de leis que estabeleciam essa relação, inicialmente nas Ordenações e depois no Código Penal.

Logo, o órfão, também chamado de menor, não poderia ser definido apenas como criança, segundo a acepção definida acima, pois esta, além de pouco usual, definia somente os menores de cinco anos. Assim, a questão que fica ao historiador é saber a faixa de idade na qual



se delimitava a denominação de “menor” e também que tipo de relação havia na América Portuguesa para quem era assim denominado.

Segundo Gilberto Freyre (2000, p. 18 e 22), em sua tentativa de delimitar as características gerais da colonização portuguesa no Brasil, o que houve, no período colonial, foi a formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida, cuja feição particular estaria ligada a própria formação da família, com a vinda dos “primeiros colonos sólidos, as primeiras mães de família” e, conseqüentemente, das bases sociais para o estabelecimento do poder patriarcal, pois a nossa formação social gestou-se quer “de gente casada vinda do reino, quer das famílias aqui constituídas pela união de colonos com mulheres caboclas ou com moças órfãs ou mesmo à-toa, mandadas vir de Portugal pelos padres casamenteiros”.

Como herança dessa formação social dos primórdios da colonização, as mulheres e os filhos permaneceram submetidos socialmente ao poder paterno (*pátria potestas*). Para o caso do órfão, este poder influenciaria na própria atribuição do status de “órfão” a alguém, sobretudo como estratégia jurídica, uma vez que, segundo Silva (1813, p. 64): “No caso do falecimento da mãe e permanência do pai, o infante com idade inferior a 21 anos não era considerado juridicamente órfão e sim menor, ou seja, a condição de órfão estava atrelada à ausência do pai”. O poder aqui assumiria o caráter de autoridade (Idem, p. 461) legada ao pai, pois as “mães, tanto as escravas quanto as não escravas, não tinham o direito de exercer o pátrio poder sobre seus filhos, que só lhes foi dado a partir de janeiro de 1890, pelo artigo 92, da lei 181, do Código Penal” (BASTOS; KUHLMANN JR., 2009, p. 50).

Além dos problemas de concepção referente ao órfão, e ao poder legado social e juridicamente aos homens pela legislação lusa, existia outro também referente às práticas sociais do período colonial da América Portuguesa. Senão vejamos, segundo as Ordenações (PORTUGAL, 2004), o corte de idade com o qual se delimita a denominação de “menor” refere-se a faixa etária inferior aos 25 anos, pois esta seria a idade mínima para a realização dos procedimentos jurídicos delegados aos juízes de órfãos, ao qual cabia mandar: “fazer inventário de toda a fazenda e bens, que há algum menor de vinte cinco anos pertencer herdar, ou haver por morte de alguma pessoa, do dia, que souber que lhe pertencem, a um mês, na maneira que acima mandamos que se faça, quando lhe morre pai, ou mãe”, sob pena “de privação do Ofício”. Nesse sentido, do ponto de vista jurídico, o órfão era a pessoa com idade inferior a 25 anos. Entretanto, quando observamos as definições de menor no Brasil, como demonstram estudos



sobre a temática (SILVA, 2010), existe, em vários deles, a idade de 21 anos como corte usado para a definição dessa categoria.

A prática jurídica compreendendo a menoridade a partir de 25 ou de 21 anos, o importante é compreender que a “condição de órfão trazia restrições quanto à necessidade de autorização judicial para contrair matrimônio e, particularmente, em relação à administração de bens, fossem herdados, adquiridos ou recebidos em doação” (MORENO, 2007, p. 2). O porquê dessas restrições e a quem eram delegadas essas administrações dos bens e pessoas dos órfãos é o que buscaremos entender mais uma vez nas leis e nos dicionários.

Sobre a condição de órfão, os dicionários de Moraes Silva (1813, p. 371) e Pinto (1832, p. 96ii), acrescentam, além das já citadas, outra característica a esta definição, a do desamparo: “Desamparo, que causa a falta do pai, ou mãe” e “Desamparo em que deixa a falta dos pais”; assim como, as Ordenações acusam a falta do poder paterno como problema a ser resolvido através da incumbência do juiz de entregar o órfão para um tutor e/ou curador, a fim de tratar de sua criação e herança. Pois criar, nas suas diversas significações, era: “tirar do nada, e dar o ser”, “alimentar aos peitos, ou dar de comer”, “dar educação, e alimentos”, “produzir, dar de si” e “deixar crescer” (SILVA, 1813, p. 495). Assim, além de gerir a herança, cabia cuidar da criação do órfão, entendida como cuidado com sua alimentação e educação, pois “criar um menino” é “ter cuidado da sua criação” (BLUTEAU, 1728, p. 611).

Logo, aos juízes cabiam a solução para as restrições legais atribuídas aos menores de 25 anos, as quais decorriam da crença de sua incapacidade de possuir o pátrio poder, posto que possuidor de idade inferior ao estipulado para a autogestão ou de seus bens, ainda que, na América Portuguesa, alguns entendessem tal aptidão existente já aos 21 anos. Assim, estando o órfão “desamparado” do poder patriarcal, havia a necessidade de nomear outras pessoas aptas a exercer tal função, a saber, a de cuidar de seus bens e de sua criação.

Os principais instrumentos de auxílio fornecidos, pelas Ordenações, aos juízes para resolverem tal problema, eram as tutorias e as curadorias, entendidas respectivamente como: “a administração como tutor; poder do tutor” e o “ofício de curador” (SILVA, 1813, p. 818). Assim, o tutor “se dá, ou nomeia para guardar a pessoa, e bens do pupilo” (Ibidem) e o curador seria o “homem que tem cuidado, e administração dos bens do menor, do furioso, pródigo, mudo, &. em virtude da Lei, ou mando do magistrado” (Ibidem, p. 504). Segundo dicionário mais antigo, haviam distinções entre ambos:



Tutor, & *curador* diferem em três coisas. 1. O tutor trata em primeiro lugar da pessoa, & em segundo lugar da sua fazenda, & do seu patrimônio. Pelo contrário o *curador* trata primeiramente da fazenda, & secundariamente da pessoa. 2. ao menor, ou Pupilo, & Pupila dá-se Tutor; dá-Se *Curador* também ao adulto, quando é furioso, ou pródigo, surdo, mudo, &c. 3. O Tutor dá-o o juiz, & às vezes o Testador, E às vezes contra a sua vontade. O contrário é do *Curador*. *Curator, is. Masc Horat Quintil*. Dar ao menor um curador. *Pupillum alicujus tutele committore, ou commendare* (BLUTEAU, 1728, p. 640).

Segundo Bluteau (1728, p. 336 e 640), a distinção estaria, antes de tudo, na preferência dada à pessoa, ou aos bens, respectivamente tutor e curador. Pois o primeiro seria o “defensor do pupilo, que foi escolhido para ter a seu cargo a criação, & fazenda do filho, que por morte dos pais ficou em menor idade”; já o segundo, era “aquele, que (conforme as leis) o juiz tem dado, para ter cuidado de alguém, & para o defender”.

Pelas Ordenações, primeiramente, caberia ao tutor organizar as escrituras no inventário, “declarando somente o de que cada uma escritura é; e o nome do Tabelião, ou Escrivão, que a fez, e quando, [...] para o Tutor dar delas conta, porque os próprios lhes não de ser entregues pelo dito inventário” (PORTUGAL, 2004, p. 208). Enquanto ao curador, conforme o Título XC, “Do Curador, que é dado aos bens do absente, e á herança do defunto, a que não é achado herdeiro”, caberia, prioritariamente, “prover acerca dos bens dos menores, e dos outros” (Ibidem, p. 222). Entretanto, alguns deveres eram comuns (Ibidem, p. 212):

Se alguns Órfãos forem filhos de tais pessoas, que não devam ser dados por soldadas, o Juiz lhes ordenará o que lhes necessário for para seu mantimento, vestido e calçado, e todo o mais em cada um ano. E o mandará escrever no inventário, para se levar em conta a seu Tutor, ou Curador. E mandará ensinar a ler e escrever aqueles, que forem para isso, até idade de doze anos. E daí em diante lhes ordenará sua vida e ensino, segundo a qualidade de suas pessoas e fazenda.

Dados à soldada ou aos estudos, tinham os tutores e curadores o dever de prover os órfãos no que fosse preciso, conforme a concepção corrente de “criação”, seja no caso de realizarem trabalhos, sendo pagos por isso e requerendo gestão de suas pessoas e bens, seja operando gastos com o ensino, mantimentos, vestidos e calçados. Uma vez estando sob sua tutela ou curadoria deveriam agir no sentido de prover todas as necessidades e demandas que aparecessem, pois a lei determinava: “que nenhuma pessoa, de qualquer qualidade que seja, não tome nenhum Órfão, nem se sirva dele no lugar, onde tiver seu Tutor, ou Curador, sem lhe ser dado pelo dito Tutor, ou Curador com autoridade do Juiz dos Órfãos” (Ibidem).

Em linhas gerais, o que podemos observar é que o responsável pelo cumprimento de tais leis era o juiz de órfãos, que deveria ter bacharelado em direito, ou ser advogados hábil, acima de trinta anos. Era a ele que o tutor e/ou curador deveria dar conta dos bens e demais cuidados



dos órfãos; nos “livros das tutorias”, por exemplo, onde devia ficar registrado “todo o dinheiro, que os Órfãos tiverem, por lhes ficar por falecimento de seu pai, ou mãe, ou de dívidas, que se lhes devam, ou rendimentos de sua fazenda, tanto que for na mão do Tutor” (PORTUGAL, 2004, p. 216). Logo, prestadas as contas ao Juiz, este devia ter em mente as dívidas, os pagamentos e rendimentos da fazenda deixada ao órfão, ainda que este estivesse diretamente submetido ao pátrio poder do tutor ou curador. Autoridade julgadora e responsável por essa administração geral, os juízes de órfãos estariam incumbidos da resolução de diversos assuntos dos órfãos, uma vez identificada a perda do pátrio poder, tais como: cuidados com eles, seus bens e rendas, nomeação de tutores e curadores, etc. Resta saber como organizaram suas práticas nas capitâneas, fora desse âmbito legal.

“Exercendo de Juiz dos órfãos (in)justamente”: O Juizado na Capitania do Ceará.

Inicialmente, a Capitania do Ceará estava vinculada a de Pernambuco, seja do ponto de vista administrativo, seja do comércio e da justiça, sobretudo, considerando que foi somente a “partir de 1780 [que] estava efetivada a colonização do seu território, com a pacificação das tribos indígenas e a fundação de várias vilas pelo Sertão” (VIEIRA JR., 2004, p. 12). Conforme ela crescia em importância e ampliava seu processo de ocupação, aumentava também sua visibilidade ante a Metrópole, que cuidava em estabelecer seu controle³²⁷, principalmente, no âmbito do legislativo, de forma que “o aparelhamento do Estado vai se organizando melhor, no disciplinamento das energias de uma sociedade que se desenvolve” (MENEZES, 1966, p. 353).

Juntamente com a criação das vilas locais, muitas delas indígenas, temos a criação dos juízes ordinários, por volta de 1759 (Cf. ARARIPE, 1958, p. 59). Eles tinham como escopo, conforme as Ordenações Filipinas, “trabalhar, que nos lugares e seus termos, onde forem Juízes, se não façam malefícios, nem malfeitorias. E fazendo-se, provejam nisso, e procedam contra os culpados com diligência” (PORTUGAL, 2004, p. 134). Segundo Almeida, além disso, sua jurisdição estava regulada por divisões territoriais e amplos poderes, em especial: “o prover sobre pessoas e fazendas dos Órfãos” (*Ibidem*, p. 206). Isto é, esses juízes foram os responsáveis pelo cumprimento da legislação portuguesa vigente, atuando em diversos assuntos, enquanto

³²⁷ Capistrano de Abreu (1998) explicita várias tentativas de colocar ordem no sertão, sobretudo com a introdução de juízes; além de destacar a violência, as questões em torno da família e a “faculdade legislativa” legada ao rei.



não existiam juízes próprios, especificamente, isso pode ser exemplificado no caso dos órfãos, os quais ficaram sob sua responsabilidade até a criação do juizado de órfãos anos depois.

A necessidade da criação desse juizado estava ligada ao “numero de vizinhos” existentes nas vilas. Segundo Araripe (1958), o aparecimento delas, deu-se na medida em avançava o processo de colonização do Ceará. Por conseguinte, não foi de imediato a emergência dos juízes de órfãos nesta capitania. O que podemos perceber é que, embora as Ordenações Filipinas já vigorassem desde 1603, apenas paulatinamente, conforme a necessidade do fisco evoluía, o aparelho jurídico ia configurando-se, notadamente onde era mais promissor para os Cofres Reais. Entretanto, essas divisões de encargos administrativos, que foram emergindo, não significaram rigorosas compartimentações, por isso as confusões de atribuições presentes nas fontes do período. Como destaca Salgado (1985, p. 53), embora especificadas as atividades de cada cargo, elas “confundiam-se entre si na medida [em] que as próprias funções também não estavam claramente delimitadas por área de ação”.

A criação oficial para toda a América Portuguesa do juiz de órfãos, em 02 de maio de 1731, não significou, portanto, sua existência de fato nas diversas vilas, sobretudo, naquelas remotas do sertão. Todavia, ela parece obedecer a uma nova lógica de controle do poder, pois:

Nomeados pelo poder central, suas atribuições eram praticamente as mesmas de seus antecessores, os Ordinários: cuidavam de inventários, partilhas, tutelas, curatelas, emancipações, contas de tutores, venda de bens de menores. Nesse sentido, parece que o Juiz de Órfãos nasce não só inserido na necessidade global da Colônia de legisladores de seus problemas, como também surge para resolver questões referentes a riqueza: partilhas de bens, heranças etc. (AZEVEDO, 1995, p. 24).

Ligados a essa “necessidade global da Colônia”, os juízes acabaram sendo peças importantes nas relações econômicas e políticas das capitanias, estando muitas vezes a serviço dos grandes proprietários e de outras pessoas com cargos importantes, ou em seu benefício próprio, como consta nos pedidos de sesmarias e arrematação de bens (AHU. Requerimento do tenente coronel Antonio José Batista e Melo ao Juiz dos Órfãos). Por isso, é importante ter em mente, como sugere Salgado (1985, p. 23), que as “conquistas ultramarinas fizeram o Estado lusitano estender seus braços às regiões que formavam o seu império colonial”, mas sempre tendo em vista a condição e “função [de] responder às necessidades do Estado português”. Não obstante, a tentativa de se fazer presente “não impôs o domínio pleno do poder imperial burocrático, dadas as limitações de recursos humanos e materiais à disposição do colonizador” (SILVA, 2004, p. 99).

Deste modo, apesar da nova organização social que se forjava, tais ofícios eram



ocupados por pessoas que tinham interesses próprios e que estavam envoltas com tradições de ajuda mútua, como aquelas acusadas pelo Conde de Sabugosa, em carta de 1731, com as informações passadas pelo Governador de Pernambuco, sobre as desordens no Ceará:

As embrulhadas do Ceará continuam porque um destes dias tive Resposta dos que escrevi ao Capitão mor, e ao Ouvidor atual que se acha no Acaracu devassando do motim que lá houve, tem corrupção que é setenta léguas da Vila de Fortaleza. Diz me que mandara prender o Juiz do Aquiraz próximo da correição; e não aos Vereadores, que foram presos por Resistirem, e não querem deixar prender o Juiz, e que por este crime estavam também pronunciados e que não haviam de ser soltos sem uma Sentença da Relação, e que os três vereadores, Juiz, que foram presos não faziam corpo da Câmara, ainda que tivessem as insígnias, porque o procurador já antes o tinha preso por outro auto, que tinha feito o Juiz dos Órfãos, do Juiz companheiro fugiu, que é o que se me veio queixar, o qual ainda lá não apareceu com medo de ser preso. [...] Este Ouvidor vivia quieto como já disse a Vossa Excelência, comigo se dava bem, e me mandou uma carta aberta para o Conde, em que dizia Louvores meus, agora escreve me despropositadamente, sem me Responder a uma carta por ocultar, que lhes escrevi com bons conhecimentos, nem a outra com que lhe mandei a nova Lei de Majestade, para haver Juízes dos Órfãos por eleição (AHU. CARTA do governador-geral do Brasil, conde de Sabugosa, [Vasco Fernandes César de Meneses], ao rei [D. João V]).

As ditas “embrulhadas” que continuaram acontecendo na Capitania, como essa da Correição, a seu ver, estavam relacionadas ao fato de que outros juízes e muitas autoridades da Câmara “estavam também pronunciados” em crimes, um deles recusando-se, inclusive, a responder positivamente ao recebimento de uma “nova Lei de [Sua] Majestade, para haver Juízes dos Órfãos por eleição”. Assim, outro ponto sobre o qual nos fala o Governador-Geral de Pernambuco, e concorda o Conde de Sabugosa, é a falta de justiça. Essa questão está presente também em outras cartas (Cf. AHU. REQUERIMENTO dos oficiais da Câmara da vila de Nossa Senhora da Assunção ao rei [D. João V]), que igualmente dão conta de acontecimentos que envolvem os juízes de órfãos, como a do Juiz Domingos Madeira Dinis:

Senhor Governador Foi Servido Prover todos os ofícios desta Capitania em Soldados para Agora Vindos [...] a este lhe deu o Cargo de tabelião, e é tão honrado que tirando a primeira devassa, Logo Amarrou ao criminoso, e escreve também que é necessário adivinhar, e tão e sem o de Juiz de órfãos, nos mesmos soldados, e Seus oficiais de meirinho e escrivão; tudo na mesma infantaria. e já começando a rever alguns inventários começaram a Fazer [ilegível] em exorbitantes preços de seus isto rendeu, tudo em diminuição dos mesmos órfãos (AHU. CARTA do juiz da vila ... op. cit.).

Segundo este Juiz, o Governador mandou prover todos os ofícios aos soldados, que além de não saberem escrever bem, ainda fizeram inventários em prejuízo dos órfãos, pois seus preços eram exorbitantes e causavam prejuízos aos órfãos, pedindo, ao final da carta, a expulsão desses homens ilegítimos e nomeação de outros para servirem nos cargos que, a seu ver, se



faziam necessários, advertindo que no “Juízo dos órfãos, são os mesmos soldados e servem com uma portaria do capitão mor a que tudo dirão meus antecessores” (Ibidem).

Além da incapacidade de várias pessoas que assumiam o cargo de juiz de órfãos, segundo essas autoridades, outros problemas de mau procedimento se faziam presentes: “Pouco antes havia havido na mesma Capitania do Ceará outra dúvida sobre servir um Juiz dos órfãos que o Capitão mor lá havia nomeado, e se achava com provimento um homem de muito mau procedimento conforme as notícias que ao depois tive”; além de não respeitarem a impossibilidade prevista por lei, ao assumir o cargo mesmo tendo outro provimento: “Dizem os Juízes e oficiais da Câmara da vila dos Aquiraz do Sertão do Ceará grande [...] achando a Manoel Pereyra do lago exercendo de Juiz dos órfãos injustamente, porque posto tivesse provisão é contra direito por Sua Magestade” (AHU. CARTA do governador-geral ... op. cit.).

Nessa petição enviada ao Conselho Ultramarino, há diversos pedidos para que esse juiz dos órfãos seja processado, revelando, deste modo, que havia tanto o entendimento por parte de alguns sobre as leis de Portugal, no sentido de segui-las, quanto por outros, no sentido de melhor adequá-las as suas conveniências locais, pois a requisição era clara e direta: tendo o “encargo de proverem sobre os bens dos órfãos”, caso “o dito Capitão mor tivesse aos Suplicantes toda a atenção necessária do que sendo os Juízes certificados ordenarão que ao dito Juiz dos órfãos senão admitisse mais a coisa alguma” (Ibidem). Sobre as disputas por cargos, em 1732, o Governador da capitania de Pernambuco, Duarte Sobré Pereira Tibão, informa: “é certo que no Ceará há imensidade de postos, não em excessivo número, mas providos em pessoas incapazes, meramente por amor de salário da Patente, que comumente é um Poldro, ou dois, que lá costumam valer a dez mil reis” (AHU. CARTA do governador da capitania de Pernambuco, Duarte Sobré Pereira Tibão, ao rei [D. João V]).

O que ocorreu no caso deste juiz, constantes em diversos documentos do Conselho Ultramarino, foi uma tentativa maior de fiscalização por parte dos Governadores de Pernambuco, no sentido de melhor atuarem na arrecadação e administração dos bens a serem recolhidos em benefício da Coroa, prejudicada por essa má administração. Em contrapartida, vemos por parte dos administradores e colonos do Ceará, reclamações referentes a “miséria dos habitantes da referida capitania por causa das secas e levantes dos povos” (AHU. CARTA do capitão-mor do Ceará, Domingos Simões Jordão, ao rei [D. João V]), paulatinamente eles associam todo o estado de lástima da capitania as ligações econômico-políticas relacionadas a sujeição a capitania de Pernambuco, vista como empecilho aos negócios da Coroa Real.



Fazendo uma leitura de alguns documentos dessa capitania, vemos diversos apontamentos, com vistas à separação, sobre a condição local, pois, segundo Abelar Barbelo (2005, p. 16), em 1787, a “capitania do Ceará (...) jaz ainda quase toda inculta e desaproveitada, e se pode dizer que se acha ao dia de hoje em princípios de sua povoação...”; além de que metade “dos habitantes desta Comarca são vadios sem ofício, ou vagabundos por natureza”. Esse é o quadro pintado pelo Ouvidor às vésperas da emancipação de Pernambuco, buscando mostrar a incapacidade desta capitania, no que diz respeito aos desígnios reais de povoamento e colonização dos sertões. Foram, assim, esse e outros apontamentos que justificaram o pedido de emancipação, segundo o Governador, esta seria a solução para a mudança (Ibidem): “A desgraça com que se cobre, aquela importante colônia, enquanto a mim, é a mais principal, não ter uma navegação direta a Capital de Lisboa”, pois ao passar por Pernambuco, seus gêneros são reputados “a maior parte deles, legítimos de Pernambuco, não merecendo por isso o Siará, a menor contemplação, nem o menor empenho, que facilite o seu aumento”. Além de mencionarem outros argumentos, o estado em que se encontrava a Capitania era a principal maneira de comprovar a necessidade de estabelecer uma navegação direta do Ceará com Lisboa, tendo em vista que o objetivo da geração de lucros era um bom argumento para a montagem de um aparelho administrativo separado de Pernambuco.

Para Pinheiro (2005), o conjunto de memórias da qual tais documentos fazem parte, tem importante papel como testemunha de todo um processo de transformação que estava em curso, sobretudo com a morte de D. José I, a queda do Marquês de Pombal e o novo Governo de Dona Maria, esta última foi quem realizou uma série de reformas que alteraram a relação entre Metrópole e Colônia. Substituindo sua mãe por conta da loucura, sobe ao poder D. João, denominando-se príncipe regente em 15 de julho de 1799, prosseguindo com as alterações legais (AVELLAR, 1970). Já Silva (2010) ressalta o crescimento progressivo da população, passados os anos iniciais da colonização, como a mudança mais significativa do período, tendo em vista que exigiu uma organização maior do Estado para a arrecadação da Coroa.

Considerando ambos os aspectos políticos e econômicos, podemos compreender a necessidade da atuação do juizado de órfãos, oficialmente a partir de 1731³²⁸, composto por escrivão, juiz, tabelião, provedor e ouvidor, entre outros, que compunham o judiciário. Como ressaltou Vainfas (2001, p. 18), quando considerados no conjunto, “os *juizes de vintena, os*

³²⁸ Salgado (1985, p. 263), em nota, fala da existência do ofício de Juiz dos Órfãos no Rio de Janeiro, por volta de 1694, mas dadas as condições de incerteza, ficamos com a data apontada por Cândido Mendes.



juízes dos órfãos, os juízes ordinários e os juízes de fora”, eles apontam para uma considerável “ampliação da malha judiciária”, cujo o objetivo era o fortalecimento da “autoridade da Coroa, através do alargamento dos canais de provimento de justiça régia”. No caso específico dos órfãos, de acordo com Cardozo (2010), seu juizado foi instalado para regularizar o universo das famílias que tinham como integrantes os menores de idade.

Segundo Salgado (1985, p. 266), dentre as características desses juízes estão os fatos de serem nomeados pelo rei e atuarem por três anos, durante os quais deveriam:

1. Cuidar dos órfãos, de seus bens e rendas; 2. Fazer um levantamento do número de órfãos do lar; 3. Elaborar, com o escrivão dos Órfãos, um livro onde constarão o nome de cada órfão, filiação, idade, local de moradia, com quem mora, tutor e curador, bem como o inventário de seus bens móveis e de raiz e o estado em que se encontram; 4. Fazer que os culpados por danos aos bens dos órfãos paguem por seus crimes; 5. Inventariar os bens dos defuntos que deixarem filhos menores de 25 anos; 6. Avaliar, com o escrivão dos Órfãos e outras pessoas juramentadas, os bens pertencentes aos órfãos que estiverem em processo de inventário ou partilha; 7. Entregar os órfãos menores e desamparados a pessoas capazes de criá-los, determinando que estas recebam o necessário ao seu sustento; 8. Fazer pregão dos órfãos maiores de sete anos, que forem dados por soldada; 9. Garantir o necessário ao mantimento, vestuário, calçado e tudo o mais dos órfãos que não forem dados por soldada, mandando registrar os gastos do inventário; 10. Mandar ensinar a ler e escrever aos órfãos, que tiverem qualidade para isto, até a idade de 12 anos; 11. Fiscalizar a atuação dos tutores e curadores em relação aos bens dos órfãos; 12. Conceder aos órfãos licença para casarem e cartas de suprimento de idade; 13. Depositar o dinheiro dos órfãos numa arca com três chaves, que ficarão com o juiz de Órfãos, o depositário e o escrivão dos Órfãos; 14. Ter jurisdição em todos os feitos cíveis em que os órfãos estiverem envolvidos, enquanto não forem emancipados ou casados; 15. Ter jurisdição sobre os feitos cíveis movidos pelos órfãos contra os que administrarem mal seus bens; 16. Fazer a partilha dos bens dos órfãos.

Tais atribuições fazem-se presentes na documentação aqui trabalhada, revelando um esforço por parte das autoridades locais de seguir com as ordens do rei, encontradas nas Ordenações, embora nem sempre as condições da capitania o tenham permitido, além de que:

Os ocupantes dos diversos cargos nessas burocracias formavam a elite política do Estado português no Brasil, exercendo o poder de mando efetivo, aí incluído o de interpretar as ordens emanadas do governo central e de aplicá-las segundo o critério do “bom juízo”, isto é, adaptadas às condições locais. Tal prerrogativa já pressupunha a distância entre o “legal” e o “real”, ressaltada por tantos intérpretes da formação política do Brasil (SILVA, 2004, p. 102).

Cabia, pois, aos ocupantes desses cargos interpretar as ordens adaptando-as às possibilidades locais, já que não tinham o poder de exercer uma regulação política efetiva e autônoma devido ao pacto colonial, isto é, por conta deste último, eles deviam atuar conforme as leis lusas, mas estas proporcionavam-lhes certo espaço de manobra, tais quais as que diziam respeito as peculiaridades da capitania. Daí porque a necessidade de ir aquém das pesquisas que



ora falam de uma disparidade entre a lei a prática, como Prado Júnior (1965), ora os que ratificam uma conformidade entre ambas, como Faoro (2000), optando por uma terceira vertente que, apesar de não dispensar os dois anteriores, foge das afirmações categóricas de um e do outro, tal como Salgado (1985). Uma vez que, “a visão de pacto colonial, baseada em noções dualistas [...] necessita ser recolocada a partir de uma perspectiva mais aberta, mais holista e flexível”, que seja sensível à “porosidade dos relacionamentos pessoais, do comércio, da sociedade e do governo dos impérios, assim como da variedade e nuance de práticas e crenças religiosas” (RUSSELL-WOOD *Apud* SILVA, 2010).

A documentação de que hora tratamos divide-se, pelas localidades da comarca do Ceará Grande, em: Aracati, Fortaleza, Aquiraz, Icó e Crato (especificamente Jardim e Milagres). Essas localidades pertencentes à Capitania do Ceará tiveram papéis importantes em diversos aspectos da história local. Segundo o Ouvidor Pinto de Avelar Barbelo (*Apud* PINHEIRO, 2011, p. 44), tal importância comercial cresceu com a extinção da Companhia de Pernambuco e cujo resultado foi o aumento no número de vilas, no total doze, as quais: “excluindo a do Aquiraz, a da Fortaleza, e do Icó, que são de uma data anterior todas elas, menos as dos índios, visivelmente são filhas da propagação do Comércio, e criadas desde o ano de 1770 para cá, em que o mesmo principiou a dilatar-se algum tanto neste país”.

Assim, a partir da opinião desse Ouvidor, podemos inferir que o crescimento das vilas esteve ligado ao aumento dos lucros referentes ao comércio, pois, na medida em que este crescia, aquelas eram criadas. Todas as supramencionadas constam na tabela “Mapa das Vilas e principais Povoações de Brancos, e Índios da Capitania do Ceará Grande com as denominações das ditas Vilas, e invocações dos Oragos das suas respectivas Matrizes e Capelas. Feito em primeiro de abril de 1783”, estando entre as vilas de brancos³²⁹, as de Fortaleza, Aquiraz (que era a Cabeça de Comarca), Santa Cruz do Aracati (1748), Icó (1738) e a Vila Real do Crato (1764) (Cf. PINHEIRO, 2011, p. 55).

Com a separação da Capitania de Pernambuco, pela Carta Régia de 17 de Janeiro de 1799, “ficou competindo aos governadores do Ceará tudo quanto diz respeito a proposta de oficiais militares e nomeações interinas de ofícios e outros atos de governo” (ARARIPE, 1958, p. 8), embora ainda devesse a Pernambuco as questões de defesa interna e externa, bem como

³²⁹ Ao lado das vilas de branco mencionadas encontram-se outras, além das dos índios também presentes na tabela organizada por Pinheiro (2011, p. 55). A Capitania estava dividida em grandes unidades denominadas de Comarca que “é uma das circunscrições judiciárias em que se divide o território de um estado da União, sob a jurisdição de um ou mais Juizes de Direito” (NEVEZ, 1978, *apud* BASTOS, 2009, p. 42).



a polícia. Conforme avançamos no estudo propriamente administrativo, observamos a concordância local com as ordenações de algumas localidades, tais como a instituição de um juízo próprio para os órfãos e a duração do mandato deste mesmo por três anos, como consta na documentação cartorial: “nesta Real Villa do Crato da Comarca Capitania do Siara Grande em casas de Morada do Trienal Juiz de Órfão o Capitão Joze Gomes de Mello” (APEC. COF. Inventário de Faustino Mendes de Oliveira. Cx. 03. Nº 006. Aquiras, 1810. p. 26 v).

Analisando sua constituição, entretanto, vemos que a disseminação do juiz de órfãos não foi nem geral para toda a Capitania do Ceará, nem totalmente conforme essa mesma lei. Uma vez que encontramos juízes ordinários exercendo essa função em diversas vilas, tal como se vê nos documentos: “nesta vila de Santa Inez do Aracati, Capitania do Ceará grande em casas de morada do Juiz Ordinário o Capitão João Dias Martins [...]” (APEC. CA. Inventário de Jose da Costa Moreira. Aracati, 1812. p. 01); ou juízes exercendo dois ou mais cargos ao mesmo tempo: “neste Sitio da Baixa grande termo da Villa do Aquiraz em Casas de morada do Juiz de Fora e órfãos Francisco Ramos de Freitas” (APEC. COF. Inventário de Dionísia Pereira de Brito. Cx. 03. Nº 07. Aquiraz, 1821. p. 01v). A esse respeito, Araripe (1958, p. 90) sugere o caráter contingente da capitania, onde os Juízes ordinários exerciam “jurisdição civil e criminal” e onde “só nas cidades e vilas populosas haviam juízes distintos para o crime, para o civil e para os órfãos”; além de que eram os Juízes de Fora quem geralmente: “Exerciam a jurisdição orfanológica, onde não havia juiz dos órfãos especial fazendo os inventários, e cuidando da pessoa e bens dos órfãos” (Ibidem, p. 91).

A explicação para essa irregularidade passa pela própria história das vilas a capitania, uma vez que pelo desenvolvimento do comércio e crescimento da população era mais fácil termos um juiz específico em Aracati, do que num termo da Villa do Aquiraz, ainda que esta tenha significativa relevância no período. Assim, a organização da administração e, conseqüentemente, a montagem das estruturas jurídicas, era realizada nos locais de maior circulação de pessoas e produtos comerciais. Do mesmo modo que era ampliado o acúmulo de cargos, em certos locais, conforme o número deles, por conta da falta de letrados, como encontramos também nos inventários, através do grande número de pessoas que assinam em cruz por “não saber Ler, nem escrever” (APEC. CA. Inventário de Jose da Costa ... op. cit. p. 01). Como salientou Menezes (1966, p. 352), não são raros os casos em que um “mestre-escola presta juramento como escrivão da Câmara, tabelião público, judicial e notas, escrivão do crime, civil e órfãos e almotaceria”, dada a escassez de alfabetizados na capitania.



Podemos observar, ainda, a maneira como funciona esse tipo de administração dos bens e dos órfãos através dos inventários realizados após a morte de um dos pais. De uma maneira geral, tanto para o caso do juiz de órfãos, quanto do juiz ordinário, temos certa regularidade nos documentos cartoriais. Eles iniciam, quando completos, com o auto de inventário, onde são especificados o ano, local, data e os responsáveis pela feitura do mesmo (juiz e o escrivão); seguidos do nome do suplicante, do ano da morte do inventariado e do número de filhos deixados, com suas idades; bem como descrevem todos os bens e seus valores; tudo isso juramentado, conforme a lei, pois, ao se fazer um: “inventário dos bens ficados por óbito de Francisca Antonia da Sil[va] casada que [foi com André] vidal de negreiros por lhe haverem ficado filhos de menor, e para eu escrivão mandou o dito juiz vir a sua presença ao dito viúvo Andre vidal e lhe deferiu o juramento dos Santos Evangelhos (APEC. COF. Inventário de Francisca Antonia da Silva. Cx. 03. N° 01. Aquiraz, 1800. p. 4-v).

A partir desse juramento fica confirmada a sua apresentação de todos “os bens de seu Casal ficados por óbito da dita sua mulher sem ocultar coisa alguma e na de incorrer nas [penas] da lei de perjuro e sonegados e de pagar aos órfãos Seus filhos o noviado da lei” (Ibidem. p. 4 v). Além disso, é necessário dizer se há ou não testamento, “para se dar cumprimento as suas disposições” (Ibidem). Em caso afirmativo, é através do desejo do próprio falecido que a partilha é feita, isto é, conforme sua “última e derradeira vontade”, os Juízes nomeiam os tutores e curadores, além da própria partilha dos bens (Cf. APEC. CA. Inventário de Manoel de Oliveira Porto, 1800). As vezes, o próprio falecido o diz diretamente em seu testamento: “minha Última vontade [é] que meus testamenteiros dêem cumprimento aos meus legados e disposições” (APEC. . COF. Inventário de Faustino Mendes ... op. cit.).

Tendo ou não testamento, o passo seguinte é o “Termo de Curador”, no qual alguém é “nomeado para curador dos menores”; ou o “Termo de Tutela”, onde “o sobredito Juiz de Órfãos” nomeia o “Tutor” (Ibidem); a estes sucedem outros termos: dos avaliadores, dos partidores, de seus juramentos, de conclusão, de data de publicação, além do inventário de partilha de bens, do livro de protesto e dos custos do inventário.

É importante descrever como um inventário desses é feito, para percebermos algumas coisas: esses documentos seguem um padrão diplomático que revela o papel da lei e da moral intervindo em diversos aspectos da vida colonial, evidenciando, assim, a importância da Igreja na legitimação dos mesmos, bem como a confusão presente entre esta e o Estado, por este período imbricados nas relações de poder. Ademais, o caráter patriarcal, visível pelas ordens



dadas *post mortem*, apresenta-se ditando modos de fazer e dispor particular que é corroborado, inclusive, pelas determinações legais. Isso tudo pode ser vislumbrado, ainda que nem todos os documentos contenham os itens citados, o que pode ocorrer tanto por questões econômicas, haja vista que haviam impostos a serem pagos de acordo com o número de páginas, ou pela seleção do tempo.

Um ponto recorrente a ser ressaltado, quando observamos os inventários, é que, a despeito das condições locais e interesses pessoais, havia uma tentativa de seguir os padrões propostos pelas Ordenações, com delegação de tarefas e administração delas pelos juízes, além da própria arrecadação dos impostos, realizada a cada folha do inventário. O caráter econômico em torno dos bens dos órfãos também pode ser destacado, através das práticas em torno da arca (ou cofre) dos órfãos. Conforme analisamos o livro contendo o “Registro de Saída do Dinheiro dos Órfãos”, entre 1813 e 1820, acompanhamos a movimentação de seu dinheiro, notadamente usados para pagamentos de papeis, selos, hipotecas, etc., a própria Coroa, por meio do juizado (APEC. RSDO. 1813-1820. CX. 16 LV. 54). Além disso, segundo as ordenações, logo após a partilha, “antes que o dinheiro se meta na arca”, cabe ao juiz, juntamente com os partidores, taxar “a despesa necessária para o Órfão naquele ano, segundo sua qualidade, não sendo tal, que haja de ser dado por soldada, nem tendo outros bens, de que se possa alimentar”, de modo que essa “despesa poderá o Juiz deixar na mão do Tutor, para despende com o Órfão naquele ano” (PORTUGAL, 2004, p. 216).

Assim, ele também é o responsável por cuidar do cofre dos órfãos, pois, segundo as mesmas leis, é sua atribuição mandar “fazer á custa do dinheiro dos Órfãos uma arca com três chaves de diferentes guardas; das quais terá o Juiz dos Órfãos uma, o Depositário outra e o Escrivão dos Órfãos”; assim como registrar sua movimentação posterior com informações precisas do “nome, e da quantidade do dinheiro, e de quem se arrecadou, e a quem se entregou, e do dia, mês e ano, em que assim se carrega: o qual assento será assinado pelo Depositário” (APEC. RSDO. 1813-1820. CX. 16 LV. 54, p. 215 e 2016). Isso tudo, porque, depois de feita a arca, tanto o dinheiro, quanto os demais pertences dos órfãos, são guardados nela, ficando aos cuidados dessas três pessoas, que devem estar presentes também quando de sua abertura, para que não ocorram desvios de qualquer parte, seja do tutor, seja dos guardiões. Ao primeiro, fica a possibilidade de pedir certidão dos pertences de seu tutelado para averiguação ou, ainda, “requerer ao Juiz, para com o Escrivão o irem meter na arca do depósito” (Ibidem, p. 216) algum bem, ou retirar os que lá se encontram, quando necessário.



Observando essas retiradas, percebemos que havia três movimentações principais: por parte dos tutores, dos herdeiros e daqueles outrora considerados órfãos; sem contar com as recorrentes taxas pagas, com esse dinheiro, dos inventários e demais documentos usados pelo juiz. No primeiro caso, referem-se aos gastos feitos na “criação” dos órfãos. No segundo, por conta da morte deste, a mãe ou pai vivo, tem o direito de retirar os bens do falecido, tal como Anna Duarte de Siqueira o fez: “mãe da órfão Domingos filho do falecido Virissimo Joze Guaresma por ter falecido o dito Órfão”; ou seus parentes mais próximos, quando estes últimos também já faleceram, tal como a vó: “a viúva Joana de Amorim herdeira de seu neto falecido Silvestre, e quatro mil quinhentos reis a Thomaz de Amorim Goncalves filhos do falecido Silvestre Luiz Gonçalves que existia no Cofre aos quais se entregou a seu bastante Procurador Carlos Jozé de Vasconcelos” (APEC. RSDO. 1813-1820. CX. 16 LV. 54. p. 4v e p. 49). Para confirmar qualquer uma dessas retiradas, o escrivão fazia um termo nesse livro, onde deixava tudo registrado (*Ibidem*, p. 6v):

Aos vinte e dois dias do mês de Janeiro de mil oitocentos e quatorze anos nesta Villa da Fortaleza Capitania do Seara grande em Casa de Lauriano Antonio Ribeiro Tesoureiro do Cofre dos Órfãos em Cujá guarda se acha o mesmo onde foi vindo o Doutor Juiz de Fora e Órfãos Joze da Crus Ferreira Comigo Escrivão de seu Cargo adiante nomeado e sendo aí por Cada um Com uma chave foi aberta a dita Arca e dela se tirou a quantia supra data e se entregou a herdeira mãe do Órfão falecido filho do falecido Joze Cardozo Pinto e de Como se tirou a dita quantia e se entregou e por ele foi Recebida mandou o dito Ministro fazer este termo em que assinou de nome inteiro por ela não saber escrever e eu Joaquim Silvestre da Fonceca Prata Escrivão que o escrevi.

No terceiro caso, temos a retirada pelos próprios órfãos, após sua emancipação, isto é, quando deixam juridicamente de ser tutelado e passam a poder cuidar de seus bens e pessoa, seja por atingir a idade requerida, seja por se casar. Para além dessas retiradas de valores parciais pelo tutor ou dos valores e bens gerais pelos herdeiros ou o próprio órfão, temos, ainda, o registro de um quarto caso, que é a realização de empréstimos a terceiros:

Termo de saída da quantia de Cento oitenta mil reis que se dão a juros por tempo de dois anos ao Tenente Manoel Joze de Almeida Silva sobre a Hipoteca dele com a morada de Casas Citas nesta Villa Cujá hipoteca se acha Recolhida ao Cofre e pertence o dinheiro aos órfãos do falecido Francisco Chavier de Goiz a sair dos ditos órfãos cento vinte e quatro mil oito centos e oitenta e órfã Maria filha do falecido Jacinto Proto trinta e seis mil cento quarenta reis e os de Manoel da Vera Crus dezoito mil novecentos e oitenta reis (*Ibidem*, p. 13).

A hipoteca dada a outrem podia ser tanto em dinheiro, quanto em “quinhões de ouro, e prata por tempo de dois anos” ou de “dois escravos por tempo de seis meses”; e, por vezes,



apareceu problemas quanto aos usos dessa prática de empréstimo, como: “não Saber quem as tirou a juros” (Ibidem, p. 14). Todavia, eles também ganhavam com os juros dessas retiradas, ou com os pagamentos dos bens vendidos: “quantia de onze mil setecentos e sessenta reis que se entrega ao órfão Francisco filho do falecido Joaquim Lopes Cabreira em parte de sua Legítima Resultante dos Juros que se acharam Recolhidos ao Cofre pela rematação do Escravo Joze que fez Joze Albino da Costa Gadelha” (Ibidem, p. 19).

Em geral, as movimentações registradas nesse livro, único que tivemos acesso, revela certo sentido que acaba se configurando como característico da documentação do período, a saber, seu caráter econômico, pois tanto os inventários, quanto os registros de dinheiro, dão conta da administração dos bens ficados quando da morte do “cabeça de casal”. Ou seja, organizar um aparelho administrativo para os órfãos, significava assegurar não só o recebimento dos impostos da Coroa, mas também permitir que esses bens gerassem novos rendimentos. Deste modo, o poder do pai outorgado pelas ordenações e ratificado pelas práticas sociais, também estava relacionado com seu lugar social de administrador e mantenedor dos lucros da família, o que era vedado aos menores e mulheres, tidos como incapazes. Indo um pouco além, o juizado de órfãos significou, sobretudo, a gestão dos bens e dos filhos de famílias de posses, que podiam pagar por seus serviços e tinham bens a perder.

Considerações Finais

Ao estudar a ideia de “órfão” no período colonial, foi possível observar um lento processo de atribuição de certos significados a esta definição, muitas vezes confusos. Isso se explica ao revermos o próprio tempo durante o qual ele passou sem ter um juízo privativo, ocorrido somente com as Ordenações Filipinas, em 1603, pois, o fato de ser regido por um juízo mais geral, o ordinário, fez com que passasse um bom tempo sem ter leis próprias que determinassem as extensões e limites que o termo abrigaria. Nesse caso, mesmo depois da organização legal do juizado, por ser uma tentativa incipiente, acabou deixando muitas dúvidas quanto a sua aplicação prática, como exemplificamos acerca das confusões entre as concepções de órfão, menor e criança, além das resoluções acerca da faixa etária que lhes cabiam, o que significou, na prática, deixar de fora vários sujeitos aos quais se direcionava a mesma lei, como nos casos de tutoria que cabia dar aos loucos, pobres e desvalidos, etc.; ou na ausência de



referências, fora dos autos de querela, aos sujeitos socialmente desfavorecidos, que tivessem passado pelo juizado ou sido nomeados como “órfãos” fora dele.

Assim, as reflexões sobre as concepções e definições desta categoria, tanto na lei, quanto na instalação do juizado de órfãos na Capitania do Ceará, revelam que as contradições existentes entre a prática e a legislação, estavam ligadas ao próprio contexto de colonização da América Portuguesa. Este processo passava pela valorização do pátrio poder, enquanto forma privilegiada de organização social, em torno da família, prevendo restrições aos órfãos, enquanto seres incapazes de gerir a si mesmo e aos seus bens, mas, principalmente, por possuírem posses a serem administradas. Este último aspecto, acaba evidenciando como a lógica da busca por lucro estava presente nas menores instâncias, por exemplo, quando vemos o juiz arrecadando dinheiro para os cofres reais a cada linha escrita. Era, desta forma, que ele funcionava como instrumento de administração da Metrópole, tanto na arrecadação de impostos, quanto na execução da política da Coroa, de ampliação de sua atuação e de suas restrições em vários aspectos da vida colonial.

As características que os juízes de órfãos circunscreveram com suas práticas, devem ser estudadas em cada caso, como fizemos com relação a capitania do Ceará, onde o processo de ocupação, colonização e desenvolvimento do comércio, ditaram o estabelecimento desse juizado e seu caráter econômico-político, notadamente voltado para a preservação dos bens dos órfãos, herdeiros de famílias de posse locais. Por um lado, sua colonização tardia, bem como sua submissão a de Pernambuco, caracterizou a maneira como o aparelho judiciário desenvolveu-se, até culminar com o estabelecimento deste juizado, após sua separação desta última capitania, em 1799, com a ampliação do número de vilas, pessoas e comércio. Por outro, apesar das tentativas de seguir as normas lusas, as práticas dos juízes esbarraram em dificuldades locais, como a falta de letrados ou o acúmulo de cargos, as quais acabaram legando novas maneiras de fazer dessa lei uma prática circunscrita a poucos. Assim, se no âmbito legal, o termo “órfão” podia ser atribuído aos que perderam o poder paterno, no Ceará, ele estava circunscrito aos filhos de pessoas de posses, que podiam pagar pelo inventário, principalmente, aqueles provenientes das Vilas mais desenvolvidas economicamente.

Referências

ABREU, Capistrano de. 1853-1924. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.



ARARIPE, Tristão de A. **História da Província do Ceará**. Fortaleza: Typ. Minerva, 1958.

ARIÈS, Phillipe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

AVELLAR, Hélio de Alcântara. **História Administrativa e econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar – FENAME, 1970.

AZEVEDO, Gislane Campos. **“De Sebastianas e Geovannis”**: o universo do menor nos processos dos juízes de órfãos da cidade de São Paulo (1871 – 1917). Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, 1995.

BARBELO, Avelar *Apud* PINHEIRO, Francisco José. Solo fértil na Capitania: um projeto para o Ceará em fins do século XVIII. *Documentos*, v.01, n. 01, Fortaleza, 2005. pp. 13-79.

BASTOS, Ana Cristina do Canto Lopes. KUHLMANN JR. Moysés. *Órfãos tutelados nas malhas do judiciário* (Bragança-Sp, 1871-1900). *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 136, São Paulo, jan./abr., 2009. pp. 41-68.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728.

CARDOZO, José Carlos da Silva. *Na fronteira da infância: entre lei e a moral*. **Em tempos de História**, nº 17, Brasília, 2010. pp. 80-92.

DEL PRIORE, Mary. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas**: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LARA, Sílvia. *Apud*. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *Crime e castigo em Portugal e seu Império*. **TOPOI**, v. 01, nº 01. Rio de Janeiro, 2000. pp. 224-221.

LIMA, Luis Antônio Gomes; PAPARELLI, Renata; KALMUS, Jaqueline. **Levantamento bibliográfico**: história da Infância no Brasil. Grupo de Estudos de História da Psicologia Aplicada à Infância (GEHPAI), São Paulo: IP-USP, 2002.

MENEZES, Djacir. *A educação no Ceará: Repasse histórico-social* (das origens coloniais a 1930). *In*: FILHO, Antonio Martins; GIRÃO, Raimundo. **O Ceará**. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1966.

MORENO, Alessandra Zorzetto. **“Vivendo em lares alheios”**: acolhimento domiciliar, criação e adoção na cidade de São Paulo (1765-1822). Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.



NOVAIS, Fernando A. **Brasil em perspectiva**. São Paulo: DIFEL, 1985.

PINHEIRO, Francisco José. Solo fértil na Capitania: um projeto para o Ceará em fins do século XVIII. *Documentos*, v.01, n.01, Fortaleza, 2005. pp. 13-79.

_____. **Documentos para a História Colonial, especialmente a indígena do Ceará, (1690-1825)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2011.

PINTO, Luiz M. da Silva. **Dicionário da língua brasileira**. Ouro Preto: Typ. de Silva, 1832.

PORTUGAL, **Código Filipino, ou, Ordenações e Leis do Reino de Portugal**: recopiladas por mandado d'el Rei D. Filipe I. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitiño. **O Juízo de Órfãos de São Paulo**: caracterização de tipos documentais (séc. XVI – XX). Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, USP, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 2010.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Apud*. SILVA, Rafael Ricarte da. **Formação da elite colonial dos Sertões de Mombaça** [manuscrito]: terra, família e poder (Século XVIII). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, 2010.

SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1985.

SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa**. Lisboa: Typ. Lacerdina, 1813.

SILVA, Rafael Ricarte da. **Formação da elite colonial dos Sertões de Mombaça**: terra, família e poder (Séc. XVIII). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, UFC, 2010.

SILVA, Sheyla Farias. **Entre letras, pontos e agulhas**: a educação de órfãos na Estância/SE oitocentista. *Historien*, v. 02, n. 02, Petrolina, 2010.

SILVA, Vera Alice Cardoso. *Aspectos da função política das elites na sociedade colonial brasileira*: O 'parentesco espiritual' como elemento de coesão social. *Varia História*, n. 31, 2004, p. 97-119.

SOUSA, Maria Clara Paixão de. **"Dicionário da Língua Portuguesa" Moraes (1789)**. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/node/316>. Acesso em 17/08/2012 às 09h46min.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500 - 1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VIEIRA JÚNIOR, Antonio Otaviano. **Entre paredes e bacamartes**: história da família no sertão (1780-1850). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, Hucitex, 2004.



Homens da justiça e das ordenanças: mestiços na administração colonial nos sertões da Capitania do Rio Grande (Séculos XVIII e XIX)

Maiara Silva Araújo³³⁰
Helder Alexandre Medeiros de Macedo³³¹

Artigo Recebido em: 30/09/2017

Artigo Aceito em: 12/11/2017

RESUMO

Este artigo, por meio do estudo de caso do Juiz de Órfãos Manuel de Souza Forte, pretende examinar o perfil de sujeitos mestiços que, no decurso do século XVIII e nos primeiros anos do XIX, ocuparam ofícios administrativos no âmbito judicial e militar dos sertões da Capitania do Rio Grande no intento de entender quem eram esses mestiços e quais instrumentos foram utilizados pelos mesmos para que se inserissem na administração colonial do espaço citado. Nesse sentido, este estudo, com base na análise de fontes paroquiais e judiciais e de um diálogo com os trabalhos de Gouvêa, Fragoso e, dentre outros, Macedo, parte do princípio de que existia uma relação “negociada” entre a colônia e a metrópole e que esse aspecto possibilitou que as instituições coloniais atendessem não apenas as necessidades da Coroa, mas também as suas demandas internas. Um exemplo dessa assertiva é a própria inserção de mestiços na burocracia colonial, mesmo a mestiçagem a princípio, conforme os fundamentos do Antigo Regime, sendo um fator que limitava o acesso aos ofícios administrativos. Em síntese, entender como se deu o acesso de mestiços em instâncias administrativas dos sertões e examinar quem eram esses colonos é nossa finalidade com esse estudo.

Palavras-Chave: Mestiços. Administração colonial. Sertões da Capitania do Rio Grande.

Men of justice and ordinances: mestizos' participation in the colonial administration of Rio Grande Captaincy (XVIII and XIX centuries)

ABSTRACT

This article aims at examine the mestizo subject profile between eighteenth and ninetenth century through the case study of Orphan Judge Manuel de Souza Fortes. The mestizo subject occupied administrative, judicial and military crafts at Capitania do Rio Grande and this study aims to analyse who were these mestizos, which instruments used to be used for them to insert yourselves in colonial administration. This text analyse judicial and parochial documents and dialogues with authors like Gouvêa, Fragoso and Macedo. It presuppose a negotiated

³³⁰ Licenciada (2016) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestranda em História pela mesma Universidade, sob orientação do professor Helder Macedo. Vinculada ao grupo de pesquisa História dos Sertões, coordenado pelo mesmo professor. Bolsista CAPES. E-mail: maiarasa@yahoo.com.br. Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4098447P3>.

³³¹ Doutor em História – UFPE. Professor do Departamento de História (DHC), Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pesquisador do Grupo de Pesquisa História, cultura e poder (DHC-CERES-UFRN). E-mail: heldermacedox@gmail.com. Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4702620U7>.



relationship between colony and metropolis and because this the colonial institutions worked not only for Crown but also for internal affairs. An exemple was the mestizo insert in colonial bureaucracy in spite of miscegenation used to be a obstacle for access administrative crafts according Old Regime. So this article purpose to understand who were the mestizos and how they accessed the colonial bureaucracy in backlands.

Keywords: Mestizos. Colonial administration. Backlands of Rio Grande Captancy.

Introdução

Pretendemos com esse estudo, examinar o perfil de sujeitos mestiços, mais especificamente de pardos, que no decurso do século XVIII e nos primeiros anos do século XIX ocuparam ofícios³³² administrativos no âmbito judicial e militar nos sertões³³³ da Capitania do Rio Grande. Para tanto, analisaremos de forma mais específica o caso de Manuel de Souza Forte (2º) e, por meio deste, estabeleceremos características gerais dos demais pardos que fizeram parte da burocracia colonial do espaço citado. O intuito desse estudo é tentar entender quem eram esses mestiços e que elementos possibilitaram que esses fizessem parte do aparelho administrativo colonial e atuassem como homens da Justiça e das Ordenanças. Ou seja, que estratégias, negociações, mecanismos foram utilizadas por esses sujeitos para ingressarem em instituições coloniais que, conforme os princípios estamentais do Antigo Regime, deviam acolher apenas “homens bons”.

Partindo das discussões de Paiva (2012), a nossa definição de mestiços corresponde a indivíduos que foram qualificados como sendo resultados do intercurso biológico ocorrido entre grupos sociais distintos e que foram definidos nos registros do Estado e da Igreja como pardos, mulatos, mamelucos e, dentre outros, cabras. Sendo assim, entendemos que o termo mestiço

³³² Conforme Bluteau, o termo ofício pode ser definido da seguinte forma: “Cargo publico, que dá autoridade para mandar ou, para executar cousas concernentes ao governo, como são officios de justiça, fazenda, milicia.” BLUTEAU, Raphael. Vocabulario Portuguez & Latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio da Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. p.47-8. Portanto, sempre que empregarmos esse termo nesse texto estaremos nos remetendo ao exercício de cargo público na administração judicial ou na administração militar no contexto da colônia.

³³³ Estamos analisando neste artigo, especificamente, os sertões da Capitania do Rio Grande que, grosso modo, correspondem, atualmente, à região do Seridó, interior do Estado do Rio Grande do Norte.



não é homogêneo e que aglutina pessoas de diferentes qualidades³³⁴ e condições³³⁵. Entretanto, conforme o autor citado, esse conceito sofreu alterações ao longo do tempo e do espaço. Inicialmente, o mesmo foi empregado na Ibero-américa para designar, apenas, os filhos de europeus com índios. Porém, a partir do século XVIII teve seu uso ampliado e passou a definir indivíduos de diferentes “tipos”, que fossem resultados do intercurso biológico entre grupos sociais distintos. Nessa perspectiva, para este autor, um conceito congênere ao de mestiço seria o de mestiçagem.

Para o mesmo, mestiçagem deve ser entendida como um processo ocorrido em decorrência da ocidentalização e que remete ao cruzamento biológico e cultural dos diferentes grupos sociais que habitaram a ibero-américa. Nesse sentido, é pertinente salientar, também, que a sociedade colonial era marcada “naturalmente” por distinções, que se davam com base na qualidade e na condição dos indivíduos. Essas distinções, segundo Paiva (*Op. cit.*, p. 72), eram incorporadas com “naturalidade” pelos habitantes da colônia. Dessa forma, a qualidade mestiça de um determinado sujeito no Setecentos, assim como a sua condição, podia indicar maior ou menor receptividade na hierarquia social desse contexto. Um exemplo dessa assertiva são as categorias mestiças de pardo ou cabra.

O termo pardo, para os sertões da Capitania do Rio Grande, conforme percebemos nas fontes que examinamos para compor esse estudo, era uma tipologia mestiça que denotava maior facilidade para inserção na dinâmica sócio-histórica desse território, em detrimento, por exemplo, do termo cabra³³⁶, que, no contexto da colônia, remetia a uma tentativa de animalização dos indivíduos assim denominados. Assim, a maioria dos sujeitos mestiços que encontramos inseridos na burocracia colonial ou que possuíam cabedal, e sobre os quais

³³⁴ Conforme Paiva, o termo qualidade foi empregado na Europa, durante o Antigo Regime, para distinguir os “homens bons”, de qualidades, ou seja, que não possuíam sangue infecto ou defeito mecânico, daqueles que não eram providos de qualidades. Segundo o autor, esse mesmo termo foi importado para o Novo Mundo. Entretanto, na ibero-américa o seu significado foi ampliado, passando a designar, além da origem ou religião, o fenótipo dos indivíduos. Assim, qualidade passou a abranger todos os indivíduos, todavia, alguns possuíam qualidades que faziam com que fossem tidos como “homens bons” (homem branco, cristão e portador de cabedal) e outros possuíam qualidades que os colocavam em uma escala social inferior (mestiços, negros, judeus e, dentre outros elementos, defeito mecânico). Portanto, a qualidade hierarquizava e distinguia os habitantes da ibero-américa e elucidava o lugar que cada habitante desse contexto deveria ocupar na dinâmica sócio-histórica da época. PAIVA, *op. cit.*, p. 17.

³³⁵ Condição, conforme Paiva, era o certificado jurídico de um indivíduo, ou seja, a forma como um habitante da colônia era qualificado perante a sociedade, no que concerne a sua condição jurídica. Sendo assim, um colono podia ser classificado nas fontes judiciais de três formas: livre, liberto e escravo. PAIVA, *op. cit.*, p. 176.

³³⁶ Acerca da qualidade parda na colônia ver os estudos de Marcia Amantino (AMANTINO, Marcia. Cabras. In.: CHAVES, Manuel f. Fernandez; GARCIA, Rafael M. Pérez; PAIVA, Eduardo França. (Orgs.). **De que estamos falando? Antigos conceitos e modernos anacronismos – escravidão e mestiçagens**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.



discutiremos *a posteriori*, eram pardos. Macedo (2013), em seus estudos, também, constatou que os pardos mantinham relações de parentesco consanguíneo e espiritual com pessoas de qualidade branca. Ou seja, que esses estavam mais próximos do universo cultural desse grupo social. Na verdade, acreditamos que essas relações de parentesco consanguíneo e ritual foram estratégicas para que esses mestiços se inserissem na dinâmica social da época, conforme discutiremos, posteriormente.

No que concerne especificamente às fontes que utilizamos para a composição desse trabalho, foram as seguintes: registros de paróquia relativos à Freguesia do Seridó (batismos, de 1803 a 1818; matrimônios, de 1788 a 1821; óbitos, de 1788 a 1838), cuja cópia digital encontra-se custodiada no Laboratório de Documentação Histórica (Labordoc) do CERES-UFRN; inventários *post-mortem* (1737 a 1827) e cartas de alforrias (1792-1814) do Fundo da Comarca de Caicó, custodiados pelo Labordoc; requerimentos de concessão de sesmaria das Capitanias da Paraíba e Rio Grande do Norte, publicadas de forma impressa (TAVARES, 1989). Metodologicamente, partimos de uma análise quantitativa e qualitativa da documentação citada e dos pressupostos do método onomástico discutido por Carlo Ginzburg e Carlo Poni³³⁷.

Em nosso estudo, consideramos pertinente salientar que os sujeitos mestiços que pretendemos analisar e que se inseriram na burocracia colonial fizeram parte de uma configuração territorial e social complexa, que se constituiu na América lusa em decorrência do processo de ocidentalização³³⁸ desse espaço, ocorrido a partir do decurso do século XVI. Em nossa compreensão, essa constituição territorial e social que deu corpo ao modo de vida na colônia, ou seja, a sociedade colonial, foi elaborada com base em um conjunto de regras, valores e instituições importados de Portugal para sua colônia. Esse entendimento de sociedade que estamos empregando em nosso texto se fundamenta nas discussões do sociólogo inglês Edward Shils (1992). Conforme este autor, toda sociedade é formada por um conjunto de valores e regras que constituem o seu sistema central de valores (centro). Esse sistema central de valores é produto de um conjunto de subsistemas (política, economia e, dentre, outros, religião) que

³³⁷ Para Ginzburg o nome é o que existe de mais singular em uma pessoa e por isso pode ser utilizado como fio condutor de uma pesquisa histórica. Nesse sentido, conforme o mesmo, o pesquisador pode utilizar o nome em diferentes *corpus* documentais e, por meio de um cruzamento de fontes, reconstituir a trajetória de vida de um indivíduo. Evidentemente que, outros elementos, além do nome, como o local de moradia, a idade e a qualidade do sujeito em estudo devem ser considerados em uma pesquisa que tenha um caráter micro e o nome como ponto inicial de análise. GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In.: **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p.169-78.

³³⁸ Sobre esse conceito ver os estudos de Serge Gruzinski. GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.



estão organizados em uma rede variada de instituições que os mantém funcionando e, conseqüentemente, a sociedade como um todo.

Nessa perspectiva, concordamos com a definição de sociedade desse autor e entendemos que a configuração social que se constituiu na América foi arquitetada exatamente por meio do sistema central já existente em Portugal. Ou seja, foi construída política e socialmente através das instituições lusitanas que foram importadas para este espaço. Dessa forma, exemplos dessas instituições seriam os sistemas administrativos lusitanos (eclesiástico, civil, jurídico, fazendário, militar) importados para a América, dentro dos quais atuaram não apenas homens brancos, mas, também, mestiços, como discutiremos em nosso texto.

Entretanto, partimos do princípio que essa relação estabelecida entre Portugal (centro) e América (periferia) não foi apenas impositiva. Ou seja, a colônia não foi um mero suporte das instituições e formas de vida lusitana. Nesse sentido, apesar da sociedade da América lusa, no contexto colonial, ter sido estruturada por meio dos sistemas administrativos portugueses, houve nesse espaço a emergência de novas normas, novos conjuntos de valores e um modo de vida negociado, onde a colônia possuía certa autonomia. Um exemplo dessa assertiva seria a própria inserção de mestiços nas instituições lusitanas que foram importadas da metrópole para o ultramar e que, nesse artigo, constitui nosso objeto de estudo. Isso porque, no contexto da colônia, ser definido como mestiço implicava afirmar não apenas a constituição biológica de um indivíduo, como já elucidamos acima, mas também a posição que esse deveria ocupar nesse contexto histórico.

Nessa perspectiva, conforme Stuart Schwartz, a política portuguesa era em si discriminatória e isso não foi diferente nas suas colônias. Segundo o mesmo, Portugal “reservava o ingresso nas ordens militares, a concessão de fidalguia e a maior parte dos cargos no governo para cristãos-velhos, não maculados com ‘a raça de judeu, mouro ou mulato. Esses mesmos preconceitos vigiam no Brasil [...]” (SCHWARTZ, 2011, p. 103). Assim, conforme essa configuração social, na colônia algumas atividades eram destinadas apenas aos “homens bons” (normalmente sujeitos brancos, vindos de Portugal ou descendentes de portugueses e que possuíam cabedal), como o desempenho de funções administrativas e outras, como a realização de atividades mecânicas, eram destinadas a mestiços, escravos e forros. Sendo assim, teoricamente, mestiços não deviam desempenhar ofícios na burocracia colonial, entretanto, nosso estudo se volta exatamente para análise do perfil desses sujeitos que se inseriram na



administração da colônia. Aspecto que passamos a discutir na seção seguinte por meio do caso de Manuel de Souza Forte.

O caso de Manuel de Souza Forte (2º)

O encontro da autora deste texto com Manuel de Souza Forte (2º)³³⁹ não foi algo previsto. Entretanto, também não foi accidental. Este, na verdade, se deu por meio de uma análise sistematizada de 99 inventários *post-mortem*, sendo 57 referentes ao século XVIII e 42 concernentes à primeira metade do século XIX, mais especificamente aos anos de 1801 a 1827. Nessa fonte de caráter judicial, produzida após a morte daqueles que possuíam cabedal e filhos órfãos, eram listados os nomes dos colonos dos sertões da Capitania do Rio Grande que estavam inseridos na administração judicial desse espaço, como Juiz Ordinário e/ou de Órfãos, escrivães, procuradores e, dentre outros, porteiros. Devido a esses elementos, próprios da tipologia documental em exame, optamos por examinar essa documentação no intento de identificar que grupos sociais conseguiram ter acesso aos ofícios da Justiça desse espaço e se, dentre esses, existiam sujeitos mestiços³⁴⁰.

Dessa forma, a princípio, construímos quadros e listamos nos mesmos os nomes e os ofícios dos indivíduos que localizamos fazendo parte do corpo jurídico dos sertões da Capitania do Rio Grande. Realizamos, inicialmente, uma análise quantitativa desses 99 inventários *post-mortem* que, além de nos oferecerem os nomes dos habitantes do espaço citado que estavam inseridos na administração judicial e os ofícios desempenhados pelos mesmos, nos possibilitaria, *a posteriori*, estabelecer dados quantitativos acerca desses sujeitos, comparando, por exemplo, que grupos sociais que residiam nos sertões conseguiram ter mais acesso aos ofícios jurídicos. Assim, após concluirmos a análise desses inventários, fundamentados no método onomástico de Ginzburg e Poni, realizamos um cruzamento dos dados localizados nessa documentação judicial com as fontes paroquiais que nos possibilitaria inferir a qualidade dos sujeitos que desempenharam ofícios jurídicos, ou seja, a forma como foram identificados socialmente no contexto em análise. Tendo em vista que, no cenário colonial, os ritos da vida

³³⁹ A partir desse momento passaremos a nos referir a Manuel de Souza Forte (2º) apenas pelos seus primeiros nomes.

³⁴⁰ Esse levantamento de dados realizado nos inventários *post-mortem* referentes ao século XVIII se deu na ocasião em que a autora era bolsista de iniciação científica no Projeto de Pesquisa *Populações mestiças no Seridó*, sob orientação do professor Helder Macedo. Já a documentação referente aos primeiros anos século XIX, foi catalogada no primeiro semestre deste ano, período em que a mesma está vinculada ao PPGH da UFRN.



cristã (batismo, matrimônio e óbito) eram ocasiões em que os habitantes desse espaço eram qualificados nos registros dos ritos de passagem da Igreja Católica.

Nesse sentido, a análise dessa documentação e o cruzamento realizado entre a mesma nos forneceu os seguintes dados: 119 indivíduos estavam inseridos na administração judicial dos sertões da Capitania do Rio Grande no decurso do século XVIII e dos primeiros anos do século XIX, ocupando os cargos de Juiz Ordinário, Juiz de Órfãos, Escrivão, Porteiro e, dentre outros, o de Alcaide. Verificamos, também, que no caso do cargo de Juiz de Órfãos e/ou Juiz Ordinário, os mesmos sujeitos que estavam inseridos no âmbito judicial da administração colonial faziam parte, eventualmente, da administração militar. Constatamos que 79% dos Juizes Ordinários e/ou de Órfãos faziam parte da administração militar, diferentemente dos escrivães, por exemplo. Provavelmente, um elemento que justifique essa relação seja o fato do escrivão ser um funcionário da Câmara, remunerado, diferentemente do Juiz.

Para uma melhor compreensão dos dados obtidos nessa análise, sistematizamos nas tabelas abaixo os cargos que pertencem à administração judicial e que localizamos nos inventários que investigamos, assim como as patentes referentes à burocracia militar e que foram atribuídas aos habitantes do espaço em exame e que ocupavam ofícios da justiça colonial, no caso os Juizes Ordinários e/ou de Órfãos. Em nossas tabelas listamos, também, a quantidade de sujeitos que ocuparam esses espaços administrativos no decorrer do recorte temporal em análise.

Tabela 1- Dados quantitativos referentes à administração judicial (1737-1827)

Cargos	Membros
Juiz Ordinário e/ou de Órfãos	47
Escrivão	31
Escrivão de Alcaide	1
Alcaide	4
Porteiro	4
Meirinho	1

Fonte: Elaboração da autora com base em fontes judiciais (Comarcas de Caicó e Acari)

Tabela 2- Dados quantitativos referentes à administração militar (1737-1827)

Patentes	Membros
Capitão-mor	8
Sargento-mor	13
Capitão	37
Tenente-Coronel	3



Tenente	7
Alferes	5
Coronel	4

Fonte: Elaboração da autora com base em fontes judiciais (Comarcas de Caicó e Acari)

Conforme discutimos em nossa introdução, os sistemas administrativos (eclesiástico, civil, jurídico, fazendário, militar) instalados na América (periferia) foram importados de Portugal (centro) no intento de atribuir forma à configuração territorial e social desse espaço conquistado. Sendo assim, cada instituição instalada no ultramar tinha uma finalidade e os sujeitos que estavam à frente dessas eram responsáveis por colocá-la em prática. No caso do sistema judiciário especificamente, conforme Salgado (1985), foi uma das prioridades da Coroa devido à preocupação da mesma em ordenar o espaço conquistado segundo os princípios da justiça portuguesa. Entretanto, a instalação dessa burocracia, além de ter sido utilizada de forma negociada para atender não apenas as necessidades dos portugueses, mas também dos colonos, foi instalada em cada capitania em consonância com as suas características econômicas e sociais. Assim, nos sertões da Capitania do Rio Grande, espaço que analisamos nesse texto, um sistema administrativo mais complexo foi implantado, apenas, em 1788, com a criação do município da Vila Nova do Príncipe, em qual circunscrição administrativa e territorial coexistiam as instâncias da administração civil (Senado da Câmara) e judiciária (Termo Judiciário).

Entretanto, mesmo antes da instalação da vila, já existia, na Ribeira do Seridó um aparelho administrativo, evidentemente, mais simples, visto que esse espaço, desde 1735 havia sido elevado ao status de povoação, o que possibilitava a feitura de documentos judiciais a partir dos habitantes desse espaço como membros e representantes da burocracia colonial do mesmo. Porém, salientamos que, nesse contexto, a Ribeira do Seridó era subordinada juridicamente à Comarca da Paraíba. Portanto, os cargos da administração judicial que citamos na Tabela 1, referentes ao século XVIII e aos primeiros anos do século XIX acompanharam o processo histórico de instalação das delimitações administrativas e territoriais ocorridas nos sertões, que no caso foram: Arraial do Queiquó, em 1700; Povoação do Caicó, em 1735; Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, em 1748; Vila Nova do Príncipe, em 1788.

No que se refere à instância militar da administração colonial dos sertões da Capitania do Rio Grande, sua instalação data do início do século XVIII, mais especificamente do ano de 1726. Nesse contexto, conforme Cotta (2010) e Silva (2003), a estrutura militar instalada nas capitanias era responsável pela defesa das mesmas e estava organizada em três tropas: as Tropas



Regulares, as Milícias e as Ordenanças. Todavia, para os sertões, possuímos apenas uma das dimensões da estrutura militar, as Ordenanças. Estas, diferentemente das Tropas Regulares, não eram pagas e atuavam nas defesas das capitanias apenas em situações de conflitos. Nesse sentido, todos os homens em idade produtiva, livres e que não tivessem compromisso com as Milícias ou com as Tropas Regulares eram obrigados a se alistarem nas Ordenanças.

Sendo assim, as patentes militares que listamos na Tabela 2 e que foram atribuídas aos habitantes dos sertões da Capitania do Rio Grande são referentes à participação desses sujeitos nas Ordenanças que, conforme elucidamos acima, para o recorte temporal examinado, possuía apenas essa tipologia de tropa militar.³⁴¹

A análise quantitativa dos 99 inventários *post-mortem* e o intercurso realizado entre os dados obtidos dessa documentação com os registros de paróquia evidenciou a qualidade dos indivíduos que localizamos inseridos na burocracia colonial. Entretanto, dos 119 sujeitos que atuavam na administração judicial e militar, conseguimos precisar a qualidade de apenas 45, sendo desses 36 definidos como brancos, 8 como mestiços e 1 como índio. Salientamos, dessa forma, nossa dificuldade em localizar a qualidade dos habitantes da colônia do recorte temporal em análise, tendo em vista o caráter lacunar de nossas fontes paroquiais. Os livros de matrimônio e óbito que temos acesso datam apenas de 1788 e já os de batismo iniciam em 1803. Em detrimento, os inventários *post-mortem* que utilizamos iniciam nos anos 30 do século XVIII. Dessa forma, a inexistência de documentação paroquial para o início deste século demonstra porque 74 indivíduos não puderam ter suas qualidades aferidas via cruzamento de fontes.

Esse elemento é pertinente de ser destacado, tendo em vista que o número diminuto de mestiços inseridos na administração colonial do espaço em questão, quando comparado ao número de pessoas qualificadas como brancas, deve ser visto criticamente. Em um primeiro momento, porque não conseguimos precisar a qualidade de 74 indivíduos que estavam inseridos na burocracia colonial e, portanto, não sabemos se dentre esses existiam mais mestiços. Além disso, Silva (*Op. cit.*, p. 17) apontou o problema do embranquecimento de sujeitos mestiços no cenário colonial. Segundo a mesma, devido às restrições impostas às pessoas de cor, as tropas militares burocráticas que teoricamente só deviam aceitar pessoas brancas invisibilizavam a

³⁴¹ Na análise quantitativa que realizamos dos inventários *post-mortem*, nos deparamos com sujeitos mestiços apenas nas instâncias jurídicas e militares da burocracia colonial. Em decorrência disso, tecemos considerações em nosso texto apenas sobre tais instâncias administrativas.

qualidade mestiça de seus membros e os consideravam oficialmente como brancos, mesmo que esses, no cotidiano da vida em sociedade, continuassem a serem identificados como mestiços. Esse fenômeno pode ter ocorrido na Capitania do Rio Grande, uma vez que constatamos que algumas famílias de pardos tiveram membros da segunda e terceira geração embranquecidos nos registros paroquiais, como demonstrou Macedo (*Op. cit.*, p. 29) e, em relação à família Soares de Oliveira, em estudo de nossa lavra (ARAÚJO, 2016). Portanto, o processo de embranquecimento também pode ser um fator explicativo para termos encontrado apenas 8 mestiços inseridos na burocracia colonial e, em detrimento, termos no deparado com 36 sujeitos brancos.

Com relação aos mestiços que localizamos fazendo parte da administração colonial, listamos seus nomes, qualidades, ofícios ocupados, a posse de terras, nomes dos cônjuges e se deixaram inventários *post-mortem* ou se seus conjugues o deixaram no quadro abaixo:

Quadro 1 – Dados qualitativos dos mestiços inseridos na administração colonial (Ribeira do Seridó, 1737-1827)

Nome	Qualidade	Cargo e/ou patente	Posse de terras ³⁴²	Inventário
Manuel de Souza Forte (2º), casado com Petronila Fernandes Jorge	Pai de pardos	Juiz de Órfãos/Tenente-Coronel	Sim	Sim
Serafim Francisco de Melo casado com Maria Rosa Teixeira	Pardo	Porteiro	Sim	-
Antônio Lopes Cardoso, casado com Maria Martins de Oliveira	Pardo	Alcaide	-	-
Antônio José Vitoriano, casado com Maria da Costa	Pardo	Alcaide	-	-
Manoel de Jesus, casado com Josefa Maria dos Santos	Pardo	Alcaide	-	Sim
Manuel Antunes do Ó, casado com Úrsula Antunes	Pardo	Alcaide	-	-
Martinho Soares de Oliveira	Pardo	Escrivão de Alcaide	Sim	-
Antônio da Silva, casado com Maria Romana	Pardo	Capitão	-	-

³⁴² Estamos considerando como posse de terras tanto aquelas que foram obtidas por meio de solicitações a Coroa, ou seja, as sesmarias quanto as que foram obtidas através de compra ou herança familiar.



Fonte: Elaboração da autora com base em fontes sesmarias (Capitania do Rio Grande e Paraíba), judiciais (Comarca de Caicó e Acari) e paroquiais (Freguesia do Seridó).

Já havíamos nos deparado com outros mestiços que estavam inseridos na administração colonial ou que possuíam sesmarias em outras pesquisas. Sistematizamos as informações que obtivemos sobre os mesmos no quadro abaixo:

Quadro 2 – Dados qualitativos dos mestiços inseridos na administração militar

Nome	Qualidade	Cargo e/ou patente	Posse de terras	Inventário
José Domingues da Silva ³⁴³	Filho de pardo	Tenente	Sim	-
Nicolau Mendes da Silva, casado com Rosa Maria	Filho de crioulo forro	Sargento-mor	Sim	-
Vitoriano Carneiro da Silva, casado com Domingas Mendes da Cruz	Neto de crioulo forro, filho de português	Tenente	Sim	Sim
Feliciano da Rocha Júnior, casado com Joana Maria da Conceição	Pardo	Soldado	Sim	Sim
José Pereira da Rocha, casado com Mariana da Conceição	Pardo	Soldado	-	-
Manoel Guedes do Nascimento, casado com Mariana Ferreira das Neves	Pardo	Soldado	-	Sim
Manoel Esteves de Andrade	Tio de pardos	Sargento-mor	Sim	-
Francisco Taveira da Conceição, casado com Catarina Maria de Jesus	Pardo	-	Sim	Sim
Pedro Taveira da Conceição, casado com Inácia Fidélis de Jesus	Pardo	-	Sim	-
Francisco Pereira da Cruz, casado com Cosma Rodrigues da Conceição	Pardo	-	Sim	Sim

Fonte: Elaboração da autora com base em fontes sesmarias (Capitania do Rio Grande e Paraíba), judiciais (Comarca de Caicó e Acari), paroquiais (Freguesia do Seridó) e dados bibliográficos (Medeiros Filho, 1983; Macedo, 2013).

Dessa forma, somando os dados que obtivemos nos inventários *post-mortem* com informações que já tínhamos precisado em pesquisas anteriores, temos 14 mestiços presentes

³⁴³ O mestiço Nicolau Mendes, assim como Vitoriano Carneiro e José Domingues foram estudados por Helder Macedo em sua tese de doutorado, aqui já citada. E quanto aos pardos Feliciano da Rocha e José Pereira, filhos do preto forro Feliciano da Rocha, foram citados por Medeiros Filho em sua obra *Velhos Inventários do Seridó*. Nesse sentido, nos deparamos com esses cinco mestiços que estavam inseridos na burocracia colonial por meio da revisão bibliográfica que realizamos sobre o espaço em análise.



na administração colonial, dos quais, três eram, especificamente, sesmeiros. Nesse sentido, é pertinente salientar que os resultados que obtivemos na análise das fontes judiciais e paroquiais sobre a inserção de mestiços na burocracia colonial dos sertões da Capitania do Rio Grande possuem aproximações com pesquisas que já foram feitas sobre essa temática para outras capitanias da América Lusa, tendo em vista que existem estudos sobre o ingresso de mestiços na administração militar para as capitanias de Pernambuco (SILVA, *op. cit.*), Minas Gerais (COTTA, *op. cit.*) e, dentre outras, São Paulo (SOUZA, *op. cit.*). Entretanto, esses estudos se voltam para a admissão de pardos ou mulatos em milícias, em detrimento ao nosso, visto que, como afirmamos acima, nesse espaço houve apenas a instalação do regimento militar das Ordenanças (SOUZA, *op. cit.*).

Foi em meio a análise dessas fontes que nos deparamos com o provável mestiço Manuel de Souza, Juiz de Órfãos e Tenente-Coronel. Nessa perspectiva, até o momento realizamos uma análise de cunho quantitativo dos dados obtidos nos inventários *post-mortem* que compulsamos. A partir desse momento, em nosso texto, iniciaremos uma análise qualitativa desses dados. Para tanto, examinaremos de forma mais minuciosa o caso de Manoel de Souza e por meio dele teceremos considerações sobre o perfil dos demais mestiços que localizamos inseridos na burocracia militar e judicial dos sertões da Capitania do Rio Grande. Entretanto, salientamos que a análise quantitativa que construímos nesse estudo foi pertinente por nos possibilitar comparar quantitativamente que grupos sociais conseguiram ter acesso a ofícios administrativos no espaço em análise e quais ofícios foram esses.

No que concerne a Manuel de Souza, esse nasceu, provavelmente, no ano de 1753, uma vez que, conforme seu registro de óbito, faleceu aos 43 anos de idade, em 1793³⁴⁴. Na ocasião foi identificado como Tenente-Coronel e esposo de Petronila Fernandes Jorge. Acreditamos que o mesmo era filho de um homônimo Manuel de Souza, morador na Ribeira do Seridó. Inferimos isso não apenas pela semelhança dos nomes, pela proximidade do recorte temporal entre os dois ou pelo fato de terem residido em um mesmo território, mas, também, por Manuel de Souza ter sido fazendeiro e ter sido parte da administração militar dos sertões³⁴⁵, seguindo, assim, o mesmo caminho trilhado pelo pai. Nesse sentido, conforme Hespanha (*Op. cit.*, p. 67), na América, a patrimonialização dos cargos se deu exatamente por meio do direito de sucessão

³⁴⁴ PARÓQUIA DE SANT'ANA DE CAICÓ (PSC). Casa Paroquial São Joaquim (CPSJ). Livro de Óbitos nº 1. Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (FGSSAS), 1788-1811, fl. 37. (Manuscrito).

³⁴⁵ Sobre Manuel de Souza Forte consultar a tese de doutorado de Macedo, já referenciada nesse texto.



de ofícios, ou seja, da passagem de cargos ocupados por pais para seus os filhos, o que dificultava, por exemplo, a venalidade dos mesmos.

Manuel de Souza e Petronila Fernandes (branca)³⁴⁶ tiveram seis filhos, foram eles: Joana Quitéria de Souza Forte (parda), Maria Perpétua da Natividade (branca), Januário de Souza Forte (pardo), Antonia de Souza Forte (sem identificação), Constância Firme de Jesus (parda) e Joaquina (sem identificação). A forma como os filhos do casal foram qualificados nas fontes paroquiais evidencia que a parentela Souza Forte foi constituída por meio de mestiçagens. Nesse sentido, por termos conseguido precisar nas fontes paroquiais a qualidade de Petronila Fernandes e de seus filhos, acreditamos que Manuel de Souza era o ascendente mestiço dessa genealogia. Entretanto, infelizmente, a qualidade de Manuel de Souza não foi considerada nos registros de paróquia. Nos ritos da vida cristã que o mesmo compareceu foi listada apenas a sua patente de Tenente-Coronel. Portanto, como já elucidamos, inferimos que o mesmo, possivelmente, era mestiço por seus descendentes terem sido definidos como pardos e por sabermos a qualidade de sua esposa, o que explicaria, também, a qualidade de sua filha, Maria Perpétua da Natividade, definida como branca.

Outro elemento que remete a presença de dinâmicas de mestiçagens na genealogia Souza Forte é o fato de Januário de Souza Forte, filho do casal citado, ao se casar, em 1817, ter sido identificado como parente de sua esposa, Joana Ferreira das Neves, que era parda e pertencia a uma genealogia mestiça já analisada por nós. Sendo assim, acreditamos que a qualidade de Manuel de Souza foi silenciada nos registros de paróquia pelo fato do mesmo possuir um cabedal expressivo e por fazer parte da elite desse cenário, bem como por ocupar cargos no âmbito judicial e militar dos sertões. Todavia, com base na documentação compulsada, o que conseguimos precisar de fato, até o momento, é a presença de mestiçagens na família Souza Forte.

No que concerne ao ingresso desse provável mestiço na administração colonial, caso o mesmo fosse de fato filho do homônimo Manuel de Souza Forte, esse pode ter sido um fator que justificou sua inserção nas instâncias administrativas dos sertões, conforme elucidamos acima. Todavia, um elemento que também pode ter possibilitado a inserção de Manuel de Souza na administração colonial é a posse de cabedal. Segundo dados coletados no seu inventário, o mesmo ao falecer, apenas em bens de raiz, possuía um patrimônio orçado em 2:166\$000. E, segundo Macêdo (2007), no espaço em análise, de 1737 a 1830, o cabedal da maioria das

³⁴⁶ PSC. CPSJ. Livro de Óbitos nº 1. FGSSAS, 1788-1811, fl. 143v. (Manuscrito).



famílias (69%) não passava de 1:000\$000. Ou seja, apenas somando os bens de raiz de Manuel de Souza o seu cabedal já era superior ao da maioria das famílias do cenário colonial em estudo. Caso o valor do patrimônio de Manuel de Souza fosse convertido na compra de escravos, tendo em vista que um escravo em idade produtiva foi avaliado em seu inventário no valor de 100\$000, o mesmo teria posses suficientes para comprar 21 escravos e ainda permanecer com um saldo de 660\$000.

Dessa forma, o que estamos evidenciando é que, mesmo que Manuel de Souza não seja filho de alguém “influente” no cenário colonial, o mesmo era, em si, um sujeito singular para época, por possuir um cabedal tão expressivo. Aspecto que pode ter contribuído para sua inserção no âmbito administrativo da colônia, aspecto que nos remete, também, aos demais mestiços citados nesse estudo. Existe alguma semelhança entre Manuel de Souza e os mestiços que encontramos inseridos na burocracia colonial? É possível estabelecer um perfil para esses mestiços?

Em linhas gerais, nossa resposta, com base nos dados coletados nas fontes, seria sim. É possível perceber um conjunto de semelhanças entre esses mestiços. O primeiro elemento comum que os une é o fato de terem sido definidos como pardos: mais especificamente, 13 mestiços foram qualificados como pardos. Em relação aos demais, inferimos que são mestiços pelas relações familiares rastreadas nas fontes paroquiais que compulsamos, entretanto, não sabemos como de fato eles foram qualificados na época, ou seja, se foram classificados como pardos ou mulatos, por exemplo.

Esses mestiços estão unidos também pela semelhança dos cargos que ocuparam na administração colonial. É possível perceber que, tanto no âmbito judicial, quanto no militar, os mestiços que localizamos inseridos na burocracia colonial ocupavam cargos que não eram tão importantes na hierarquia desse cenário, como por exemplo, o cargo de porteiro ou de alcaide³⁴⁷. Temos como exceção, nesse processo, Manuel de Souza que chegou a exercer o cargo de Juiz de Órfãos³⁴⁸. Entretanto, essa exceção pode ser justificada pela posse de um patrimônio tão expressivo e que, possivelmente, foi convertido em cabedal social. Entretanto, é pertinente salientar que Manuel de Souza atuou como Juiz de Órfãos, que é diferente do cargo de Juiz Ordinário. Nesse sentido, segundo Schwartz (*Op. cit.*, p.30), o Juiz de Órfãos se limitava

³⁴⁷ Sobre os significados dos cargos administrativos da colônia ver os estudos de Salgado. SALGADO, op. cit., p.127.

³⁴⁸ Manuel de Souza Forte (2º) atuou como Juiz de Órfãos em duas situações, nos anos de 1790 e 1791, nos inventários de Euzébio da Costa Torres e José Álvares de Freitas, respectivamente.



aos cuidados com os órfãos e com suas heranças. Em detrimento, o Juiz Ordinário era o mais alto cargo do judiciário em nível local. A pessoa que ocupava este cargo era responsável pela manutenção da ordem e da lei em seus municípios, presidindo, dessa maneira, o Senado da Câmara.

Os mestiços que listamos nos quadros de número 1 e 2, ou seja, os que faziam parte do corpo administrativo da colônia, pelo que precisamos nas fontes judiciais (inventários *post-mortem* e cartas de alforrias) e sesmarias, em sua maioria, possuíam terras, escravos ou gados. Ou seja, eram parte da dinâmica econômica dos sertões, baseada exatamente na pecuária. Dessa forma, esses elementos que citamos, além de unir esses mestiços por meio de um conjunto de semelhanças, evidencia que os mesmos não buscaram romper com a lógica social e econômica do espaço em que viveram. Não tentaram, por exemplo, romper com a escravidão ou com a lógica distributiva dos ofícios administrativos. Na verdade, esses sujeitos buscaram se inserir, fazer parte da dinâmica da época e constituir mecanismos que os possibilitassem o acesso as instituições coloniais. Francisco Taveira, por exemplo, casou com uma de suas escravas e teve um filho com esta. Alforriou a ambos, mas não deixou de ter escravos. Na verdade, Catarina Maria de Jesus, ex-escrava de Francisco Taveira, ao tornar-se esposa desse mestiço, passou, também, a ser senhora de escravos, como analisamos, em estudo anterior.

Nesse sentido, é importante reiterar o fato de a sociedade colonial ser delineada “naturalmente” por distinções e mobilidades, conforme discutiu Paiva e como asseveramos em nossa introdução. Portanto, a escravidão era um fenômeno tolerado e aceito pelos habitantes desse contexto. Segundo o mesmo, apenas no Oitocentos a escravidão passou a ser visto como algo ilegal e que precisava ser abolido. Sendo assim, o fato desses mestiços que examinamos não tentarem romper com a lógica escravista do Setecentos e nem com a lógica desigual dos ofícios administrativos remete ao fato dos mesmos estarem vivendo em consonância com a dinâmica sócio-histórica da época, delineada por hierarquias em decorrência da qualidade e da condição de um indivíduo.

O conjunto de elementos que elucidamos acima e que reuniam os mestiços examinados sob um perfil comum nos remete, também, ao modo de vida “negociada” no cenário colonial e que discutimos ao longo desse texto. Os mestiços que localizamos, inseridos na burocracia colonial, eram, em sua maioria, pardos e possuíam cabedal ou relações com pessoas influentes, como o caso de Manuel de Souza, possivelmente filho do “fundador” do Arraial do Caicó. Ou seja, eram portadores de uma série de características que, possivelmente, os possibilitou



ingressarem na dinâmica administrativa do espaço em que viveram. Dessa forma, em nossa análise, esses elementos foram as ferramentas utilizadas por esses mestiços para “negociarem” o acesso aos ofícios judiciais e militares que exerceram. Nessa perspectiva, a sociedade colonial que se constituiu na América não foi delineada apenas por negociações entre a nobreza da terra e a metrópole. Nosso estudo evidencia que o modo de vida negociado em âmbito local – as alianças familiares, o acúmulo de cabedal expresso na posse de terras e escravos, os serviços prestados a Coroa – possibilitou que mestiços ingressassem na burocracia militar da colônia.

Assim, partindo da ideia que as negociações ocorridas tanto entre metrópole (centro) e colônia (periferia), bem como as ocorridas internamente possibilitaram uma autonomia na sociedade colonial, conforme foi problematizado por Hespanha, Fragoso e Gouvêa (FRAGOSO; GOUVÊA, op. cit., p.11), acreditamos que o ingresso de mestiços na burocracia colonial da América se deu segundo a dinâmica histórica de cada capitania. Nos sertões da Capitania do Rio Grande, por exemplo, segundo os dados que obtivemos e que já discutimos ao longo desse texto, ocorreu, provavelmente, devido ao acúmulo de cabedal e das relações de parentesco consanguíneo. Já na Capitania de Pernambuco, para Silva³⁴⁹, foi a ocupação holandesa que criou um cenário propício para a emergência de milícias de negros e pardos. Nessa perspectiva, o que nosso estudo demonstra, em consonância com os autores citados ao longo desse texto, é que existiam brechas nos pressupostos que regiam o acesso aos ofícios administrativos da América. Essas brechas obedeciam à dinamicidade de cada capitania e às próprias necessidades da Coroa. Segundo Schwartz, serviços financeiros e militares prestados à metrópole por sujeitos que não eram tidos como “homens bons”, ou seja, cristãos-novos, mestiços e escravos, possibilitava que esses recebessem patentes, ofícios administrativos, se inserissem, portanto, na dinâmica sócio-histórica da época. Assim, apesar da mestiçagem ser a princípio um fator que limitava o acesso às instâncias administrativas na sociedade americana, essa população conseguiu constituir mecanismos que possibilitou seu ingresso na burocracia colonial, mesmo sem romper com o modo de vida desigual e hierárquico desse período. Isso porque, apesar do universo colonial ser desigual era, também, marcado por mobilidades e negociações que dinamizavam as relações sociais desse período.

³⁴⁹ SILVA, Luiz Geraldo. Gênese das milícias de pardos e pretos na América Portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. **Revista de História**, São Paulo, v. n. 169. p. 111-144, jul/dez. 2013.



Considerações finais

Trabalho com fragmentos de episódios, restos de acontecimentos, e tiro disso tudo uma história, tecida num desenho providencial (FRAGOSO; GOUVÊA, op. cit., p.11).

Enquanto historiadores, trabalhamos com fragmentos do passado, com rastros das vivências humanas no espaço e no tempo e, por meio desses indícios, construímos a história. Asseveramos isso na epígrafe que escolhemos para iniciar esse texto, por acreditarmos que Eco, naquele trecho, sintetizou com clareza elementos do ofício do historiador. Sendo assim, começamos nossas considerações finais com essa discussão porque cremos que em nosso texto ficou evidente esse exercício de análise de fragmentos do passado. Nossas fontes, citadas ao longo de todo texto, principalmente no que se refere aos registros de paróquia, são lacunares. Não nos possibilitaram, por exemplo, identificar a qualidade de 74 sujeitos que ocuparam ofícios jurídicos e militares nos sertões da Capitania do Rio Grande. Sendo assim, não sabemos se esses sujeitos eram mestiços, brancos, negros ou indígenas. Portanto, o que estamos querendo evidenciar é que temos apenas rastros desse passado colonial e que estamos buscando, por meio de um cruzamento de fontes diversas, reunir os fios do complexo tecido social dos sertões da Capitania do Rio Grande, constituído por homens e mulheres de qualidades e condições distintas, reunidos em redes de clientela, parentesco consanguíneo ou ritual. Assim, em nossas considerações finais, apresentaremos apenas a análise desses fragmentos do passado colonial, referentes ao ingresso de mestiços na burocracia colonial dos sertões, que conseguimos reunir até o momento em nossas análises das fontes judiciais, paroquiais e sesmarias.

Nessa perspectiva, por meio do estudo do caso de Manuel de Souza, provável mestiço dos sertões da Capitania do Rio Grande, nosso estudo evidencia que entre os homens da Justiça e das Ordenanças dos sertões da Capitania do Rio Grande existiam mestiços e não apenas pessoas brancas. Evidencia, também que esses mestiços possuíam uma série de elementos comuns que podem ter sido utilizados como mecanismos de acesso à burocracia colonial do espaço em análise. Dentre essas características comuns citamos:

1. Posse de cabedal (expresso pela posse de terras e escravos);
2. Qualidade parda, majoritariamente;
3. Cargos semelhantes ocupados (ofícios de menor importância na hierarquia dos cargos jurídicos ou militares)



4. Casamento e vivência de aspectos da fé católica (dos sacramentos da Igreja católica, posse de imagens de santos entre os bens listados nos inventários e o fato de testemunharem em casamentos ou figurarem como padrinhos de batismo)³⁵⁰.

Demonstramos, também, em nosso texto que os mestiços em análise não tentaram romper com a lógica estratificada do tecido social em que viveram. Em detrimento, os mesmos buscaram formas de se inserirem na dinâmica da época e constituírem um espaço de atuação na sociedade americana. Como exemplo dessa assertiva, citamos o caso de Francisco Taveira, pardo, sesmeiro e que se casou com uma de suas escravas, que também foi definida nas fontes judiciais como parda. Esse, ao emancipá-la e ao constituir laços matrimoniais com a mesma, possibilitou que ela passasse de escrava a proprietária de escravos. Ou seja, por meio dos laços estabelecidos com o pardo Francisco Taveira, a parda liberta, Catarina, conseguiu ascender socialmente e passou a alimentar a lógica da dinâmica escravocrata da colônia. Entretanto, atuando a partir de outra perspectiva, não mais como cativa, mas como senhora de escravos.

Em nossas pesquisas, constatamos também, que os homens da justiça e das Ordenanças dos sertões da Capitania do Rio Grande que localizamos nos 99 inventários *post-mortem* que compulsamos eram majoritariamente brancos (36), mas que dentre esses existiam, também, mestiços (8) e indígenas (1). Contudo, ao examinarmos esses dados salientamos que não conseguimos precisar a qualidade de 74 sujeitos em decorrência das lacunas de nossas fontes paroquiais e que por isso o número diminuto de mestiços deve ser visto criticamente. Outro elemento que apontamos foi o fato de alguns mestiços embranquecerem ao longo da vida, tendo em vista que a qualidade no cenário colonial era algo móvel e que devido à posse de cabedal podia ser alterada. Por isso, inclusive os sujeitos definidos nas fontes como brancos devem ser vistos com ressalvas. Portanto, os dados quantitativos que obtivemos na análise das fontes precisam ser examinados com cautela.

Por fim, em nosso estudo, discutimos também que a sociedade americana, apesar de ter se constituído política, jurídica, religiosa e administrativamente com base nas instituições lusitanas, foi dotada de certa autonomia. Essa autonomia se deu em decorrência das especificidades históricas desse cenário e ocorreu no seio da própria administração colonial,

³⁵⁰ Esses últimos elementos foram examinados por Cotta e considerados pertinentes para o ingresso na burocracia colonial. Conforme o mesmo, mestiços e negros, para ingressarem nos meandros da burocracia colonial, adotavam uma série de estratégias que “variavam desde a inserção em redes de apadrinhamento e clientela até a adoção de valores tidos como ideais pela sociedade católica portuguesa, tais como o casamento e a constituição de uma família.” COTTA, op. cit., p.110.



por meio de negociações externas e internas, envolvendo metrópole (centro) e colônia (periferia), bem como mestiços, forros, escravos e pessoas de qualidade branca que através de apadrinhamentos, redes de clientela e posse de cabedal mantiveram o complexo tecido social da América em funcionamento.

Fontes

Laboratório de Documentação Histórica (Labordoc)

Inventário de Manuel de Souza Forte. Inventariante: Petronila Fernandes Jorge. Vila Nova do Príncipe, Comarca da Paraíba e Capitania da Paraíba do Norte, 1793. (Manuscrito).

Inventário de Ana Francisca. Inventariante: Francisco Taveira da Conceição. Vila Nova do Príncipe, Comarca da Paraíba e Capitania da Paraíba do Norte, 1797. (Manuscrito).

Inventário de Francisco Taveira da Conceição. Inventariante: Catarina Maria de Jesus. Vila Nova do Príncipe, Comarca da Paraíba e Capitania da Paraíba do Norte, 1816. (Manuscrito).

Paróquia de Sant'Ana de Caicó (PSC). Casa Paroquial São Joaquim (CPSJ).

Livro de Batismo nº 1, Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (FGSSAS), 1803-1806. (Manuscrito).

PSC. CPSJ. Livro de Batismo nº 2, FGSSAS, 1814-1822. (Manuscrito).

PSC. CPSJ. Livro de Matrimônio nº 1, FGSSAS, 1788-1809. (Manuscrito).

PSC. CPSJ. Livro de Matrimônio nº 2, FGSSAS, 1809-1821. (Manuscrito).

PSC. CPSJ. Livro de Óbito nº 1, FGSSAS, 1788-1811. (Manuscrito).

PSC. CPSJ. Livro de Óbito nº 2, FGSSAS, 1812-1838. (Manuscrito).

Bibliografia

ARAÚJO, Maiara Silva. Terras de mestiços no sertão da Capitania do Rio Grande no século XVIII. In: IV Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades, Caicó, 2014, **Anais do IV Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades**. Caicó: UFRN, 2014. p. 757-774.

ARAÚJO, Maiara Silva; MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Vivências “mestiças” e administração colonial nos sertões da Capitania do Rio Grande: o caso da família Soares de Oliveira (séculos XVIII-XIX)*. **Espacialidades**, Natal, v. 10, p. 14-44, jul-dez. 2016.



BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (Orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séc. XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez & Latino**: aulico, anatomico, architectonico. Coimbra: Collegio da Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

CHAVES, Manuel f. Fernandez; GARCIA, Rafael M. Pérez; PAIVA, Eduardo França. (Orgs.). **De que estamos falando?** Antigos conceitos e modernos anacronismos – escravidão e mestiçagens. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

COTTA. **Negros e Mestiços nas milícias da América Portuguesa**. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

DANTAS, José Adelino. **O coronel de milícias Caetano Dantas Correia – um inventário revelando um homem**. Natal: CERN, 1977.

_____. *De que morriam os sertanejos do Seridó antigo?* **Tempo Universitário**. Natal: UFRN, v.2, n.1, p. 129-36, jan-jun.1979.

ECO, Umberto. **Baudolino**. Rio de Janeiro: BestBolso. 7ª ed., 2014.

FRAGOSO, João. *Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760)*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (Orgs.). **Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (Orgs.). **Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO (FRV). INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE (IHGRN). **Sesmarias do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Gráfica Tércio Rosado/ESAN, 2000.

FURTADO, Júnia Ferreira. *A morte como testemunho da vida*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina. (orgs.). **O Historiador e suas Fontes**. São Paulo: Contexto 2009. p. 93-115.

GINZBURG. Carlo; PONI, Carlo. *O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico*. In.: **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p.169-78.

_____. **O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.



GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Administração*. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). **Dicionário do Brasil Colonial** (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 17-20.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

HESPANHA, António Manuel. *Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (Orgs.). **Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LOIOLA, Maria Lemke. *Defeito ou acidente? Mulatos e pardos na produção da hierarquia social em Goiás colonial*. In: III Seminário de Pesquisa da Pós-graduação em História, Goiás, 2010, **Anais do III Seminário de Pesquisa da Pós-graduação em História, Goiás**. Goiás: UFG, 2010, p. 1-15.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó**: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX). Tese (Doutorado em História). UFPE, 2013.

MARQUES, Leticia Rosa. *Entre cor e hierarquia*: apontamentos sobre ascensão social de mulatos e a carreira militar no Brasil da primeira metade do século XIX. **Estudios Historicos**, Uruguai, v. 5, n. 11. p. 1-16, dez. 2013.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

_____. **Velhos inventários do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo**: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho). Tese. (Concurso para Professor Titular em História de Brasil – Departamento de História). UFMG, 2012.

_____. *Escravo e mestiço*: do que estamos efetivamente falando? In.: CHAVES, Manuel f. Fernandez; GARCIA, Rafael M. Pérez; PAIVA, Eduardo França. (Orgs.). **De que estamos falando? Antigos conceitos e modernos anacronismos – escravidão e mestiçagens**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

SALGADO, Graça, coord. **Fiscais e meirinhos - a administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Pró-Memória/ Instituto Nacional do Livro, 1985.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SHILS, Edward. **Centro e periferia**. Lisboa: DIFEL, 1992.



SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras:** os pobres do açúcar na conquista do sertão de pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Tese. (Doutorado em História). UFPE, 2003.

SILVA, Luiz Geraldo. *Gênese das milícias de pardos e pretos na América Portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII.* **Revista de História**, São Paulo, v, n. 169. p. 111-144, jul\dez. 2013.

SOUZA, Fernando Prestes de. **Milicianos pardos em São Paulo:** cor, identidade e política (1765-1831). 2011. 192 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

TAVARES, João de Lyra. **Apontamentos para a História Territorial da Parahyba.** 2. ed. Mossoró: Escola Superior de Agricultura de Mossoró, 1989.



A relação entre a imprensa soteropolitana com o golpe de 1889: uma análise dos discursos jornalísticos sobre a proclamação da república.

Matheus Berlink Fonseca³⁵¹

Artigo Recebido em:

Artigo Aceito em:

RESUMO

Este trabalho analisa os discursos jornalísticos utilizados pelos jornais que circulavam da cidade de Salvador, durante a primeira quinzena após a Proclamação da República do Brasil. Buscando compreender o posicionamento político destes jornais a partir das suas orientações políticas. As principais fontes utilizadas foram os jornais, além dos inquéritos policiais. A metodologia utilizada foi a análise do discurso e o diálogo com a bibliografia específica sobre o tema da Proclamação da República como as obras de Jose Murilo de Carvalho para o Rio de Janeiro e Wlamyra Albuquerque para a Bahia. A pesquisa revelou que o discurso local foi tendencioso para o republicanismo o que influenciou na difusão dos acontecimentos do novo sistema de governo na imprensa soteropolitana.

Palavras-chave: República. Imprensa. Salvador. Golpe. Jornais.

The relation between the soteropolitana press with the coup of 1889: an analysis of journalistic discourses on the proclamation of the republic.

ABSTRACT

This paper analyzes the journalistic discourses used by the newspapers that circulated in the city of Salvador during the first fortnight after the Proclamation of the Republic of Brazil. Seeking to understand the political position of these newspapers from their political orientations. The main sources used were newspapers, as well as police inquiries. The methodology used was the analysis of the discourse and the dialogue with the specific bibliography on the theme of the Proclamation of the Republic as the works of Jose Murilo de Carvalho for Rio de Janeiro and Wlamyra Albuquerque for Bahia. The research revealed that the local discourse was biased towards republicanism, which influenced the diffusion of the events of the new system of government in the soteropolitana press.

Keywords: Republic. Press. Savior. Hit. Newspapers.

³⁵¹ Licenciatura em história pelo Centro Universitário Jorge Amado. Atualmente é professor de História do Ensino Fundamental II no Colégio Parque. Desenvolve pesquisa sobre a Imprensa Baiana durante a Proclamação da República.



Introdução

O golpe de 1889, no qual trouxe a Proclamação da República para o Brasil, é derivado da continuação de um longo processo político e social decorrente dos tempos do Império, onde podemos destacar alguns fatos, tais como a Guerra do Paraguai (1864 – 1870), a divulgação do Manifesto Republicano de 1870, a criação do Clube Federal Republicano de 1888 e a Abolição da Escravidão em 13 de maio de 1888 (CARVALHO, 2010).

No entanto, para o caso específico da Bahia, pode-se ainda incluir os seguintes fatos como contribuintes para Proclamação da República na Província, tais como: a criação do Clube Republicano Baiano, em 1878, e a publicação do jornal *A República Federal*, cujo primeiro número circulou em 2 de julho de 1889 (DIAS, 2008).

Para os republicanos, a instauração da República significou um passo inevitável para a evolução do Brasil, enquanto que para os monarquistas o triste fim de um período de glórias e a inserção do Brasil na mesma realidade de seus vizinhos Latino Americanos, ou seja, a realidade de repúblicas em crise.

Porém, para o povo, teve um significado diferente, como diz Aristides Lobo, jornalista carioca, o povo assistiu ‘bestializado’ todo o processo da Proclamação da República sem entender direito o que se passava, levando em consideração que o processo de Proclamação foi, em sua maioria, feito por militares e, ainda assim, por uma parcela deles, onde muitos não tinham uma ideia real do que seria a República.

Segundo o autor Tobias Monteiro (1989), nos momentos iniciais da república houve uma tentativa de construir a versão oficial do ocorrido pelos olhares dos vencedores, tentava-se ao máximo glorificar as ações dos atores principais e reduzir ao máximo os fatos que derivavam do acaso. E um dos instrumentos utilizados para oficializar e legitimar esse novo período da história nacional com toda certeza foi a imprensa, neste caso mais específico os jornais que circulavam na época.

Segundo Renato Lessa (1997, p. 86), “o Brasil acordou após o 15 de novembro sem ter a resposta institucional a respeito de si mesmo”, logo os jornais serviram em primeira instância para situar a população do que estava acontecendo, do quadro político de maneira geral, mesmo que esse ainda não tivesse totalmente definido. E, em um segundo momento, como uma força extraoficial, porém de longo alcance, de difusão do novo regime, seja com opiniões favoráveis ou contrárias.



A Bahia teve uma ação diferenciada no ato da Proclamação em relação às outras Províncias, em especial à de São Paulo e Rio de Janeiro que, por estarem no epicentro da República, não tinham outra opção a não ser a aceitação imediata do novo regime. Diferentemente, na Bahia a Proclamação foi muito mais aclamada pelos militares, em 16 de novembro de 1889, no quartel de São Pedro e no dia posterior no Palácio da Aclamação do que de fato proclamada - com exceção do movimento republicano que constava de sua maior parte por estudantes e professores da Faculdade Baiana de Medicina, entre outros civis.

A primeira reação da Província da Bahia foi a defesa da Monarquia. Na manhã do dia 16 de novembro, o então presidente da província da Bahia Almeida Couto, junto ao Marechal Hermes da Fonseca, comandante de armas da província, cientes de toda a situação, declaram suas disposições de obediência às leis do Império e ao Imperador, como pode ser visto em telegrama escrito pelo Presidente da Câmara Municipal, enviado aos jornais do Rio:

A camara Municipal da Bahia protesta contra a ditadura militar que, sob o nome de Governo Provisório, se estabeleceu na Côrte, e afirma sua completa adesão ás instituições e ao Imperador”. Província da Bahia não adhere movimento ilegal e tumultuário, imposto pela força, e, ao que parece aceito pelo terror. Pedê que communique todas folhas – Augusto Guimarães, Presidente. Bahia, 16 de novembro de 1889 (BARROS, 1939, p. 475).

Mediante esse quadro de instabilidade política na Província Baiana que se instalava com a chegada das notícias do novo regime, este artigo visa analisar os primeiros momentos do governo republicano na Bahia, em especial na capital Salvador, no século XIX e como esse marco histórico foi compreendido e transcrito pela imprensa Soteropolitana da época.

Vale lembrar que para isso, este trabalho visa compreender os quinze primeiros dias da implantação do regime republicano, ou seja, a partir do 15 de novembro de 1889 (data da Proclamação da República) até o dia 30 de novembro do mesmo ano.

Terá sua análise e estudo baseado nas matérias que circularam nesses primeiros quinze dias de instauração do novo governo nos periódicos publicados na época, em especial os jornais e os almanaques e os discursos propagados pelos jornais da época, pois esses discursos além de mostrarem o que estava acontecendo, serão utilizados em grande parte para legitimar o golpe do 15 de novembro de 1889 e, de certo modo, irá ajudar a construir a história destes que se dizem vitoriosos por parte do novo governo republicano.



A imprensa soteropolitana como palco de batalha

A República, instaurada através do golpe republicano de 15 de novembro de 1889, trouxe consigo uma expectativa inicial muito grande de maior participação popular de diversos setores da sociedade. Entre estes estavam grupos operários, anarquistas, membros da elite intelectual, militares, além de toda massa da população. De certo modo, as massas eram os que mais sofriam com os impactos do antigo regime monárquico - fossem eles positivos ou negativos.

Na Província da Bahia, assim como no resto do país, a possibilidade do novo regime trouxe muitas inspirações à expectativa da sociedade Baiana, em especial na capital São Salvador. Prova disso foi os diferentes grupos republicanos que aqui foram criados momentos antes do Golpe da República, entre eles, tendo maior notoriedade o grupo republicano de 1878, composto na cidade de Salvador, formados em maior parte, por estudantes, professores e pessoas ligadas à Faculdade de Medicina da Bahia.

Estes já explanavam para a população soteropolitana os benefícios que a democracia republicana poderia trazer. Além disso, podem-se citar em Salvador alguns jornais de cunho republicano e, ainda existiu também, a formação em Salvador do I Congresso Republicano da Bahia em junho de 1889, que entre seus dirigentes estava o médico Virgílio Damásio, professor da Escola Baiana de Medicina e um dos dirigentes e redator do jornal *A República Federal* que, mais tarde, tomaria posse no dia 18 de novembro de 1889 como primeiro governador republicano do recém-criado Estado da Bahia (DIAS TAVARES, 2008, p.300).

Segundo o historiador José Murilo de Carvalho (1987, p.37), o grosso da sociedade brasileira - incluindo a população baiana -, quase nenhum meio lhe restava de fazer ouvir sua voz, exceto o veículo limitado da imprensa. Por que limitados? Eram diversas as limitações que existiam durante o século XIX, tanto para a constituição de um jornal ou periódico, quanto para sua circulação e compreensão.

Primeiro, a maioria dos jornais eram fundados e mantidos por partidos políticos, fossem eles monarquistas, republicanos ou de qualquer outro segmento político. Geralmente havia pouco espaço para a literatura e notícias locais, acabando por afastar boa parte da população da leitura desses periódicos.

Esse quadro começou a mudar somente no final do século XIX, quando se percebe o aumento gradual da publicação de periódicos e das tipografias existente na capital baiana. Para



ter uma noção, surgiram 287 jornais na década de 80 do século XIX na Bahia em detrimento aos 180 jornais que surgiram na década de 70 no mesmo século (CARVALHO, 2007), quase um aumento de 50% na produção de jornais. Outro motivo que afastava a população da leitura desses periódicos era, como analisa Kátia Mattoso (1902, p. 207) somente um terço da população soteropolitana era alfabetizada, no entanto ao analisar essa situação vimos que a capital baiana, apesar de possuir um alto índice de analfabetismo, tinha um número considerável de periódicos em circulação durante a segunda metade do século XIX.

Em linhas gerais, na década de 1880 houve o aparecimento de 287 periódicos (*Idem*, 2007) na província da Bahia, a maior parte deles na cidade de São Salvador, envolvendo diários, jornais, folhetins e revistas. Embora boa parte deles não durasse mais que três ou quatro anos, ainda assim é um número muito expressivo, fato que contraria uma sociedade em maior parte analfabeta e teoricamente desinteressada por tudo que essa mídia poderia trazer, já que existia o ato de leitura públicas na cidade e até mesmo nas prisões, como fica evidenciado no trabalho: *Ser Preso na Bahia, 1865-1890* (TRINDADE, 2012).

Se de modo geral existiam empecilhos que dificultassem o acesso dos jornais a população comum, não se pode dizer o mesmo da elite intelectual e política baiana que se utilizavam da mídia como um verdadeiro campo de batalhas entre monarquistas e republicanos, conservadores e liberais.

Esse campo de batalha já vinha sendo montado desde a década de 1870, onde os primeiros jornais baianos de cunho republicano surgiram a exemplo da *Sentinela da liberdade* na Cidade de Cachoeira em 1870, *O Popular* na cidade de Santo Amaro da Purificação em 1872. Porém, foi na capital Salvador que esses jornais ganharam corpo, maior número e maior visibilidade.

Destes jornais republicanos na capital pode-se citar *O Horizonte* (1872), *A Tribuna* (1876 – 1878) e talvez o mais importante deles, *A Republica Federal* que teve sua primeira edição em 2 de julho de 1889 no ano do Golpe Republicano. Este último serviu de referência para a construção da identidade republicana de boa parte da população, assim como dos militares e simpatizantes civis na capital, além de ter servido como espécie de modelo para a criação de grupos republicanos no interior da província a exemplo das cidades de Orobó (atual Ruy Barbosa), Curalinho (atual Castro Alves), Cachoeira, Santo Amaro da Purificação e Feira de Santana (TAVARES, 2008).



Se um por um lado existia uma crescente mídia republicanista na Bahia, existiam também os jornais de tendência conservadora e monárquica. O principal representante dessa vertente era *O Diário de Notícias* que circulava na capital baiana. Foi esse jornal de caráter essencialmente conservador que ficou encarregado, no dia 17 de novembro de 1889, de informar a toda população Soteropolitano sobre o manifesto elaborado pelo presidente da Câmara dos Deputados da Bahia, Augusto Guimarães, em defesa da Monarquia e “contra a ditadura violenta que esse sistema oriundo de surpresa e traição trazia” (DIAS TAVARES, 2008, 299).

No entanto, esse manifesto nunca chegou a ser lançado, pois o presidente da Câmara Augusto Guimarães não conseguiu o número de assinaturas suficientes para esse ato. Além desses dois lados, que por motivos do momento foram os que mais agiram no palco principal da batalha, existiam diversos outros periódicos que possuíam distintas orientações políticas, religiosa ou até mesmo apartidária.

Dentro desse grupo destaca-se o *Jornal de Notícias da Bahia* que adotava uma postura neutra em relação à política. E durante os momentos iniciais da República se conteve somente a passar notícias que estavam por ocorrer naquele momento confuso de transição de Monarquia para República em uma província que até o momento se mantinha fiel ao Imperador D. Pedro II, porém com um relevante movimento republicano.

Para entendermos melhor o contexto em que englobava diferentes reações à República na mídia soteropolitana, é necessário fazer um quadro comparativo entre diferentes periódicos que existiam na capital baiana durante o mês de novembro de 1889. Para isto analisaremos a tabela I.

Tabela 1 - Periódicos existentes em novembro de 1889 na cidade São Salvador.

Nome:	Publicação	Duração	Orientação	Proprietário
Jornal de Notícias da Bahia.	Diária *	1879 -1911	Neutra em partidos políticos.	Propriedade de Associação.
Gazeta da Tarde	Diária	1880-1889	Abolicionista	Pamphilo da Santa Cruz
O Encouraçado		1881- 1889	Crítico	



A Lanterna		1882-1911	Literário e independente, noticioso, “jornal para todos”.	Lourenço de Castro.
O Corsário	Bissemanal	1884-1898	‘Órgão’ do povo’, crítico e satyrico.	Januário Raymundo Martins
Echo da Verdade	Mensal	1886-1895	Evangélico	
O Alabama	Bissemanal	1887-1891	Crítico, chistoso, noticioso e literário.	Sob a proteção da Polícia
O Monitor Catholico		1887-1895	Católico	Órgão oficial da Diocese da Bahia.
O Domingo		1888 -1892	Literário	
O Neto do Diabo	Três vezes por semana	1888-1889	Crítico, literário e chistoso.	Salustiano Pedro
A República Federal	Semanal	1888-1890	Propaganda republica	Órgão do Clube Federativo da Bahia
O Diabo		1888-1889	Moralizado	Tenente Gouveia
Monitor Caixeral		1888-1889		
A Justiça	Publicação semanal	1888-1896		
A Verdade	Mensal	1888 – 1893	Religiosa Baptista	
Diário do Comércio		1889/1892	Neutro em politica	Associação
O Grito Nacional		1889	Político	Francisco Pires de Carvalho
Leituras religiosas		1889-1911	Religioso	Conego Clarindo de Souza.
O Derby		1889	Turfista	Júlio Pimental
A Cruzada	Semanal	1889	Literária e chistosa	José Bonifácio
O Cruzeiro		1889	Político	Doutor Salustio
Repórter		1889	Interesse do povo	Associação



Jornal do Povo		1889-1890	Noticioso e literário	Aristides Ricardo de Sant' ana
A Voz da Pátria		1889	Republicano	
Pequeno Jornal	Diária	1889-1892		Doutor Aristides Cesar Spinola Zama
Diário da Bahia		1833- 1958	Conservador	
Gazeta da Bahia		1879-1890	Conservador	Orgão do partido conservador.

* Pela tarde, com exceção dos domingos e dias de guarda (feriados em grande maioria religiosos).

** Os espaços em brancos não foram encontrados dados sobre o periódico.

*** Os dados foram retirados dos Anais da imprensa Baiana.

Fonte: CARVALHO, Alfredo de; TORRES, João Nepomuceno. **Anais da imprensa da Bahia**. 2ª ed. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2007.

Uma das características dos periódicos oitocentistas era o tempo curto de sua existência, alguns não iam além da primeira edição. Mas, voltemos ao ponto central de nossa discussão: existiam no mês de novembro de 1889 cerca de vinte e sete periódicos circulando na capital, conforme indicado na Tabela 1.

A fim de sabermos um pouco sobre o momento em que a produção midiática se encontrava na cidade do São Salvador, basta ter em mente que naquele momento em Novembro de 1889, a cidade de Ouro Preto, capital da Província de Minas Gerais, possuía somente três jornais em circulação, sendo eles: O jornal *União* de caráter imparcial, *A Província de Minas* de caráter monárquico e por fim o jornal *Movimento* que fazia parte do movimento republicano de Minas Gerais (RIBERIO, 2013).

Nessa comparação, pode se ver que Salvador estava muito a frente da maioria das capitais de províncias existentes no Brasil a nível de produção midiática, levando-se também em consideração que Salvador era a segunda cidade mais importante do Império Brasileiro - no que diz respeito a economia, por exemplo. São vinte e sete periódicos contra os três existentes na capital mineira em novembro de 1889, um número realmente expressivo e significativo; Salvador de fato se comparava às grandes Províncias quando se tratava de produção midiática, estando muito próxima da produção existente na capital do Império, Rio de Janeiro, que tinha aproximadamente quarenta periódicos em circulação (DOYLE, 1965).



Ainda sobre essa comparação entre as províncias e analisando a tabela I, havia também significativa disputa política entre os periódicos, ou melhor, entre seus proprietários. Se em Minas Gerais, havia somente três periódicos, cada um seguindo uma orientação política distinta – neutra, monárquica e republicana - o que sugere um equilíbrio entre as forças, não podemos dizer o mesmo da nossa capital.

Em Salvador havia quatro periódicos de orientação republicana, sendo estes: *A gazeta da tarde*, *A República Federal*, *O diabo e a Voz da Pátria*. Seguidos dos periódicos republicanos, havia os conservadores e os monárquicos, são eles: *O Monitor Catholico*, que apesar de sua primeira instância ser de orientação religiosa, por ser católico e principalmente por ser da Arquidiocese da Bahia, tem ligações profundas com a instituição da Monarquia, *Diário da Bahia e a Gazeta da Bahia*.

Lembrando que existiam alguns jornais que escapavam de uma suposta pureza ideológica, fazendo com que diferentes posições políticas coexistissem na mesma redação - fato que pode ser analisado no *Jornal de Notícias da Bahia*, que possuía entre seus redatores militares e membros da elite intelectual.

Além desses, tinham aqueles que se reivindicavam neutros em disputas políticas e a favor da população, sendo esse o tipo de jornal em maioria naquele momento. E esses jornais muitas vezes deixavam a política em segundo plano e tratavam mais de assuntos literários, como contos e histórias, ou assuntos chistosos, muitas vezes relacionados à mentalidade escravocrata da época. Um bom exemplo é o jornal *O Alabama*, que se dedicava a dura e sistemática perseguição ao candomblé baiano.

Dentro dessa categoria existia também o *Jornal de Notícias de Bahia*, que fora o jornal de maior circulação na cidade de Salvador e que por causa disso receberá devida atenção ao longo do texto. Ainda sobre esse tipo de seguimento jornalístico, podemos citar os seguintes: *O encouraçado*, *A Lanterna*, *O Corsário*, *O Domingo*, *O Neto do Diabo*, *A Cruzada*, *o Repórter*, *Jornal do Povo* (CARVALHO, 2007).

Por fim, existiam os periódicos de orientação religiosa e não católico, tais como o jornal evangélico *Echo da Verdade*, e o periódico Batista, *A Verdade*. Alguns jornais com temas bastante específicos como o *Derby*, que tratava de assuntos relacionados às casas de apostas de Salvador, principalmente à apostas de corrida de cavalos, o *Diário do Comércio* voltado para economia local e regional, e o *Monitor Caixerai* que tratava de alguns trabalhadores que atuavam nas mais diversas casas comerciais da cidade.



Com esse quadro geral pode-se analisar que a tensão existente entre os republicanos e monarquistas na Província da Bahia, em novembro de 1889, já era fomentada momentos antes ao ato da Proclamação e que essa tensão foi alimentada muito em parte pela mídia local existente que, possuindo a diversidade e quantidade de periódicos que cá existiam, levou a um clima mais acirrado de ideologias a respeito da permanência ou alteração do sistema político social/político vigente.

Nesse sentido é interessante decifrar o que pode naquele momento explicar em parte o motivo da Bahia ter como sua reação inicial a defesa da Monarquia, o zelo e a guarda pelo Imperador e as instituições monárquicas, nesse sentido, temos a princípio o medo da elite baiana de perder o prestígio político que possuía durante o Império; Segundo Falcón(2010), citado por Falcón(2010, pág. 27) exemplifica essa situação muito bem em sua obra *Coronéis do Cacaú*: “(...) Fato, aliás compreensível levando-se em consideração que as elites baianas gozavam do mais amplo reconhecimento político da Corte durante a fase imperial, encabeçando mais da terça parte dos ministérios que se sucedem entre 1847 e 1889”.

Para, além disso, podemos elaborar uma série de outros fatores que proporcionaram essa reação diferenciada nesta Província. Durante os anos que seguem a República aqui na Bahia, o povo baiano e principalmente a elite vão tentar criar um ideal de modernidade no Estado, principalmente através da criação do IGHB – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, fundado em 1894.

No entanto, essa suposta modernidade baiana republicana é sempre respaldada nos tempos áureos, ou seja, os tempos imperiais. Vão ser retratados as Batalhas do 2 de julho, o barão do Rio Branco, entre outros, evidenciando que o povo baiano e, principalmente, a sua elite, estavam profundamente ligados ao Império e ao conservadorismo. A historiadora Wlamyra Ribeiro de Albuquerque evidencia isso em sua obra:

A exaltação dos tempos de glória foi fundamental para a construção da fabula da modernidade baiana. A existência dos anos áureos reafirmava a possibilidade de um futuro no qual a Bahia readquirisse uma posição privilegiada no contexto nacional. Os mesmo Levitas do progresso eram também saudosistas de um passado mitificado (Albuquerque, 1997, p. 24).

De algum modo, essa maior diversidade e circulação de periódicos - de diferentes vertentes políticas e grupos políticos -, fez com que na Bahia, em especial na sua capital, a opinião sobre o que poderia vir a ser e os benefícios e malefícios da República, ganha diferentes



opiniões entre as vertentes da população, seja entre o cidadão comum ou entre as mais altas instâncias militares e políticas da cidade.

Prova disso são as grandes figuras públicas da cidade de Salvador que momentos iniciais se diziam fiéis ao Imperador e que logo após alguns dias aderiram à República, tendo como a mais ilustre dessas figuras o marechal Hermes da Fonseca, Comandante de Armas da Bahia.

Claro que não se pode ter como principal causa da mudança de segmento político a influência dos jornais, ainda sendo uma figura importante como essa. Porém é sabido que até mesmo essa elite, que a princípio estava favorável ao Império, tinha suas dúvidas e fraquezas ideológicas em relação ao regime monárquico:

(...) Outras razões da fragilidade do movimento monarquista devem ser consideradas. Como não se desenvolveu no Brasil uma sólida doutrina monarquista durante o Império, no início da República esta será elaborada pelos restauradores de uma forma imprecisa, fragmentária e contraditória. Seus principais pontos de sustentação se definiram-se em questões de natureza circunstancial e não de princípios. Como resultado disso, o monarquismo não conseguiu desenvolver um autoconceito independente do seu oposto: O republicanismo era sua referência obrigatória (JANOTT, 1989, p. 254).

Dessa forma, teremos na Bahia, uma elite que busca ter na República o mesmo espaço político que possuía no Império, tentando de todo modo se agarrar ao rastro de modernidade que o novo sistema prometia dizer, em contra partida temos essa mesma elite baiana presa ao conservadorismo e às glórias do Império, e de certa forma se sentindo parte do Império do Brasil e não desta República que vinha. Porém, por mais que houvesse essa reação inicial de defesa da Monarquia, uma fragilidade ideológica em relação ao se sentir parte do Império será a chave condutora para a vitória do golpe de 1889 na Bahia.

Bibliografia

Borges de Barro, F. **A Margem da História da Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1939

BARMAN, Roderick J. **O Imperador Cidadão**. 2ª ed. São Paulo. UNESP, 2010.

BELO, JOSÉ MARIA. **História da república 1889 – 1954**. Rio de Janeiro 1972.

CARVALHO, Alfredo de; TORRES, João Nepomuceno. **Anais da imprensa da**



Bahia. 2. Ed. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2007.

CARVALHO NETO, Joviniano S. de. *Proclamação da República na Bahia no olhar de um cientista político.* **Rev. IGHB**, Salvador, v.106, p. 87-114, jan./dez. 2011

CARVALHO, JOSÉ MURILO DE. *Os bestializados.* 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **História do Brasil nação**, 1808-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

_____. **Formação das almas**, 2ª ed. Rio de Janeiro, 1990.

DOYLE, Plínio. **Anais da Biblioteca Nacional**, Catálogo de jornais e revistas do Rio de Janeiro 1808-1889, vol.85, Rio de Janeiro, 1965.

DINIZ, J. Pércles, **Uma breve trajetória da imprensa no Recôncavo da Bahia durante o século XIX**, Anais do VII encontro nacional de História da mídia, Rio de Janeiro, 2009.

JESUS, Paulo Cesar Oliveira de. **O fim do tráfico de escravos na imprensa Baiana 1811 – 1850.** Dissertação de mestrado. Salvador: Universidade Federal do Estado da Bahia, 2004.

LESSA, Renato. **A invenção republicana.** Companhia das Letras: São Paulo, 1997.

MONTEIRO, Tobias. *As proclamações da república.* **Ciência hoje**, Rio de Janeiro n 59, pp. 26-33, 1989.

MATTOSO, Kátia Queiroz. **Bahia, século XIX:** uma província no império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

Ribeiro de Albuquerque, Wlamyra, **O civismo Festivo na Bahia: Comemorações Públicas do Dois de Julho (1889/1923).** Dissertação de mestrado. Salvador: Universidade Federal do Estado da Bahia, 1997.

RIBEIRO, Fernando. **É notícia! A proclamação na república (15/11/1889) nos jornais de Ouro Preto.** Em: < <http://historiasevariaveis.blogspot.com.br/2011/08/e-noticia-proclamacao-da-republica.html>> Acesso em 24 de março de 2013.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A primeira gazeta da Bahia:** Idade d`Ouro do Brazil. 2 ed. Salvador: Edufba, 2005.

SILVA, Camila de Freitas. *A proclamação na República e sua repercussão na imprensa Carioca.* **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo, julho, 2011.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia.** 11ª ed. Salvador: Edufba, 2008.



Normas e transgressões: as tentativas de disciplinar o viver na Teresina oitocentista

Andreia Rodrigues de Andrade³⁵²

Artigo Recebido em: 30/09/2017

Artigo Aceito em: 06/11/2017

RESUMO

Os Códigos de Postura e os jornais que circularam em Teresina na segunda metade do século XIX como *A Imprensa* e *O Semanário* fornecem informações importantes para a compreensão dos fluxos de vários sujeitos pela cidade, em que se vê a clara preocupação da administração pública municipal em garantir boa conduta no espaço urbano. Tendo em vista que havia a preocupação em manter os bons comportamentos na urbe e também o desejo de controlar os seus habitantes, que forjaram táticas várias para descumprir as imposições do poder público. Este artigo analisa o viver em Teresina na segunda metade do século XIX como foi alvo do olhar disciplinador do poder público, o qual buscou estratégias disciplinadoras, como as posturas para reprimir as condutas desviantes no espaço citadino. Mas também de táticas dos habitantes da cidade-capital a essas tentativas do poder público de controlar seus direitos individuais, as quais se revelam nos jornais.

Palavras-chave: Século XIX. Teresina. Códigos de Postura.

Norms and transgressions: the attempts to discipline the living in the eighteenth Teresina

ABSTRACT

The Codes of Posture and the newspapers that circulated in Teresina in the second half of the nineteenth century as *The Press* and *The Weekly* provide important information for understanding the flows of various subjects through the city, in which the clear concern of the municipal public administration to ensure good conduct in urban space. Considering that there was the concern to maintain the good behaviors in the city and also the desire to control its inhabitants, who forged several tactics to avoid the impositions of the public power. This article analyzes the living in Teresina in the second half of the nineteenth century as it was the object of the disciplinarian look of the public power, which sought disciplinary strategies, such as the postures to repress deviant behavior in the city space. But also tactics of the inhabitants of the capital city to these attempts of the public power to control their individual rights, which are revealed in the newspapers.

Keywords: 19th century. Teresina. Posture Codes.

³⁵² Mestra em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Professora-tutora do Curso de História UFPI/UAB/CEAD. Professora Substituto curso de História da Universidade Estadual do Piauí. E-mail: andreiaandrade525@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6380081563684536>.



Introdução

Na cidade a força do imaginário se faz presente e se relaciona com o real e é através desse poder das imaginações que os homens tecem olhares e narrativas múltiplas sobre o espaço citadino, a partir de seus “lugares” sociais e de seus interesses. Estes trazem em si “estratégias e táticas” (CERTEAU, 1994) variadas. Assim, vem à tona a Teresina Oitocentista, através dos modos diversos como ela era praticada pelos munícipes que nela habitavam e circulavam por suas ruas de chão batido. Na cidade:

[...] as imagens plenas e as representações racionais se esgarçam e deixam entrever território, que podem ser espaços, meios geográficos, mas podem também levantar o véu racional que encobre as fugidias subjetividades. Podem ser espaços onde as múltiplas redes de sociabilidade se repetem, diferenciam-se, modificam-se em filamentos imponderáveis (ESCIANI, 1991, p. 13).

Teresina na segunda metade do século XIX não foi somente um pequeno e rústico labirinto de casas, mas também e, principalmente, um espaço complexo e diversificado em que foram construídas relações variadas. Desse modo, a urbe é uma “projeção de heranças históricas” e resulta:

[...] dos esforços econômicos, administrativos, arquitetônicos e de hábitos e aspirações quotidianas. Elas fundam-se numa mistura de funções e nunca nos aproximamos mais de seus segredos do que quando nos ocupamos das condições que geram suas diversidades. As suas realidades, as formas de ocupação, as origens dos seus habitantes e suas ligações com as mudanças e expansão do espaço (GANDARA, 2010, p. 23).

Ao tratar das tentativas de ordenar o viver em Teresina na segunda metade do século XIX, surgem questionamentos: Qual o significado da implantação de Códigos de Postura para a cidade? Como as imposições disciplinares eram recebidas pelos cidadãos? A tentativa de implantar a disciplina urbanística em Teresina se apresentou desde o seu nascedouro, através do seu projeto urbanístico geométrico. Nos momentos seguintes à criação da cidade – em 1854, viriam os Códigos de Postura.³⁵³ É perceptível, pois, que a cidade foi imaginada estrategicamente por seus dirigentes, para um exercício da disciplina de transeuntes no espaço urbano. E ainda as táticas dos seus habitantes para vivenciá-la e burlar as normas estabelecidas pelos dirigentes através de medidas disciplinares, como as Posturas. As medidas para disciplinar

³⁵³ APEPI. Código das Leis Piauienses. Resolução nº 391 publicada em 18 de setembro de 1854. A partir de 1834, estabeleceu-se a criação de Assembleia Legislativa em cada província. Este órgão tinha a responsabilidade de aprovar a criação de Posturas. Tais órgãos foram instalados em 1835.



o viver na cidade vão desde as tentativas de controlar as vestimentas adequadas para o tráfego pelas ruas do perímetro urbano, a proibição de comercializarem-se alimentos pelas ruas, até as festas, como os batuques.

Das normas às burlas: o cotidiano da Teresina Oitocentista

A análise dos Códigos de Postura e dos jornais *A Imprensa* e *O Semanário*, baliza a compreensão dos fluxos de vários sujeitos pela cidade de Teresina na segunda metade do século XIX, em que se percebe a notória preocupação da administração pública municipal em garantir boa conduta no espaço urbano. Tendo em vista que havia a inquietude de manter os bons comportamentos na urbe e também o desejo de controlar os seus habitantes, que forjaram táticas várias para descumprir as imposições do poder público.

O cotidiano urbano teresinense na segunda metade do século XIX foi marcado por distintas relações de poder, alvo do olhar disciplinador do poder público, o qual buscou estratégias normatizadoras para reprimir as condutas desviantes no espaço citadino. Mas também de táticas dos habitantes da cidade-capital a essas tentativas do poder público de disciplinar seus direitos individuais, as quais se revelam nos jornais.

Sobre os Códigos de Postura, Ademir Gebara (GEBARA, 1986, p. 168) aventa que o uso de tais fontes como mecanismo de controle social indica inúmeras transformações relevantes durante o século XIX. As Posturas trazem muitas questões concernentes à administração municipal e são fontes excelentes para o estudo da história local, na medida em que revelam aspectos vários do dia a dia, com os costumes e problemas vividos pela comunidade (GEBARA, 1986).

Esses mecanismos de controle do viver urbano mostram a estratégia dos representantes do poder público para tentar disciplinar a vida citadina. Entretanto, a forma como a população recebia tais normas se evidenciam em documentos como os periódicos do período, os quais mostram os limites entre a cidade dos desejos e urbe real, praticada pelos seus moradores. Haja vista que há uma dualidade entre as estratégias normatizadoras e as condições materiais existentes em Teresina, pobre e com organização e funcionamento precários.

Com isso, é notório que a cidade real se distancia bastante da imaginada e desejada pelos representantes públicos para ser civilizada, disciplinada e soerguer a província do Piauí ao tão esperado progresso e comunicação com o restante do Império. Tendo em vista que os limites



entre os desejos de governantes e suas imposições, através da tentativa de disciplinar o andar, o vestir, o morrer, as atividades comerciais no espaço urbano teresinense vêm à tona na documentação analisada. A pesquisa demonstrou, pois, um espaço urbano com sérias limitações financeiras, de saneamento básico, habitações, iluminação e traços marcantes de ruralidade, características que perduraram até o século XX.

Os modos de olhar e atuar sobre a cidade emergem carregados de estratégias e táticas as quais trazem possibilidades de decodificação da vida urbana teresinense. Nesse sentido, percebem-se tentativas dos representantes do poder público de disciplinar os corpos e os sentidos, portanto o mau cheiro, os gritos pelas ruas da cidade, as práticas de sociabilidades, consideradas incivilizadas e indisciplinadas foram alvos de medidas disciplinares por parte dos representantes do poder público. Com relação às disciplinas, Michel Foucault (2009, p. 189) sinaliza que elas:

[...] têm seu discurso. Elas são criadoras de aparelhos de saber e de múltiplos domínios de conhecimento. As disciplinas são portadoras de um discurso que não pode ser o do direito; o discurso da disciplina é alheio ao da lei e da regra enquanto efeito da vontade soberana. As disciplinas veicularão um discurso que será o da regra, não o da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra “natural”, quer dizer, da norma; definirão um código que não será o da lei, mas o da normalização [...].

A cidade que se revela nos Códigos de Postura evidencia a busca dos dirigentes públicos por romper com os comportamentos, atitudes e expressões ligadas ao mundo tradicional. Assim, as práticas ligadas a esse contexto deveriam ser disciplinadas e ajustadas à nova ordem de habitar em uma cidade. Sobre isso, Ângela D’Incao enfatiza que “muitas pessoas tiveram que mudar não só o local da residência, mas também as formas de diversão de raízes populares e grupais” (D’INCAO, 1997, p. 226). A normatização do espaço urbano preocupou a administração pública municipal.

Deste modo, uma das estratégias tomadas foram os Códigos de Postura, com intuito de conter as práticas destoantes no espaço citadino a exemplo de crimes, vadiagem, embriaguez e ainda os “maus costumes” da população. Aliás, logo após a transferência da capital, Antônio Saraiva mostrou claras preocupações com a normatização de Teresina e isso pode ser percebido na promulgação de um código de medidas disciplinadoras que reprimiam práticas delituosas e “ajuntamentos negros” pelas ruas da cidade fora do horário permitido para esse tráfego.

Os Códigos de Postura podem ser compreendidos, portanto, como tentativas do poder público de regular, normatizar e controlar o viver na urbe teresinense. As posturas municipais do século XIX, nesse sentido, são retratos da cidade de Teresina naquele momento. Eles trazem



à tona o afinco dos administradores municipais, para soerguê-la a um plano mais civilizado, em consonância com os parâmetros de ordem e higiene dos espaços da cidade. Contudo, a realidade encontrada na urbe teresinense estava distante do previsto nas posturas, era marcada pela indisciplina: ruas sujas, mendigos, prostituição, roubos, alimentos vendidos sem os preceitos básicos de higiene.

Era necessária uma transformação de costumes e hábitos da população, que deveria desvincular-se de hábitos ligados à vida rural – que muitas pessoas tentavam manter na capital, e aderir a costumes consoantes com a vida urbana. No afã de enquadrar, de construir uma nova ordem no espaço urbano teresinense, o poder público desejava colocar a nova capital em harmonia com os moldes do mundo moderno e civilizado.

Isso é notório ao analisarem-se aspectos marcantes da cidade no século XIX, o plano urbanístico em formato de tabuleiro de xadrez, o qual tornava mais visível a circulação das pessoas pelo espaço citadino, e em si próprio continha mecanismo de controle,³⁵⁴ a instalação do relógio público e várias iniciativas: medidas policiais, posturas, saneamento e higiene, apoio institucional – Colégio dos Educandos, Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Alienados (ARAÚJO, 2001, p. 236). A finalidade dessas ações era afastar as “classes perigosas” do convívio citadino. Por conseguinte, a análise de tais códigos, possibilita a compreensão da dinamicidade da vida cotidiana em Teresina no século XIX, em seus múltiplos aspectos, desde o aforamento dos terrenos, os tipos de casas, até as vestimentas para o tráfego pelas ruas. E ainda a relação que se tinha entre o público e o privado.

As posturas de 1867 foram sancionadas a 11 de abril daquele ano, momento em que o presidente, Antônio de Luna Freire, pautado nas atribuições do artigo 2º da Resolução de 25 de outubro de 1831, aprovou provisoriamente as posturas da Câmara Municipal de Teresina. Em 1870, foi posto em vigor, com o aval do presidente da Província, um novo Código de Posturas para Teresina, juntamente com as cidades de Parnaíba e Valença. Através da resolução n. 727, de 6 de setembro daquele ano.

Alguns dos pontos tratados nessas posturas são: na distribuição de terras dentro da décima urbana, estabeleceu-se o imposto de 200 réis, por braça, de frente, anuais (dentro do

³⁵⁴ Foucault ressalta que na sociedade moderna as tecnologias de disciplinarização dos corpos simbolizam a vontade de padronização comportamental com vistas a uma racionalização do espaço. As estratégias pensadas para a organização do espaço urbano eram lançadas por sujeitos localizados em um lugar de poder e saber, a exemplo de profissionais como médicos, engenheiros e arquitetos, os quais disseminam um conjunto de ações e também de discursos, a fim de normatizar a cidade de acordo com os padrões de civilidade exigidos pela sociedade burguesa, ver: ARAÚJO, 2001, p. 236.



perímetro urbano) e de 100 réis (fora da décima urbana); uso de águas e da higiene públicas, era proibido lavar roupa, pessoas e animais, na décima urbana, durante o dia. Já em junho e novembro era proibido lavar roupa nos poços públicos da Praça da Constituição e largo da Misericórdia. Isso mostra que, possivelmente fosse uma prática comum o hábito de lavar roupas nos espaços supramencionados, que eram públicos.

Aqui, percebe-se a maneira que as pessoas tinham de se relacionarem com a cidade, a indistinção entre o público e o privado. Era também proibido manter pólvora nas casas localizadas na décima urbana, o infrator estava sujeito à prisão e perda do material, uma parte do mesmo ficaria com a Câmara.

Os sepultamentos no cemitério público também passaram a ser normatizados.³⁵⁵ Para ter o direito de enterrar seus entes queridos, os teresinenses tinham que desembolsar 13\$000 (treze mil réis), a quantia era a mesma tanto para crianças como para adultos. A manutenção anual variava entre 2\$000 e 10\$000 réis, em caso de catacumba temporária, que posteriormente seria vendida à outra pessoa. Em caso de sepulturas e catacumbas permanentes, os custos eram de 30\$000 (trinta mil réis) e 300\$000 (trezentos mil réis).

Na verdade, esses valores estavam muito além das condições financeiras da maioria da população. Este, certamente é o motivo, por que a maioria dos túmulos do cemitério durante o século XIX eram ocupados pelos membros das famílias abastadas (ANDRADE, 2014, p. 5). Essa proibição emergiu também nas Posturas de 1880 e inclusive era passível de punição aos infratores: multa, prisão e exumação dos cadáveres. O artigo 7º determinava “Ficam expressamente proibidos, n’esta cidade e terras do patrimônio municipal, os enterramentos fora do cemitério público ou lugar para esse fim designado pela câmara”.³⁵⁶ Para os contraventores as penas seriam aplicadas conforme a sua transgressão:

§1º Os que determinarem os enterramentos, a multa de 30:000 e prisão por 8 dias, assim como a exumação a sua custa dos restos do cadáver em tempo próprio para serem depositados em cemitério.

§2º Os que executarem os enterramentos, e os que tomarem parte ativa n’eles, as mesmas penas, exceto quanto à exumação do cadáver.³⁵⁷

³⁵⁵ Naquele momento ainda não havia carro funerário. Era comum o defunto ser conduzido para o cemitério por amigos a pé. Atrás do caixão iam os familiares e conhecidos e admiradores.

³⁵⁶ Resolução 1.024, publicada em 21 de junho de 1880. Aprova as posturas confeccionadas pela Câmara Municipal de Teresina em 26 de abril de 1880. *A Imprensa*. Teresina, ano 16, n. 650, 7 ago. 1880, p. 1.

³⁵⁷ *A Imprensa*. Teresina, ano 16, n. 650, 7 ago. 1880, p. 1.



Os artigos iniciais do Código de Postura de 1870 tratavam da concessão dos terrenos por aforamento na décima urbana. Esses deveriam ser cedidos dentro da quadra da décima urbana a 100 réis por cada braça de frente, anualmente; fora da quadra a 50 réis. Os terrenos concedidos na décima urbana tinham o prazo de dois anos para serem construídos. Após este período, o proprietário teria de pagar os foros duplamente por mais um ano. Caso a construção não tivesse sido terminada, ao fim deste prazo, seria colocada em praça, pela Câmara Municipal, para arrematação.

Quanto às construções erguidas no perímetro urbano, considerava-se obra concluída, após a finalização completa de seu exterior, com calçada de seis palmos de frente, e dos lados, no caso dos terrenos de esquina. A finalidade da arrematação seria liquidar as despesas e o valor restante seria entregue ao dono do terreno. Em seguida, o terreno seria cedido, novamente para requerimento. Os terrenos cedidos e não construídos deveriam ser limpos, mensalmente, do dia 27 ao último dia do mês, pelos respectivos proprietários. Caso contrário, eles seriam penalizados com uma multa de 2\$000 (dois mil réis), imposta no dia 1º do mês seguinte e cobrada instantaneamente por via executiva. Se esta determinação não fosse cumprida, por quatro vezes, resultaria na perda do terreno.

Relativamente à limpeza das ruas, de acordo com o artigo 21, elas deveriam ser limpas todos os sábados, até às 8h da manhã. A limpeza ficava a cargo dos próprios habitantes e dos donos dos terrenos não construídos. Em caso de descumprimento, a multa seria de 500 réis, por vez, sendo que na quarta, o proprietário perderia o terreno, caso este não fosse edificado.

Além disso, segundo o artigo 24, o lixo deveria ser jogado em um local apropriado e designado pelos fiscais, publicados em editais pela imprensa e apreçados em todas as partes da cidade. Quem descumprisse, pagaria multa de 1\$000, ou dois dias de prisão, caso o infrator fosse escravo, seria preso se seu proprietário não pagasse a multa. Entretanto, a população, descumpria essa norma, pois os jornais denunciavam a sujeira das ruas e a falta de higiene: “se sairmos a percorrer as ruas desta capital ficamos envergonhados, causam-nos nojo as grandes imundícies que ali se encontram”.³⁵⁸

As casas deveriam ser caiadas exteriormente por seus proprietários, anualmente, no mês de junho. O descumprimento implicava numa multa de 3\$000, em caso de reincidência, o valor era o dobro. Além disso, a Câmara estava encarregada de plantar árvores frutíferas, nas

³⁵⁸ JOAQUIM, João. Os costumes. *O Democrata*. Teresina, n. 173, 22 ago. 1894, p. 3.



terras de seu patrimônio.³⁵⁹ Os proprietários de escravos estavam proibidos de torturar seus cativos. Outro fator que incomodava os governantes e as elites eram as casas de palha – proibidas de ser construídas no centro.³⁶⁰ Davam um aspecto de feiura à capital, além de ser incômodas para os governantes e para a elite teresinense.

A despeito disso, o crescimento urbano nem sempre esteve nos moldes de civilidade da elite e dos governantes, de modo que as casas simples erguidas nos arredores de Teresina eram o oposto do que se estabelecia nos Códigos de Postura e nos padrões de embelezamento e higiene. Tais residências eram:

[...] sem alinhamento, construídas de taipa e cobertas de palha, localizadas em ruas tortuosas, tornando confusa a disposição do espaço ambiente, o que trazia à população, riscos de doenças causadas pela falta de higiene, de ar puro, de luz, bem como pelo amontoamento e promiscuidade, a que eram submetidas aquelas pessoas (ARAÚJO, 2001, p. 239).

As construções supracitadas desafiavam a disciplina urbana que se desejava construir na nova capital piauiense, uma cidade planejada por discursos de especialistas que prezavam por critérios de estética, racionalidade dos espaços, higiene e moral, discursos vigentes naquele período. Tais casas contrastavam com o centro comercial da cidade, a parte que recebia mais atenção do poder público, porque lá estavam as ruas do comércio teresinense, a exemplo da Paissandu, a Rua Bela e Imperatriz. Esta era um “local de casas comerciais de produtos finos usados pela elite teresinense seguindo a moda de Paris, tais como sedas, veludo, perfumarias, ceroulas de linho, escarradeiras para residências e queijo flamengo” (ARAÚJO, 2001, p. 239). Esses produtos estavam bem distantes das possibilidades de consumo da maioria da população.

As ideias dos governantes eram por em prática o que prescreviam os Códigos de Postura, mesmo que para a implantação de tais normas fossem necessárias punições como multas ou até mesmo prisões dos munícipes que as descumprissem. Não obstante, através da análise dessa documentação, observa-se que havia penalidades que talvez não tenham sido exequíveis, em razão da discrepância entre a multa que seria cobrada pelo eventual descumprimento da norma

³⁵⁹ As árvores plantadas deveriam ser principalmente, mangueira, tamarindeiro, jaqueira, pequi e bacuri, e deveriam ser plantadas, sobretudo do cemitério ao extremo do campo de Marte; em todas as praças e quadros dos limites da décima urbana; em todos os portos e passagens públicas e nas proximidades das casas de passagens; e ainda no matadouro público, em derredor do curral, e pelo menos 4 arruamentos de 12 árvores cada um na frente do matadouro.

³⁶⁰ No ano de 1868, surgiu um projeto do deputado David Caldas para que o governo substituísse gradualmente as casas de palha por outros telheiros e lhes desse o valor referente à quinta parte da casa nova, cerca de 500\$000 (quinhentos mil réis). No entanto, o projeto foi considerado inexecutável pelos outros membros da Assembleia Legislativa.



ou a prisão irrisória de quem não tivesse como pagar as multas por seu comportamento indisciplinado.

Para explicitar a discordância entre multa/prisão, convém enfatizar que ela se verifica no artigo 84 do Código de Posturas de 1867 que regulamenta as vestimentas a ser usadas pelas ruas da cidade. Percebe-se a tentativa do poder público de punir os costumes não aprováveis para os habitantes da nova capital, quanto aos seus trajes. O referido artigo proibia o uso de ceroulas às pessoas que circulassem pelas ruas da cidade. A roupa que deveriam usar era calças e camisa por dentro. Os escravos também não deveriam usar “farrapos” pelas ruas da capital. Já a multa para quem descumprisse era de 1\$000 por cada vez que fossem pegos em flagrante, pagos imediatamente, ou 1 dia de prisão. Caso o infrator fosse um menor, a partir de oito anos de idade, seus pais ou responsáveis estavam sujeitos à penalidade.

As vestes femininas foram também alvos das tentativas de disciplinar os comportamentos dentro do espaço urbano. O periódico *A Imprensa* veiculava que as roupas do belo sexo demonstravam as “tendências de mulheres”:

O vestido, as mais das vestes, denuncia as tendências das mulheres, escreve um periódico: - As que usam o apertado; são avarentas, largo fanfarronas; muito curto, apaixonadas pelos bailes, comprido e asseadíssimo, elegância e riqueza; curto e despregado ou roto, desmazeladas; despregado, preguiçosas; com nódoas, porcas e imundas; sempre novo, temíveis; sempre velho, renunciaram ao mundo, ao amor; de cores claras muito alegres; escuras, liberadas e judiciadas; afogado, modestas; muito decotado, pouco pudor (não servem para ninguém muito comprido, varrendo o chão, quando chove, destas mulheres libera nos, *Domine* (MACHADO, 1881, p. 4.) (Grifo do autor)

As estratégias da administração municipal de controlar, dar ordem, embelezar e tornar civilizada a urbe teresinense era na verdade, restrições ao viver urbano das camadas populares que nela habitavam, como muitos migrantes vindos de outras províncias, fugindo das constantes secas. Segundo Mafalda Araújo, nos anos 1877/1880 “Dezenas dessas pessoas se deslocavam, no seu cotidiano, pelas ruas do Barroão, Estrada Nova, trazendo para a vida cotidiana, cenas de um espetáculo lamentável. Fixava-se nas ruas debaixo de árvores, nas praças, à beira do rio Parnaíba e nos subúrbios”.³⁶¹

Aliás, havia nas ruas da cidade um grande contingente de mendigos e desempregados e, conseqüentemente, um crescimento da criminalidade. O crescimento populacional não foi

³⁶¹ ARAÚJO, 1995, p. 16. Odilon Nunes apontou que durante aquele período, a cidade recebeu uma parcela muito grande de migrantes nordestinos e foi o lugar principal de convergência de flagelados, dentre os quais estavam também migrantes piauienses, buscando condições melhores para sobreviver; NUNES, Odilon. *Depoimentos Históricos*. Teresina: COMEPI, 1981. p. 30.



acompanhado das oportunidades de emprego.³⁶² Na verdade, houve em Teresina, um inchaço populacional e, com isso, o controle mais acentuado do viver na cidade. Uma medida tomada pelo poder público era a criação de obras de rampas, nos cemitérios, calçamentos de ruas para ocupar esse contingente populacional. Isso, segundo Araújo, eram:

[...] as implicações do fenômeno da seca nordestina, a crise financeira, a desigualdade entre o crescimento das atividades produtivas no Piauí e o aumento do número de migrantes que afluíam para a Província caracterizaram fatores responsáveis pelas condições miseráveis, como também pela alta incidência de criminalidade em Teresina.³⁶³

Assim, as relações e as práticas cotidianas tecidas no espaço citadino teresinense tiveram que lidar com a visão fiscalizadora do poder público tentando controlá-las e discipliná-las, através de variadas estratégias. Para a compreensão dessa categoria conceitual, recorreu-se a Michel de Certeau, tendo em vista que, para ele: As estratégias são ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem.³⁶⁴

Os olhares normatizadores dos representantes do poder público são perceptíveis nos Códigos de Postura da cidade durante aquele período. Através de estratégias várias para disciplinar o viver na cidade. Todavia, muitas das medidas disciplinadoras prescritas em tais códigos foram burladas pelas táticas do povo de se “enquadrar” a seu modo, ao viver na cidade, ou seja, vivenciar a cidade a sua maneira e a partir de suas experiências de vida, a exemplo das festas. Pois o conceito de tática, para Michel de Certeau:

Não tem lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria; a tática é um movimento “dentro do campo de visão do inimigo” [...] Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar, aumentar a propriedade e prever saídas. Em suma, a tática é a arte do fraco [...] As táticas apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder. Ainda que os métodos praticados pela arte da guerra cotidiana jamais se apresentem sob uma forma tão nítida, nem por isso é menos certo que apostas feitas no lugar ou no tempo distinguem as maneiras de agir.³⁶⁵

³⁶² ARAÚJO, 1995, p. 21.

³⁶³ ARAÚJO, 2010, p. 76

³⁶⁴ CERTEAU, 1994, p. 102.

³⁶⁵ CERTEAU, 1994, p. 100-102



Nesse sentido, o tipo de vida que os governantes tentavam implantar através de estratégias de controle e disciplina, possivelmente, era o oposto do que a maioria daquelas pessoas vivenciava no seu dia a dia. Porquanto, seu tempo de trabalhar e vivenciar o cotidiano da cidade, ainda era marcado por uma temporalidade tradicional, por um modo de se guiar através da natureza. As medidas tomadas pelos governantes podem ser compreendidas, portanto, como tentativas de disciplinar os comportamentos e os costumes dos habitantes de Teresina, e sorguê-los a um viver urbano e civilizado, torná-los “corpos dóceis e disciplinados”, que pudessem ser submetidos, utilizados, transformados e aperfeiçoados.³⁶⁶ Porquanto, cabe ressaltar também, no tocante às disciplinas que elas são:

[...] métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade [...]. Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil e, inversamente. Forma-se então uma política de coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos.³⁶⁷

Tentou-se implantar a disciplina na distribuição dos indivíduos no espaço teresinense. Tendo em vista que os aparelhos disciplinares instaurados em Teresina atuaram de forma a “trabalhar o espaço de maneira muito mais flexível e fina”. De modo que, a disciplina ordena um espaço analítico, o qual é “é sempre fundo e celular” “[...] segundo o princípio da localização imediata ou do *quadriculamento*. Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar um indivíduo”.³⁶⁸

No intuito de controlar o tráfego noturno pelas ruas de Teresina, impuseram o horário de fechamento para os estabelecimentos comerciais nas ruas do centro de Teresina, a exemplo de lojas, bares e quitandas. Isso se mostra como uma estratégia para conter os comportamentos “impróprios” no espaço citadino, algo que se verifica também em relação à população escrava que pertencia aos proprietários de estabelecimentos comerciais, para que os mesmos não deixassem seus escravos trafegarem pelas ruas da cidade altas horas da noite. Por isso, de acordo com Mairton Celestino da Silva:

³⁶⁶ Assim, havia forte tendência a disciplinar os corpos e as mentes, uma influência que, segundo Michel Foucault, já tinha se consolidado desde o século XVIII. FOUCAULT, 2011, p. 132.

³⁶⁷ FOUCAULT, 2011, p. 133.

³⁶⁸ FOUCAULT, 2010, p.138. (Grifo do autor).



O toque de recolher funcionava nos limites da cidade onde ‘batuques cantoriais e danças de pretos’ imperavam, contudo ‘fora dos lugares, que pelas autoridades policiais forem marcados’ a vida poderia continuar. O inimigo a ser reprimido tinha nome e endereço na cidade. Mesmo sendo a rua o espaço do ‘incivilizado’, onde a vadiagem e a ‘bárbarie’ se misturavam, havia, portanto espaços para a elite local, configurando, desta forma, uma nítida separação social do cotidiano da cidade.³⁶⁹

Nos lugares menos “vigiados” na cidade, a população pobre livre e também escrava, residente em Teresina encontrou táticas para subverter a norma imposta pelos administradores públicos e realizar suas festividades no perímetro urbano da capital. Um desses lugares estava no centro era a Rua Grande, situada no encontro da Rua da Glória, Boa Vista e Imperador. A Rua Grande ficou conhecida como Rua dos Negros, devido ao grande fluxo de população escrava e também liberta para sociabilidades noturnas. Segundo Mairton Celestino da Silva, diante da repressão policial existiam espaços para estratégias e acordos na própria tessitura dos eventos. Desse modo:

Era na ‘rua dos Negros’, na subida que dava ao Campo de Santana, Freguesia das Dores, que os negros da cidade praticavam suas folgaças ao som do tambor. Mesmo correndo o risco da repressão policial e da punição dos seus senhores, a prática dos batuques/sambas se revelou como sendo uma das múltiplas expectativas forjadas pelos negros, livres e escravos, de Teresina na busca pela sua autonomia, seja para folgar, divertir-se ou recriar outras relações sociais.³⁷⁰

Essas diversões eram tidas pelas elites e pelo poder público como, incivilizadas, e de certo modo, eram práticas opostas ao que prescreviam as medidas normatizadoras para a urbe teresinense. Tais festividades eram consideradas insultos à civilidade e à moralidade pública. Isto se confirma na notícia divulgada pelo periódico *O Semanário*, que apresentava aquele lugar como um espaço de “devassidão”. Era, possivelmente, um local em que afluíam conversas regadas a álcool e danças sensuais, vistas pela sociedade como lascivas e obscenas:

[...] na Rua Grande, entre a Boa Vista e a do Imperador, existe um calogio ou coito de quantos escravos vadios há nesta cidade e que muito incomoda aos vizinhos, pelas imoralidades, desaforos e insultos que saem daquele centro de devassidão, que muito depõe contra os créditos de uma cidade que aspira aos foros de civilizada.³⁷¹

³⁶⁹SILVA, Mairton Celestino da. Burlar as normas, zombar da ordem: polícia, escravos e subversão urbana na Província do Piauí, 1870-1888. *Fênix*. Uberlândia, ano 5, v. 5, n. 3, p. 12, 2008.

³⁷⁰ SILVA, 2008, p. 12.

³⁷¹*O Semanário*. Teresina, n. 39, 28 out. 1877, p. 03.



Quanto às formas de sociabilidades da população pobre e dos escravos na capital,³⁷² cabe mencionar que elas foram vistas pelos representantes do poder público como casos de polícia e eram inclusive proibidas, cabíveis de punição por perturbarem a ordem da “pequena cidade, mas já civilizada capital”.³⁷³ Os moradores das adjacências onde se realizavam as sociabilidades de escravos, inclusive solicitavam a presença policial para coibir “o barulho dos tambores dos negros”:

Alguns dos moradores da Rua Augusta e suas imediações pedem-nos que chamemos a atenção da polícia para o folguedo dos negros, denominado tambor, que todos os domingos se faz naquela rua. Achamos-lhe razão porque semelhante brincadeira se torna insuportável pelo barulho que provoca. É justo que cada um procure distrair-se; mas de forma que a distração de uns não se torne prejudicial a outras. Podem os negros divertir-se, mas que o façam em lugares próprios. Satisfazendo o pedido dessas pessoas, contamos que o Sr. Dr. Chefe de polícia tomará o caso em condenação.³⁷⁴

A presença da polícia é demonstrativa dessa preocupação em manter a ordem e a disciplina no espaço urbano teresinense, a partir da vigilância preventiva dos espaços públicos, entretanto, a presença policial pelas ruas da cidade representou, muitas vezes, ações truculentas e abuso de poder.

Os comportamentos da maioria da população pobre e negra eram vistos pelos governantes como incivilizados e incoerentes com o viver citadino, incomodavam as elites e colocavam em xeque a disciplina que se pretendia implantar na cidade-capital piauiense: progresso e civilidade, embora eles estivessem distantes da Teresina daquele momento. Desse modo, certos ajustes disciplinares faziam-se necessários tanto para a urbe quanto para seus habitantes aos novos moldes sociais, voltados para a valorização do trabalho e do capital, de modo que:

[...] O grau e a forma de inserção de cada cidade aos novos modelos de vida urbana estavam diretamente vinculados a seu plano de integração com o mundo de relações capitalistas, à capacidade de fazer investimentos vultosos na adequação da infraestrutura, e no consumo de bens e serviços, que estavam vinculados diretamente a novos padrões de sociabilidade presentes nas áreas centrais do capitalismo. Essas imposições fizeram com que o progresso chegasse a muitos lugares como conquistador, ditando normas, costumes, solapando e ordenando formas de viver e

³⁷² A população pobre da cidade, as prostitutas, os mendigos, os escravos e também os migrantes eram vistos como uma ameaça à ordem urbana, eles compunham as chamadas “classes perigosas”. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemia na corte imperial*. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; E quanto à cidade de Teresina, ver: ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino. *Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2010; SILVA, Mairton Celestino da. *Batuque na Rua dos Negros: Cultura e Polícia na Teresina da segunda metade do século XIX*. 2008. Dissertação – Mestrado em História Social. Salvador: UFBA, 2008.

³⁷³ *O Semanário*. Teresina, n. 39, 28 out. 1877, p. 03.

³⁷⁴ SILVA, 2008, p. 16.



pensar tradicionais. Seduzindo de forma mágica os mais deslumbrados com as suas possibilidades e colocando os recalitrantes na posição de anacrônicos.³⁷⁵

As pessoas foram cobradas pelo modelo desejado pelos representantes do poder público municipal e pelas elites, e isso ocorreu através das tentativas de disciplinar seus trajés, comportamentos e suas festividades. E em vários outros âmbitos, como comprar carnes e demais gêneros alimentícios em um Mercado Público³⁷⁶ e não em bancas espalhadas pela cidade, que sujavam e traziam problemas de higiene e riscos de contaminação para o espaço público. Apesar disso, no final do século XIX, sujeira e falta de higiene eram constantes pelas ruas da cidade e nos estabelecimentos comerciais, como os açougues que eram “verdadeiros depósitos de porcaria, a carne verde é cortada brutalmente a machado em bancos de madeira que nunca se lavam”.³⁷⁷

É importante ressaltar ainda que durante o século XIX, a legitimação do discurso médico fez com que ele se fizesse presente nos mais diversos âmbitos da vida urbana, desde os hábitos alimentares, indumentárias, costumes e buscaram disciplinar as pessoas para o uso dos lugares públicos.³⁷⁸ Por conseguinte, “Procurava-se, dessa forma, mudar hábitos e valores tradicionais, transformando a cidade a partir de conhecimentos e práticas médicas”³⁷⁹. Esse um mecanismo de controlar, por exemplo, doenças no espaço urbano, como a sífilis “as causas de sua disseminação tinham causas várias: estação invernososa de Teresina, a qual espalhava dejetos animais e vegetais pelas ruas, a falta de prevenção nas relações sexuais da população pobre e escrava e falta de higiene na cidade”.³⁸⁰

Considerações finais

No século XIX, a cidade de Teresina, criada para ser a nova cidade-capital do Piauí e soerguê-lo a um futuro promissor, dava os seus primeiros passos em rumo a esse projeto. A sua

³⁷⁵ CASTELO BRANCO, 2002, p. 299.

³⁷⁶ Também conhecido como Mercado Central ou Mercado Velho – situado próximo à Praça da Constituição (Praça da Bandeira, também chamada de Largo da Matriz). Foi criado em 1854, porém suas obras perduram por vários anos e ainda no final do século XIX, os alimentos ainda eram vendidos pelas ruas da cidade, não obstante as proibições e punições previstas nas posturas. Para mais informações Cf. ANDRADE, Andreia Rodrigues de. *Entre o sertão e as margens do Rio Parnaíba: a transferência da capital e a cidade de Teresina no século XIX*. Dissertação - Mestrado em História do Brasil. Teresina: UFPI, 2016.

³⁷⁷ JOAQUIM, João. Os costumes. *O Democrata*. Teresina, n. 173, 22 ago. 1894, p. 3. (Grifo nosso).

³⁷⁸ SCHWARCZ, Lília Moritz. Entre homens de ciência. In: *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 207.

³⁷⁹ ARAÚJO, 2010, p. 140.

³⁸⁰ SILVA, 2012, p. 5.



estruturação urbana ocorria a “passos trôpegos”, com algumas melhorias urbanas. Estava, pois, a urbe mergulhada no mundo rural, porquanto, não havia muita distinção entre urbano e rural, aliás, eles se confundiam na dinâmica da cidade. Mas desde os anos iniciais da nova cidade-capital, as medidas disciplinadoras se fizeram presentes nela. Tais normatizações buscaram controlar as vivências dos habitantes da jovem cidade. Entretanto, as relações e apropriações de cada morador com o espaço urbano se faziam sem o planejamento e a norma prevista nas posturas, cada pessoa vivenciava a cidade através de suas próprias experiências e para tanto, muitas vezes era necessário burlar e transgredir a norma para trabalhar e divertir-se na jovem capital.

Fontes Oficiais

Leis e Resoluções

APEPI. Código das Leis Piauienses. Resolução n° 391 publicada em 18 de setembro de 1854.

Resolução 1.024, publicada em 21 de junho de 1880. Aprova as posturas confeccionadas pela Câmara Municipal de Teresina em 26 de abril de 1880. *A Imprensa*. Teresina, ano 16, n. 650, 7 ago. 1880, p. 1.

Fontes Hemerográficas

A Imprensa. Teresina, ano 16, n. 650, 7 ago. 1880, p. 1.

JOAQUIM, João. *Os costumes*. **O Democrata**. Teresina, n. 173, 22 ago. 1894, p. 3.

MACHADO, Manuel da Cunha. *As mulheres e os vestidos*. **A imprensa**. Teresina, ano 18, n. 695, 3 ago. 1881, p. 4.

Bibliografia

ANDRADE, Andreia Rodrigues de. **Entre o sertão e as margens do Rio Parnaíba: a transferência da capital e a cidade de Teresina no século XIX**. Dissertação - Mestrado em História do Brasil. Teresina: UFPI, 2016.

ANDRADE, Andreia Rodrigues de. *A estruturação urbana de Teresina e seus primeiros prédios públicos*. **Anais do XII Encontro Nacional de História Oral: política, ética e conhecimento**. v. 1. n. 1. Teresina: UFPI, 2014.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **Imagens de Teresina no século XIX**. Teresina: APeCH/UFPI, 1995.



ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino. **Cotidiano e pobreza**: a magia da sobrevivência em Teresina. 2ª Ed. Teresina: EDUFPI, 2010.

BRESCIANI, Maria Stella. *As sete portas da cidade*. **Espaço & Debates, Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, ano 11, n. 34, 1991.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. v. 1. 9ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

D'INCAO, Maria Ângela. *Mulher e família burguesa*. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba...cidades-beira** (1850-1950). Teresina: EDUFPI, 2010.

GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil** (1871-1888). São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 168.

NUNES, Odilon. **Depoimentos Históricos**. Teresina: COMEPI, 1981.

SILVA, Mairton Celestino da. **Batuque na rua dos negros**: cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX. 2008. Dissertação – Mestrado em História Social. Salvador: UFBA, 2008.

SILVA, Mairton Celestino da. *Burlar as normas, zombar da ordem*: polícia, escravos e subversão urbana na Província do Piauí, 1870-1888. **Fênix**. Uberlândia, ano 5, v. 5, n. 3, 2008, p. 12.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.



O discurso oculto nas artes da resistência³⁸¹

Tyrone Apollo Pontes Cândido³⁸²

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa/Fortaleza: Livraria Letra Livre/Plebeu Gabinete de Leitura, 2013, 340 p.

Com o recente lançamento de *A dominação e a arte da resistência* pela livraria Letra Livre de Portugal (especializada em escritos libertários) podemos enfim dispor em língua portuguesa de uma das principais obras de James C. Scott. Até então os interessados nas ideias deste autor no Brasil tivemos de nos contentar com as traduções de uns poucos artigos publicados em periódicos acadêmicos.³⁸³

Há cinco décadas James C. Scott, professor de Ciência Política e Antropologia da Universidade de Yale, nos Estados Unidos, vem produzindo uma extensa obra que abrange diferentes campos de estudos, como economia política, relações agrárias, hegemonia e formas de resistência, política camponesa e, mais recentemente, anarquismo. Entre os seus livros mais importantes estão: *The moral economy of the peasant* (1979), *Weapons of the weak* (1985), *Seeing like a state* (1998) e *The art of not being governed* (2009).

A dominação e a arte da resistência não está entre suas publicações mais recentes; a primeira edição nos Estados Unidos remonta a 1990. Mesmo assim este livro tem uma importância particular na trajetória de James C. Scott. Enquanto a maior parte de seus trabalhos baseia-se em estudos de caso, através de pesquisas participantes junto a comunidades camponesas da Malásia, *A dominação e a arte da resistência* é uma tentativa de generalização de suas reflexões a respeito das relações de classe e das formas de resistência, estendendo o argumento para outras interações de poder, em que figuram experiências de escravos, castas

³⁸¹ Resenha recebida em 26/05/2017 e aceita para publicação em 08/07/2017.

³⁸² Curso de História e Mestrado Interdisciplinar de História e Letras - MIHL da Universidade Estadual do Ceará, campus de Quixadá.

³⁸³ SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. *Raízes*, vol. 21, n. 1, janeiro a junho de 2002, p. 10-31. _____. Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, janeiro a julho de 2011, p. 217-243.



subalternas, mulheres, povos indígenas e – evidentemente – trabalhadores rurais de outras regiões do mundo.

Uma das principais teses de James C. Scott é a de que se as camadas subalternas da sociedade – apesar de se verem cotidianamente sujeitas a diversas modalidades de exploração e usurpações – não demonstram, na maior parte do tempo, uma revolta aberta e declarada contra seus opressores isso não implica numa simples ausência de resistência entre os dominados.

Em contato com comunidades rurais sul-asiáticas Scott pôde observar que, sob o manto da passividade, se oculta uma robusta resistência que se apresenta sob formas pouco visíveis, como roubos noturnos de cereais, escapadas sutis a ações de recrutamento, o cumprimento de serviços mal executados a despeito de um comportamento aparentemente subserviente demonstrado pelo trabalhador, enfim daquilo tudo que uma vez esse autor nomeou como “formas brechtianas de resistência” porque – como nos apresentam as personagens criadas pelo escritor da *Ópera dos três vinténs* – a esperteza da dissimulação pode ser um modo consistente da cultura popular e rebelde enfrentar figurões poderosos. Não se contentando com a classificação sociológica de “resistência passiva” para esse tipo de atitude tão difundida entre os subalternos, James C. Scott concentrou sua atenção nessas formas prosaicas dos embates de classe e chegou a conclusões de grande interesse para historiadores sociais e pesquisadores de campos afins.

A dominação e a arte da resistência é uma obra dedicada a entender as variadas dimensões do discurso oculto que a gente simples assume nas relações cotidianas e conflituosas. Nessa resenha faço referência somente a algumas teses apresentadas por Scott a respeito do discurso oculto dos subalternos; mas que fique claro: a muitas outras conclusões instigantes poderão chegar os leitores atentos e interessados.

Os primeiros capítulos do livro são dedicados a explicitar as características da ordem dominante quando as relações de classes transcorrem sob as regras da obediência. Nos contatos travados entre sujeitos desiguais prevalece um diálogo de aparente consenso, quando o indivíduo usa da deferência para “transmitir uma imagem exterior de conformidade com as normas de conduta defendidas pelos superiores” (p. 55).

São os casos, por exemplo, em que um subalterno faz uso de uma reverência para saudar um superior ou emprega uma forma de tratamento honorífica. Tais atitudes podem representar um desejo sincero e conformista de honrar um superior respeitado, mas também é possível que os rituais públicos de homenagem não passem de gestos altamente mecanizados e vazios por



parte de quem visa acima de tudo salvaguardar sua segurança. Scott oferece o exemplo das mães dos escravos que, para protegerem seus filhos, os educam no sentido de procurarem sempre agradar, “ou pelo menos não hostilizar seus senhores” (p. 56), nisso que é uma atitude mais realista que sincera.

Dada a existência de um constante exercício de poder permeando as relações de classes, raciais, de gêneros ou de quaisquer outras formas de hierarquia social, o contato entre sujeitos desiguais origina uma ordem de linguagem cindida, onde, por um lado, apresenta-se um *discurso público*, em geral caracterizado por manifestações de conformidade e aceitação, e, por outro lado, um *discurso oculto*, onde o dissenso e a revolta se revelam apenas naqueles pequenos círculos de confiança como a família ou grupos de amigos.

A principal característica do discurso oculto é o encontrar-se “fora do raio de audição dos detentores de poder” (p. 57). Por se anunciar apenas em circunstâncias específicas, em geral quando os subalternos sentem suficiente confiança em seus interlocutores para desabafar seus ressentimentos em relação aos superiores, o discurso oculto permite mesmo aos que não enxerguem meios exequíveis de reagir contra as injustiças criar fantasias de vingança e, dessa forma, constituir às costas dos poderosos certo consenso relativamente à reprovação dos atos opressivos.

Uma humilhação pública de um soldado raso ou de um camponês pobre poderá não ser seguida por qualquer reação declarada de indignação ou revolta, mas muito provavelmente o desabafo revelará um pensamento muito pouco domesticado tão logo o oficial ou o rico proprietário rural deem as costas. Nestas circunstâncias, é usual que surjam apelidos depreciativos, xingamentos, promessas de revide, referências a fábulas cujo efeito alegórico seja a expressão da revolta dos de baixo contra seus opressores.

Se usarmos os termos de Freud em *Interpretação dos sonhos* pode-se dizer que a atenção dedicada apenas ao conteúdo *manifesto* do discurso público pode transmitir uma ideia bastante enganosa a respeito da disposição de resistência dos subalternos, pois não enxerga aquele conteúdo *latente*, identificável apenas em sua dimensão oculta. Para o patronato e as instituições de poder, o discurso oculto apresenta-se opaco, preservado seu conteúdo em cuidadoso segredo.

Tudo isso pode não significar muito para o desencadeamento de revoltas camponesas de dimensões nacionais ou dramáticas revoluções sociais, mas são aspectos decisivos para a conformação de formas cotidianas de resistência, que não figuram nas notícias da imprensa,



mas são um dado com o qual todo e qualquer chefe, policial ou cobrador de impostos terá de lidar.

O reconhecimento da existência e da abrangência do discurso oculto no cotidiano de sujeitos socialmente destituídos de poder leva James C. Scott a rever as explicações de teóricos de diferentes campos das ciências sociais quanto à natureza da hegemonia de classe. No mais das vezes, os teóricos da hegemonia supõem que a incorporação ideológica dos grupos subalternos a uma ordem dominante resulta num embotamento da consciência de classe, desarmando as pessoas comuns de seu senso crítico através de alguma espécie de “falsa consciência”.

Em algumas teses marxistas – que Scott situa entre as teorias fortes sobre a hegemonia – as suposições a respeito do poder ideológico das classes dominantes em mascarar e, mesmo, ocultar as formas mais explícitas de opressão social desafiam a própria tese de que “a mudança alguma vez poderia ter origem a partir de baixo”. “Se as elites controlam a base material da produção, obtendo por essa via uma obediência prática, e se controlam também os meios de produção simbólica, que lhes asseguram a legitimação de seu poder e de seu controle, então ter-se-ia atingido um poder capaz de se autoperpetuar e que só um choque a partir do exterior poderia perturbar” (p. 122).

Scott, no entanto, contesta se a incorporação ideológica dos grupos subordinados reduz necessariamente o conflito social. Toda a ideologia que se pretenda ser hegemônica tem, efetivamente, de fazer promessas aos grupos subordinados, procurando convencer-lhes de que uma dada ordem social também é de seu interesse.

Ocorre, no entanto, que essas promessas são em geral cobradas, abrindo caminho para o conflito social. Scott remete-se às infindáveis listas de queixas vindas de toda a França, registradas nos *cahiers de doléances* antes da Revolução. Nelas não se declarava desejo de abolir a servidão ou a monarquia. Havia antes uma intenção bastante difundida de reformar o feudalismo através da retificação dos “abusos” da aristocracia e seus funcionários. “Mas a relativa modéstia das demandas”, diz Scott, “não impediu – dir-se-ia até que terá ajudado a estimular – as ações violentas dos camponeses e dos *sans-coulottes* que constituíram a base social da revolução” (p. 121).

As reações dos socialmente destituídos de poder às experiências de opressão estão, para James C. Scott, longe de qualquer ideia de uma negação simplória ou instintiva às atitudes de usurpação de que a vida da gente comum é preenchida. Quando o autor aponta para a existência



de um discurso oculto dos grupos subordinados isso implica na pressuposição de que existe um “público” entre o qual esse discurso circula; existe então *comunicação*, na exata definição do termo.

A noção de um discurso oculto está, dessa forma, atrelada às práticas dos subordinados em desbravar espaços sociais próprios, resguardados da vigilância e controle dos superiores. São exemplos desses espaços resguardados os matagais, os bosques escondidos, os descampados e os barrancos que os escravos norte-americanos recorriam para se encontrarem e falarem em segurança. São também as capelas, tabernas e lares que se constituíram em centros de desenvolvimento da cultura popular europeia, como mostrou Peter Burke³⁸⁴; “espaço para uma vida intelectual livre e para experiências democráticas com ‘número ilimitado de membros’”, como entendeu E. P. Thompson³⁸⁵. “Espaços sociais” que poderiam não ter a acepção exclusiva de um local físico isolado, mas que também eram cortinas fechadas, sussurros, dialetos nativos incompreensíveis aos ouvidos imperialistas.

Por entender a imprescindível necessidade desses espaços dissidentes para o surgimento do discurso oculto que James C. Scott conclui que a revolta, humilhação ou fantasia em bruto sequer existem: “A revolta, a humilhação e as fantasias são experiências que têm sempre um enquadramento cultural que é parcialmente criado pela comunicação exclusiva entre os subordinados” (p. 172-173).

Todas essas considerações sobre o discurso oculto nas artes da resistência dizem muito mais sobre as formas cotidianas de reação dos subordinados, à sua “resistência normal” (no interior ainda de uma dada ordem social) que aos processos de ruptura aberta contra essa ordem. Ainda assim as teses de James C. Scott não se restringem a considerações sobre os tipos mais sutis de embates sociais.

Por um lado, as formas cotidianas de resistência dos camponeses (e do conjunto dos grupos subordinados das sociedades) não são algo com o que as autoridades mantenedoras do *status quo* possam se descuidar. Apesar de não provocarem grandes impactos ou mobilizarem imediatamente a opinião pública da nação essas pequenas ações cotidianas da resistência dos de baixo formam, na sua totalidade, uma força social nada desprezível e o pragmatismo político das elites só muito arriscadamente poderia delas se negligenciar. Um trecho retirado de outro

³⁸⁴ BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. Europa, 1500-1800. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

³⁸⁵ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 1: A árvore da liberdade. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.



texto de Scott, no qual a autora nomeia de *infrapolítica* a essa “dimensão discreta da luta política” (p. 253), é particularmente esclarecedor:

As formas cotidianas de resistência camponesa não produzem matérias de jornais. Assim como milhões de pólipos de antozoários criam um arrecife de corais, milhões e milhões de atos individuais de insubordinação e de evasão criam barreiras econômicas e políticas por si próprios. Há raramente alguma confrontação dramática, eventualmente digna de ser noticiada. E, sempre que o barco do estado esbarra numa dessas barreiras, a atenção é centrada no acidente e não na vasta agregação de microatos que resultaram na barreira.³⁸⁶

Por outro lado, no entanto – observando a partir do ponto de vista dos próprios subalternos – o domínio do discurso oculto é, por excelência, o espaço preparatório das manifestações públicas, dos protestos e mesmo das rebeliões e levantes multitudinários. Os últimos capítulos de *A dominação e a arte da resistência* dedicam-se a discorrer sobre como o discurso oculto forma disfarces, testa limites... até que um dia a resistência revela-se *em alto e bom som* nos espaços públicos da sociedade. O discurso oculto dos subalternos então sai de cena para dar lugar à entrada do discurso público.

Por tudo o que foi mostrado – e pelo tanto mais que não fui capaz de mostrar – o livro de James C. Scott apresenta-se como um importante instrumento de análise para os estudos sobre as formas de resistência plebeias (sejam elas camponesa, operária, nativa, feminina, de castas subjugadas, indígena, negra, homo, bi ou transexual). Para os historiadores sociais, em particular, *A dominação e a arte da resistência* revela-se também como uma criativa fonte de inspiração. E não somente porque o autor lança mão a todo o momento a inúmeros exemplos históricos para ilustrar e articular seus argumentos. Também porque a obra dialoga constantemente com a produção de historiadores de referência, como Natalie Davis, Eugene Genovese, E. P. Thompson, Eric Hobsbawm, Marc Bloch, Richard Cobb, Dipesh Chakrabarty, Christopher Hill, Moses Finley, George Rudé, Ranajit Guha, Emanuel Le Roy Ladurie, Georges Lefebvre dentre outros.

Conhecer a obra de James C. Scott nos instiga a percorrer novos caminhos no vasto território das experiências dos sujeitos subalternos da história. Afinal de contas, a agenda por uma história radical é um projeto aberto a novas trajetórias.

³⁸⁶ SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. *Raízes*, vol. 21, n. 1, janeiro a junho de 2002, p. 13.



Bibliografia

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. Europa, 1500-1800. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SCOTT, James C. *Formas cotidianas de resistência camponesa*. **Raízes**, vol. 21, n. 1, janeiro a junho de 2002, p. 10-31.

_____. *Exploração normal, resistência normal*. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, janeiro a julho de 2011, p. 217-243.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. 1: A árvore da liberdade. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.



Em perspectiva